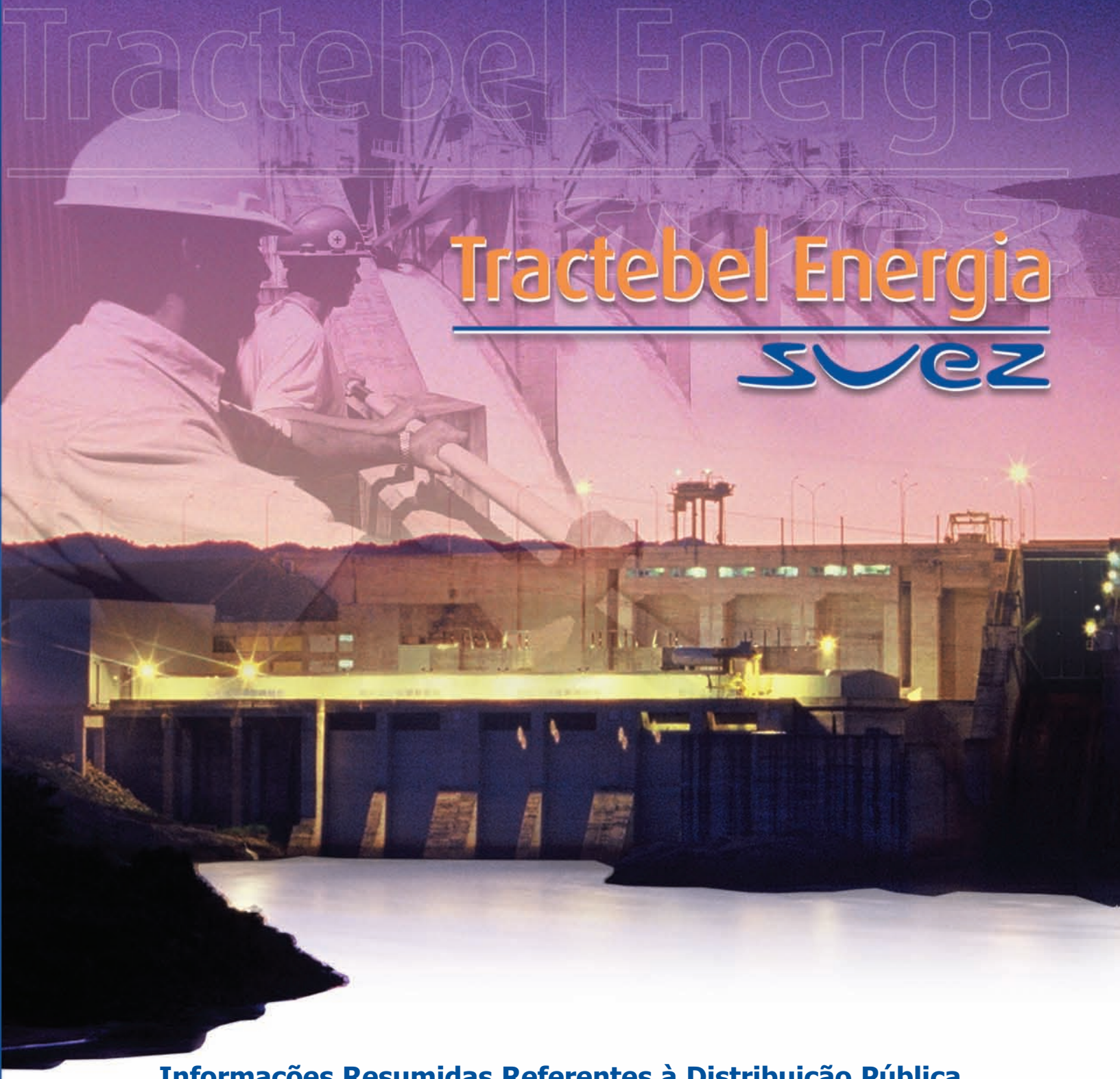


Informações Resumidas Referentes à Distribuição Pública de Notas Promissórias Comerciais da 3ª Emissão

R$ 400.000.000,00

Coordenadores

BB INVESTIMENTOS

BNP PARIBAS

O BB Banco de Investimento S.A. é o Coordenador Líder da Oferta

Informações Resumidas Referentes à Distribuição Pública de Notas Promissórias Comerciais da 3ª Emissão da

Tractebel Energia

SUEZ

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

Companhia Aberta - Registro CVM nº 1732-9
CNPJ/MF nº 02.474.103/0001-19
Rua Antônio Dib Mussi, 366, Centro, Florianópolis - Santa Catarina

No montante de até

R$ 400.000.000,00

(quatrocentos milhões de reais)

Código ISIN das Notas Promissórias: BRTBLENPM006

Distribuição pública de até 40 (quarenta) notas promissórias comerciais da 3ª emissão da **TRACTEBEL ENERGIA S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Antônio Dib Mussi, 366, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.474.103/0001-19 (**"Emissão"** e **"Companhia"**, respectivamente), em série única, as quais serão emitidas fisicamente e ficarão depositadas no Banco Bradesco S.A., com valor nominal unitário de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) (**"Notas Promissórias"**), perfazendo o montante total de até R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) (**"Oferta"**). A Emissão foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 22 de abril de 2008, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (**"JUCESC"**), em essão realizada em 29 de abril de 2008, sob nº 20081153490, e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e nos periódicos Diário Catarinense e Valor Econômico, em 30 de abril de 2008. O pedido de registro automático da Oferta foi protocolizado na Comissão de Valores Mobiliários (**"CVM"**) em 5 de maio de 2008, nos termos da Instrução CVM nº 429, de 22 de março de 2006, conforme alterada (**"Instrução CVM nº 429/06"**).

As informações aqui apresentadas constituem resumo dos termos e condições da Emissão, os quais se encontram descritos na cártula da Nota Promissória ("Cártula"). Referidos termos e condições são meramente indicativos e não é assegurado que as informações aqui constantes estarão totalmente reproduzidas na Cártula.

O investimento nas Notas Promissórias envolve uma série de riscos que devem ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos incluem fatores de liquidez, crédito, mercado, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto à Companhia como às próprias Notas Promissórias.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NA CVM OBJETIVA SOMENTE GARANTIR O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA COMPANHIA A PEDIDO DOS SUBSCRITORES NOS LOCAIS MENCIONADOS NESTA LÂMINA, NÃO IMPLICANDO, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAQUELAS INFORMAÇÕES, NEM JULGAMENTO QUANTO À QUALIDADE DA COMPANHIA OU SOBRE AS NOTAS PROMISSÓRIAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

ANBID

"A(O) presente oferta pública/programa foi elaborada(o) de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 5032012, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública/programa, aos padrões mínimos de informação contidos no código, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública/programa."

Coordenadores

BB INVESTIMENTOS

BNP PARIBAS

O BB Banco de Investimento S.A. é o Coordenador Líder da Oferta

A data desta Lâmina é 14 de maio de 2008

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO

Definições 3
Glossário de Termos Técnicos 7
Principais Características da Distribuição Pública das Notas Promissórias 9
Descrição Sumária das Atividades da Companhia 23
Informações Financeiras Selecionadas da Companhia 31
Fatores de Risco da Operação 33
Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores 36
Declaração da Companhia e do Coordenador Líder 37
Informações Adicionais 38

Anexos

Anexo I - Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, respectivo parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração 41

Anexo II - Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, respectivo parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração 109

Anexo III - Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, respectivo parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração 175

Anexo IV - Informações Trimestrais Consolidadas da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de março de 2008, respectivo parecer dos Auditores Independentes 253

Anexo V - Declaração da Companhia, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03 e do item 7 do Anexo I da Instrução CVM nº 155/91 343

Anexo VI - Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03 e do item 7 do Anexo I da Instrução CVM nº 155/91 347

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

DEFINIÇÕES

ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
Aviso de Encerramento	Aviso de encerramento da distribuição pública das Notas Promissórias.
Aviso de Início	Aviso de início da distribuição pública das Notas Promissórias.
Banco Mandatário e Custodiante	Banco Bradesco S.A., instituição financeira habilitada à prestação de serviços de liquidação e custódia de notas promissórias comerciais.
BB-BI	BB Banco de Investimento S.A.
BNPP	Banco BNP Paribas Brasil S.A.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo S.A. - BVSP.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Cártula	Cártula das Notas Promissórias.
CEM	Companhia Energética Meridional - CEM, sociedade incorporada pela Companhia.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.
Companhia	Tractebel Energia S.A.
CESS	Companhia Energética São Salvador S.A., sociedade controlada pela Companhia.
Consórcio Machadinho	Consórcio constituído em 15 de janeiro de 1997 entre as seguintes empresas: Companhia, CEEE, Alcoa Alumínio S.A., Camargo Corrêa Cimentos S.A., Companhia Brasileira de Alumínio, Votorantim Cimentos Brasil Ltda., Valesul Alumínio S.A. e Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas, para fins de produção de energia elétrica por meio do aproveitamento do potencial hidráulico da UHE Machadinho.
Contrato de Distribuição	"Contrato de Coordenação de Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de colocação, de Notas Promissórias da 3ª Emissão da Tractebel Energia S.A.", celebrado entre a Tractebel Energia S.A., o BB-BI e o BNPP, em 30 de abril de 2008.
Controladas	Tractebel Energia Comercializadora, Itasa, Lages Bioenergética, CESS, Delta Energética, MAESA e Energia América do Sul, quando referidas em conjunto.
Coordenador Líder	BB-BI.

Coordenadores	BB-BI e BNPP, quando referidos em conjunto.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	Conforme definida no item 1.7. desta Lâmina.
Data de Vencimento	As Notas Promissórias terão prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos contados da Data de Emissão, sendo que o vencimento ocorrerá no 360º dia.
Delta Energética	Delta Energética S.A., sociedade controlada pela Companhia.
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Eletroger	Eletrobrás Geração S.A., companhia que teve origem na cisão parcial do patrimônio da Eletrobrás, em 1998.
Eletrosul	Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.
Energia América do Sul	Energia América do Sul Ltda., sociedade controlada pela Companhia.
Eventos de Vencimento Antecipado	Eventos de vencimento antecipado das Notas Promissórias, conforme descritos no item 1.20. desta Lâmina.
Gerasul	Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A., subsidiária regional da Eletrobrás que teve origem na cisão parcial da Eletrosul, em dezembro de 1997, tendo sido privatizada no ano de 1998. Antiga denominação da Companhia.
Grupo Suez	Grupo de empresas com atuação internacional nas áreas industrial e de serviços, com foco nos setores de energia e meio ambiente. Integram o Grupo Suez, dentre outras sociedades, Suez Tractebel Sociètè Anonyme, Suez Energy South América Participações Ltda. e Tractebel Energia S.A.
Índices e Limites Financeiros	Índices e limites financeiros previstos na alínea (o) do item 1.20.1. desta Lâmina, que devem ser observados pela Companhia enquanto houver Notas Promissórias em circulação.
Instrução CVM n.º 134/90	Instrução CVM n.º 134, de 01 de fevereiro de 1990, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 155/91	Instrução CVM n.º 155, de 7 de agosto de 1991, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

Instrução CVM n.º 429/06	Instrução CVM n.º 429, de 22 de março de 2006, conforme alterada.
Investidores Qualificados	Investidores qualificados são aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.
Itasa	Itá Energética S.A., sociedade em que a Companhia detém participação societária.
JUCESC	Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.
Lages Bioenergética	Lages Bioenergética S.A., sociedade controlada pela Companhia.
Lâmina	Esta Lâmina relativa à Oferta.
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
MAESA	Machadinho Energética S.A., sociedade em que a Companhia detém participação por meio do Consórcio Machadinho.
NOTA	Sistema de Nota Promissória, operacionalizado pela CETIP.
Notas Promissórias	Notas promissórias comerciais da 3ª emissão da Companhia.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem de ações de emissão de companhias abertas da BOVESPA.
Oferta	Distribuição pública das Notas Promissórias.
Parque Gerador	Parque gerador da Companhia, composto por usinas termelétricas, hidrelétricas e de co-geração pertencentes à Companhia direta ou indiretamente.
Poder Concedente	União Federal.
Ponte de Pedra	Ponte de Pedra Energética S.A.
Prazo de Colocação	O prazo para distribuição pública das Notas Promissórias será de até 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de concessão do registro da Oferta na CVM.
Prazo de Registro Automático	Nos termos do artigo 3º, da Instrução CVM n.º 429/03, o prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da adoção das seguintes providências: (i) protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM pela Companhia e pelos Coordenadores; (ii) publicação do Aviso de Início, e (iii) colocação desta Lâmina à disposição dos investidores pelos Coordenadores e pela Companhia.
Remuneração	Conforme definido no item 1.11. desta Lâmina.

SESA	Suez Energy South América Participações Ltda., controladora direta da Companhia, outrora denominada Tractebel EGI South América Ltda e Tractebel Sul Ltda. A alteração da denominação social foi realizada com o escopo de uniformizar mundialmente o nome das empresas do Grupo Suez.
Suez Tractebel	Suez Tractebel Sociètè Anonyme.
Taxa DI	Taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *Over Extra Grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinqüenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação.
Tractebel Energia Comercializadora	Tractebel Energia Comercializadora Ltda., sociedade controlada pela Companhia.
Unidade de Co-geração Lages	Construída pela controlada da Companhia, Lages Bioenergética, a Unidade de Co-geração Lages é usina de co-geração movida à Biomassa, ou seja, que produz energia elétrica a partir dos resíduos de madeira oriundos das indústrias madeireiras da região de Lages, em Santa Catarina, minimizando os riscos de contaminação ambiental e incêndios.
Valor Nominal Unitário	Valor nominal unitário das Notas Promissórias, qual seja, R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
Valor Total da Emissão	Valor total da Emissão, qual seja, o montante de até R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS

Capacidade Instalada	Quantidade máxima de eletricidade que pode ser entregue por uma Unidade Geradora, por uma usina hidrelétrica ou por um parque gerador, em particular em bases de carga total contínua, nos termos e condições específicas, conforme designado pelo produtor.
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fiscalizada pela ANEEL, cuja principal função é viabilizar a comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional, sendo responsável por registrar os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado - CCEAR, os contratos resultantes de ajustes de mercado, e o volume de energia contratado no ambiente de contratação livre, bem como pela contabilização e liquidação das transações de curto prazo no âmbito do SIN e das diferenças referentes aos Contratos Bilaterais registrados.
Consumidores Livres	Consumidores que podem negociar a aquisição de energia elétrica livremente com quaisquer fornecedores de energia que atuam no mercado, por meio da celebração de contratos bilaterais no ambiente de contratação livre. De acordo com a legislação vigente, são considerados Consumidores Livres (a) aqueles em cuja unidade consumidora a demanda contratada mínima seja de 3 MW, atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV; (b) os que tenham uma demanda contratada mínima de 3 MW em qualquer segmento horosazonal, atendidos em qualquer tensão, porém, que tenham sido ligados após 08 de julho de 1995.
Contratos Bilaterais	Contratos de compra e venda de energia livremente negociados entre Geradoras e Distribuidoras a partir de 2003, quando as entregas de energia contratadas por meio de Contratos Iniciais começaram a ser reduzidas em 25,0% ao ano, de acordo com a Lei do Setor Elétrico.
Contratos Iniciais	Contratos de fornecimento de energia elétrica com preços e quantidades aprovados pela ANEEL, celebrados entre as Geradoras e as Distribuidoras, nos termos da Lei do Setor Elétrico.
Distribuidoras	Concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica que atuam no mercado brasileiro de energia elétrica.
Energia Assegurada	Quantidade de energia elétrica de uma usina, estabelecida pelo Poder Concedente no respectivo contrato de concessão, que deverá ser disponibilizada para venda.
Geradoras	Companhias concessionárias ou autorizadas a prestar serviços públicos de geração de energia elétrica.
GW	Gigawatt. Unidade equivalente a um bilhão de watts.
GWh	Gigawatt hora. Unidade equivalente a 1 gigawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por 1 hora ou 1 bilhão de watts hora.
kV	Kilovolt. Unidade equivalente a mil volts.

Lei do Setor Elétrico	Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, conforme alterada.
MW	Megawatt. Unidade equivalente a um milhão de watts.
MRE	Mecanismo de Realocação de Energia destinado a distribuir o risco hidrológico entre as Geradoras, na medida em que cada Geradora tem assegurado o pagamento pelo montante de sua Energia Assegurada enquanto os membros do MRE em conjunto forem capazes de satisfazer os níveis de Energia Assegurada do MRE.
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico, criado em 1998, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, responsável pela coordenação, controle e administração das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado Nacional. É composto por Consumidores Livres, Geradoras, Distribuidoras, comercializadoras de energia elétrica e Transmissoras.
Rede Básica	Conjunto de linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos com tensão igual ou superior a 230 kV, ou instalações em tensão inferior definidas pela ANEEL.
Sistema Interligado Nacional ou SIN	Sistema composto pela Rede Básica e demais instalações de transmissão que interliga as unidades de geração e distribuição nos sistemas Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil.
Transmissoras	Concessionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica que atuam no mercado brasileiro de energia elétrica.
UHE	Usina hidrelétrica, unidade de geração que transforma energia potencial da água acumulada no reservatório em eletricidade.
Unidade Geradora	O gerador elétrico e a turbina ou outro dispositivo que o impulsiona, quando referidos em conjunto.
UTE	Usina termelétrica, unidade de geração que transforma energia potencial em energia elétrica a partir da queima de um determinado combustível, que pode ser carvão, óleo diesel, gás, biomassa ou outros.
Volt	Unidade básica de tensão de energia elétrica.
Watt	Unidade básica de potência de energia elétrica.

1. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS NOTAS PROMISSÓRIAS

1.1. Deliberação Societária

A 3ª emissão de Notas Promissórias da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 22 de abril de 2008, cuja ata foi arquivada na JUCESC em 29 de abril de 2008, sob n.º 20081153490, e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e nos periódicos Diário Catarinense e Valor Econômico, nos termos Lei das Sociedades por Ações, em 30 de abril de 2008.

1.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de até R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

1.3. Séries

As Notas Promissórias serão emitidas em série única.

1.4. Quantidade de Notas Promissórias

A Emissão é composta por até 40 (quarenta) Notas Promissórias.

1.5. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Notas Promissórias é de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na Data de Emissão.

1.6. Forma

1.6.1. As Notas Promissórias serão emitidas fisicamente e ficarão depositadas no Banco Mandatário e Custodiante.

1.6.2. As Notas Promissórias serão nominativas e circularão por endosso em preto, de mera transferência de titularidade, conforme previsto no artigo 15 do Anexo I da Convenção para Adoção de uma Lei Uniforme sobre Letras de Câmbio e Notas Promissórias, promulgada pelo Decreto n.º 57.663, de 24 de janeiro de 1966. Nos termos do parágrafo único, do artigo 2º, da Instrução CVM n.º 134/90, o endosso das Notas Promissórias será sem garantia.

1.7. Data de Emissão

Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Notas Promissórias será a data em que ocorrer a subscrição e a integralização de Notas Promissórias, sendo que todas as Notas Promissórias deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data.

1.8. Preço de Subscrição

1.8.1. Durante todo o Prazo de Colocação, o preço de subscrição das Notas Promissórias será correspondente ao Valor Nominal Unitário.

1.8.2. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir as Notas Promissórias.

1.9. Procedimentos de Subscrição e Integralização

1.9.1. O Prazo de Colocação e distribuição pública das Notas Promissórias será de até 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de concessão do registro da Oferta pela CVM.

1.9.2. As Notas Promissórias serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

1.10. Forma de Precificação

As Notas Promissórias serão ofertadas aos investidores com a Remuneração mencionada no item 1.11. abaixo, sem mecanismos de formação de preço.

1.11. Remuneração e Atualização Monetária

1.11.1. As Notas Promissórias farão jus a remuneração equivalente à acumulação de 103,50% (cento e três inteiros e cinqüenta centésimos por cento) da Taxa DI, calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento, observada a seguinte fórmula:

$$\mathbf{J = (Fator\ DI - 1) \times VNb}$$

Em que:

J = Valor unitário de juros, acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNb = Valor Nominal Unitário, ou após a última incorporação de juros, se houver, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = Produtório das taxas DI over, com uso de percentual aplicado, da Data de Emissão, incorporação ou último pagamento de juros, se houver, inclusive, até a data de atualização, pagamento ou vencimento, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

O Fator DI é apurado de acordo com a fórmula:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n}\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100}\right)$$

Em que:

n = Número de taxas DI over utilizadas;

p = Percentual aplicado sobre a taxa DI over, informado com 2 (duas) casas decimais;

TDI_k = Corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1\right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

,

Em que:

k = 1,2,...,n:

DI_k = Corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Para efeito dos cálculos previstos acima:

i) o fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100}\right)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

iii) uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

iv) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo; e

v) para fins de interpretação dos cálculos acima, deve ser utilizado como parâmetro o Caderno de Fórmulas da CETIP.

1.11.2. Na hipótese de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento da Remuneração pela Companhia, será aplicada em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os titulares de Notas Promissórias quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos item 1.11.3. abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Notas Promissórias.

1.11.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Notas Promissórias por proibição legal ou determinação judicial, a Companhia deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não puder ser utilizada em razão de sua extinção ou impossibilidade de aplicação por proibição legal ou determinação judicial, convocar assembléia de titulares de Notas Promissórias (na forma prevista na Cláusula Décima do Contrato de Distribuição), para deliberar, em comum acordo com a Companhia, observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Notas Promissórias a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração e para o cálculo de quaisquer obrigações relacionadas às Notas Promissórias, será utilizada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Companhia e os titulares de Notas Promissórias quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Notas Promissórias e/ou quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

1.11.4. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Companhia e os titulares de Notas Promissórias que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Notas Promissórias em circulação, a Companhia deverá resgatar a totalidade das Notas Promissórias em circulação, com seu conseqüente cancelamento, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva assembléia de titulares de Notas Promissórias ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão. Nesta hipótese, a Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração será a última Taxa DI divulgada oficialmente.

1.11.5 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da assembléia de titulares de Notas Promissórias de que trata o item 1.12.3., referida assembléia de titulares de Notas Promissórias será automaticamente cancelada e a nova Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Notas Promissórias.

1.11.6. As Notas Promissórias não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado.

1.12. Prazo e Data de Vencimento

As Notas Promissórias terão prazo de vencimento de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos contados da Data de Emissão, sendo que o vencimento ocorrerá no 360º dia, ocasião em que a Companhia obriga-se a proceder ao resgate das Notas Promissórias em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração.

1.13. Regime de Colocação

1.13.1. Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Notas Promissórias, sob o regime de garantia firme de colocação, de forma não solidária, para o volume até R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), correspondente ao Valor Total da Emissão, sendo que a garantia firme se dará na proporção de 75% (setenta e cinco por cento) para o BB-BI e 25% (vinte e cinco por cento) para o BNPP, conforme o disposto no quadro abaixo:

Coordenadores	Volume
BB-BI	Até R$ 300.000.000,00
BNPP	Até R$ 100.000.000,00

1.13.2. Observado o prazo da garantia firme de colocação indicada no item 5.1.1. do Contrato de Distribuição, caso, ao final do Prazo de Colocação, a totalidade das Notas Promissórias não tenha sido distribuída aos investidores, os Coordenadores estarão obrigados a subscrever e integralizar as Notas Promissórias não colocadas, na proporção da garantia firme de colocação indicada no item 1.13.1. acima.

1.13.3. Os Coordenadores poderão revender, até a data de publicação do Aviso de Encerramento, as Notas Promissórias adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de revenda. A revenda das Notas Promissórias pelos Coordenadores após a publicação do Aviso de Encerramento e até a Data de Vencimento das Notas Promissórias poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Notas Promissórias, conforme aqui mencionada, deverá respeitar a regulamentação aplicável.

1.14. Plano de Distribuição

1.14.1. As Notas Promissórias serão objeto de distribuição pública, com intermediação dos Coordenadores, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição.

1.14.2. Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores iniciarão a colocação das Notas Promissórias, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM n.º 429/06, no Prazo de Registro Automático.

1.14.2.1. Caso a CVM não conceda o registro automático à Oferta, os termos e condições do presente documento continuarão em vigor, mas o prazo de 5 (cinco) dias úteis referido no parágrafo anterior será ampliado para acomodar-se aos prazos previstos na Instrução CVM n.º 134/90.

1.14.3. A colocação das Notas Promissórias será realizada de acordo com os procedimentos do NOTA, bem como com o plano de distribuição descrito na Cláusula Quarta do Contrato de Distribuição.

1.14.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica. O procedimento de rateio será proporcional ao volume das ordens colocadas pelos investidores.

1.14.5. Para fins do disposto no parágrafo segundo, do artigo 14, e no artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, a Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas, a critério da Companhia ou dos Coordenadores.

1.14.6. Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez; e/ou (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Notas Promissórias, e/ou (iii) firmado contrato de estabilização de preço das Notas Promissórias no mercado secundário. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir Notas Promissórias.

1.14.7. Uma vez colocadas as Notas Promissórias, os Coordenadores deverão, às expensas da Companhia, providenciar a publicação do Aviso de Encerramento.

1.14.8. De acordo com a faculdade prevista no artigo 1º da Instrução CVM n.º 155/91, não haverá, no âmbito da Oferta, utilização de prospecto ou qualquer material publicitário destinado à divulgação pública, além do Aviso de Início, do Aviso de Encerramento e desta Lâmina.

1.15. Público Alvo

1.15.1. A Oferta será destinada, única e exclusivamente, a Investidores Qualificados, sendo que as Notas Promissórias serão alocadas prioritariamente aos Coordenadores da Oferta e/ou seus acionistas controladores.

1.15.2. Devem todos os outros investidores, que não os Investidores Qualificados, atentar para a inadequação da presente Oferta, uma vez que esta se destina exclusivamente a Investidores Qualificados que tenham a especialização e o conhecimento suficientes para tomar uma decisão independente e fundamentada de investimento.

1.16. Repactuação Programada

Não haverá repactuação programada das Notas Promissórias.

1.17. Garantias

As Notas Promissórias não farão jus a nenhum tipo de garantia.

1.18. Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares de Notas Promissórias, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

1.19. Resgate Antecipado

1.19.1. As Notas Promissórias poderão ser resgatadas antecipadamente pela Companhia a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, nos termos do parágrafo segundo, do artigo 7º, da Instrução CVM n.º 134/90 e de acordo com os seguintes procedimentos:

(i) mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia e comunicação aos titulares de Notas Promissórias, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data de resgate antecipado, informando a data, o local e o procedimento para realização de resgate antecipado;

(ii) o resgate antecipado, total ou parcial, será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate, e de prêmio de 0,28% (vinte e oito centésimos por cento) incidente sobre o saldo devedor atualizado das Notas Promissórias a ser pago aos titulares de Notas Promissórias; e

(iii) na hipótese de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio, que será realizado com base no número de cada Nota Promissória, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações.

1.19.1.1. Na hipótese do subitem (iii) do item 1.19.1. acima, a Companhia será responsável pela organização do sorteio, às suas expensas, e deverá comunicá-lo aos titulares de Notas Promissórias no prazo previsto no subitem (i) do item 1.19.1. acima. Poderão estar presentes no sorteio os titulares de Notas Promissórias ou seus mandatários devidamente constituídos para esse fim.

1.20. Hipóteses de Vencimento Antecipado

1.20.1. Os titulares de Notas Promissórias, individualmente ou em conjunto, poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Notas Promissórias constantes da Cártula e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto nos itens 1.20.2. a 1.20.4. na ocorrência das seguintes hipóteses:

a. pedido de auto-falência ou de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, da Companhia;

b. falta de pagamento, pela Companhia, de quaisquer valores devidos aos titulares de Notas Promissórias, não sanada em 2 (dois) dias corridos contados da data em que era devido;

c. liquidação, dissolução ou extinção da Companhia;

d. não cumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Cártula, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do aviso por escrito que lhe for enviado diretamente pelos titulares de Notas Promissórias, individualmente ou em conjunto;

e. protesto de títulos no valor unitário ou agregado, de, no mínimo, R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), por cujo pagamento a Companhia seja responsável, ainda que na condição de garantidora, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias corridos;

f. vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia no montante individual ou agregado, de, no mínimo, R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);

g. inadimplemento, em sua respectiva data de vencimento ou após decorrido qualquer prazo de cura ali previsto, no pagamento de qualquer dívida da Companhia no montante individual ou agregado, de, no mínimo, R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);

h. cisão, fusão ou ainda, incorporação da Companhia por outra sociedade, salvo se (i) tal alteração societária for aprovada por titulares de Notas Promissórias representando a maioria das Notas Promissórias em circulação; ou (ii) se for garantido o direito de resgate aos titulares de Notas Promissórias que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação, a ser exercido no prazo de 6 (seis) meses contados da data de publicação da ata da assembléia geral da Companhia em que se deliberou tal cisão, fusão ou incorporação;

i. caso o controle acionário da Companhia, de forma direta e/ou indireta, deixe de ser da (i) Suez Tractebel, sociedade anônima, organizada e existente de acordo com as Leis da Bélgica, com sede em Bruxelas, Bélgica; ou (ii) de outra sociedade que venha a sucedê-la a qualquer título no âmbito de processo de fusão ou reestruturação societária entre a Suez Tractebel e outras empresas atuantes no mercado de atuação da Suez Tractebel;

j. no caso de alienação, inoperância ou paralisação prolongada ou qualquer outra forma de disposição, pela Companhia, de ativos permanentes que representem, de forma individual ou agregada, 25% (vinte e cinco por cento) da capacidade de geração de energia elétrica da Companhia, tomando-se por base a Capacidade Instalada da Companhia na Data de Emissão e que comprovadamente afete a capacidade econômico-financeira da Companhia;

k. intervenção ou perda da concessão/autorização da Companhia, conforme o caso, para explorar atividades relacionadas à geração de energia;

l. transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

m. redução do capital social da Companhia, exceto se previamente autorizado pelos titulares de Notas Promissórias representando a maioria das Notas Promissórias em circulação reunidos em assembléia dos titulares de Notas Promissórias;

n. pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Companhia, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, se a Companhia estiver em mora com as suas obrigações pecuniárias relativas às Notas Promissórias;

o. não observância, pela Companhia, enquanto houver Notas Promissórias em circulação, dos seguintes Índices e Limites Financeiros:

(i) na data de cada balanço trimestral da Companhia, a relação entre o somatório do EBITDA consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres da Companhia e o somatório das Despesas Financeiras Consolidadas no mesmo período não poderá ser inferior a 2,0; e

(ii) na data de cada balanço trimestral, a relação entre a Dívida Consolidada e o somatório do EBITDA consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres da Companhia não poderá ser superior a 2,5, podendo atingir 3,5 em casos de novos investimentos e/ou aquisições, sendo que no último caso, o vencimento de qualquer nova dívida contraída pela Companhia deverá ocorrer somente em data posterior à Data de Vencimento das Notas Promissórias.

Em que:

"EBITDA Consolidado" significa o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações; (ii) da depreciação e amortizações ocorridas no período, (iii) das Despesas Financeiras Consolidadas deduzidas das receitas financeiras; e (iv) do resultado não operacional;

"Dívida Consolidada" significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas da Companhia junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional; e

"Despesas Financeiras Consolidadas" significa o somatório dos custos de emissão de dívida, juros pagos a pessoas físicas ou jurídicas (incluindo instituições financeiras e fornecedores), valores mobiliários, despesas financeiras que não impactem o caixa, comissões, descontos e outras taxas para empréstimos bancários ou cartas de crédito, despesas e receitas de operações de proteção contra variação cambial (*hedge*), despesas com avais, fianças, penhores ou garantias prestadas a outras obrigações, excluindo juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas, contabilizada como despesa financeira.

1.20.2. Os valores mencionados nas alíneas (i) a (xv) do item 1.20.1. acima não serão reajustados ou corrigidos.

1.20.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados nas alíneas (a), (b) e (c) do item 1.20.1. acima acarretará o vencimento antecipado automático das Notas Promissórias, independentemente de qualquer consulta aos respectivos titulares de Notas Promissórias, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelos titulares de Notas Promissórias, individualmente ou em conjunto, à Companhia.

1.20.4. Na ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (d), (e), (f), (g), (h), (i), (j), (k), (l), (m), (n) e (o) do item 1.20.1. acima, a Companhia deverá convocar ou os titulares de Notas Promissórias, individualmente ou em conjunto, poderão solicitar a Companhia que convoque, em até 3 (três) dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido evento ou fim do período de cura, conforme o caso, assembléia dos titulares de Notas Promissórias, para deliberar sobre o eventual Vencimento Antecipado das obrigações decorrentes das Notas Promissórias.

1.20.4.1. A assembléia de titulares de Notas Promissórias a que se refere o item 1.20.4. acima deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da data da primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

1.20.5. Na assembléia dos titulares de Notas Promissórias mencionada no item 1.20.3. acima, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Décima do Contrato de Distribuição, os titulares de Notas Promissórias poderão optar, mediante deliberação de titulares de Notas Promissórias que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Notas Promissórias em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Notas Promissórias.

1.20.5.1. Na hipótese (i) de não instalação da assembléia dos titulares das Notas Promissórias mencionada no item 1.20.3. acima, por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 1.20.5. acima por titulares que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Notas Promissórias em circulação, será declarado o Vencimento Antecipado das obrigações decorrentes das Notas Promissórias, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelos titulares de Notas Promissórias, individualmente ou em conjunto, à Companhia.

1.20.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Notas Promissórias, a Companhia obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias em circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos do Contrato de Distribuição, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Companhia, de comunicação por escrito a ser enviada pelos titulares das Notas Promissórias à Companhia, nos termos do item 1.20.3. ou 1.20.5.1. acima, conforme o caso, por meio de carta protocolizada no endereço constante do Contrato de Distribuição e do item 1.24. abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios devidos.

1.21. Local de Negociação

As Notas Promissórias serão registradas para negociação no mercado de balcão organizado, junto ao NOTA.

1.22. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Notas Promissórias serão realizados em conformidade com os procedimentos da CETIP, para as Notas Promissórias registradas no NOTA ou, para os titulares das Notas Promissórias que não estiverem vinculadas ao referido sistema, na sede da Companhia.

1.23. Classificação de risco

Não há classificação de risco (*rating*) das Notas Promissórias.

1.24. Coordenadores

Abaixo segue a identificação e o endereço no qual os Coordenadores poderão ser contatados:

Coordenador Líder

BB Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas, 105, 36º andar
Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. Renato Bezerra dos Santos
Tel.: (21) 3808-3603/(11) 2128-7742
Fax: (21) 3808-3239 e (11) 2128-7756
E-mail: renatobezerra@bb.com.br/gemec@bb.com.br
Website: www.bb.com.br

Coordenador

BNP Paribas Brasil S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, 510, do 10º ao 14º andares
São Paulo – SP – 04543-906
At.: Sr. Luis Berlfein
Tel.: (11) 3841-3401
Fax: (11) 3841-3399
E-mail: luis.berlfein@br.bnpparibas.com
Website: www.bnpparibas.com.br

1.25. Destinação dos Recursos

Os recursos provenientes da Emissão serão destinados pela Companhia à aquisição de ativos para expansão de seu parque gerador.

1.26. Alterações dos Termos e Condições da Oferta

1.26.1. Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição pública das Notas Promissórias, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Companhia e inerentes à própria Oferta, a Companhia e os Coordenadores poderão solicitar à CVM modificação ou revogação da Emissão.

1.26.2. Na hipótese de revogação, a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores tornar-se-ão ineficazes, devendo ser restituído integralmente aos investidores o valor dado em contrapartida às Notas Promissórias, em conformidade com o Contrato de Distribuição.

1.26.3. A eventual modificação dos termos e condições da Oferta, nos termos do disposto no Contrato de Distribuição, deverá ser divulgada imediatamente ao menos pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do Aviso de Início e o Coordenador Líder deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesta hipótese, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da alteração dos termos e condições das Notas Promissórias, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

1.26.4. Na hipótese de (i) revogação da Emissão ou (ii) revogação, pelos investidores, de sua aceitação, em virtude de modificação das condições da Emissão, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Notas Promissórias deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ficando desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos sem adição de juros ou correção monetária. Neste caso, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação aos Coordenadores referente aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição referentes às Notas Promissórias já integralizadas.

1.27. Assembléias dos Titulares de Notas Promissórias

1.27.1. Observadas as disposições do Contrato de Distribuição, os titulares de Notas Promissórias poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Notas Promissórias.

1.27.1.1. As despesas relativas à convocação e a realização de assembléias de titulares de Notas Promissórias serão arcadas pela Companhia.

1.27.2. Observado o disposto no item 1.20.4 acima, a assembléia de titulares de Notas Promissórias poderá ser convocada pela Companhia ou por titulares de Notas Promissórias que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Notas Promissórias em circulação, ou pela CVM.

1.27.3. Aplicar-se-á à assembléia dos titulares de Notas Promissórias, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembléias gerais de acionistas e de debenturistas.

1.27.4. A assembléia dos titulares de Notas Promissórias instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Notas Promissórias que representem, no mínimo, metade das Notas Promissórias em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

1.27.5. Cada Nota Promissória conferirá a seu titular o direito a um voto na assembléia dos titulares de Notas Promissórias, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Notas Promissórias ou não.

1.27.6. Para efeito desta Lâmina, principalmente no que se refere à constituição dos quoruns de instalação e/ou deliberação referidos acima, serão consideradas Notas Promissórias em circulação todas as Notas Promissórias em circulação no mercado, excluídas as Notas Promissórias que sejam de propriedade da Companhia, de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

1.27.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas assembléias dos titulares de Notas Promissórias.

1.27.8. A presidência da assembléia dos titulares de Notas Promissórias caberá ao titular das Notas Promissórias eleito pelos titulares de Notas Promissórias ou àquele que for designado pela CVM.

1.27.9. As alterações propostas pela Companhia relativas (i) à Remuneração das Notas Promissórias, (ii) ao prazo de vencimento das Notas Promissórias, e/ou (iii) aos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 1.20 acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da assembléia dos titulares de Notas Promissórias ou em qualquer convocação subseqüente, por titulares de Notas Promissórias que representem 90% (noventa por cento) das Notas Promissórias em circulação.

1.27.10. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Promissórias, nos termos do item 1.20.5. acima, bem como toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas no Contrato de Distribuição e não expressamente mencionada no item 1.27.9. acima, dependerá da aprovação de titulares de Notas Promissórias que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Notas Promissórias em circulação.

1.28. Agente de Notas

Não haverá Agente de Notas.

2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DA COMPANHIA

2.1. Breve Histórico

A Eletrosul foi criada em 1968 como terceira subsidiária regional da Eletrobrás destinada ao abastecimento energético dos Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (tendo sua área de atuação ampliada, em 1980, com a inclusão do Estado do Mato Grosso do Sul). A Eletrosul e as demais empresas da Eletrobrás foram incluídas no Programa Nacional de Desestatização – PND, por meio do Decreto n.º 1.481, de 3 de maio de 1995. Em 23 de dezembro de 1997, a Eletrosul foi parcialmente cindida, sendo que o patrimônio relativo à atividade de geração de energia elétrica foi vertido para a constituição de uma nova sociedade, denominada Gerasul. O patrimônio vertido à Gerasul, à época da cisão, representava cerca de 71,0% do patrimônio líquido cindido.

Após a cisão de 1997, a Eletrosul continuou responsável exclusivamente pelas atividades relacionadas à transmissão de energia elétrica e a Gerasul passou a atuar exclusivamente na geração e comercialização de energia elétrica, ficando as duas companhias sob o controle da Eletrobrás.

Em janeiro de 1998, o controle acionário da Gerasul passou a ser da Eletroger, companhia que teve origem na cisão parcial do patrimônio da Eletrobrás. Em abril do mesmo ano, a Eletroger incorporou sua controlada Gerasul, passando a utilizar a denominação social até então utilizada pela incorporada.

Em leilão realizado em 15 de setembro de 1998, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a SESA, empresa constituída no Brasil sob o controle da Suez Tractebel, com sede em Bruxelas, Bélgica, adquiriu o controle acionário da Gerasul, representado, na época, por 227.095.639.468 ações ordinárias, correspondentes a 50,01% do capital social votante da Gerasul, pelo preço de R$ 945,7 milhões.

Em 28 de maio de 1998, a Companhia foi registrada como companhia aberta na CVM sob n.º 1732-9.

Em fevereiro de 2002, a Gerasul alterou sua razão social, passando a ser denominada Tractebel Energia S.A.

Em novembro de 2005, a Companhia aderiu ao Novo Mercado, segmento de listagem da BOVESPA destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais em relação ao que é exigido pela legislação aplicável, e em dezembro do mesmo ano, realizou uma oferta secundária de 71.000.000 ações para promover maior valorização e liquidez das mesmas e atender aos requisitos do Novo Mercado.

Desde a privatização, em setembro de 1998, até 31 de março de 2008, a Companhia realizou investimentos da ordem de R$ 3,9 bilhões (a preços atualizados) na expansão e ampliação da confiabilidade de suas usinas, consolidando sua atuação no setor elétrico brasileiro. Nesse mesmo período, a Capacidade Instalada exclusiva da Companhia (i.e., considerando as UHE e as UTE sob controle direto e indireto da Companhia, e a participação da Companhia nas UHE Ita e Machadinho) apresentou crescimento de 58,1%, passando de 3.719 MW para 5.881 MW em 31 de março de 2008. Verificou-se, ainda, um aumento de 48,15% na Energia Assegurada da Companhia (i.e., considerando as UHE e as UTE sob controle direto e indireto da Companhia, incluindo a participação da Companhia nas UHE Ita e Machadinho), que passou de 2.143 MW médios para 3.175 MW médios.

Em 31 de março de 2008, a Companhia possuía um Parque Gerador composto por 6 usinas hidrelétricas e 7 usinas termelétricas, localizadas nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Goiás. Das 13 usinas, 11 pertencem integralmente à Companhia, de forma direta ou indireta, por meio de suas Controladas, e 2 são operadas pela Companhia por meio de consórcios com outras empresas. A Companhia gerava 926 empregos diretos em 31 de março de 2008.

De acordo com informações disponíveis no *website* da ANEEL[1], a Companhia é a maior geradora de energia elétrica do setor privado no Brasil em termos de Capacidade Instalada e Energia Assegurada.

Até 31 de março de 2008, segundo o ONS, as usinas operadas pela Companhia eram responsáveis por cerca de 7% da geração de eletricidade do SIN, que por sua vez representa a quase totalidade do Brasil.

No ano de 2007, 3 novas sociedades limitadas foram constituídas pela Companhia: (i) Lagoa Formosa Bionergética Ltda., (ii) Épsilon Participações Ltda.; e (iii) Gama Participações Ltda. Nenhuma destas sociedades exercia atividades em 31 de março de 2008.

Recentemente, a Companhia adquiriu (i) a totalidade das ações da CESS, detentora da UHE São Salvador, no Rio Tocantins, (ii) por meio de sua controlada, a Delta Energética, participação acionária na Seival Participações S.A., detentora da UTE Seival, em Candiota, Estado do Rio Grande do Sul, e (iii) por meio de sua controlada, a Energia América do Sul, participação acionária na Ponte de Pedra, detentora da UHE Ponte de Pedra, no Mato Grosso do Sul.

A UHE São Salvador iniciará suas operações a partir de 2009, de forma que ainda não integra o Parque Gerador para fins desta Lâmina.

[1] Em http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/AgenteGeracao/GraficoDezMaioresPotencia.asp, em 13 de maio de 2008.

A aquisição da UTE Seival fortalece o desenvolvimento do projeto para exportação de energia ao Uruguai a partir de 2012 e já possui autorização da ANEEL, licença prévia e opção de compra de imóvel para a implantação e exploração de termelétrica a carvão em Candiota, Rio Grande do Sul, com potência instalada de até 540 MW. Tendo em vista o acima exposto, a UTE de Candiota igualmente ainda não integra o Parque Gerador para fins desta Lâmina.

Por sua vez, a realização da transferência de controle acionário de Ponte de Pedra para a Energia América do Sul, dependia da aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, concedida em 19 de março de 2008, e estava condicionada à autorização (i) da ANEEL, concedida em 26 de fevereiro de 2008, por meio da Resolução n.º 1.260, e (ii) dos credores, concedida em 22 de abril de 2008. Tendo em vista que as condições precedentes só foram integralmente cumpridas em data posterior a 31 de março de 2008, a UHE Ponte de Pedra não integra o Parque Gerador para fins desta Lâmina.

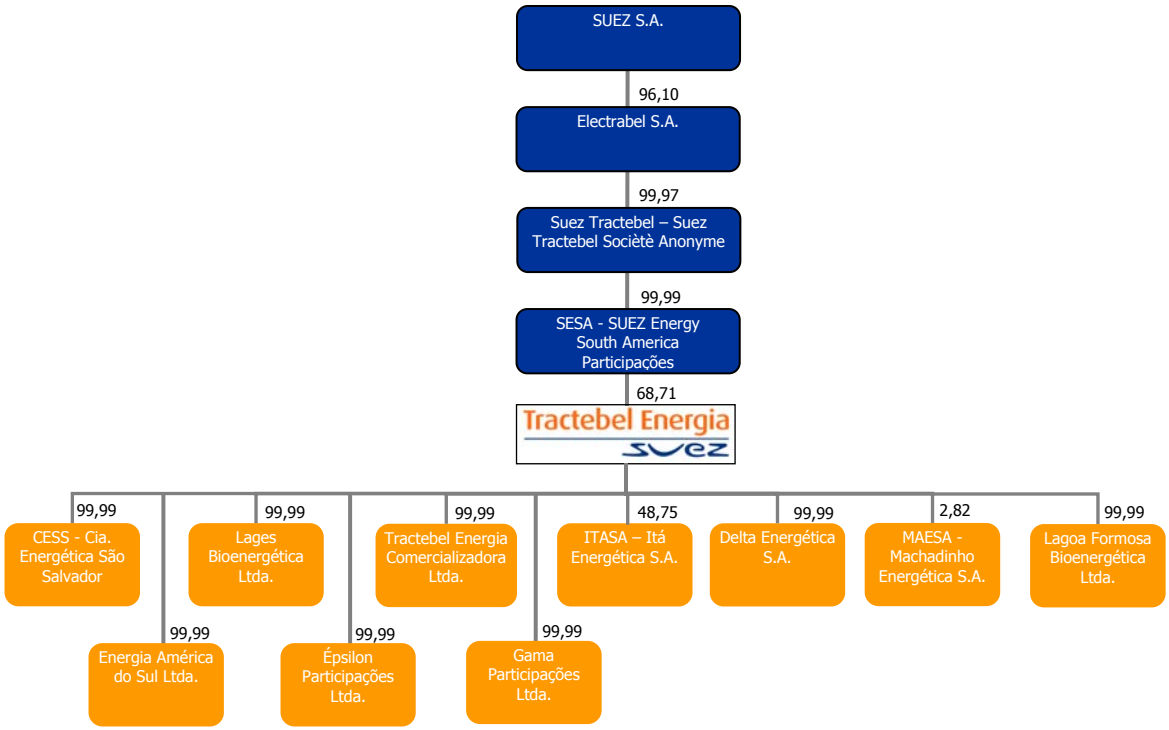
Por fim, em 28 de março de 2008, a Companhia incorporou sua subsidiária integral CEM, mediante a versão do patrimônio líquido da CEM a valor contábil e sem modificação do patrimônio líquido da Companhia. Desta forma, a CEM foi extinta e todos os seus ativos e passivos foram absorvidos pela Companhia, a qual sucedeu a CEM em todos os seus bens, direitos e obrigações.

2.2. Objeto Social

A Companhia tem por objeto social: (i) realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; (ii) participar de pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatório para fins múltiplos; (iii) contribuir para a formação de pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica, bem como para a preparação de operários qualificados, através de cursos especializados; (iv) participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados; (v) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico e empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica; (vi) colaborar para a preservação do meio ambiente no exercício de suas atividades; (vii) colaborar com os programas relacionados com a promoção e incentivo à indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade; e (viii) participar, como sócio, quotista ou acionista, de outras sociedades no setor de energia.

2.3. Organograma Societário

O esquema a seguir representa a estrutura acionária na qual a Companhia se encontrava inserida em 31 de março de 2008, indicando as respectivas participações:



2.4. Composição do Capital Social

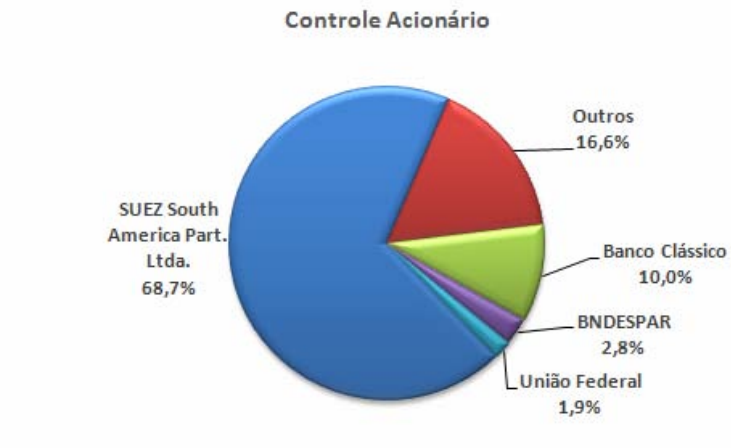
Em 31 de março de 2008, o capital social total da Companhia era de R$ 2.445,8 milhões, representado por 652.742.192 ações ordinárias detidas pelos seguintes acionistas:

ACIONISTA	N.º de ações ON	%
SESA	448.512.633 [2]	68,7
Banco Clássico S.A.	65.268.744	10,0
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	18.266.193	2,8
União federal	12.425.102	1,9
Outros	108.269.520	16,6
Total	**652.742.192**	100,0

Em 31 de março de 2008, a Companhia possuía capital social autorizado de R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais).

2.5. Acionista Controlador da Companhia

Em 31 de março de 2008, a SESA detinha 68,71% do capital social da Companhia e, portanto, exercia o controle da Companhia.



O Grupo Suez, da qual a SESA é parte, é um grupo com atuação internacional nas áreas industrial e de serviços, que oferece soluções inovadoras nos setores de energia e meio ambiente a empresas, comunidades e indivíduos.

O conglomerado é um dos maiores fornecedores de energia e de serviços ambientais na Europa. Há previsão de que seja realizada, em 2008, a fusão da Suez com a Gaz de France (GDF), dando origem a uma empresa que deverá se tornar o quarto maior grupo de energia do mundo e o quinto maior produtor de eletricidade da Europa, com Capacidade Instalada total de aproximadamente 65 mil MW, incluindo os empreendimentos em construção.

[2] Observa-se que 8 das ações da SESA indicadas nesta tabela foram cedidas fiduciariamente aos conselheiros da Companhia.

2.6. Atividades da Companhia

Mercado de Atuação

A Companhia é concessionária de uso de bem público autorizada a prestar serviços de geração e comercialização de energia elétrica. Em 31 de março de 2008, a Companhia operava um Parque Gerador composto por 6 usinas hidrelétricas e 7 usinas termelétricas, instaladas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás, das quais 11 pertencem integralmente à Companhia, de forma direta ou indireta, por meio de suas Controladas, e 2 são operadas pela Companhia por meio de consórcios com outras empresas.

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações sobre o Parque Gerador da Companhia em 31 de março de 2008:

Unidade de Produção	Tipo	Localização	Unidades Geradoras	Capacidade Instalada		Energia Assegurada		Capacidade de Fornecimento da Companhia (MW)
				Total (MW)	Pertencentes à Companhia	Total (MW médios)[1]	Pertencentes à Companhia (MW médios)[1]	
Salto Santiago	Hidrelétrica	Rio Iguaçu (PR)	4	1.420	1.420	723	723	1.420
Salto Osório	Hidrelétrica	Rio Iguaçu (PR)	6	1.078	1.078	522	522	1.078
Passo Fundo	Hidrelétrica	Rio Passo Fundo (RS)	2	226	226	119	119	226
Itá	Hidrelétrica	Rio Uruguai (SC/RS)	5	1.450	1.090	720	513	1.090
Machadinho	Hidrelétrica	Rio Uruguai (SC/RS)	3	1.140	404	529	147	404
Cana Brava	Hidrelétrica	Rio Tocantins (GO)	3	450	450	273	273	450
Total Hidrelétricas				5.764	4.668	2.886	2.297	4.668
Complexo Jorge Lacerda[2]	Termelétrica	Capivari de Baixo (SC)	7	857	857	650	650	857
Charqueadas	Termelétrica	Charqueadas (RS)	4	72	72	46	46	72
Alegrete	Termelétrica	Alegrete (RS)	2	66	66	21	21	66
William Arjona	Termelétrica	Campo Grande (MS)	5	190	190	136	136	190
Lages	Termelétrica	Lages (SC)	1	28	28	25	25	28
Total Termelétricas				1.213	1.213	878	878	1.213
Compra de Energia (Itasa)								36
Total Tractebel Energia				6.977	5.881	3.764	3.175	5.917

[1] O conceito de Energia Assegurada não se aplica às usinas termelétricas. O conceito aplicado, nesses casos, é o de energia disponível, conforme indicado na tabela acima para cada uma das usinas termelétricas do Parque Gerador. Entretanto, quando utilizado nesta Lâmina, o termo Energia Assegurada também inclui energia disponível das usinas termelétricas.

[2] O Complexo Jorge Lacerda compreende 3 plantas (UTE Jorge Lacerda A, UTE Jorge Lacerda B, e UTE Jorge Lacerda C) com 7 unidades geradoras.

A Capacidade Instalada total operada pela Companhia (i.e., considerando as UHE e as UTE sob controle direto e indireto da Companhia, bem como a totalidade da energia das UHE Ita e Machadinho) totalizava 6.977 MW em 31 de março de 2008, dos quais 82,6% oriundos de UHE e 17,4% de UTE, o que correspondia a cerca de 7,5% do parque gerador de energia brasileiro. Em 31 de março de 2008, a Energia Assegurada total operada pela Companhia (i.e., considerando as UHE e as UTE sob controle direto e indireto da Companhia, bem como a totalidade da energia das UHE Ita e Machadinho) era de 3.764 MW médios.

Conforme mencionado no item "Breve Histórico" acima, a UHE São Salvador, a UTE Seival e a UHE Ponte de Pedra não são consideradas para fins desta Lâmina.

Em 2005, a Companhia gerou 29.801 GWh, equivalentes a 3.402 MW médios o que representou 7,5 % da energia requerida pelo sistema elétrico nacional e atendeu a 45% do consumo dos estados da região Sul. Esse índice de geração mantém-se em linha com a média dos últimos 5 anos. Do total produzido, 24.721 GWh equivalentes a 2.822 MW médios foram gerados em usinas hidrelétricas, representando 83% do total e 5.080 GWh equivalentes a 580 MW médios foram gerados em usinas termelétricas, representando 17% do total.

Em 2006, a geração global foi comparativamente menor em relação aos anos anteriores, apresentando redução de 28,4% em relação a 2005, em função da estiagem prolongada que afetou a região Sul do Brasil, considerada uma das mais severas de que se tem registro. A Companhia gerou 21.351 GWh ou 2.437 MW médios, dos quais 15.885 GWh ou 1.813 MW médios provenientes das hidrelétricas e 5.466 GWh ou 624 MW médios das termelétricas. Esses dados incluem a totalidade da produção das Usinas Itá e Machadinho, nas quais a Companhia detém 70,0% e 19,28% de participação, respectivamente. Vale ressaltar que os efeitos da estiagem mencionada acima para a Companhia foram significativamente atenuados em razão da existência do MRE, que admite o rateio dos riscos hidrológicos entre as Geradoras, ao permitir o intercâmbio de energia entre elas a preços de operação.

Já no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a produção total de energia elétrica da Companhia foi de 33.858 GWh ou 3.865 MW médios, cerca de 58,6% superior ao volume produzido no mesmo período do ano anterior, superando o recorde anterior obtido em 2002, que era de 31.045 GWh ou 3.544 MW médios. Tal acréscimo foi devido, principalmente, às condições hidrológicas sensivelmente melhores no que tange às usinas hidrelétricas e ao aumento da exportação de energia para a Argentina, no que tange às usinas termelétricas. Nas usinas hidrelétricas, a produção total de energia ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, foi de 28.858 GWh, ou seja, 81,7% superior à produção verificada no mesmo período de 2006. Nas usinas termelétricas, que operaram principalmente para abastecer a região leste do Estado de Santa Catarina, no atendimento ao consumo de carvão determinado pela ANEEL e para exportação de energia elétrica, a produção de energia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 foi de 5.000 GWh.

No período encerrado em 31 de março de 2008, a produção total de energia elétrica da Companhia foi de 7.892 GWh, cerca de 65% superior ao volume produzido no período encerrado em 31 de março de 2007. Tal acréscimo foi verificado, principalmente, em virtude das condições hidrológicas favoráveis na região Sul e a estiagem na região Sudeste do País, durante parte significativa do período. Nas usinas hidrelétricas, a produção total de energia no período encerrado em 31 de março de 2008, foi de 6.246 GWh, ou seja, 47,1% superior que à produção verificada no mesmo período em 2007. Nas usinas termelétricas, que operaram principalmente para abastecer a região leste do Estado de Santa Catarina, no atendimento ao consumo de carvão determinado pela ANEEL e para exportação de energia elétrica, a produção de energia no período encerrado em 31 de março de 2008 foi de 1.646 GWh, 94,8% superior àquela verificada no mesmo período em 2007.

A Companhia atua predominantemente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Em 2005, o consumo total desse mercado foi de cerca de 35.915 MW médios, sendo a Companhia responsável pela produção de 3.401,98 MW médios, correspondendo a aproximadamente 9,5% do consumo total desse mercado naquele ano. Nesse mesmo período, a produção da Companhia representou cerca de 7,44% de toda energia requerida pelo SIN e aproximadamente 45% do consumo dos Estados da região Sul. Em 2006, o consumo de referido mercado foi de 38.698 MW médios, sendo a Companhia responsável pela produção de 2.437,33 MW médios, correspondendo a aproximadamente 6,3% do consumo total desse mercado naquele ano. Nesse mesmo período, a produção da Companhia representou cerca de 5,13% de toda energia requerida pelo SIN e aproximadamente 31% do consumo dos Estados da região Sul. Em 2007, o consumo total desse mercado foi de cerca de 39.830 MW médios, sendo a Companhia responsável pela produção de 3.865 MW médios, correspondendo a aproximadamente 9,7% do total de aludido mercado naquele ano. Nesse mesmo período, a produção da Companhia representou cerca de 7,7% de toda energia requerida pelo SIN e aproximadamente 47% do consumo dos Estados da região Sul.

No período encerrado em 31 de março de 2007, o consumo total desse mercado foi de cerca de 39.761 MW médios, sendo a Companhia responsável pela produção de 2.356 MW médios, correspondendo a aproximadamente 5,9% do total de aludido mercado naquele ano. Nesse mesmo período, a produção da Companhia representou cerca de 4,7% de toda energia requerida pelo SIN e aproximadamente 27,6% do consumo dos Estados da região Sul. Por sua vez, no período encerrado em 31 de março de 2008, o consumo total desse mercado foi de cerca de 40.504 MW médios, sendo a Companhia responsável pela produção de 3.614 MW médios, correspondendo a aproximadamente 8,9% do total de aludido mercado naquele ano. Nesse mesmo período, a produção da Companhia representou cerca de 7,0% de toda energia requerida pelo SIN e aproximadamente 40,9% do consumo dos Estados da região Sul.

Outros Produtos e Serviços Oferecidos pela Companhia

Além de fornecer energia elétrica a Distribuidoras, Comercializadoras e Consumidores Livres, a Companhia presta serviços de (i) assessoria, (ii) monitoramento da qualidade da energia produzida, (iii) operação e manutenção de equipamentos de produção de energia, geração de vapor, mudança da classe de tensão de equipamentos de conexão à rede, e (iv) comercialização de sobras de energia. Estas atividades têm como foco principal fidelizar clientes industriais da Companhia.

3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA COMPANHIA

3.1. Balanço Patrimonial

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			Períodos encerrados em 31 de março de	
ATIVO	**2007**	**2006**	**2005**	**2008**	**2007**
	(em milhares de reais)			*(em milhares de reais)*	
ATIVO CIRCULANTE					
Disponibilidades	794.091	256.840	309.137	977.530	548.364
Consumidores, concessionárias e permissionárias	349.906	358.002	320.605	459.239	351.889
Almoxarifado	50.068	23.623	23.512	42.821	22.975
Cauções e depósitos vinculados	19.785	75.590	47.867	1.071	42.572
Ativo fiscal diferido	12.160	21.351	82.344	15.071	24.205
Outros	38.341	56.646	53.067	33.098	63.887
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**1.264.351**	**792.052**	**836.532**	**1.528.830**	**1.053.892**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Ativo fiscal diferido	204.015	188.489	192.309	211.466	193.133
Depósitos judiciais	150.679	131.331	45.924	150.600	134.501
Alienação de bens e direitos	81.315	68.565	60.220	84.793	70.852
Cauções e depósitos vinculados	32.330	29.422	26.119	6.500	30.430
Outros	31.207	31.403	49.925	29.254	28.108
	499.546	**449.210**	**374.497**	**482.613**	**457.024**
Permanente					
Investimentos	113.407	36.873	43.619	90.546	63.979
Imobilizado e intangível	4.688.318	4.226.208	4.353.468	4.742.870	4.177.503
Diferido	32.468	34.766	43.985	52.142	32.463
	4.834.193	**4.297.847**	**4.441.072**	**4.885.558**	**4.273.945**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**5.333.739**	**4.747.057**	**4.815.569**	**5.368.171**	**4.730.969**
TOTAL	**6.598.090**	**5.539.109**	**5.652.101**	**6.897.001**	**5.784.861**

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			Períodos encerrados em 31 de março de	
PASSIVO	**2007**	**2006**	**2005**	**2008**	**2007**
	(*em milhares de reais*)			(*em milhares de reais*)	
PASSIVO CIRCULANTE					
Dividendos e juros sobre o capital próprio	532.997	478.043	495.487	532.997	478.043
Tributos e contribuições sociais	341.396	45.870	47.437	210.308	145.494
Fornecedores	273.911	239.319	94.346	271.456	170.285
Empréstimos, financiamentos e debêntures	177.584	343.913	274.433	187.493	336.339
Benefícios pós-emprego	18.450	20.369	81.020	20.647	19.620
Outros	135.458	119.298	194.665	141.785	126.435
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**1.479.796**	**1.246.812**	**1.187.388**	**1.364.686**	**1.276.216**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.635.650	933.595	1.249.334	1.634.173	893.704
Benefícios pós-emprego	310.333	293.725	205.755	311.931	298.119
Concessões a pagar	234.188	201.546	178.130	247.453	208.257
Outros	121.270	98.860	145.533	130.393	101.891
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**2.301.441**	**1.527.726**	**1.778.752**	**2.323.950**	**1.501.971**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	91.695	91.695	91.695	91.695	91.695
Reservas de lucros	279.392	227.110	148.500	279.392	227.111
Lucros acumulados	-	-	-	391.512	242.102
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.816.853**	**2.764.571**	**2.685.961**	**3.208.365**	**3.006.674**
TOTAL	**6.598.090**	**5.539.109**	**5.652.101**	**6.897.001**	**5.784.861**

3.2. Demonstrações dos Resultados

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			Períodos encerrados em 31 de março de	
	2007	2006	2005	2008	2007
		(*em milhares de reais*)		(*em milhares de reais*)	
	2007	2006 (Reclassificado)	2005 (Reclassificado)	2008 (Reclassificado)	2007 (Reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**3.364.716**	**3.005.108**	**2.559.419**	**1.059.138**	**761.314**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	**(321.289)**	**(299.576)**	**(271.053)**	**(107.497)**	**(85.766)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**3.043.427**	**2.705.532**	**2.288.366**	**951.641**	**675.548**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS					
Energia elétrica comprada para revenda	(267.652)	(287.404)	(156.366)	(106.531)	(39.930)
Transações no âmbito da CCEE	(181.709)	(281.313)	(7.090)	(15.179)	(47.216)
Custo de produção de energia elétrica	(620.459)	(512.675)	(547.354)	(182.748)	(113.196)
	(1.069.820)	**(1.081.392)**	**(710.810)**	**(304.458)**	**(200.342)**
LUCRO BRUTO	**1.973.607**	**1.624.140**	**1.577.556**	**647.183**	**475.206**
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	(216.757)	(210.149)	(164.796)	(56.453)	(50.501)
Despesas gerais e administrativas	(130.121)	(133.300)	(120.158)	(35.654)	(30.234)
(Constituição) reversão de provisões operacionais, líquida	(2.229)	11.453	(49.691)	1.484	693
Ganhos em ações judiciais	3.700	94.502	-	-	-
Recuperação de PIS/COFINS	**-**	**-**	**-**	**76.431**	**-**
	(345.407)	**(237.494)**	**(334.645)**	**(14.192)**	**(80.042)**
Resultado do serviço	**1.628.200**	**1.386.646**	**1.242.911**	**632.991**	**395.164**
Resultado de participações societárias	**(6.747)**	**(6.446)**	**(6.746)**	**(1.315)**	**(1.687)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	100.602	107.666	139.086	30.464	23.358
Despesas financeiras	(235.255)	(263.874)	(274.756)	(73.338)	(49.844)
	(134.653)	**(156.208)**	**(135.670)**	**(42.874)**	**(26.486)**
RESULTADO OPERACIONAL	**1.486.800**	**1.223.992**	**1.100.495**	**588.802**	**366.991**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**(1.462)**	**2.985**	**3.557**	**(1.064)**	**(702)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**1.485.338**	**1.226.977**	**1.104.052**	**587.738**	**366.289**
Imposto de renda e contribuição social	(439.711)	(247.831)	(183.956)	(196.226)	(124.187)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.045.627**	**979.146**	**920.096**	**391.512**	**242.102**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO EM R$	**1,60**	**1,50**	**1,41**	**0,60**	**0,37**
EBITDA	**1.857.319**	**1.595.010**	**1.451.019**	**691.211**	**451.073**

3.3. Auditores Independentes

As demonstrações contábeis consolidadas e respectivas notas explicativas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2006 foram auditadas pela BDO Trevisan Auditores Independentes. As demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 e as informações relativas ao período encerrado em 31 de março de 2008 foram auditadas e revisadas pela Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes, respectivamente.

4. FATORES DE RISCO DA OPERAÇÃO

Antes de tomar uma decisão de investimento nas Notas Promissórias, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis nesta Lâmina e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos a seguir. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos venha a se concretizar, a condição financeira, os negócios e os resultados das operações da Companhia poderão ser afetados de forma adversa.

Riscos Relacionados à Oferta

Volatilidade e Iliquidez dos Mercados de Títulos Brasileiros

Investir em títulos de mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve um risco maior do que investir em títulos de emissores de países mais desenvolvidos, e tais investimentos são tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos em títulos de emissores brasileiros, tal como as Notas Promissórias, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, envolvendo, dentre outros:

- mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, com relação a seus investimentos;

- restrições a investimentos estrangeiros e a repatriação de capital investido. Os mercados de títulos brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os principais mercados de títulos americanos e europeus, e não são tão regulamentados ou supervisionados como estes; e

- a capitalização de mercado relativamente pequena e a iliquidez dos mercados de títulos brasileiros podem limitar substancialmente a capacidade de negociar as Notas Promissórias ao preço e no momento desejados.

Baixa Liquidez do Mercado Secundário

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de Notas Promissórias apresenta baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado de negociação das Notas Promissórias que permita aos titulares das Notas Promissórias a sua alienação, caso estes decidam pelo investimento. A Companhia não pode garantir o desenvolvimento ou liquidez de qualquer mercado para as Notas Promissórias. A liquidez e o mercado para as Notas Promissórias também podem ser negativamente afetados por uma queda geral no mercado de capitais para as Notas Promissórias. Tal queda pode ter um efeito adverso sobre a liquidez e mercado para as Notas Promissórias, independentemente das perspectivas de desempenho financeiro da Companhia.

Operação de Curto Prazo cuja Liquidação dar-se-á mediante a Contratação de Novas Fontes de Financiamento

Caso a Companhia não tenha sucesso na estruturação de novas fontes de financiamento durante o prazo da operação, poderá não dispor de recursos suficientes para resgatar Notas Promissórias dentro do prazo de vencimento das mesmas.

Hipóteses de Vencimento Antecipado das Notas Promissórias

A Cártula das Notas Promissórias estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado automático das obrigações da Companhia, tais como pedido de recuperação judicial ou falência pela Companhia, não cumprimento de obrigações previstas no Contrato de Distribuição, e vencimento antecipado de outras dívidas. Não há garantias de que a Companhia terá recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Notas Promissórias na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações. Ademais, o vencimento antecipado poderá causar um impacto negativo relevante nos resultados e atividades da Companhia.

Resgate Antecipado

A Cártula e o Contrato de Distribuição estabelecem a faculdade da Companhia de resgatar as Notas Promissórias antecipadamente. Dessa forma, os investidores poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido.

A Validade da Estipulação da Taxa DI

A Súmula n° 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a taxa divulgada pela ANDIMA/CETIP. De acordo com os acórdãos que deram origem a esta Súmula, a ANDIMA e a CETIP são entidades de direito privado, destinadas à defesa dos interesses de instituições financeiras. Apesar de não vincular as decisões do Poder Judiciário, existe a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, referida Súmula ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI não é válida como fator de remuneração das Notas Promissórias. Nesse caso, um novo índice deverá ser determinado pelo Poder Judiciário, podendo representar remuneração inferior à Taxa DI prejudicando a rentabilidade das Notas Promissórias.

Ausência de Parecer dos Auditores Independentes

A Companhia e os Coordenadores não contrataram auditores independentes para a condução de auditoria contábil, respectivamente das informações de caráter legal ou contábil, relativas aos negócios e atividades da Companhia, com vistas à preparação desta Lâmina ou dos demais documentos que serão disponibilizados aos investidores no âmbito da Oferta. Dessa forma, os adquirentes das Notas Promissórias deverão tomar sua decisão de investimento, cientes de que a suficiência, veracidade, qualidade e precisão das informações prestadas pela Companhia nesta Lâmina não foram verificadas de forma independente, por auditores contratados para tal fim.

Risco relativo à falência

As Notas Promissórias não fazem jus a qualquer tipo de garantia. Nesse caso, deve-se considerar que na hipótese de falência da Companhia, os investidores titulares das Notas Promissórias estarão subordinados aos demais credores da Companhia que contarem com garantia real ou privilégio (em atendimento ao critério legal de classificação dos créditos na falência). Dessa maneira, tais investidores somente preferirão aos titulares de créditos subordinados aos demais credores da Companhia e aos acionistas em relação à ordem de recebimento de seus créditos. Em caso de falência da Companhia não há, portanto, garantia de que os investidores titulares das Notas Promissórias receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

Informações Acerca do Futuro da Companhia

Esta Lâmina pode conter informações acerca das perspectivas do futuro da Companhia que refletem as opiniões da Companhia em relação ao seu desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro da Companhia seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção "Fatores de Risco da Operação" e em outras seções desta Lâmina. As expressões "acredita que", "espera que" e "antecipa que", bem como outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Companhia. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações contidas nesta Lâmina e a não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas.

5. RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES

Relacionamento da Companhia com o Coordenador Líder

O Coordenador Líder não possuía nenhuma operação com a Companhia anterior a presente Oferta. O Banco do Brasil S.A., controlador do BB-BI, mantém amplo relacionamento com a Companhia em transações comerciais no mercado financeiro por meio de operações de banco comercial, quais sejam: (i) repasse de "Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO", com saldo equivalente a R$ 12.941.176,16 (em 1 de abril de 2008), em pagamentos mensais, com vencimento final em 1 de dezembro de 2011, e incidência de encargos de 10,93% a.a. (com bônus de adimplência de 15% sobre o valor dos juros), destinados a investimentos pela Companhia; (ii) "Conta Garantida", no valor de R$ 20 milhões, com vencimento em 19 de março de 2009, permitida a renovação automática, incidentes encargos de 103% da Taxa DI, e teto rotativo, com vistas ao financiamento do capital de giro da Companhia; e (iii) "Cartão de Crédito Empresarial", no valor de R$ 300 mil, com vencimento mensal, permitida a renovação automática, com teto rotativo, não incidentes quaisquer encargos sobre a operação até o vencimento da fatura, destinados a compras eventuais pela Companhia. O Banco do Brasil S.A. presta ainda à Companhia serviços bancários de conta-corrente, pagamentos de fornecedores, processamento de folha de pagamento, recolhimento de tributos, recolhimentos de carnês, guias e assemelhados, cobrança bancária, administração de garantias e de contratos de dívidas de médio e longo prazo com a União, contas a pagar, contas a receber, além de aplicações financeiras. Em 31 de março de 2008, o saldo de operações do Banco do Brasil S.A. em aberto com a Companhia era aproximadamente de R$ 40 milhões.

Relacionamento da Companhia com o BNPP

O BNPP não possuía nenhuma operação com a Companhia anterior a presente Oferta. A Companhia contratou com o BNP Paribas Luxembourg SA, instituição financeira pertencente ao Grupo BNPP, do qual o Coordenador é parte, operação de Floating Rate Note no valor de EUR 40 milhões, com vencimento em novembro de 2015 e encargos de Euribor acrescida de 2,75%. Em 31 de março de 2008, a operação indicada acima era a única existente entre o Grupo BNPP e a Companhia, sendo que o limite em risco da Companhia com o Grupo BNPP totalizava R$ 105 milhões naquela data.

6. DECLARAÇÃO DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER

6.1. Nos termos da regulamentação aplicável, a Companhia é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações (i) prestadas nos documentos da Oferta por ocasião do registro, e (ii) fornecidas ao mercado durante a Oferta, conforme declaração prestada pela Companhia de acordo com o disposto no artigo 56 da Instrução CVM nº. 400/03 e do item 7 do Anexo I da Instrução CVM n.º 155/91, anexa a esta Lâmina, assinada pelos diretores estatutários Srs. Marc Jacques Zelie Verstraete e José Carlos Cauduro Minuzzo.

6.2. O Coordenador Líder declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que todas as informações fornecidas ao mercado por ocasião do registro e da distribuição pública das Notas Promissórias sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, nos termos da declaração prestada pelo Coordenador Líder de acordo com o artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03 e do item 7 do Anexo I da Instrução CVM n.º 155/91, anexa a esta Lâmina, assinada pelo Sr. Francisco Cláudio Duda, diretor estatutário, e pelo Sr. Gustavo Sousa, procurador.

7. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Para maiores informações a respeito da Oferta e das Notas Promissórias, bem como para obter exemplar deste documento, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à sede da Companhia ou à sede dos Coordenadores, nos endereços indicados abaixo, sendo que o presente documento estará disponível na CVM apenas para consulta e reprodução.

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ
Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º a 4º andares
São Paulo – SP

Companhia
Rua Antônio Dib Mussi, 366, Centro
Florianópolis – SC

Coordenadores

BB-BI
Rua Senador Dantas, 105, 36º andar
Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Renato Bezerra dos Santos
Tel.: (21) 3808-3603/(11) 2128-7742
Fax: (21) 3808-3239
E-mail: renatobezerra@bb.com.br/gemec@bb.com.br
Website: www.bb.com.br

BNPP
Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, 510, 10º ao 14º andares
São Paulo – SP – 04543-906

At.: Sr. Luis Berlfein
Tel.: (11) 3841-3401
Fax: (11) 3841-3399
E-mail: luis.berlfein@br.bnpparibas.com
Website: www.bnpparibas.com.br

O presente documento encontra-se disponível, para consulta e reprodução, nos *websites* da Companhia (www.tractebelenergia.com.br), do Coordenador Líder (www.bb.com.br), do BNPP (www.bnpparibas.com.br) da CVM (www.cvm.gov.br) e da CETIP (www.cetip.com.br).

Anexos

Anexo I - Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, respectivo parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração

Anexo II - Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, respectivo parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração

Anexo III - Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, respectivo parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração

Anexo IV - Informações Trimestrais Consolidadas da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de março de 2008, respectivo parecer dos Auditores Independentes

Anexo V - Declaração da Companhia, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03 e item 7 do Anexo I da Instrução CVM nº 155/91

Anexo VI - Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03 e item 7 do Anexo I da Instrução CVM nº 155/91

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo I

Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, respectivo parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DO EXERCÍCIO DE 2005

E

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DOS

EXERCÍCIOS DE 2005 E DE 2004

TRACTEBEL ENERGIA S. A.

DIRETORIA FINANCEIRA E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

U. O. CONTABILIDADE – DCO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Relatório da Administração - 2005

Senhores Acionistas,

A Administração da Tractebel Energia tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005. As informações estão apresentadas em base consolidada e de acordo com os princípios e práticas contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A sólida atuação da Tractebel Energia dentro do novo modelo de gestão do setor elétrico marcou o ano de 2005. Tendo como base o sério comprometimento com os desempenhos econômico-financeiro, operacional e institucional, a Companhia apresentou um lucro líquido de R$ 920 milhões, crescimento de 18,7% em relação a 2004. Foram destinados aos acionistas, a título de dividendos e juros sobre capital próprio, valores equivalentes a 95% do lucro líquido anual. O patrimônio líquido alcançou R$ 2.686 milhões em 31 de dezembro de 2005.

Foi um ano de bons resultados também no desempenho operacional. A Tractebel Energia obteve uma excelente performance do parque produtivo, alcançando o patamar de 97,2% de disponibilidade em suas usinas, desconsiderando-se as paradas programadas. A produção acumulada nos 12 meses de 2005 totalizou 29.801 GWh, o que representou 7,5% da energia requerida pelo sistema elétrico nacional, e atendeu a 45% do consumo dos estados da Região Sul. Esse índice mantém a média dos últimos cinco anos.

Após a implementação do novo modelo regulatório para o setor elétrico, a Tractebel Energia participou dos leilões de energia realizados durante o ano; vendeu 200 MW médios no leilão de energia nova e 531 MW médios nos pregões de energia existente, em contratos que prevêem início da entrega em 2008 e 2009. Segundo os dados referentes à energia assegurada e contratos em vigor de compra e venda, o balanço energético da Tractebel Energia mostra que a Companhia está com a atual capacidade quase totalmente contratada até 2008.

Ao concluir a reestruturação da área comercial, a Tractebel Energia investiu consideravelmente no relacionamento com os clientes livres. A estratégia da Companhia é aumentar a participação do segmento industrial em sua carteira de contratos. Para tanto, adotou uma política ativa de fidelização, que possibilita a adequação da compra de energia ao processo produtivo de cada consumidor. A participação dos consumidores industriais na receita da Companhia, que era praticamente nula em 2000, atingiu 21% em 2005, quando sua carteira era composta por mais de 100 clientes livres.

Para aumentar a liquidez das ações da Companhia, foi feito um grupamento de ações seguido da conversão da totalidade das ações preferenciais de seu capital em ordinárias. Em novembro, as ações da Tractebel Energia passaram a ser listadas no Novo Mercado, garantindo o mais alto nível de governança corporativa da BOVESPA. Além disso, a controladora SUEZ Energy South America Participações Ltda. vendeu parte da sua participação em ações, passando a deter 68,7% do capital total e ampliando a base de acionistas. O mercado de capitais passou a ser um importante parceiro para garantir o futuro crescimento da Companhia. Nesse sentido, a Companhia decidiu ampliar e tornar mais transparente o relacionamento com seus acionistas.

A Administração também implementou ações que tiveram como foco o público interno, a comunidade das regiões em que a Companhia está presente e o meio ambiente. Entre os projetos sociais, merece destaque o de Revitalização Econômica e Social de Vila Vermelho, comunidade do entorno da Usina Hidrelétrica de Cana Brava (GO), que recebeu importante investimento em infra-estrutura, cursos de capacitação profissional e de promoção social. O cumprimento das obrigações da legislação ambiental resultou na obtenção da licença de instalação da usina de São Salvador, em Tocantins. Também foram revalidados os

certificados de ISO 9001 (qualidade) e ISO 14001 (normas ambientais) para sete usinas, além de dar seqüência ao processo de certificação das demais. Com foco e estratégia, a Tractebel Energia busca cada vez mais a rentabilidade e a sustentabilidade da produção de energia no Brasil.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Presidente da Tractebel Energia

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

Destaques de 2005

- **Produtividade**

A Tractebel Energia gerou 29.801 GWh em 2005, na proporção de 24.721 GWh gerados em usinas hidrelétricas e 5.080 GWh em termelétricas, mantendo-se no patamar dos últimos cinco anos.

- **Rentabilidade**

A Companhia ampliou seu lucro líquido em 18,7% em relação a 2004, alcançando R$ 920 milhões em 2005. Foram destinados aos acionistas, a título de dividendos e juros sobre capital próprio, valores equivalentes a 95% do lucro líquido anual. O EBITDA cresceu 11,6% no exercício, alcançando R$ 1,418 bilhão. A Companhia participou dos leilões promovidos pela agência reguladora do setor, tanto de energia existente, como de energia nova e incrementou sua carteira de clientes livres.

- **Qualidade**

Investindo no planejamento das manutenções do seu parque, a Tractebel Energia conseguiu um índice de 97,2% de disponibilidade de energia em suas 13 usinas, desconsiderando-se as paradas programadas. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global foi de 90,8%, sendo 93,0% na geração hidrelétrica e 80,5% na termelétrica.

- **Investimentos**

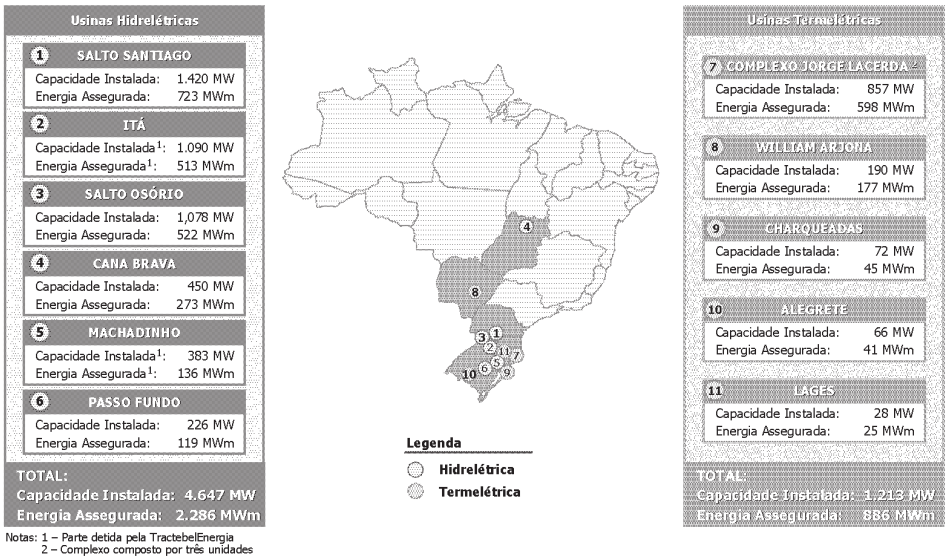
O programa de manutenção e revitalização das usinas recebeu investimentos de R$ 44 milhões em 2005, modernizando o parque gerador para atender às novas necessidades do mercado energético.

PERFIL CORPORATIVO

A Tractebel Energia faz parte do Grupo SUEZ, de origem francesa e belga, que atua em mais de cem países no setor de eletricidade e gás. Trata-se do maior grupo prestador de serviços de energia da Europa, onde também mantém a liderança na gestão de resíduos. É ainda a primeira empresa do mundo em tratamento de água.

Sediada em Florianópolis (SC), a Tractebel Energia é a maior geradora privada de energia elétrica do Brasil, com 13 usinas, sendo 6 hidrelétricas e 7 termelétricas, que respondem por cerca de 8% da energia gerada no País. Do total desse parque gerador, a Tractebel Energia detém integralmente o controle de onze usinas, e duas (hidrelétricas de Itá e Machadinho) são exploradas por meio de consórcios com outras empresas.

A capacidade instalada total de geração das treze usinas alcança 6.977 MW, dos quais 5.764 MW provenientes de geração hidrelétrica e 1.213 MW de geração térmica. A participação da Tractebel Energia nesta capacidade é de 5.860 MW (4.647 MW hidrelétrica e 1.213 MW térmica).

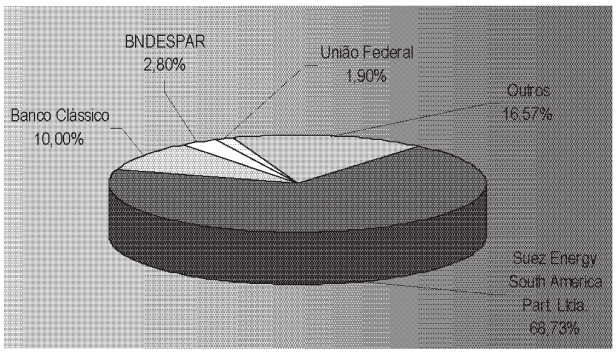


Capital Social

Em Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 27/06/05 e 17/08/05, a Tractebel Energia aprovou a unificação de todas as classes de ações do seu capital social em um só tipo de ação ordinária, mediante a troca e conversão de cada ação preferencial existente (das classes A e B) por uma ação ordinária. Em 19/09/05, o processo de conversão foi concluído, alcançando os objetivos pretendidos de equalizar os direitos conferidos para as ações de emissão da Companhia, adaptar a estrutura acionária aos melhores procedimentos de governança corporativa e conferir maiores condições de liquidez para as suas ações.

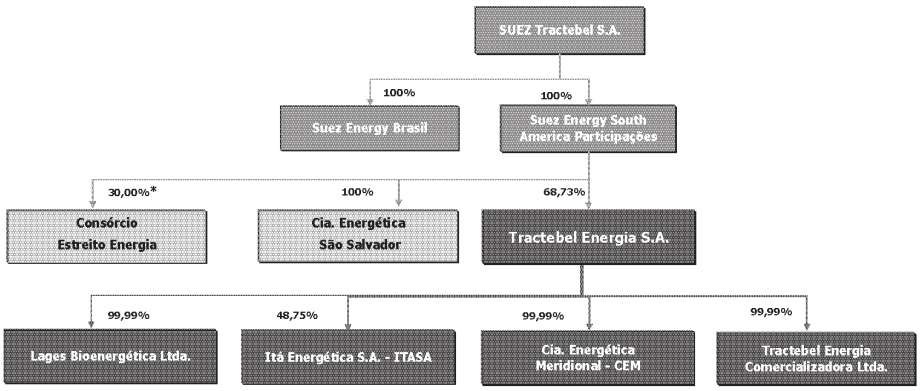
Em 31/12/05, o capital social da Companhia era de R$ 2.445,8 milhões, representado, após o grupamento e conversão referidos anteriormente, por 652.742.192 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Composição societária



A Tractebel Energia detém participação em quatro subsidiárias, das quais três são integrais (Companhia Energética Meridional - CEM, Lages Bioenergética Ltda. e Tractebel Energia Comercializadora Ltda.) e uma, a Itá Energética S.A. - ITASA, da qual a Companhia detém 48,75% do capital social votante e total.

Organograma societário



(*) Em fevereiro de 2006, a Suez Energy South America Participações adquiriu participação adicional neste projeto, elevando a sua participação no consórcio para 40,07%.

Lages Bioenergética Ltda.: constituída em 2002, esta controlada atua como produtora independente de energia, através da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages (SC). Trata-se de uma usina de co-geração, com um turbogerador a vapor de 28 MW, que produz energia utilizando resíduos de madeira (biomassa) como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de vigência até outubro de 2032.

Itá Energética S.A. - ITASA: detém a concessão para a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, por meio de consórcio com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia de Cimento Itambé. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS) e possui

capacidade instalada de 1.450 MW, proveniente de cinco grupos geradores de 290 MW. O prazo de concessão para construção e exploração está vigente até outubro de 2030.

Cia. Energética Meridional - CEM: detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência até agosto de 2033.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.: constituída em outubro de 2000, com o objetivo social de comercializar energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Em dezembro de 2005, a Tractebel Energia Comercializadora possuía contratos com 32 clientes, representando volume de venda de 360 MW médios.

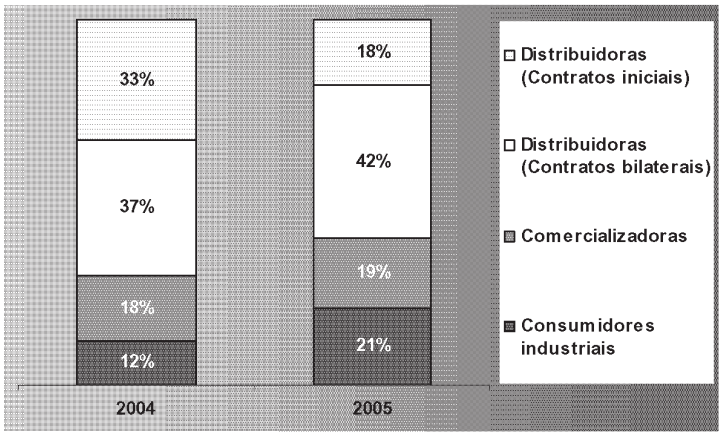
Clientes

A Tractebel Energia apresenta uma carteira diversificada de clientes, atendendo concessionárias distribuidoras de energia e consumidores livres (comercializadoras e indústrias), por meio de contratos flexíveis em relação ao volume e tempo de duração. Dentre os clientes industriais atendidos pela Companhia, destacam-se empresas que atuam nos setores de papel e celulose, fertilizantes, gases industriais, petroquímico, automobilístico e alimentício.

É estratégia da Companhia aumentar a participação do segmento industrial em sua carteira de contratos; para tanto adota uma política ativa de fidelização de clientes que possibilita a adequação da compra de energia ao processo produtivo de cada consumidor. Com isso, a Companhia alcança padrão diferenciado de relacionamento com esses clientes ao mesmo tempo em que atua na otimização da energia disponível de suas usinas para venda.

A participação dos consumidores industriais na receita da Companhia, que era praticamente nula em 2000, atingiu 12% em 2004 e 21% em 2005, quando sua carteira registrava mais de 100 clientes livres.

Participação dos clientes na receita



CONJUNTURA MACRO-ECONÔMICA

O ano de 2005 foi marcado pela pouca tensão econômica no mercado internacional e pela valorização cambial da moeda nacional. Mesmo com os níveis elevados dos preços do barril de petróleo, da evolução inflacionária dos Estados Unidos e da mudança na política de juros na zona do euro, a balança comercial brasileira manteve variação positiva, registrando saldo recorde de US$ 44,7 bilhões, 32,8% maior que o de 2004.

O setor público, por sua vez, fechou o período com um superávit primário de 4,97% do PIB, acima da meta de 4,25%. Em contrapartida, a atividade econômica ficou aquém do esperado, movimento ratificado pelo baixo crescimento do PIB, de apenas 2,6%.

Ao manter sua política de troca de títulos cambiais por títulos da dívida interna e de compra de dólares no mercado futuro, o governo conseguiu reduzir sua dívida líquida em dólar de R$ 124 bilhões, em 2003, para R$ 16 bilhões. Mas a dívida interna aumentou sensivelmente, de R$ 623 bilhões para R$ 980 bilhões, em três anos. Já a dívida junto ao FMI, de R$ 15,5 bilhões, foi quitada antecipadamente em dezembro, dois anos antes do vencimento.

Outros indicadores foram negativos: inflação de 5,69% a.a. (IPCA), quando a meta era de 5,1% a.a.; taxa básica de juros (Selic) encerrou o ano ainda em 18% a.a., com redução inexpressiva em relação a janeiro, quando era de 18,25% a.a. e dívida líquida do setor público, que manteve proporção equivalente a 51% do PIB.

O consumo de energia elétrica no País cresceu 4,8% em 2005, totalizando 335.411 GWh. O crescimento por segmento consumidor foi o seguinte: residencial (5,4%), comercial (7,2%), industrial (2,4%) e outros (7,3%). O consumo industrial representou 45% do mercado nacional, enquanto o mercado residencial respondeu por 25%. O consumo médio por residência foi de 140 kWh por mês, ainda abaixo da média registrada antes do racionamento de 2001/2002, que era de 180 kWh por mês.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2005 a Tractebel Energia gerou 29.801 GWh, o que representou 7,5% da energia requerida pelo sistema elétrico nacional, e atendeu a 45% do consumo dos estados da Região Sul. Esse índice mantém a média dos últimos cinco anos. Do total produzido, 79,3% foram gerados em usinas hidrelétricas e 20,7% em termelétricas. Nos últimos oito anos a capacidade instalada da Companhia cresceu 58%, passando de 3.719 MW para 5.860 MW, um incremento bem acima do crescimento de todo o parque instalado no Brasil, que no mesmo período foi de 32%.

Em 2005, foram investidos R$ 44 milhões no programa anual de manutenção e revitalização das usinas. Foram modernizados os geradores hidráulicos da usina de Salto Osório e os geradores térmicos da usina de Jorge Lacerda B; o sistema digital de telemedição foi ampliado e novas unidades remotas para a supervisão das usinas foram instaladas.

Disponibilidade

Um dos maiores desafios da geração de energia elétrica é maximizar a capacidade produtiva de suas usinas para atender às demandas contratuais. Em 2005, o objetivo empresarial de manter uma disponibilidade geral, desconsideradas as paradas programadas, acima de 96% foi superado; a Tractebel Energia alcançou 97,2% de disponibilidade no período.

Para manter esse alto índice de disponibilidade, um cronograma de manutenção é realizado de modo a interferir o mínimo possível na programação produtiva, garantindo a confiabilidade do sistema. Com isso cumpre-se a missão da Tractebel Energia, que é fornecer energia com qualidade no momento adequado e atender às solicitações ambientais.

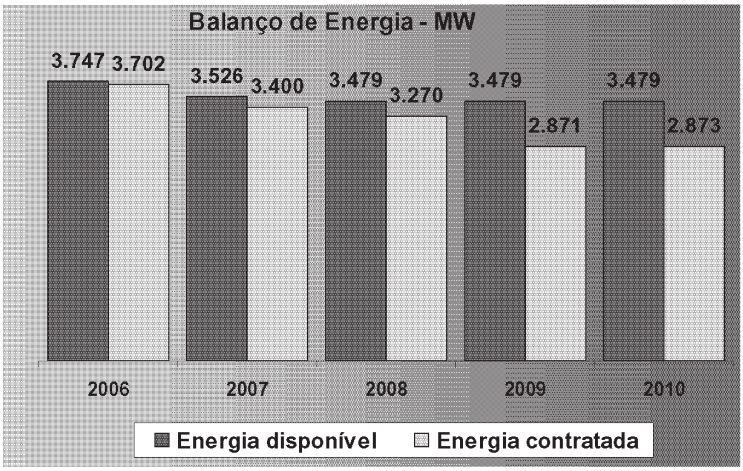
Produção

Em 2005, a produção total de energia elétrica alcançou 29.801 GWh, mantendo volume praticamente estável em relação ao ano anterior. A geração hidrelétrica alcançou 24.721 GWh e a termelétrica, 5.080 GWh. Durante o ano, as grandes afluências verificadas nos reservatórios das usinas hidrelétricas da Região Sudeste e o aumento da capacidade de intercâmbio elétrico do Sudeste com o Sul determinaram, por parte do Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS, um despacho ligeiramente menor das usinas da Região Sul.

Neste contexto, a geração da Tractebel Energia representou 7,5% da energia requerida pelo SIN - Sistema Integrado Nacional e correspondeu a 45% do consumo dos estados da Região Sul.

Balanço de Energia

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor em dezembro de 2005, o balanço de energia da Tractebel Energia mostra que a Companhia está com a capacidade atual quase totalmente contratada até 2008.



Pesquisa e desenvolvimento

Pelo contrato de concessão, a ANEEL estabelece que as geradoras de energia elétrica devem investir anualmente parte de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) visando melhorias no setor energético. Apesar de ser a ANEEL quem define o volume de recursos a serem investidos, é a Tractebel Energia quem decide voluntariamente quais os projetos que pretende desenvolver, nos quais procura assegurar a qualidade dos temas analisados junto a diversas instituições, tais como universidades, fundações e centros de pesquisa.

Entre 1999 e 2005 a Companhia aplicou mais de R$ 23 milhões em 112 projetos de pesquisa e desenvolvimento. Entre esses projetos destacam-se os de aproveitamento das cinzas de carvão geradas pelas termelétricas na construção de casas populares, a descoberta de novas espécies de peixes no reservatório da usina hidrelétrica de Passo Fundo, o desenvolvimento de tecnologias de soldagem, de aumento da eficiência térmica e de aproveitamento do resíduo da indústria madeireira para a geração de energia elétrica.

Em 2005, a ANEEL aprovou 18 projetos de pesquisa e desenvolvimento da Tractebel Energia, que somaram R$ 2,1 milhões, sendo que 35% desse montante foi aplicado na área de meio ambiente e o restante nas áreas de geração térmica, operação e planejamento. Valor idêntico foi depositado no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Ministério da Ciência e Tecnologia e R$ 1,0 milhão foi depositado para o Ministério das Minas e Energia. Ao todo, foram investidos R$ 5,4 milhões na área de pesquisa e desenvolvimento.

Os projetos de meio ambiente voltados à ictiofauna, qualidade da água, corredores ecológicos, concentração de ozônio e biomassa para geração de energia elétrica e vapor receberam investimento de cerca de R$ 768 mil no período.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Bruta

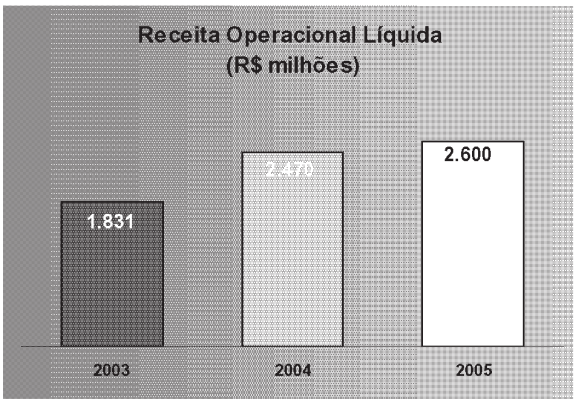
A receita bruta consolidada alcançou R$ 2.904,2 milhões em 2005, representando um crescimento de 9,1% em relação a 2004. A receita de suprimento de energia atingiu R$ 2.097,5 milhões e a receita de fornecimento de energia (energia vendida para clientes livres) foi R$ 479,5 milhões com crescimento de 5,6% e 28,7%, respectivamente, ante o exercício de 2004, demonstrando a importância do desenvolvimento do portfólio de clientes livres.

O desempenho das receitas operacionais deve-se à combinação dos seguintes aspectos:

- o volume de energia vendida durante o exercício, que alcançou 29.823 GWh, com aumento de 1,3% em relação aos 29.440 GWh vendidos em 2004;
- a energia elétrica liberada dos contratos iniciais, por força da regulamentação setorial, foi recontratada livremente com distribuidoras, comercializadoras e consumidores industriais a preços superiores aos anteriormente contratados. O resultado foi um portfólio de contratação com preços crescentes. Dessa forma, o preço médio dos contratos da Tractebel Energia, em 2005, alcançou aproximadamente R$ 85/MWh, patamar 16,4% superior ao preço médio da energia vendida através de contratos no ano anterior, que foi de R$ 73/MWh;
- reajustes aplicados sobre os preços da energia elétrica vendida através dos contratos iniciais e de contratos bilaterais com base na variação do IGP-M (Índice Geral dos Preços de Mercado).

Receita Líquida

A receita líquida de 2005 totalizou R$ 2.599,8 milhões, significando expansão de 5,3% em relação a 2004. As deduções sobre a receita bruta, que referem-se substancialmente a tributos incidentes sobre as vendas, aumentaram 61,1% entre os exercícios comparados, elevando-se de R$ 185,6 milhões para R$ 298,8 milhões. Este incremento deve-se, basicamente, à majoração das alíquotas do PIS e da COFINS, de 3,65% para 9,25%, e ao aumento das vendas intra-estaduais a consumidores finais, sobre as quais há a incidência de ICMS.



Custos e Despesas Operacionais

O total dos custos e despesas operacionais foi de R$ 1.390,2 milhões em 2005, com queda de 2,3% sobre 2004. Esta variação decorre dos seguintes componentes:

- **Energia elétrica comprada para revenda**: a queda de R$ 302,9 milhões para R$ 136,9 milhões entre os exercícios comparados reflete, principalmente: (i) a redução das compras para atendimento às exportações; (ii) a queda da energia comprada da CIEN, devido a redução da garantia física imposta pela ANEEL para essa unidade produtora; (iii) a menor exposição da Companhia no mercado de curto prazo (CCEE), pelo acréscimo de disponibilidade própria de energia; e (iv) a amortização total em 2004, do custo adicional de energia relativo ao período do racionamento.

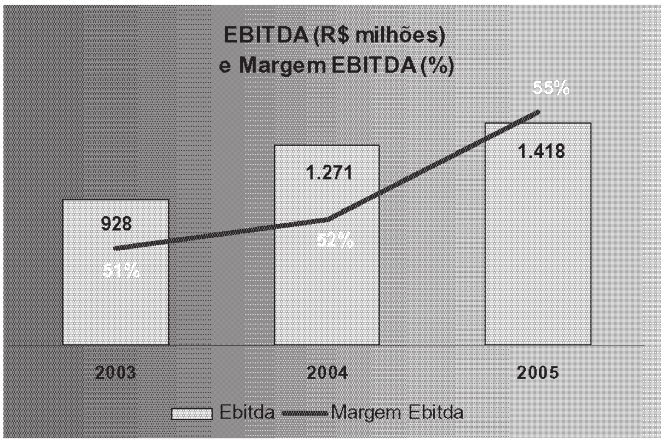
- **Custo com combustíveis para produção de energia elétrica**: o aumento de 0,8% nos custos com combustíveis reflete a combinação entre o aumento nos preços contratados e o menor consumo de carvão mineral em 2005, devido à redução de geração de energia destinada à exportação.
- **Encargos de uso da rede elétrica**: estes gastos registraram crescimento de 20,4% em decorrência do aumento do volume de vendas através de contratos bilaterais em substituição aos contratos iniciais, sobre os quais não incidiam encargos de transmissão, bem como do reajuste que incidiu sobre as tarifas desse serviço.
- **Pessoal, material e serviços de terceiros**: os valores registrados nestas contas mostraram crescimento de 13,0% entre os exercícios, refletindo, além dos reajustes contratuais e salariais, acréscimo adicional decorrente de manutenção extraordinária ocorrida na Usina de Jorge Lacerda B.
- **Depreciação:** a redução verificada nesta rubrica, de R$ 223,5 milhões para R$ 208,1 milhões, relaciona-se ao fato de que os valores de 2004 contemplam provisão para depreciação acelerada referente às unidades 4 e 5 da Usina Termelétrica William Arjona, no valor de R$ 13,9 milhões.
- **Constituição e reversão de provisões operacionais**: foram constituídas em 2005, provisões operacionais líquidas no montante de R$ 96,6 milhões que se referem basicamente: (i) à provisão para benefício pós-emprego aumentada em função da alteração de hipóteses econômicas atuariais; (ii) à provisão para manutenções programadas por conta de reavaliações no programa de manutenção e (iii) à provisão para contingências cíveis devido a questionamento pela Companhia de descumprimento de cláusulas contratuais por parte de fornecedor de energia. Deste montante, são considerados não recorrentes, valores da ordem de R$ 65,5 milhões.

Resultado Operacional (EBIT)

O resultado operacional (EBIT) em 2005 atingiu R$ 1.209,7 milhões, denotando expansão de 4,1% em relação ao exercício de 2004.

EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o EBITDA de 2005 alcançou R$ 1.417,8 milhões, representando aumento da margem EBITDA de 51,5% para 54,5%. Cabe destacar que, sem o efeito das provisões operacionais não recorrentes no valor de R$ 65,5 milhões, o EBITDA ajustado de 2005 seria de R$ 1.483,3 milhões, equivalente à margem EBITDA de 57,1%.



Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida mostrou redução de R$ 176,6 milhões, em 2004, para R$ 102,4 milhões em 2005. Esta variação deve-se, principalmente, aos seguintes aspectos:

- aumento de R$ 36,8 milhões na receita de aplicações financeiras, decorrente de um maior volume de recursos disponíveis para aplicação no ano de 2005;
- redução de R$ 26,6 milhões nos encargos provenientes de dívidas que resultou, principalmente, do pré-pagamento, em maio de 2005, do financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de R$ 328,6 milhões;
- ganho de R$ 107,8 milhões proveniente de variações monetárias líquidas que se deve, substancialmente, à valorização do Real frente à cesta de moedas que compõe a dívida (de 11%) e também à atualização monetária de crédito de impostos compensados e de contas a receber de clientes em decorrência de acordo comercial;
- perda com operações de *swap* (*swap* de taxa de câmbio/juros) de R$ 102,1 milhões, resultante da valorização do Real frente à cesta de moedas do endividamento, que neutralizou parcialmente o ganho cambial sobre as dívidas em moeda estrangeira.

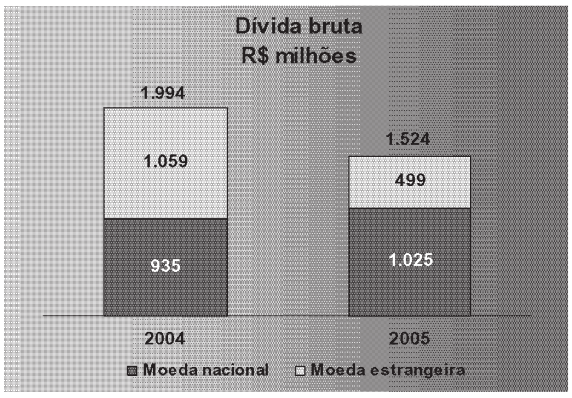
Dívida

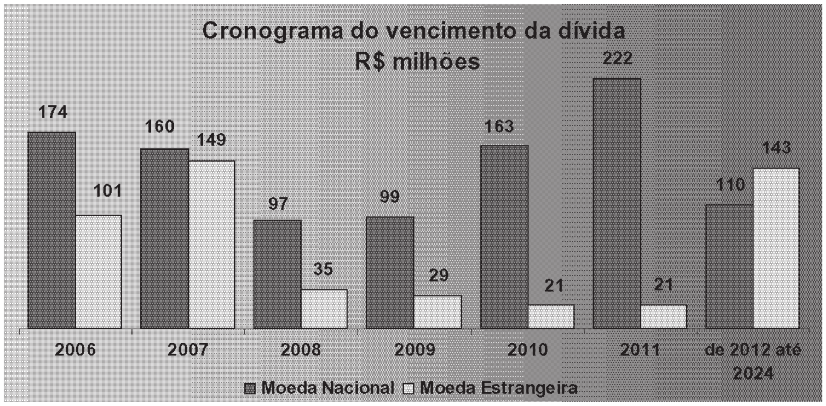
A dívida bruta consolidada, incluindo encargos, totalizava R$ 1.523,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou uma queda de 23,6% comparativamente ao ano anterior. Essa redução é fruto da valorização do Real frente à cesta de moedas que compõem a dívida, das amortizações realizadas ao longo do exercício e da operação de pré-pagamento do já mencionado financiamento junto ao BID, esta última tendo influenciado também a redução da exposição da dívida à moeda estrangeira na comparação com dezembro de 2004.

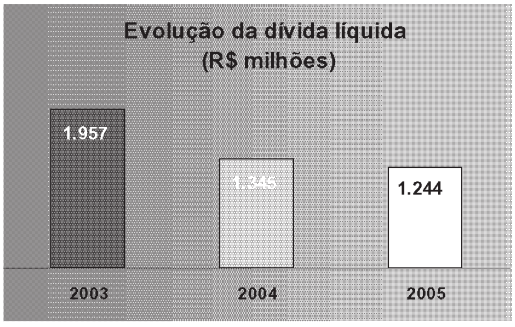
Do total da dívida em 31 de dezembro de 2005, aproximadamente 33% estavam expostos à moeda estrangeira (53% em 31 de dezembro de 2004), dos quais, cerca de 37% estavam protegidos da variação cambial através de instrumentos de *hedge*. Abaixo, a posição detalhada dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

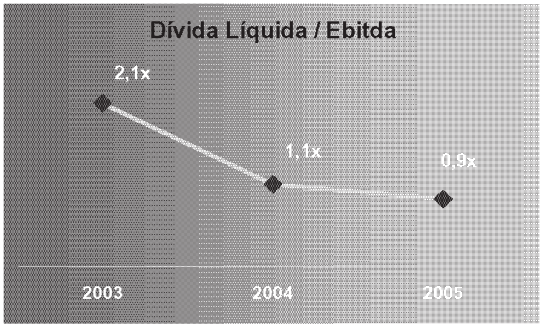
Posição dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2005		
Em R$ milhões	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Total**
Moeda Nacional			
Eletrobrás	81	175	256
Instituições Financeiras	62	338	400
Debêntures	31	338	369
Soma	**174**	**851**	**1.025**
% Moeda Nacional	63%	68%	67%
Moeda Estrangeira			
Secret. Do Tesouro Nacional	88	264	352
Instituições Financeiras	13	134	147
Soma	**101**	**398**	**499**
% Moeda Estrangeira	37%	32%	33%
Total	**275**	**1.249**	**1.524**


Dívida bruta
R$ milhões
1.994
1.059
935
1.524
499
1.025
2004
2005
Moeda nacional
Moeda estrangeira

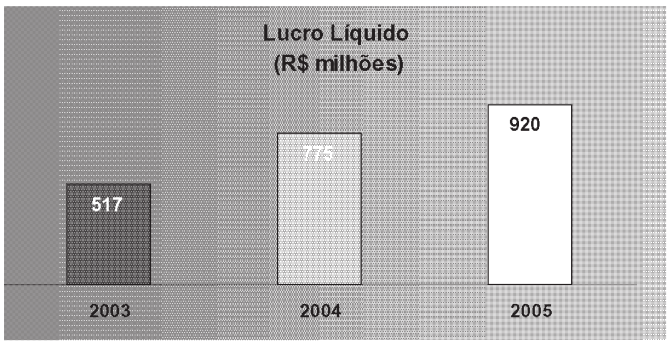

Cronograma do vencimento da dívida
R$ milhões
174
101
160
149
97
35
99
29
163
21
222
21
110
143
2006
2007
2008
2009
2010
2011
de 2012 até 2024
Moeda Nacional
Moeda Estrangeira


Evolução da dívida líquida
(R$ milhões)
1.957
1.345
1.244
2003
2004
2005


Dívida Líquida / Ebitda
2,1x
1,1x
0,9x
2003
2004
2005

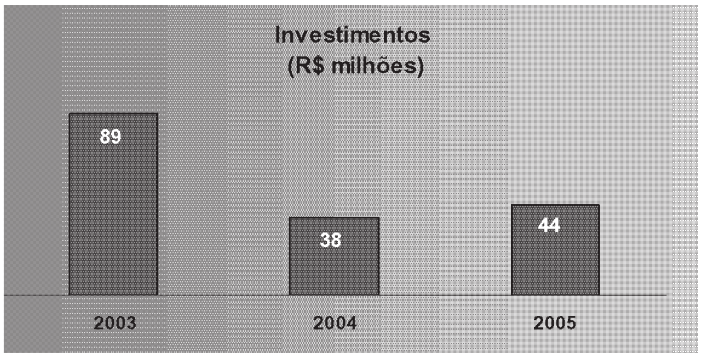
Lucro Líquido

O lucro líquido de 2005 atingiu R$ 920,1 milhões, valor 18,7% superior ao do ano de 2004. Cabe ressaltar a contribuição positiva do crescimento da receita operacional - fruto da combinação de crescimento das vendas para clientes livres e preços médios da energia contratada – e da redução dos custos de compra de energia elétrica no ano, além do efeito negativo do aumento dos impostos incidentes sobre a venda.



INVESTIMENTOS

Em 2005, foram investidos R$ 44 milhões, em sua maior parte destinados ao programa anual de manutenção e revitalização das usinas. Os geradores hidráulicos da usina de Salto Osório e os geradores térmicos da usina de Jorge Lacerda B passaram por modernização. Além disso, o sistema digital de telemedição foi ampliado e novas unidades remotas para a supervisão das usinas foram instaladas. O investimento na revitalização do parque gerador rendeu disponibilidade de 97,2% da produção no ano, situando-se acima da meta estabelecida.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Tractebel Energia considera que 2005 foi o ano da governança corporativa. Isso porque o modelo de gestão escolhido avançou em ações que redundaram em um relacionamento mais transparente com os investidores e no aumento da liquidez das ações da Companhia.

Uma dessas iniciativas foi a conversão de suas ações preferenciais em ordinárias e a padronização dos direitos e obrigações a todos os acionistas. Além disso, a controladora SUEZ Energy South America Participações Ltda. vendeu parte da sua participação no capital, ampliando a base de acionistas e, consequentemente, favorecendo a liquidez das ações.

Com isso, criou condições para que o mercado de capitais se torne um importante parceiro para garantir o futuro crescimento da Companhia, capacitando-a a aproveitar oportunidades de mercado.

Atualmente, o Conselho da Administração da Tractebel Energia possui sete membros, com presidente e vice-presidente escolhidos pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária. A Diretoria Executiva da Companhia, com sete membros, é composta após análise curricular feita pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de três anos e é permitida a reeleição.

A partir de 2006, dentro do processo de avanços na governança corporativa, pelo menos 20% dos conselheiros deverão ser acionistas independentes, que deverão ser definidos a partir da próxima Assembléia Ordinária.

Ainda a destacar, o prosseguimento da adequação da estrutura de controle interno às regras da Lei Sarbannes-Oxley, que ampliará a transparência das divulgações financeiras da Companhia.

Adesão ao Novo Mercado

Em 2005 a Companhia aderiu ao Novo Mercado da BOVESPA, segmento de listagem destinado às empresas que se comprometem, de forma voluntária, com a adoção de práticas e regras de governança corporativas adicionais às exigidas pela legislação.

As regras consolidadas no Regulamento de Listagem no Novo Mercado ampliam os direitos dos acionistas, melhoram a qualidade das informações prestadas pelas Companhias e, ao determinar a resolução dos conflitos por meio de uma Câmara de Arbitragem, oferecem aos investidores a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada.

No último trimestre do ano, a Tractebel Energia aprovou a reforma do seu Estatuto Social, visando adequá-lo às regras e procedimentos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo. Aprovou ainda, uma nova política de dividendos que compreende:

- elevação do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social da Companhia de 25% (vinte e cinco por cento) para 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei 6.404/76;
- intenção de declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio não inferior a 55% do lucro líquido ajustado. O valor dessas distribuições dependerá de vários fatores, tais como condição financeira da Companhia, suas perspectivas futuras, condições macroeconômicas e estratégias de crescimento;
- distribuição de dividendos em períodos semestrais.

MERCADO DE CAPITAIS

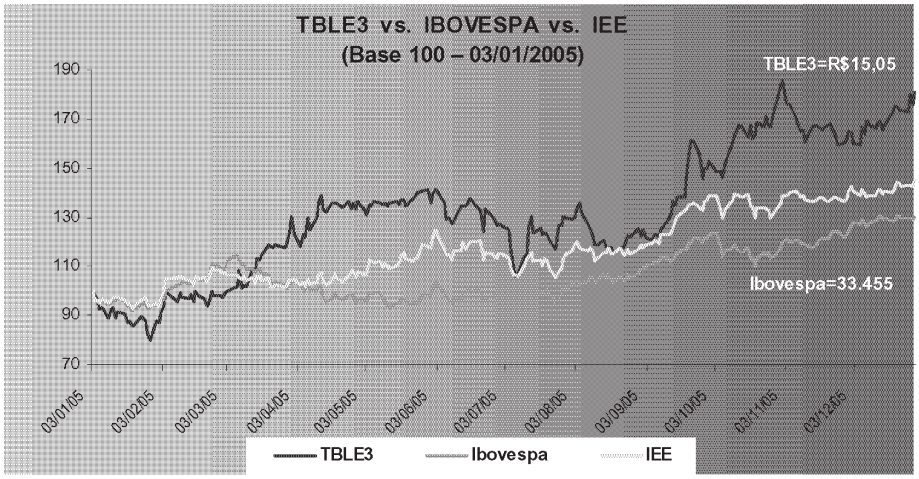
Listada na Bolsa de Valores de São Paulo desde maio de 1998, a Tractebel Energia S.A. ingressou no Novo Mercado da BOVESPA em 16 de novembro de 2005. A Tractebel Energia passou a integrar o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (**IGC**), o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (**ITAG**), que reúne as Companhias que oferecem ao acionista minoritário uma proteção maior, no caso de alienação do controle, além do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BOVESPA (**ISE**), que reúne empresas com reconhecido comprometimento com a sustentabilidade.

As ações ordinárias da Tractebel Energia são negociadas na BOVESPA sob código TBLE3; além disso, a Companhia possui *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível I negociados no mercado de balcão norte-americano *Over-The-Counter* (OTC) sob código TBLEY, sob a relação de 1 ADR = 5 ações ordinárias.

Performance das Ações – TBLE3

Em 2005, as ações ordinárias da Tractebel Energia (TBLE3) apresentaram ganho acumulado de 70,1%, comparado com uma valorização de 27,7% do Ibovespa – índice que reflete o desempenho de 57 papéis de maior liquidez no mercado - e de 42,9% do Índice de Energia Elétrica (IEE).

No ano, as ações registraram presença em 100% dos pregões e o volume médio diário de negociação registrado foi de R$ 2.550 mil, com acentuado crescimento a partir de novembro, quando foram completadas as ações da Companhia para formalizar a adesão ao Novo Mercado da BOVESPA, incluindo a operação de oferta secundária de ações que ampliou o *free-float* para 31,3%. No encerramento do ano, os papéis estavam cotados a R$ 15,05/ação, representando um valor de mercado da Companhia equivalente a R$ 9.824 milhões.



COLABORADORES

O mapeamento de competências dos colaboradores e o programa de sucessão preparam a Companhia para atuar no futuro próximo.

No fechamento do ano de 2005, a Tractebel Energia contava com 893 empregados, 44 a mais que no fechamento do ano anterior. Esse público, estratégico para a Companhia e foco de uma política de valorização e desenvolvimento profissional, recebeu especial atenção a partir de programas internos. Durante o ano, cada empregado recebeu em média 100,7 horas de treinamento, abrangendo educação formal (MBA, pós-graduação e graduação), cursos técnicos, de idiomas e treinamentos comportamentais.

O desenvolvimento dos empregados é parte do processo de gestão de carreira e sucessão da Companhia. Um terço do quadro de empregados possui formação universitária, sendo 132 formados em engenharia, 54 em administração, 29 em contabilidade, 22 em economia, 15 em direito, 10 em pedagogia e 59 em outros cursos.

A idade média dos empregados é de 40,2 anos e o tempo médio de empresa de 14,7 anos. Em 2005, foi implementada uma mudança do plano de previdência privada do modelo de benefício definido para contribuição definida, com migração de mais de 96% dos empregados. Com isso, é possível agora controlar riscos futuros para a Companhia com o plano de previdência de seus empregados.

SERVIÇOS DE AUDITORIA

Os auditores independentes da Companhia e de suas controladas não prestam outros serviços, além dos serviços de auditoria contábil.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Tractebel Energia agradece aos seus colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, entidades governamentais e órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2005.

A Administração

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19

Companhia Aberta

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
CIRCULANTE				
Numerário disponível	9.466	4.648	12.179	7.710
Títulos e valores mobiliários	195.153	514.982	296.958	634.277
Consumidores, concessionárias e permissionárias	287.162	270.813	304.975	280.647
Dividendos a receber de controladas	78.860	8.113	-	-
Adiantamentos a fornecedores	3.268	9.511	3.341	8.849
Créditos da conta consumo de combustível – CCC/CDE	30.553	35.538	30.553	35.538
Alienações, serviços em curso e dispêndios a reembolsar	9.993	8.764	9.999	8.050
Tributos e contribuições sociais a recuperar	11.486	71.193	16.719	74.707
Cauções e depósitos vinculados	36.401	60	36.401	60
Ativo fiscal diferido	81.097	94.344	82.344	98.173
Almoxarifado	22.515	13.061	23.512	13.610
Despesas pagas antecipadamente	10.048	4.262	10.721	5.800
Outros	36.726	25.739	36.609	25.993
	812.728	**1.061.028**	**864.311**	**1.193.414**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Concessionárias e permissionárias	10.617	14.920	10.617	14.920
Devedores diversos	27.697	16.572	27.697	16.572
Títulos e valores mobiliários	-	35.550	-	35.550
Tributos e contribuições sociais a recuperar	7.136	4.720	10.296	8.684
Cauções e depósitos vinculados	-	-	26.119	53.536
Depósitos judiciais	64.822	26.048	71.405	26.050
Alienação de bens e direitos	60.220	29.303	60.220	29.303
Ativo fiscal diferido	186.877	181.132	192.309	186.643
Outros	1.315	483	1.315	483
	358.684	**308.728**	**399.978**	**371.741**
PERMANENTE				
Investimentos	887.117	684.639	43.619	50.365
Imobilizado	2.929.087	3.078.158	4.353.468	4.536.430
Diferido	-	-	43.985	53.202
	3.816.204	**3.762.797**	**4.441.072**	**4.639.997**
TOTAL DO ATIVO	**4.987.616**	**5.132.553**	**5.705.361**	**6.205.152**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19

Companhia Aberta

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

PASSIVO

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
CIRCULANTE				
Fornecedores	140.718	139.589	122.125	117.286
Dividendos e juros sobre o capital próprio	495.487	553.045	495.487	553.045
Empréstimos e financiamentos	185.684	189.382	233.416	265.410
Encargos de empréstimos e financiamentos	8.451	6.813	9.927	12.302
Debêntures	-	-	16.611	18.599
Encargos de debêntures	10.286	-	14.479	4.761
Tributos e contribuições sociais correntes	35.362	66.449	46.427	74.897
Tributos e contribuições sociais parcelados	1.010	979	1.010	979
Obrigações estimadas	49.084	36.466	49.243	36.540
Provisão para contingências	41.595	-	42.326	731
Benefícios pós-emprego	81.020	51.619	81.020	51.619
Passivo fiscal diferido	-	39.616	-	39.616
Operações com derivativos	46.181	18.984	65.876	28.002
Outros	32.814	26.552	37.220	29.470
	1.127.692	**1.129.494**	**1.215.167**	**1.233.257**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Empréstimos e financiamentos	601.949	886.901	911.138	1.539.409
Debêntures	198.348	-	338.196	153.619
Tributos e contribuições sociais parcelados	6.230	7.016	6.230	7.016
Obrigações estimadas	22.543	15.259	22.869	17.333
Provisões para contingências	102.606	108.419	105.383	108.637
Concessões a pagar	-	-	178.130	160.417
Benefícios pós-emprego	205.755	198.508	205.755	198.508
Passivo fiscal diferido	36.532	-	36.532	-
	1.173.963	**1.216.103**	**1.804.233**	**2.184.939**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	91.695	91.695	91.695	91.695
Reservas de lucros	148.500	249.495	148.500	249.495
	2.685.961	**2.786.956**	**2.685.961**	**2.786.956**
TOTAL DO PASSIVO	**4.987.616**	**5.132.553**	**5.705.361**	**6.205.152**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19

Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2005	**2004**	**2005**	**2004**
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS				
Fornecimento de energia elétrica	338.985	304.198	479.493	372.743
Suprimento de energia elétrica	2.066.598	1.966.691	2.097.482	1.986.055
Subvenção combustível – CCC/CDE	311.481	286.194	311.481	286.194
Serviço prestado	13.884	12.139	5.429	4.687
Venda de cinzas	7.568	10.393	7.568	10.393
Outras receitas	1.017	839	2.755	1.738
	2.739.533	**2.580.454**	**2.904.208**	**2.661.810**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
Impostos e contribuições sobre a receita	(266.703)	(178.676)	(298.830)	(185.550)
Venda de cinzas líquidas de impostos – CCC/CDE	(5.531)	(6.329)	(5.531)	(6.329)
	(272.234)	**(185.005)**	**(304.361)**	**(191.879)**
RECEITAS LÍQUIDAS DE VENDAS E SERVIÇOS	**2.467.299**	**2.395.449**	**2.599.847**	**2.469.931**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS				
Energia elétrica comprada para revenda	(407.697)	(579.341)	(136.861)	(302.956)
Custo de produção de energia elétrica	(820.952)	(715.323)	(889.590)	(790.329)
Custo dos serviços prestados	(9.328)	(8.561)	(9.328)	(8.561)
	(1.237.977)	**(1.303.225)**	**(1.035.779)**	**(1.101.846)**
LUCRO BRUTO	**1.229.322**	**1.092.224**	**1.564.068**	**1.368.085**
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas com vendas	(118.295)	(105.076)	(164.796)	(133.412)
Despesas gerais e administrativas	(158.393)	(173.717)	(189.599)	(187.301)
	(276.688)	**(278.793)**	**(354.395)**	**(320.713)**
Resultado do serviço	**952.634**	**813.431**	**1.209.673**	**1.047.372**
Resultado de participações societárias				
Equivalência patrimonial	116.885	82.394	-	-
Amortização de ágio	(6.746)	(6.746)	(6.746)	(6.746)
	110.139	**75.648**	**(6.746)**	**(6.746)**
Receitas (despesas) financeiras				
Renda de aplicações financeiras	68.238	33.671	88.901	52.106
Encargos de dívidas	(90.589)	(90.293)	(161.567)	(188.150)
Encargos sobre concessão ANEEL	-	-	(15.960)	(13.431)
Provisão para perdas em aplicações financeiras	-	(11.896)	-	(17.427)
Perdas com *swaps* de taxa de câmbio/juros	(104.537)	(19.554)	(130.253)	(28.157)
Variações monetárias líquidas	124.746	35.251	137.433	29.626
Outras	(16.068)	(5.772)	(20.986)	(11.123)
	(18.210)	**(58.593)**	**(102.432)**	**(176.556)**
RESULTADO OPERACIONAL	**1.044.563**	**830.486**	**1.100.495**	**864.070**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**3.557**	**(3.017)**	**3.557**	**(3.035)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**1.048.120**	**827.469**	**1.104.052**	**861.035**
Contribuição social	(59.475)	(44.175)	(74.435)	(53.215)
Imposto de renda	(68.549)	(8.102)	(109.521)	(32.628)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**920.096**	**775.192**	**920.096**	**775.192**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM 2005 E POR LOTE DE MIL AÇÕES EM 2004	**1,4096**	**1,1876**	**1,4096**	**1,1876**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19

Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2003	**2.445.766**	**91.695**	**64.335**	**-**	**2.601.796**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	775.192	**775.192**
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	38.760	(38.760)	**-**
- reserva de retenção de lucros	-	-	146.400	(146.400)	**-**
- dividendos / juros sobre o capital próprio PNA – R$ 0,978858, PNB – R$ 0,903920 e ON – R$ 0,903920, todas por lote de mil ações	-	-	-	(590.032)	**(590.032)**
SALDOS EM 31.12.2004	**2.445.766**	**91.695**	**249.495**	**-**	**2.786.956**
Dividendos intermediários	-	-	(147.000)	-	**(147.000)**
Lucro líquido do exercício	-		-	920.096	**920.096**
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-		46.005	(46.005)	**-**
- dividendos / juros sobre o capital próprio ON – R$ 1,339106 por ação	-	-	-	(874.091)	**(874.091)**
SALDOS EM 31.12.2005	**2.445.766**	**91.695**	**148.500**	**-**	**2.685.961**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 02.474.103/0001-19
Companhia Aberta
DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
ORIGENS				
Das operações				
Lucro líquido do exercício	920.096	775.192	920.096	775.192
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:				
Depreciação e amortização	158.608	175.057	208.108	223.487
Juros de dívidas longo prazo	6.949	4.229	27.235	21.645
Juros de garantias depositadas de longo prazo	(10.384)	(10.160)	(10.384)	(10.160)
Variação monetária de longo prazo	(102.059)	(31.205)	(112.838)	(32.618)
Resultado de equivalência patrimonial	(116.885)	(82.394)	-	-
Amortização de ágio	6.746	6.746	6.746	6.746
Provisão de longo prazo, líquida	78.241	72.656	77.793	74.214
Imposto de renda e CSLL diferidos	11.546	30.550	11.745	25.844
Resultado na baixa de bens do imobilizado	(3.557)	3.017	(3.510)	3.168
	949.301	**943.688**	**1.124.991**	**1.087.518**
De terceiros				
Debêntures	200.000	-	200.000	-
Dividendos intermediários	30.000	-	-	-
Dividendos propostos a receber de controladas	78.860	8.113	-	-
Resgates de cauções e depósitos vinculados	-	-	30.083	-
Vendas de bens e direitos	31.539	29.190	31.539	29.190
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante	40.884	37.587	45.151	63.333
Financiamento de longo prazo	-	-	-	13.771
Outras	-	1.131	-	2.060
	381.283	**76.021**	**306.773**	**108.354**
TOTAL DAS ORIGENS	**1.330.584**	**1.019.709**	**1.431.764**	**1.195.872**
APLICAÇÕES				
Aumento no realizável a longo prazo	70.324	92.351	78.904	110.867
Investimentos	201.200	1.224	-	250
Aquisição de imobilizado e aplicação no diferido	37.519	29.926	43.916	38.053
Parcelamento de conta a receber de energia elétrica – MAE	17.623	-	17.623	-
Reversão de dividendos para reserva de retenção de lucros	-	52.778	-	-
Dividendos intermediários	147.000	-	147.000	-
Dividendos propostos	874.091	590.032	874.091	590.032
Pré-pagamentos de financiamentos	-	-	275.247	-
Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante	229.325	266.361	305.996	367.153
TOTAL DAS APLICAÇÕES	**1.577.082**	**1.032.672**	**1.742.777**	**1.106.355**
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**(246.498)**	**(12.963)**	**(311.013)**	**89.517**
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
Ativo Circulante				
No fim do período	812.728	1.061.028	864.311	1.193.414
No início do período	1.061.028	900.542	1.193.414	925.049
	(248.300)	**160.486**	**(329.103)**	**268.365**
Passivo Circulante				
No fim do período	1.127.692	1.129.494	1.215.167	1.233.257
No início do período	1.129.494	956.045	1.233.257	1.054.409
	(1.802)	**173.449**	**(18.090)**	**178.848**
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**(246.498)**	**(12.963)**	**(311.013)**	**89.517**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 02.474.103/0001-19
Companhia Aberta
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Informação adicional)
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2005	**2004**	**2005**	**2004**
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	920.096	775.192	920.096	775.192
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	158.608	175.057	208.108	223.487
Resultado de equivalência patrimonial	(116.885)	(82.394)	-	-
Amortização de ágio	6.746	6.746	6.746	6.746
Variação monetária líquida	(22.964)	(25.789)	(35.551)	(29.465)
Constituição de provisão operacional líquida	68.584	53.252	68.151	54.806
Imposto de renda e CSLL diferidos	4.419	21.282	7.078	20.373
Resultado na baixa de bens do imobilizado	(3.557)	3.017	(3.552)	3.167
	1.015.047	**926.363**	**1.171.076**	**1.054.306**
Redução (aumento) nos ativos				
Consumidores e concessionárias	5.640	(2.338)	(22.334)	(18.659)
Recursos vinculados a pagamentos de obrigações	-	(8.347)	-	(8.347)
Créditos da conta consumo de combustível – CCC/CDE	4.985	(11.772)	4.985	(11.772)
Tributos e contribuições sociais a recuperar	50.517	(31.799)	49.696	(36.687)
Cauções e depósitos vinculados/judiciais	(33.844)	6.140	(43.481)	(11.832)
Almoxarifado	(9.454)	286	(9.902)	(184)
Devedores diversos	(7.179)	(16.572)	(7.179)	(16.572)
Despesas antecipadas	(6.618)	5.044	(5.886)	4.502
Outros	(4.536)	(2.804)	(4.295)	(3.534)
	(489)	**(62.162)**	**(38.396)**	**(103.085)**
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	1.129	31.351	24.656	41.855
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.296	(10.361)	8.956	8.123
Tributos e contribuições sociais	(459)	(6.976)	2.158	(2.748)
Obrigações estimadas	4.902	(12.544)	4.951	(12.506)
Provisão para contingências	3.761	(6.859)	4.998	(6.695)
Benefícios pós-emprego	6.203	6.026	6.203	6.026
Concessão ANEEL	-	-	14.482	13.180
Outros	6.926	8.302	17.645	13.779
	25.758	**8.939**	**84.049**	**61.014**
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	**1.040.316**	**873.140**	**1.216.729**	**1.012.235**
Atividades de investimento				
Aplicação no imobilizado e diferido	(37.519)	(29.926)	(43.916)	(38.053)
Aplicações em investimentos	(201.200)	(1.224)	-	(250)
Dividendos recebidos de controladas	38.113	-	-	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	**(200.606)**	**(31.150)**	**(43.916)**	**(38.303)**
Atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(244.689)	(182.549)	(625.714)	(271.154)
Financiamentos e debêntures	200.000	-	200.000	13.771
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.110.032)	(441.203)	(1.110.032)	(441.203)
Resgate de cauções e depósitos vinculados	-	-	30.083	19.596
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	**(1.154.721)**	**(623.752)**	**(1.505.663)**	**(678.990)**
Total dos efeitos no caixa	**(315.011)**	**218.238**	**(332.850)**	**294.942**
Caixa e equivalentes				
Saldo inicial	519.630	301.392	641.987	347.045
Saldo final	204.619	519.630	309.137	641.987
	(315.011)	**218.238**	**(332.850)**	**294.942**
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	87.293	101.778	153.620	192.582
Imposto de renda e contribuição social	81.397	55.349	127.910	86.461
Transações que não envolveram o caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	35.464	32.860	41.400	35.318
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	501.091	590.032	501.091	590.032
Dividendos propostos a receber de controladas	78.860	8.113	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 02.474.103/0001-19
Companhia Aberta

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Informação adicional)
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas, serviços e outras	2.428.052	2.294.260	2.592.727	2.375.616
Reversão provisão p/créditos de liquid.duvidosa	9.071	12.133	9.126	12.095
Subvenção de combustível – CCC/CDE	311.481	286.194	311.481	286.194
Resultado não operacional	3.557	(3.017)	3.557	(3.035)
	2.752.161	2.589.570	2.916.891	2.670.870
(-) Insumos				
Materiais	(20.851)	(16.840)	(22.853)	(17.931)
Serviços de terceiros	(65.701)	(59.293)	(75.330)	(66.568)
Combustível p/produção energia – CCC/CDE	(311.131)	(275.502)	(311.131)	(275.502)
Combustível p/produção energia sem subvenção	(101.570)	(134.666)	(104.694)	(136.933)
Energia elétrica comprada para revenda	(407.697)	(579.341)	(136.861)	(302.956)
Seguros	(7.224)	(8.434)	(9.239)	(10.752)
Encargos de uso da rede elétrica	(116.395)	(106.636)	(162.431)	(134.899)
Outros	(143.694)	(74.616)	(143.827)	(85.598)
	(1.174.263)	(1.255.328)	(966.366)	(1.031.139)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**1.577.898**	**1.334.242**	**1.950.525**	**1.639.731**
Depreciação e amortização	(158.608)	(175.057)	(208.108)	(223.487)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**1.419.290**	**1.159.185**	**1.742.417**	**1.416.244**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	117.363	59.881	139.086	78.173
Resultado da equivalência patrimonial	116.885	82.394	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**1.653.538**	**1.301.460**	**1.881.503**	**1.494.417**

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora				Consolidado			
	2005	%	2004	%	2005	%	2004	%
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	75.062	4,54	68.987	5,30	76.990	4,09	70.433	4,71
Benefícios	23.281	1,41	17.982	1,38	23.488	1,25	18.155	1,22
Participação nos resultados	10.000	0,60	6.500	0,50	10.000	0,53	6.500	0,43
	108.343	**6,55**	**93.469**	**7,18**	**110.478**	**5,87**	**95.088**	**6,36**
Do capital de								
Encargos e var.monet.	102.589	6,20	87.258	6,70	218.161	11,60	185.654	12,42
Aluguéis.	5.090	0,31	4.458	0,34	5.660	0,30	5.112	0,35
Outras desp. financ.	25.598	1,55	27.245	2,10	30.497	1,62	63.660	4,26
	133.277	**8,06**	**118.961**	**9,14**	**254.318**	**13,52**	**254.426**	**17,03**
Do governo								
Impostos, taxas e contribuições	293.867	17,77	200.188	15,38	326.438	17,35	208.940	13,98
Encargos setoriais	69.931	4,23	61.373	4,71	86.217	4,58	74.928	5,01
IR e CSLL	128.024	7,74	52.277	4,02	183.956	9,78	85.843	5,75
	491.822	**29,74**	**313.838**	**24,11**	**596.611**	**31,71**	**369.711**	**24,74**
Do capital próprio								
Reserva legal	46.005	2,78	38.760	2,98	46.005	2,44	38.760	2,59
Dividendos e juros s/ capital próprio	874.091	52,87	590.032	45,34	874.091	46,46	590.032	39,48
Lucro retido	-	-	146.400	11,25	-	-	146.400	9,80
	920.096	**55,65**	**775.192**	**59,57**	**920.096**	**48,90**	**775.192**	**51,87**
	1.653.538	**100,00**	**1.301.460**	**100,00**	**1.881.503**	**100,00**	**1.494.417**	**100,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 02.474.103/0001-19
Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

RELAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL
NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
NOTA 3 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
NOTA 4 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS
NOTA 5 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR
NOTA 6 – ATIVO FISCAL DIFERIDO
NOTA 7 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO
NOTA 8 – ALIENAÇÕES DE BENS E DIREITOS
NOTA 9 – INVESTIMENTOS
NOTA 10 – ATIVO IMOBILIZADO
NOTA 11 – UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA
NOTA 12 – FORNECEDORES
NOTA 13 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
NOTA 14 – DEBÊNTURES
NOTA 15 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS
NOTA 16 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS
NOTA 17 – CONCESSÕES A PAGAR
NOTA 18 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO
NOTA 19 - PASSIVO FISCAL DIFERIDO
NOTA 20 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
NOTA 21 – DIVIDENDOS PROPOSTOS
NOTA 22 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA
NOTA 23 – ARRENDAMENTO MERCANTIL
NOTA 24 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS
NOTA 25 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
NOTA 26 – GARANTIAS A TERCEIROS
NOTA 27 – SEGUROS
NOTA 28 – CONTRATOS DE LONGO PRAZO
NOTA 29 – SERVIÇOS DE AUDITORIA

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis – SC, e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Sua capacidade instalada, incluindo a propriedade indireta das UHEs Itá e Cana Brava e da Unidade de Cogeração Lages, é de 5.860 MW, dos quais 79,30% em usinas hidrelétricas e 20,70% em termelétricas, compostos pelo seguinte parque gerador em operação: UHE Salto Osório (PR), UHE Salto Santiago (PR), UHE Passo Fundo (RS), UHE Itá (RS/SC), UHE Machadinho (SC/RS), UHE Cana Brava (GO), UTE Charqueadas (RS), UTE Alegrete (RS), UTE William Arjona (MS), Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (SC) e Unidade de Cogeração Lages (SC).

A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo os contratos para compra de longo prazo firmados com a controlada Itá Energética S.A. - ITASA e com a Companhia de Interconexão Energética – CIEN, é de 5.968 MW.

As concessões e autorizações detidas pela Companhia e suas controladas estão relacionadas na Nota 10-d.

O controle acionário da Companhia pertence à Suez Energy South America Participações Ltda. (atual denominação da Tractebel EGI South America Ltda.), empresa constituída no Brasil sob o controle da Suez-Tractebel Sociètè Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, integrante do Grupo Suez, sediado na França.

A Companhia é controladora da Companhia Energética Meridional – CEM, detendo 99,99% das ações representativas de seu capital social, a qual é detentora da concessão da usina hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, Estado de Goiás. A Companhia detém, também, o controle compartilhado, com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, da empresa Itá Energética S.A. – ITASA, da qual possui 48,75% do capital votante. A ITASA é uma SPE – Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e explorar, em parceria, através de consórcio, a usina hidrelétrica Itá, localizada no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Detém, ainda, 99,99% das quotas de capital da Lages Bioenergética Ltda., a qual detém autorização para explorar a unidade de cogeração Lages, no Município de Lages (SC). As principais características das controladas e de seus empreendimentos estão descritas na Nota 9-b.

Em 16.11.2005, as ações da Companhia foram admitidas à negociação do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA. As regras impostas pelo Novo Mercado visam conceder mais transparência com relação à atividade e situação financeira das Companhias e a adoção de práticas de governança corporativa, bem como, garantir maiores direitos aos acionistas minoritários.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Todos os valores apresentados (textos e tabelas) nas demonstrações financeiras e nas Notas Explicativas estão expressos em Reais mil, exceto onde indicado de maneira diferente.

A Companhia está apresentando, adicionalmente às demonstrações financeiras, as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, respectivamente.

Objetivando propiciar maior clareza na apresentação dos detalhamentos de saldos patrimoniais em Notas Explicativas, as contas ativas e passivas não existentes nas controladas estão sendo apresentadas exclusivamente sob o título "Controladora", cujos valores são idênticos aos saldos consolidados.

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão em consonância com os princípios e práticas contábeis adotadas no País. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para a elaboração das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26.12.1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31.12.1995.

Critérios gerais de avaliação

a) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os títulos e valores mobiliários são registrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os valores contábeis, caso excedam os preços médios de mercado, são ajustados através de constituição de provisão;

a provisão para créditos de liquidação duvidosa está associada a créditos decorrentes de operações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE. As demais contas a receber possuem garantias ou ausência de histórico de perdas, não justificando o registro de provisão (ver Nota 4);

o imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo fiscal diferido) são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base em prejuízos fiscais e diferenças temporárias. A segregação entre circulante e realizável a longo prazo obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem;

os materiais em estoque estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado;

os ativos indexados são atualizados até a data do balanço.

b) Permanente

Os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado;

o imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 002, de 24.12.1997, e nº 044, de 17.03.1999, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro – UC que compõem os empreendimentos, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30.11.1994. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas, em consonância com os citados atos normativos, estão demonstradas na Nota 10-a;

os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado;

até 31.12.1998 foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculado às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico. A partir de 01 de janeiro de 1999, a Companhia descontinuou esta prática e a partir de 01 de janeiro de 2002 a mesma deixou de ser praticada no setor elétrico brasileiro, em função de alteração das normas da ANEEL que disciplinavam esta matéria.

c) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os benefícios futuros a empregados (benefícios pós-emprego) são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas, e complementados pelos valores projetados atuarialmente (ver Nota 18);

os empréstimos, financiamentos, debêntures e os encargos decorrentes de ambos, apropriados até a data do balanço, são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais (ver Nota 13 e Nota 14) e as demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

d) Resultado do período

As receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

e) Arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil existentes na Companhia não possuem valores relevantes e são reconhecidas diretamente no resultado, com base nas contraprestações contratuais (ver Nota 23).

Demonstrações financeiras consolidadas

São eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da ITASA são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle compartilhado (ver Nota 9-b).

Em face da alta proporção de participação da controladora nas demais sociedades controladas (ver Nota 9-b), não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

NOTA 3 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Circulante				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	12.608	340.032	55.780	440.035
Letras do Tesouro Nacional – LTN	173.816	-	174.890	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	69	129.145	69	167.666
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais	37.148	33.925	83.137	33.925
Notas do Banco Central – NBC - E	19.749	23.776	31.731	23.776
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	5.059	-
Certificado de Depósito Interbancário – CDI	-	-	60	-
Ajuste negativo de operações de *swaps*	-	-	-	(13.698)
(-) Garantia de operações de *swaps* no Fundo de Investimentos Exclusivo	(36.341)	-	(36.341)	-
	207.049	**526.878**	**314.385**	**651.704**
(-) Provisão para perdas em aplicações financeiras	(11.896)	(11.896)	(17.427)	(17.427)
	195.153	**514.982**	**296.958**	**634.277**
Longo Prazo				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	35.550	-	35.550
	-	**35.550**	-	**35.550**

Os títulos e valores mobiliários estão registrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até 31.12.2005, cujos valores contábeis não excedem aos preços médios de mercado, podendo ser negociados independentemente de seus vencimentos, sem prejuízo dos rendimentos.

A Companhia possui Fundo de Investimentos Exclusivo composto por LTN, operações compromissadas e operações de *swaps* realizadas no mercado de balcão, em que o Fundo fica ativo em moeda estrangeira (Dólar, Euro e Libra) e passivo em CDI. As aplicações neste Fundo estão segregadas nas demonstrações financeiras de acordo com as suas naturezas. O saldo do Fundo inclui o valor de R$ 36.341, relativo a garantia contratual para as operações de *swaps* existentes no Fundo, o qual somente poderá ser resgatado quando do vencimento do último contrato de *swap*, em dezembro de 2006, e está apresentado no ativo circulante, na rubrica "Cauções e depósitos vinculados".

A provisão para perdas em aplicações financeiras refere-se a aplicações em CDB que a Companhia e sua Controlada Companhia Energética Meridional - CEM possuem no Banco Santos, o qual teve a falência decretada em 2005.

NOTA 4 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				
	2005				2004
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Consumidores livres	28.321	310	239	28.870	29.928
Concessionárias	178.041	71	-	178.112	167.246
Comercializadoras	67.753	-	-	67.753	41.165
Exportação	1.200	-	740	1.940	740
Transações no âmbito do CCEE/MAE	120.285	-	11.947	132.232	162.550
	395.600	**381**	**12.926**	**408.907**	**401.629**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(109.845)	-	(11.900)	(121.745)	(130.816)
	285.755	**381**	**1.026**	**287.162**	**270.813**
Longo prazo					
Transações no âmbito do CCEE/MAE	10.617	-	-	10.617	14.920
	10.617	**-**	**-**	**10.617**	**14.920**

	Consolidado				
	2005				2004
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Consumidores livres	54.092	640	239	54.971	35.286
Concessionárias	180.580	71	-	180.651	170.250
Comercializadoras	54.787	-	-	54.787	40.524
Exportação	1.200	-	740	1.940	740
Transações no âmbito do CCEE/MAE	121.181	-	13.944	135.125	165.472
	411.840	**711**	**14.923**	**427.474**	**412.272**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.470)	-	(12.029)	(122.499)	(131.625)
	301.370	**711**	**2.894**	**304.975**	**280.647**
Longo prazo					
Transações no âmbito do CCEE/MAE	10.617	-	-	10.617	14.920
	10.617	**-**	**-**	**10.617**	**14.920**

A energia elétrica fornecida a clientes enquadrados na categoria "Consumidores livres" tem suas respectivas faturas com vencimento no mês subseqüente ao do fornecimento, assim como os clientes enquadrados nas categorias "Concessionárias" e "Comercializadoras", que podem ter também, suas faturas parceladas em até três vezes, vencendo-as no mês seguinte e no segundo mês subseqüente ao do suprimento.

Os valores vencidos há mais de 90 dias relativos a transações no âmbito do CCEE/MAE referem-se a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, realizada em 30.12.2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido débito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

A provisão para devedores duvidosos sobre os valores vincendos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do MAE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Despacho ANEEL nº 288, de 16.05.2002. No presente exercício, houve desistência por parte de autores da ação impetrada, o que permitiu a CCEE ajustar os valores pendentes, resultando, para a Companhia, uma reversão de provisão no valor de R$ 9.071.

NOTA 5 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Circulante				
ICMS	40.354	35.582	41.459	36.168
Imposto de renda	5.538	46.473	7.857	48.321
Contribuição social	2.806	11.654	3.092	12.015
COFINS	1.923	7.532	3.174	8.178
Outros	616	2.929	888	3.002
	51.237	**104.170**	**56.470**	**107.684**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	(39.751)	(32.977)	(39.751)	(32.977)
	11.486	**71.193**	**16.719**	**74.707**
Longo prazo				
ICMS	2.692	3.036	5.852	6.837
COFINS	3.652	1.383	3.652	1.517
Outros	792	301	792	330
	7.136	**4.720**	**10.296**	**8.684**

A provisão para perdas na realização de crédito acumulado de ICMS decorrente da aquisição de gás natural para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total dos créditos, tendo em vista que a venda de energia elétrica ocorre com diferimento de ICMS, nas operações internas, e com não-incidência de ICMS nas operações interestaduais.

NOTA 6 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora				
	2005				2004
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Provisão para perdas UTE Jacuí	303.131	-	27.282	27.282	54.555
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	136.668	34.167	-	34.167	33.433
Benefícios pós-emprego	194.557	48.639	17.510	66.149	51.316
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121.745	30.436	10.957	41.393	44.477
Provisão para contingências	144.201	36.050	12.978	49.028	36.862
Provisão para depreciação acelerada UTE William Arjona	31.872	7.968	2.868	10.836	11.972
Provisão para perdas com créditos de ICMS	39.751	9.938	3.578	13.516	11.212
Provisão para grandes manutenções	46.193	11.548	4.158	15.706	10.396
Provisão para perdas em aplicações financeiras	11.896	2.974	1.071	4.045	4.045
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	15.000	3.750	1.350	5.100	3.570
Provisão honorários advocatícios	630	158	57	215	206
Provisão aquisição energia elétrica	-	-	-	-	499
Base negativa da contribuição social	5.960	-	537	537	12.933
		185.628	**82.346**	**267.974**	**275.476**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		40.079	41.018	81.097	94.344
Realizável a longo prazo		145.549	41.328	186.877	181.132
		185.628	**82.346**	**267.974**	**275.476**

Natureza dos créditos	Consolidado				
	2005				2004
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Provisão para perdas UTE Jacuí	303.131	-	27.282	27.282	54.555
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	136.668	34.167	-	34.167	33.433
Benefícios pós-emprego	194.557	48.639	17.510	66.149	51.316
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.499	30.625	11.024	41.649	44.752
Provisão para contingências	146.472	36.618	13.182	49.800	37.844
Provisão para depreciação acelerada UTE William Arjona	31.872	7.968	2.868	10.836	11.972
Provisão para perdas com créditos de ICMS	39.751	9.938	3.578	13.516	11.212
Provisão para grandes manutenções	46.403	11.601	4.176	15.777	10.442
Provisão para perdas em aplicações financeiras	17.427	4.357	1.569	5.926	5.926
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	15.000	3.750	1.350	5.100	3.570
Provisão honorários advocatícios	630	158	57	215	206
Provisão aquisição energia elétrica	-	-	-	-	499
Prejuízo fiscal	10.767	2.692	-	2.692	4.501
Base negativa da contribuição social	17.156	-	1.544	1.544	14.588
		190.513	**84.140**	**274.653**	**284.816**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		40.996	41.348	82.344	98.173
Realizável a longo prazo		149.517	42.792	192.309	186.643
		190.513	**84.140**	**274.653**	**284.816**

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas. No que se refere ao ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, a realização dar-se-á pela compensação de sua base, limitada a 30% dos lucros tributáveis nos exercícios subseqüentes.

Estudos técnicos de viabilidade, examinados pelo Conselho Fiscal e aprovados pelos órgãos de administração da Companhia indicam que os ativos fiscais diferidos existentes serão totalmente recuperados por lucros tributáveis futuros. Referidos estudos técnicos estão em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

O horizonte de realização desses ativos e a sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados conforme abaixo:

	Controladora								
Natureza dos ativos	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**Próximos 2 anos**	**Próximos 3 anos**	**Após 2015**	**Total**
Ativo fiscal diferido, registrado									
Provisão para perdas Jacuí	27.282	-	-	-	-	-	-	-	27.282
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	6.834	10.248	-	34.167
Demais diferenças temporárias	49.861	25.890	13.209	19.830	31.850	60.961	4.387	-	205.988
Base negativa da contribuição social	537	-	-	-	-	-	-	-	537
	81.097	**29.307**	**16.626**	**23.247**	**35.267**	**67.795**	**14.635**	-	**267.974**
Ativo fiscal diferido, não registrado									
Ativo fiscal diferido - Jacuí	75.783	-	-	-	-	-	-	-	75.783
Ativo fiscal diferido - RIC	-	-	-	-	-	-	-	24.702	24.702
	75.783	-	-	-	-	-	-	**24.702**	**100.485**
	156.880	**29.307**	**16.626**	**23.247**	**35.267**	**67.795**	**14.635**	**24.702**	**368.459**

Natureza dos ativos	Consolidado 2006	2007	2008	2009	2010	Próximos 2 anos	Próximos 3 anos	Após 2015	Total
Ativo fiscal diferido, registrado									
Provisão para perdas Jacuí	27.282	-	-	-	-	-	-	-	27.282
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	3.417	3.417	3.417	3.417	3.417	6.834	10.248	-	34.167
Demais diferenças temporárias	50.125	26.047	13.314	21.816	32.062	61.217	4.387	-	208.968
Prejuízo fiscal	723	1.336	633	-	-	-	-	-	2.692
Base negativa da contribuição social	797	481	266	-	-	-	-	-	1.544
	82.344	**31.281**	**17.630**	**25.233**	**35.479**	**68.051**	**14.635**	-	**274.653**
Ativo fiscal diferido, não registrado									
Ativo fiscal diferido - Jacuí	75.783	-	-	-	-	-	-	-	75.783
Ativo fiscal diferido - RIC	-	-	-	-	-	-	-	24.702	24.702
	75.783	-	-	-	-	-	-	**24.702**	**100.485**
	158.127	**31.281**	**17.630**	**25.233**	**35.479**	**68.051**	**14.635**	**24.702**	**375.138**

Conforme mencionado na Nota 10-e, a Companhia, em junho de 2004, transferiu 33,33% do empreendimento Jacuí à Elétrica Jacuí S.A. - ELEJA. Nos termos do contrato de transferência, o então percentual remanescente da Companhia no projeto Jacuí, correspondente a 66,66%, ficou sendo objeto de opções recíprocas de compra, pela ELEJA, e de venda, pela Companhia. Em julho de 2005 a ELEJA adquiriu da Companhia participação adicional de 33,33% do projeto Jacuí, passando a ser titular de 66,66% do mesmo, mediante o exercício da primeira das suas opções de compra previstas no contrato. Em decorrência deste fato, houve reversão de parte da provisão para perdas econômicas, no ano de 2005 no montante de R$ 303.040.

A realização do saldo da provisão para perdas econômicas da UTE Jacuí, no ano de 2006, está baseada no pressuposto do exercício das opções de compra pela ELEJA ou venda pela Tractebel, naquele ano, da participação remanescente de 33,34% do projeto Jacuí. O valor do ativo fiscal diferido, já reconhecido contabilmente, refere-se à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e foi registrado em 1997. A Administração da Companhia está aguardando definições quanto ao exercício das opções de compra e venda para reconhecer o Imposto de Renda sobre a reversão da provisão, no valor de R$ 75.783.

A realização da RIC ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido, no valor de R$ 24.702 (R$ 28.843 em 31.12.2004), em observância à Instrução CVM nº 371/02.

NOTA 7 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	2005		2004	
	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda
Resultado antes dos tributos	**1.048.120**	**1.048.120**	**827.469**	**827.469**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	-	6.746	-	6.746
Gratificação e 13º de dirigentes	-	1.614	-	999
Doações	1.049	1.049	514	514
Outras despesas indedutíveis	36	36	913	913
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(116.885)	(116.885)	(82.394)	(82.394)
Provisão para perdas UTE Jacuí	-	(303.040)	-	(365.581)
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	-	(87.809)	-	(98.492)
Reversão de juros sobre o capital próprio	(271.700)	(271.700)	(255.000)	(255.000)
(=) Base de cálculo dos tributos no resultado	**660.620**	**278.131**	**491.502**	**35.174**
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
(=) Contribuição social e imposto de renda	**(59.456)**	**(69.533)**	**(44.235)**	**(8.794)**
Incentivos fiscais	-	934	-	499
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	-	24	-	24
Outros	(19)	26	60	169
(=) Contrib. social e imposto renda no resultado	**(59.475)**	**(68.549)**	**(44.175)**	**(8.102)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(28.942)	(94.663)	(10.910)	(20.085)
Diferido	(30.533)	26.114	(33.265)	11.983
	(59.475)	**(68.549)**	**(44.175)**	**(8.102)**

	Consolidado			
	2005		2004	
	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda
Resultado antes dos tributos	**1.104.052**	**1.104.052**	**861.035**	**861.035**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	-	6.746	-	6.746
Gratificação e 13º de dirigentes	-	2.151	-	1.273
Doações	1.319	1.319	1.379	1.379
Outras despesas indedutíveis	38	38	921	952
Exclusões				
Provisão para perdas UTE Jacuí	-	(303.040)	-	(365.581)
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	-	(87.809)	-	(98.492)
Reversão de juros sobre o capital próprio	(271.700)	(271.700)	(255.000)	(255.000)
Ajuste de controlada tributada pelo lucro presumido	(6.861)	(8.323)	(3.433)	(4.424)
(=) Base de cálculo dos tributos no resultado	**826.848**	**443.434**	**604.902**	**147.888**
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
(=) Contribuição social e imposto de renda	**(74.416)**	**(110.859)**	**(54.441)**	**(36.973)**
Incentivos fiscais	-	1.204	-	879
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	-	108	-	94
Reconhecimento de ativos fiscais diferidos de períodos anteriores	-	-	1.166	3.203
Outros	(19)	26	60	169
(=) Contrib. social e imposto renda no resultado	**(74.435)**	**(109.521)**	**(53.215)**	**(32.628)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(43.201)	(133.677)	(20.201)	(45.269)
Diferido	(31.234)	24.156	(33.014)	12.641
	(74.435)	**(109.521)**	**(53.215)**	**(32.628)**

NOTA 8 – ALIENAÇÕES DE BENS E DIREITOS

Em 04.06.2004, a Companhia transferiu 33,33% do projeto Jacuí à Elétrica Jacuí S.A. – ELEJA, por R$ 29.000, e em 29.07.2005 a ELEJA adquiriu participação adicional de 33,33% do referido empreendimento, por R$ 31.181, mediante exercício da primeira opção de compra, prevista no contrato firmado em 04.06.2004, passando a ser titular de 66,66% do mesmo.

De acordo com as condições contratuais os valores acima mencionados estão sendo atualizados pelo IGP-DI e perfazem, em 31.12.2005, o montante de R$ 60.220 (R$ 29.303 em 31.12.2004).

NOTA 9 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Participações societárias permanentes avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Itá Energética S.A. – ITASA				
Equivalência patrimonial	270.006	255.327	-	-
Dividendos propostos	(3.860)	(1.576)	-	-
Ágio	10.299	12.587	10.299	12.587
	276.445	**266.338**	**10.299**	**12.587**
Companhia Energética Meridional – CEM				
Equivalência patrimonial	627.009	295.785	-	-
Dividendos intermediários	(30.000)	-	-	-
Dividendos propostos / revertidos	(65.000)	52.778	-	-
Ágio	31.204	35.662	31.204	35.662
	563.213	**384.225**	**31.204**	**35.662**
Tractebel Energia Comercializadora Ltda.				
Equivalência patrimonial	**13.082**	**1.423**	**-**	**-**
Lages Bioenergética Ltda.				
Equivalência patrimonial	42.255	37.067	-	-
Dividendos propostos	(10.000)	(6.537)	-	-
	32.255	**30.530**	**-**	**-**
Delta Energética S. A.				
Equivalência patrimonial	**6**	**7**	**-**	**-**
	885.001	**682.523**	**41.503**	**48.249**
Participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição				
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica				
Quota de participação	**3**	**3**	**3**	**3**
	885.004	**682.526**	**41.506**	**48.252**
Bens e direitos de uso futuro e destinados à alienação	**1.742**	**1.742**	**1.742**	**1.742**
Outros investimentos	**371**	**371**	**371**	**371**
	887.117	**684.639**	**43.619**	**50.365**

b) Participações societárias permanentes

b.1 – Itá Energética S.A. – ITASA (controlada em conjunto)

As ações representativas do capital social da ITASA são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

A ITASA tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, entre os Municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS) e possui capacidade instalada de 1.450 MW, proveniente de 5 grupos geradores de 290 MW, e 720 MW médios de energia assegurada.

Nos termos do Contrato de Consórcio, a ITASA tem direito a 60,5% de 668 MW médios, que correspondem à Energia Assegurada da UHE Itá.

As informações pertinentes à participação na controlada em conjunto estão demonstradas a seguir:

	2005	2004
Quantidade de ações ordinárias do capital social	520.219.172	520.219.172
Quantidade de ações ordinárias de propriedade da Tractebel Energia	253.606.840	253.606.840
Participação %	48,75	48,75
Capital social	426.300	426.300
Patrimônio líquido	545.941	520.516
Resultado do exercício	33.344	13.613
Investimento:		
Equivalência patrimonial	266.146	255.327
Ágio	10.299	12.587
Resultado de equivalência patrimonial	16.255	6.636

O ágio na aquisição do investimento tem fundamento econômico na expectativa de resultados futuros e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos.

A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com as premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para o período de concessão de 35 anos, admitindo-se uma renovação da concessão ao seu término, conforme faculta o respectivo Contrato de Concessão.

A avaliação considerou a relação de *debt/equity* de 50/50 para a implementação do projeto Itá, utilizando-se taxas de desconto de 11,0% para capital de terceiros e de 11,5% para capital próprio. O ágio amortizado no exercício foi de R$ 2.288 (R$ 2.288 em 2004).

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados na proporção dos investimentos da Companhia no capital social da controlada:

ATIVO	**2005**	**2004**
Circulante	66.067	54.885
Realizável a longo prazo	9.521	13.942
Permanente	1.064.089	1.105.752
	1.139.677	**1.174.579**
PASSIVO		
Circulante	104.004	108.855
Exigível a longo prazo	489.732	545.208
Patrimônio líquido	545.941	520.516
	1.139.677	**1.174.579**

RESULTADO	**2005**	**2004**
Receitas operacionais brutas	233.129	322.630
Deduções da receita operacional	(21.564)	(28.546)
Receitas líquidas de vendas	**211.565**	**294.084**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA		
Energia elétrica comprada para revenda	(1.336)	(93.870)
Custo de produção de energia elétrica	(52.657)	(52.862)
	(53.993)	**(146.732)**
LUCRO BRUTO	**157.572**	**147.352**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	(19.859)	(22.469)
Despesas gerais e administrativas	(19.138)	(19.309)
	(38.997)	**(41.778)**
Resultado do serviço	**118.575**	**105.574**
Despesas financeiras líquidas	**(67.975)**	**(98.440)**
RESULTADO OPERACIONAL	**50.600**	**7.134**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**-**	**(1)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**50.600**	**7.133**
Imposto de renda e contribuição social	(17.256)	6.480
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**33.344**	**13.613**

b.2 – Companhia Energética Meridional – CEM (controlada)

A CEM detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27.08.1998.

As informações pertinentes à participação na controlada estão demonstradas a seguir:

	2005			2004
	Ações		Total	Total
	Ordinárias	Preferenciais		
Quantidade de ações do capital social	118.849.336	225.678.665	344.528.001	225.170.692
Quantidade de ações de propriedade da Tractebel Energia	118.849.332	225.678.665	344.527.997	225.170.688
Participação %	99,99	100,00	99,99	99,99
Capital social			424.222	224.222
Patrimônio líquido			532.009	348.563
Resultado do exercício			78.446	68.785
Investimento:				
Equivalência patrimonial			532.009	295.785
Ágio			31.204	35.662
Resultado de equivalência patrimonial			78.446	68.785

O ágio na aquisição do controle acionário tem fundamento econômico na expectativa de resultado futuro e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos.

A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para 35 anos, prazo de concessão da usina, ajustado a valor presente com taxa de desconto de 14% a.a..

A avaliação levou em consideração a relação *debt/equity* de 70/30 para a construção da usina. O ágio amortizado no exercício foi de R$ 4.458 (R$ 4.458 em 2004).

b.3 – Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (controlada)

A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

As informações pertinentes à participação na controlada estão demonstradas a seguir:

	2005	2004
Quotas que compõem o capital social	2.200.000	1.000.000
Quotas de propriedade da Tractebel Energia	2.199.999	999.999
Participação %	99,99	99,99
Capital social	2.200	1.000
Patrimônio líquido	13.082	1.423
Resultado do exercício	10.459	439
Investimento:		
Equivalência patrimonial	13.082	1.423
Resultado de equivalência patrimonial	10.459	439

b.4 – Lages Bioenergética Ltda. (controlada)

A Lages detém a autorização da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages – SC, com um turbogerador a vapor de 28 MW, utilizando resíduos de madeira como combustível. A unidade de cogeração possui um sistema de transmissão de interesse restrito, composto de uma subestação com transformador de 31.250 kVA – 13,8/138 kV e de uma linha de transmissão de 138 kV, em circuito simples, de aproximadamente 5 km de extensão. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002. A operação comercial da central geradora foi liberada a partir do dia 23.12.2003.

As informações pertinentes à participação na controlada estão demonstradas a seguir:

	2005	2004
Quotas que compõem o capital social	30.529.984	30.529.984
Quotas de propriedade da Tractebel Energia	30.529.983	30.529.983
Participação %	99,99	99,99
Capital social	30.530	30.530
Patrimônio líquido	32.255	30.530
Resultado do exercício	11.725	6.537
Investimento:		
Equivalência patrimonial	32.255	30.530
Resultado de equivalência patrimonial	11.725	6.537

b.5 – Delta Energética S. A. (controlada)

A Companhia detém 9.999 das 10.000 ações que compõem o capital social da Delta. Esta controlada foi constituída em 31.10.2001, sob a denominação de Delta Participações S.A. e em 26.04.2004 teve a sua denominação social alterada para Delta Energética S.A. A controlada não exerceu atividades até o presente momento.

NOTA 10 – ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

	Consolidado					
	2005				2004	
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Empresa
Imobilizações em Serviço						
Intangível						
Direito de exploração UHE Cana Brava	3,2	**88.664**	**(9.796)**	**78.868**	**81.714**	CEM
Tangível						
Geração Hidráulica						
UHE Salto Santiago	2,5	638.934	(475.276)	163.658	178.776	Controladora
UHE Salto Osório	2,8	297.694	(228.447)	69.247	64.633	Controladora
UHE Passo Fundo	2,5	123.116	(89.849)	33.267	36.399	Controladora
UHE Itá (em consórcio)	2,3	1.781.117	(220.321)	1.560.796	1.600.748	Controladora/ ITASA
UHE Machadinho (em consórcio)	2,4	179.937	(15.794)	164.143	167.420	Controladora
UHE Cana Brava	2,5	871.345	(72.083)	799.262	818.620	CEM
		3.892.143	**(1.101.770)**	**2.790.373**	**2.866.596**	
Geração Térmica						
Complexo Jorge Lacerda	4,3	2.457.592	(1.186.116)	1.271.476	1.356.336	Controladora
UTE Charqueadas	4,4	54.717	(48.140)	6.577	7.999	Controladora
UTE Alegrete	4,1	8.101	(7.234)	867	932	Controladora
UTE William Arjona	4,3	174.498	(66.997)	107.501	112.530	Controladora
Unidade de Cogeração Lages	4,3	68.049	(5.077)	62.972	55.519	Lages
		2.762.957	**(1.313.564)**	**1.449.393**	**1.533.316**	
Sistema de Comunicação	6,1	**1.102**	**(985)**	**117**	**669**	Consolidado
Equipamentos Gerais e Outros	10,0	**36.354**	**(18.979)**	**17.375**	**14.287**	Consolidado
		6.781.220	**(2.445.094)**	**4.336.126**	**4.496.582**	
Imobilizações em Curso						
Geração Hidráulica						
UHE Itá (custos retardatários)		4.972	-	4.972	5.471	Controladora/ ITASA
UHE Machadinho (custos retardatários)		92	-	92	-	Controladora
UHE Cana Brava (obra de adição)		1.068	-	1.068	1.602	CEM
UHE S. Santiago (obra de adição)		1.907	-	1.907	890	Controladora
UHE S. Osório (obra de adição)		12.538	-	12.538	16.504	Controladora
Outros		614	-	614	194	Controladora
		21.191	**-**	**21.191**	**24.661**	
Geração Térmica						
UTE Jacuí		26.791	-	26.791	52.320	Controladora
UTE J. Lacerda (obra de adição)		14.693	-	14.693	7.680	Controladora
UTE Charqueadas (obra de adição)		1.825	-	1.825	421	Controladora
Unidade de cogeração Lages		4.101	-	4.101	9.646	Lages
Outros		91	-	91	15	Controladora
		47.501	**-**	**47.501**	**70.082**	
Equipamentos Gerais e Outros		**5.339**	**-**	**5.339**	**1.794**	Controladora
		74.031	**-**	**74.031**	**96.537**	
Total das imobilizações		**6.855.251**	**(2.445.094)**	**4.410.157**	**4.593.119**	
Obrigações especiais		**(56.689)**	**-**	**(56.689)**	**(56.689)**	Controladora/ Lages
		6.798.562	**(2.445.094)**	**4.353.468**	**4.536.430**	

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora		
	Em serviço	**Em Curso**	**Total**
Saldo em 31.12.2003	**3.202.847**	**112.591**	**3.315.438**
Aquisições	-	29.926	29.926
Encargos financeiros e ajustes de obrigações vinculadas a obras	-	(3.116)	(3.116)
Transferências	27.810	(27.810)	-
Depreciação	(175.974)	-	(175.974)
Baixas	(172)	(31.380)	(31.552)
Saldo em 31.12.2004	**3.054.511**	**80.211**	**3.134.722**
Aquisições	-	37.519	37.519
Transferências	27.524	(27.524)	-
Depreciação	(158.608)	-	(158.608)
Baixas	(1.723)	(26.259)	(27.982)
	2.921.704	**63.947**	**2.985.651**
Obrigações Especiais	(56.564)	-	(56.564)
Saldo em 31.12.2005	**2.865.140**	**63.947**	**2.929.087**

	Consolidado		
	Em serviço	**Em Curso**	**Total**
Saldo em 31.12.2003	**4.624.997**	**180.687**	**4.805.684**
Aquisições	-	38.053	38.053
Encargos financeiros de dívidas, líquidos	-	(48)	(48)
Encargos financeiros e ajustes de obrigações vinculadas a obras	-	(3.116)	(3.116)
Transferências	87.516	(87.516)	-
Depreciação	(215.716)	-	(215.716)
Baixas	(215)	(31.523)	(31.738)
Saldo em 31.12.2004	**4.496.582**	**96.537**	**4.593.119**
Aquisições	-	43.916	43.916
Transferências	40.165	(40.165)	-
Depreciação	(198.890)	-	(198.890)
Baixas	(1.731)	(26.257)	(27.988)
	4.336.126	**74.031**	**4.410.157**
Obrigações Especiais	(56.689)	-	(56.689)
Saldo em 31.12.2005	**4.279.437**	**74.031**	**4.353.468**

c) Obrigações especiais

Referem-se a obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica e representam os valores aplicados nos empreendimentos sob concessão, com recursos da União e de doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. A quitação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente. A composição destas obrigações é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2005	**2004**	**2005**	**2004**
Doações e subvenções destinadas a investimentos	47.937	47.937	48.062	48.062
Reversão e amortização	2.230	2.230	2.230	2.230
Participação da União	3.758	3.758	3.758	3.758
Outras	2.639	2.639	2.639	2.639
	56.564	**56.564**	**56.689**	**56.689**

d) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da Concessão ou Autorização	Capacidade Instalada MW	Data do ato	Vencimento
I – Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28.09.1998	28.09.2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28.09.1998	28.09.2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28.09.1998	28.09.2028
UHE Itá	Controladora/ITASA	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15.07.1997	15.07.2032
UHE Cana Brava	CEM	450	27.08.1998	27.08.2033
II–Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	25.09.1998	28.09.2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	25.09.1998	28.09.2028
UTE Alegrete	Controladora	66	25.09.1998	28.09.2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02.06.2000	28.04.2029
UTE Jacuí	ELEJA	350	07.02.2002	07.02.2032
UTE Lages	Lages Bioenergética	28	30.10.2002	30.10.2032

A concessão pertinente à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto Itá Energética S.A. – ITASA (ver Nota 9-b.1).

A concessão da UHE Machadinho está compartilhada com outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho, do qual a Companhia é a líder e detém participação de 16,94%.

e) Usina Termelétrica Jacuí

Em junho de 2004, após conduzir um processo competitivo entre potenciais terceiros interessados no projeto Jacuí, a Companhia transferiu 33,33% do empreendimento à Elétrica Jacuí S.A. - ELEJA, por R$ 29.000. A ELEJA é uma sociedade de propósito específico, controlada por sociedade detentora dos direitos de exploração de jazidas de carvão mineral na região do projeto Jacuí. Nos termos do contrato de transferência, o então percentual remanescente da Companhia no projeto Jacuí, correspondente a 66,66%, ficou sendo objeto de opções recíprocas de compra, pela ELEJA, e de venda, pela Companhia. Em julho de 2005 a ELEJA adquiriu da Companhia participação adicional de 33,33% do projeto Jacuí, por R$ 31.181, passando a ser titular de 66,66% do mesmo, mediante o exercício da primeira das suas opções de compra previstas no contrato. Em 2006, tanto a Companhia como a ELEJA poderão exercer suas opções de venda e compra, reciprocamente, da participação remanescente da Companhia no projeto Jacuí, hipótese em que a ELEJA passaria a ser detentora de 100% do projeto Jacuí. Nos termos do contrato, a ELEJA assumiu a responsabilidade pela conclusão do projeto Jacuí. Em 2005, a autorização para a implantação e exploração da UTE Jacuí foi transferida da Companhia para a ELEJA, conforme aprovação da ANEEL.

Os valores associados aos ativos baixados pela Companhia, em decorrência dos fatos acima informados, são os seguintes:

	2005	2004
Custo bruto	400.696	479.294
Remuneração das imobilizações em curso - RIC	(71.242)	(84.891)
Sub-total	329.454	394.403
Reversão de provisão	(303.040)	(365.581)
Valor contábil líquido	**26.414**	**28.822**

f) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

g) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a Usina Termelétrica Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete – RS, de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

NOTA 11 – UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA

As unidades geradoras 4 e 5 da usina termelétrica William Arjona, com potência total de 70 MW, utilizam gás natural para geração de energia elétrica e foram implantadas com o objetivo específico de atender a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, sob a regência do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica firmado em 10.01.2002, com vigência até 31.12.2004.

A Administração da Companhia vinha considerando a possibilidade de desativar tais unidades geradoras no final do contrato com a CBEE. Em linha com esta possibilidade, a Companhia amortizou o valor econômico destes ativos no período de sua utilização, atingindo um valor residual, em 31.12.2004, de R$ 68.485, que era compatível com o valor estimado de alienação. O valor amortizado no período de 2002 a 2004 foi de R$ 35.214.

Em 26 de outubro de 2004 a Administração da Companhia comunicou à Assessoria do Ministério de Minas e Energia que, após o término do contrato com a CBEE, as referidas unidades geradoras serão mantidas e estarão à disposição para operação centralizada, de acordo com as normas e procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, a partir de 1º de janeiro de 2005, nas mesmas condições das unidades 1, 2 e 3.

Desta forma, o processo de depreciação das referidas unidades não foi interrompido. Concomitantemente com a depreciação, a Companhia está revertendo a amortização acelerada reconhecida ao longo do contrato com a CBEE.

NOTA 12 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Energia elétrica	42.837	65.704	14.075	32.598
Encargos de uso da rede elétrica	33.254	19.849	37.122	23.074
Combustíveis fósseis / biomassa	46.966	37.445	47.146	37.445
Materiais e serviços	17.661	16.591	23.782	24.169
	140.718	**139.589**	**122.125**	**117.286**

NOTA 13 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moedas estrangeira e nacional são as seguintes:

a) Composição:

	Controladora					
	2005			2004		
	Principal e encargos			Principal e encargos		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Moeda Estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional	88.090	263.997	352.087	104.561	414.074	518.635
Instituições financeiras	12.481	134.154	146.635	14.251	183.892	198.143
	100.571	**398.151**	**498.722**	**118.812**	**597.966**	**716.778**
Moeda Nacional						
ELETROBRÁS	81.178	174.443	255.621	66.406	247.802	314.208
Instituições financeiras	12.386	29.355	41.741	10.977	41.133	52.110
	93.564	**203.798**	**297.362**	**77.383**	**288.935**	**366.318**
	194.135	**601.949**	**796.084**	**196.195**	**886.901**	**1.083.096**

	Consolidado					
	2005			2004		
	Principal e encargos			Principal e encargos		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Moeda Estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional	88.090	263.997	352.087	104.561	414.074	518.635
Instituições financeiras	12.481	134.154	146.635	48.857	491.788	540.645
	100.571	**398.151**	**498.722**	**153.418**	**905.862**	**1.059.280**
Moeda Nacional						
ELETROBRÁS	81.178	174.443	255.621	66.406	247.802	314.208
Instituições financeiras	61.594	338.544	400.138	57.888	385.745	443.633
	142.772	**512.987**	**655.759**	**124.294**	**633.547**	**757.841**
	243.343	**911.138**	**1.154.481**	**277.712**	**1.539.409**	**1.817.121**

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Saldo em 31.12.2003	**188.892**	**1.128.340**	**1.317.232**	**258.497**	**1.859.455**	**2.117.952**
Ingressos	-	-	-	-	13.771	13.771
Transferências	196.526	(196.526)	-	275.964	(275.964)	-
Encargos gerados	101.577	-	101.577	173.497	5.498	178.995
Variações monetárias geradas	(6.473)	(34.753)	(41.226)	(8.737)	(53.191)	(61.928)
Remuneração de garantias depositadas	-	(10.160)	(10.160)	-	(10.160)	(10.160)
Amortizações	(284.327)	-	(284.327)	(421.509)	-	(421.509)
Saldo em 31.12.2004	**196.195**	**886.901**	**1.083.096**	**277.712**	**1.539.409**	**1.817.121**
Transferências	182.815	(182.815)	-	516.381	(516.381)	-
Encargos gerados	84.564	-	84.564	130.848	5.031	135.879
Variações monetárias geradas	(21.583)	(91.753)	(113.336)	(23.390)	(106.537)	(129.927)
Remuneração de garantias depositadas	-	(10.384)	(10.384)	-	(10.384)	(10.384)
Amortizações	(247.856)	-	(247.856)	(658.208)	-	(658.208)
Saldo em 31.12.2005	**194.135**	**601.949**	**796.084**	**243.343**	**911.138**	**1.154.481**

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais:

	Controladora					
	2005			2004		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	142.985	334.686	42,04	166.735	442.580	40,86
Euro – EUR	50.446	139.687	17,55	59.507	215.384	19,89
Libra Esterlina – GBP	6.054	24.349	3,06	11.474	58.814	5,43
		498.722	**62,65**		**716.778**	**66,18**
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)	-	255.622	32,11	-	314.208	29,01
Não indexado	-	41.740	5,24	-	52.110	4,81
		297.362	**37,35**		**366.318**	**33,82**
		796.084	**100,00**		**1.083.096**	**100,00**

	Consolidado					
	2005			2004		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	142.985	334.686	28,99	295.767	785.082	43,20
Euro – EUR	50.446	139.687	12,10	59.507	215.384	11,85
Libra Esterlina – GBP	6.054	24.349	2,11	11.474	58.814	3,24
		498.722	**43,20**		**1.059.280**	**58,29**
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)	-	255.622	22,14	-	314.208	17,29
URTJLP	-	358.397	31,04	-	391.523	21,55
Não indexado	-	41.740	3,62	-	52.110	2,87
		655.759	**56,80**		**757.841**	**41,71**
		1.154.481	**100,00**		**1.817.121**	**100,00**

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores:

	%	
Moeda – indexador	**2005**	**2004**
Dólar Americano – USD	(11,82)	(8,13)
Libra Esterlina – GBP	(21,53)	(1,09)
Euro – EUR	(23,50)	(0,85)
URTJLP	3,59	3,66

e) Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e encargos a longo prazo:

	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2007	149.010	94.428	243.438	149.010	142.199	291.209
2008	34.947	30.222	65.169	34.947	77.993	112.940
2009	28.708	30.974	59.682	28.708	78.745	107.453
2010	21.273	33.848	55.121	21.273	81.619	102.892
2011	21.273	14.326	35.599	21.273	62.096	83.369
De 2012 até 2024	142.940	-	142.940	142.940	70.335	213.275
	398.151	**203.798**	**601.949**	**398.151**	**512.987**	**911.138**

f) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos a taxas fixas e flutuantes, assim distribuídas:

Na controladora

Mercado interno

Taxas fixas de 11,90% a 12,00% a.a. (Em 2004, 11,90% a 12,00% a.a.)
Taxas flutuantes: 19,65% a.a. (Em 2004, 18,18% a.a.)

Mercado externo

Taxas fixas de 6,00% a 8,49% a.a. (Em 2004, de 6,00% a 8,49% a.a.)
Taxas flutuantes de 2,36% a 9,30% a.a. (Em 2004, de 2,77% a 9,29% a.a.)

No consolidado

Mercado interno
Taxas fixas de 11,90% a 12,00% a.a. (Em 2004, de 11,90% a 12,00% a.a.)
Taxas flutuantes de 12,00% a 19,65% a.a. (Em 2004, 12,00% a 18,18% a.a.)

Mercado externo
Taxas fixas de 6,00% a 8,49% a.a. (Em 2004, de 6,00% a 10,43% a.a.)
Taxas flutuantes de 2,36% a 9,30% a.a. (Em 2004, de 2,77% a 9,29% a.a.)

NOTA 14 – DEBÊNTURES

a) Controladora

Em 11.05.2005, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM deferiu o registro de distribuição primária de debêntures simples, mediante subscrição pública, de emissão da Companhia, composta por 20.000 debêntures simples, da forma escritural, não conversíveis em ações da emissora, em duas séries, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo, na data de emissão, 02.05.2005, o montante total de R$ 200.000. A 1ª série, composta por 14.000 debêntures, vencerá em 02.05.2011 e terá amortização integral em uma única parcela, e a 2ª série, composta por 6.000 debêntures, vencerá em 02.05.2010 e terá amortização integral em uma única parcela. As debêntures da 1ª série serão atualizadas pelo IGP-M e farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios apurados mediante a aplicação de uma taxa percentual fixa de 9,29% ao ano, a partir da data de emissão, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das debêntures da 1ª série. As debêntures da 2ª série farão jus a uma remuneração equivalente à acumulação de 103,90% da Taxa DI.

A liquidação total da oferta pública das debêntures ocorreu no dia 16.05.2005. Os recursos obtidos por meio da Oferta destinaram-se a aumento de capital na controlada Companhia Energética Meridional – CEM, para propiciar, àquela Companhia, o pré-pagamento dos Contratos de Empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

b) Companhia Energética Meridional – CEM

Em 19.05.1999, a controlada assinou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures, tendo sido subscritas e integralizadas, no período de maio a dezembro de 1999, o montante de 7.773 debêntures, cujo saldo atualizado até 31.12.2005 é de R$ 93.437, sendo R$ 10.919 no passivo circulante e R$ 82.518 no exigível a longo prazo (até 31.12.2004, R$ 98.107, R$ 10.008 no passivo circulante e R$ 88.099 no exigível a longo prazo).

As debêntures são remuneradas com base na TJLP mais 4% a.a., com pagamento dos juros semestralmente, no período de 01.10.1999 até 01.04.2013.

O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

A amortização do valor nominal das debêntures teve início em 01.10.2003 com vencimento final em 01.04.2013, e ocorre semestralmente com base em programação de amortização crescente que varia de 3,0625%, na primeira amortização, a 7,5737% na última parcela, com vencimento em 01.04.2013.

c) Itá Energética S.A. – ITASA

Em 07.03.2001, a controlada em conjunto emitiu duas séries de 8.400 debêntures não conversíveis cada uma, para colocação pública, integralizados em 23.03.2001. O saldo atualizado em 31.12.2005, nas demonstrações financeiras consolidadas, é de R$ 67.215, sendo R$ 9.885 no passivo circulante e R$ 57.330 no exigível a longo prazo (até 31.12.2004, R$ 78.872, R$ 13.352 no passivo circulante e R$ 65.520 no exigível a longo prazo).

Os juros sobre as debêntures são pagos anualmente, sendo os da 1ª série a partir de 01.12.2001 e os da 2º série a partir de 01.06.2002 e são calculados conforme abaixo:

1ª série: de 01.12.2001 a 01.12.2003 – IGP-M + 11,2% a.a.
de 02.12.2003 a 01.12.2013 – IGP-M + 9,4% a.a.
2ª série: de 01.06.2002 a 01.06.2004 – IGP-M + 11,2% a.a.
de 02.06.2004 a 01.06.2013 – IGP-M + 9,4% a.a.

A amortização do valor nominal das debêntures será efetuada em parcelas anuais, sendo que a da 1ª série terá início em 01.12.2004, com vencimento final em 1° de dezembro de 2013 e a da 2ª série, a partir de 01.06.2004, com vencimento final em 01.06.2013.

d) Vencimentos das debêntures a longo prazo

	Controladora	Consolidado
2007	-	17.807
2008	-	18.769
2009	-	19.827
2010	60.000	80.990
2011	138.348	160.618
De 2012 a 2013	-	40.185
	198.348	**338.196**

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora			
	2005			2004
	Circulante	Longo prazo	Total	Total
Provisões trabalhistas	9.772	-	9.772	8.542
Provisão para grandes manutenções	24.280	21.913	46.193	30.574
Provisão bônus gerencial e participação nos resultados	15.000	-	15.000	10.500
Outras	32	630	662	2.109
	49.084	**22.543**	**71.627**	**51.725**

As provisões trabalhistas referem-se às estimativas de 13º salário, férias, gratificação de férias e os respectivos encargos sociais.

Buscando mensurar adequadamente os resultados dos exercícios sociais futuros, a Companhia adota o registro de provisões para grandes manutenções do parque gerador, com base em plano executivo para preservação das condições de operação das usinas.

O balanço patrimonial consolidado inclui o valor de R$ 114, referente a provisões trabalhistas reconhecidas nas demonstrações financeiras da ITASA (R$ 74 em 2004) e o valor de R$ 371, referente à provisão para manutenção programada da Usina Hidrelétrica Cana Brava e da Central Geradora Lages Bioenergética (R$ 135 em 2004).

NOTA 16 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui notificações fiscais e cíveis que estão sendo impugnadas administrativamente, bem como processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, que na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

	Controladora			
	2005		2004	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Trabalhistas				
Vínculo empregatício e reintegração	17.073	13.589	19.182	11.824
Periculosidade	748	600	974	491
Horas extras	684	650	698	281
Equiparação salarial e enquadramento funcional	783	237	689	179
Horas *in itinere*	757	173	820	190
Outras	1.992	2.876	2.062	2.408
	22.037	**18.125**	**24.425**	**15.373**
Cíveis				
Fornecedores	63.097	-	31.020	-
Atingidos pela UHE Itá	1.679	-	1.720	-
Danos emergentes e lucros cessantes	642	542	967	-
Doença ocupacional e acidente do trabalho	20.317	-	18.419	-
Outras	752	-	2.436	-
	86.487	**542**	**54.562**	**-**
Fiscais				
Contribuição Social	14.720	6.678	11.066	5.034
Imposto de Renda	-	2.447	-	-
PIS/COFINS	-	25.624	-	-
INSS	20.957	11.406	18.366	5.641
	35.677	**46.155**	**29.432**	**10.675**
	144.201	**64.822**	**108.419**	**26.048**
Classificação das provisões para contingências no Balanço				
Circulante	41.595	-	-	-
Longo Prazo	102.606	64.822	108.419	26.048
	144.201	**64.822**	**108.419**	**26.048**

	Consolidado			
	2005		2004	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Trabalhistas				
Vínculo empregatício e reintegração	17.073	13.589	19.182	11.824
Periculosidade	748	600	974	491
Horas extras	684	650	698	281
Equiparação salarial e enquadramento funcional	783	237	689	179
Horas *in itinere*	757	173	820	190
Outras	1.992	2.876	2.062	2.408
	22.037	**18.125**	**24.425**	**15.373**
Cíveis				
Fornecedores	64.334	-	31.020	-
Atingidos pela UHE Itá	3.028	-	2.451	-
Danos emergentes e lucros cessantes	642	542	967	-
Doença ocupacional e acidente do trabalho	20.317	-	18.419	-
Outras	1.674	-	2.654	2
	89.995	**542**	**55.511**	**2**
Fiscais				
Contribuição Social	14.720	6.678	11.066	5.034
Imposto de Renda	-	2.447	-	-
PIS/COFINS	-	32.207	-	-
INSS	20.957	11.406	18.366	5.641
	35.677	**52.738**	**29.432**	**10.675**
	147.709	**71.405**	**109.368**	**26.050**
Classificação das provisões para contingências no Balanço				
Circulante	42.326	-	731	-
Longo Prazo	105.383	71.405	108.637	26.050
	147.709	**71.405**	**109.368**	**26.050**

Em julho de 2005, a Companhia impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal em Florianópolis, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo, ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei º 10.833/03. A Companhia entende que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-lei nº 1.598/1977, o que implica ser a indigitada Instrução Normativa ilegal.

Em conseqüência, a Companhia está recolhendo o PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, depositando os valores que entende indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação.

Na opinião dos consultores jurídicos, o risco de perda da demanda judicial é inferior à chance de êxito, razão pela qual a Companhia não está provisionando o valor não recolhido a partir da competência junho de 2005.

A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora					
	2005			2004		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Trabalhistas	8.107	9.518	17.625	9.261	11.269	20.530
Cíveis	9.519	18.236	27.755	3.618	16.352	19.970
Fiscais	27.804	4.920	32.724	-	-	-
	45.430	**32.674**	**78.104**	**12.879**	**27.621**	**40.500**

	Consolidado					
	2005			2004		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Trabalhistas	8.107	9.518	17.625	9.261	11.269	20.530
Cíveis	30.903	26.480	57.383	19.090	24.048	43.138
Fiscais	35.464	4.920	40.384	-	-	-
	74.474	**40.918**	**115.392**	**28.351**	**35.317**	**63.668**

Contingência ativa

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS, instituído pela Lei nº 9.718/98.

A Companhia tem processo semelhante aguardando decisão judicial, com provável chance de êxito.

As receitas atingidas pelo alargamento da base de cálculo são, basicamente, a subvenção combustíveis CCC/CDE e receitas financeiras e o valor que a Companhia espera recuperar, atualizados até 31.12.2005, é de R$ 82.054 na Controladora e R$ 83.128 no consolidado, não reconhecidos nas demonstrações financeiras.

NOTA 17 – CONCESSÕES A PAGAR

A controlada Companhia Energética Meridional – CEM pagará à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M:

Ano	Início de pagamento	Histórico		Atualizado	
		Valor anual	Valor total	Valor anual	Valor total
1º	-	1	1	2	2
2º ao 6º	-	-	-	-	-
7º ao 25º	30.08.2004	680	12.920	1.536	29.184
26º ao 35º	30.08.2023	61.280	612.800	138.421	1.384.210
			625.721		**1.413.396**

O fluxo de pagamento acima está previsto na Cláusula Sexta do Contrato de Concessão. Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, a CEM registrou o seu valor no ativo intangível em contrapartida com os passivos circulante e exigível a longo prazo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a CEM procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência nº 04/97 para a licitação da referida concessão. Até a entrada em operação comercial da usina Cana Brava, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo intangível e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

O saldo desta obrigação, atualizado até 31.12.2005, é de R$ 179.660, sendo R$ 1.530 no passivo circulante e R$ 178.130 no exigível a longo prazo (até 31.12.2004, R$ 161.889, sendo R$ 1.472 no passivo circulante e R$ 160.417 no exigível a longo prazo).

O total devido a longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

2007	1.530
2008	1.530
2009	1.530
2010	1.530
2011	1.530
De 2012 até 2033	170.480
	178.130

NOTA 18 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os passivos atuariais da Companhia são determinados por atuário independente, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada.

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia na condição de sua Instituidora e por outras Companhias, pertencentes ao Grupo Suez.

Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos *Benefício Definido e Contribuição Definida.* O Plano de *Benefício Definido* encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

Plano de Benefício Definido

O Plano de *Benefício Definido* tem regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria e pensão e repartição simples para os auxílios, a seguir especificados:

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

O benefício inicial de complementação de aposentadoria consiste, basicamente, na diferença entre a média aritmética dos 36 últimos salários reais de contribuição do empregado ao Plano, atualizados, mês a mês, pelos mesmos índices adotados pela Previdência Social, e o valor hipotético do benefício de aposentadoria da Previdência Social, calculado com a aplicação das regras que vigoravam antes da entrada em vigor da Lei nº 9.876, de 26.11.1999. Após sua concessão, a complementação de benefício é reajustada anualmente com base na variação do INPC.

O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados. Adicionalmente, a Companhia contribui com 1,7825% da folha de salários, cujo valor é ajustado mensalmente por um fator determinado em função da oscilação do número de empregados participantes do Plano, para fins de amortização de reservas relativas a tempo de serviço passado por ela reconhecido, reavaliadas atuarialmente, cujo compromisso encerra-se em dezembro de 2023. O valor dessas contribuições no exercício de 2005 foi de R$ 3.595 (R$ 7.300 em 2004).

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas no exercício de 2005 foi de R$ 2.110 (R$ 2.450 em 2004).

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de *Benefício Definido* era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS, patrocinada pela Companhia e por outra empresa, sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da rescisão do Convênio de Adesão, o Plano de Benefícios composto pelos participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da ELETROSUL, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, continua sob a responsabilidade da Companhia.

Enquanto perdurar esta situação, a Companhia é responsável pelo custeio de 57% do valor das despesas administrativas da ELOS (a parcela restante, de 43%, é custeada pelo Plano de Benefícios da outra patrocinadora desta fundação). As despesas são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais da ELOS e o valor de responsabilidade da Companhia no exercício de 2005 foi de R$ 1.777 (R$ 1.127 em 2004).

As partes continuam buscando alternativas àquela aprovada pela SPC para regularizar a situação que se apresenta até o momento.

Em 05.04.2004, a Companhia firmou Convênio de Adesão com a PREVIG passando a oferecer o plano de *Contribuição Definida* aos seus empregados e dando início ao processo de migração prevista no seu regulamento. A efetiva inscrição de participantes no plano de *Contribuição Definida* teve início a partir de janeiro em 2005, sendo que o processo de migração encerrou em 31.07.2005, com a migração de aproximadamente 94% dos participantes.

Conforme as instruções contidas na Deliberação nº 371 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, de 13.12.2000, os ganhos e perdas oriundos das reduções e liquidações antecipadas de um plano de *Benefício Definido* devem ser reconhecidos quando de sua ocorrência. Na avaliação atuarial realizada por atuários independentes em 31.07.2005, data da segregação patrimonial entre os dois planos, foram apurados os seguintes impactos decorrentes do processo de migração dos participantes:

	Antes da Redução	**Ganho na Redução**	**Após a Redução**	**Perda na Transferência**	**Após a Transferência**
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.254.857	(22.883)	1.231.974	(104.487)	1.127.487
Valor justo dos ativos	(754.553)	-	(754.553)	105.052	(649.501)
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas no balanço	(231.686)	4.225	(227.461)	23.916	(203.545)
Passivo atuarial líquido	**268.618**	**(18.658)**	**249.960**	**24.481**	**274.441**

As premissas atuariais utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Hipóteses Econômicas (nominais)

	2005	**2004**
Taxa de desconto (a.a.)	11,25%	12,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)	11,50%	12,50%
Crescimento salarial futuro		
- Participante ativo (a.a.)	7,50%	8,00%
- Participante autopatrocinado (a.a.)	5,50%	6,00%
Crescimento dos benefícios da previdência social (a.a.)	5,50%	6,00%
Crescimento dos benefícios do Plano patrocinado pela Companhia (a.a.)	5,50%	6,00%
Inflação	5,50%	6,00%
Fator de capacidade		
- Salários	100%	100%
- Benefícios	100%	100%

Hipóteses Demográficas

- Tábua de Mortalidade (ativos) - GAM 1983, com ajuste de idade de -1
- Tábua de Mortalidade de Inválidos - IAPB 57
- Tábua de Entrada em Invalidez - TASA27
- Tábua de Rotatividade - T-1 *Experience*
- Idade de Aposentadoria - Primeira data em que completam todas as carências
- % de participantes ativos casados na data da aposentadoria - 90,00%
- Diferença de idade entre participante e cônjuge - Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outras Hipóteses

- % de participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão - 100%
- Fator de conversão do SB-40 - 140%

A conciliação dos passivos decorrentes de benefícios pós-emprego, reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia é a seguinte:

	2005			2004		
	Plano de Aposenta-doria	Gratificação Confiden-cialidade	Total	Plano de Aposenta-doria	Gratificação Confiden-cialidade	Total
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.145.672	-	1.145.672	1.102.860	-	1.102.860
Valor justo dos ativos	(689.903)	-	(689.903)	(695.397)	-	(695.397)
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	-	1.359	1.359	-	1.143	1.143
Subtotal	455.769	1.359	457.128	407.463	1.143	408.606
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas no balanço	(170.048)	(305)	(170.353)	(158.295)	(184)	(158.479)
Passivo reconhecido no balanço	**285.721**	**1.054**	**286.775**	**249.168**	**959**	**250.127**

O valor das perdas atuariais excedente a 10% do valor presente das obrigações atuariais será amortizado anualmente, de forma linear, pelo período de, aproximadamente, 7,27 anos, que corresponde ao tempo médio de contribuição futura estimado para os empregados participantes do plano.

Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço, decorrente de "benefícios pós-emprego", está coberta por obrigações contratadas/reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo, firmado pela Companhia. A composição do passivo nas demonstrações financeiras é a seguinte:

	2005			2004
	Circulante	Longo prazo	Total	Total
Obrigações contratadas/reconhecidas				
Contrato de confissão de dívidas passadas, incluindo o financiamento de despesas administrativas	17.613	72.430	90.043	97.626
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições extraordinárias	16.890	8.109	24.999	41.217
Passivo atuarial não contratado	46.517	125.216	171.733	111.284
Passivo atuarial total	**81.020**	**205.755**	**286.775**	**250.127**

A movimentação do passivo atuarial total, reconhecida no balanço patrimonial do exercício de 2005, está resumida a seguir:

	Plano de Aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total
Passivo em 31.12.2003	**243.307**	**794**	**244.101**
Despesas do exercício de 2004	57.062	186	57.248
Contribuições reais da Cia. no ano de 2004	(51.201)	-	(51.201)
Benefícios pagos pela Cia. no ano de 2004	-	(21)	(21)
Passivo em 31.12.2004	**249.168**	**959**	**250.127**
Despesas do exercício de 2005	75.128	188	75.316
Contribuições reais da Cia. no ano de 2005	(38.575)	-	(38.575)
Benefícios pagos pela Cia. no ano de 2005	-	(93)	(93)
Passivo em 31.12.2005	**285.721**	**1.054**	**286.775**

Os valores a serem reconhecidos no resultado do exercício de 2006, relativamente ao plano de Benefícios e Gratificação de Confidencialidade são os seguintes:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total
Custo do serviço corrente	817	55	872
Custo dos juros	124.487	130	124.617
Rendimento esperado dos ativos do plano	(75.248)	-	(75.248)
Amortização de perdas atuariais	8.344	14	8.358
Contribuição dos empregados	(266)	-	(266)
Total	**58.134**	**199**	**58.333**

Plano de Contribuição Definida

Além do plano de *Benefício Definido*, a PREVIG passou a administrar outro plano, do tipo *Contribuição Definida*, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05.10.2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

No plano de *Contribuição Definida*, do qual fazem parte 94% dos empregados da Companhia (887 participantes), o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas do participante e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados. O valor da contribuição da Companhia no exercício de 2005 foi de R$ 2.236.

Adicionalmente, a título de incentivo à migração, a Companhia assumiu uma contribuição especial de R$ 1.760, paga ao participante com, no mínimo, 10 (dez) anos de vinculação ao plano anterior, calculada com o objetivo de aumentar as provisões matemáticas dos participantes, buscando neutralizar eventual impacto que teria ao optar pela migração.

A Companhia é responsável pelo custeio de 100% das despesas administrativas do Plano de *Contribuição Definida* até 31.12.2006, a partir daí os mesmos serão rateados pelos participantes do plano. O valor dessas despesas no exercício de 2005 foi de R$ 241.

Em reconhecimento à confiança depositada pelos empregados que aderiram ao novo Plano de Benefícios da PREVIG, a Companhia efetuou o pagamento de uma contribuição voluntária ao Plano de *Contribuição Definida*, adicionalmente às contribuições já previstas no regulamento, equivalente ao valor de 50% da remuneração mensal de cada empregado participante, calculada com base no mês de novembro de 2005, o que gerou uma despesa de R$ 2.135.

b) Gratificação por Confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

NOTA 19 – PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Encontram-se registrados nesta rubrica o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, no valor de R$ 36.532 no exigível a longo prazo (R$ 39.616, em 2004, no passivo circulante), calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE, no valor de R$ 107.446 (R$ 116.516 em 2004), correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto no Despacho ANEEL nº. 288, de 16.05.2002, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais. Devido a expectativa de que a solução da contestação não ocorrerá no próximo exercício, em 2005, o passivo fiscal diferido está sendo apresentado no exigível a longo prazo.

NOTA 20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais, ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Grupamento e conversão de ações

Consoante deliberação ocorrida na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 07.04.2005, as ações representativas do capital social da Companhia foram agrupadas, em 23.05.2005, na proporção de 1.000 (mil) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie e classe existentes.

Concomitantemente com essa operação no Brasil, a relação de ações por *ADR – American Depositary Receipt* no mercado americano também foi alterada, passando a ser de 5 (cinco) ações para 1 (um) *ADR*.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 07.06.2005, aprovou proposta de conversão da totalidade das ações preferenciais classes "A" e "B" em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial.

A referida proposta tinha por objetivos essenciais: (i) equalizar os direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia; (ii) adaptar a sua estrutura acionária aos procedimentos mais recomendados de governança corporativa; (iii) conferir maiores condições de liquidez a todas as ações de emissão da Companhia; e (iv) possibilitar o ingresso da Companhia no denominado "Novo Mercado" da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

As Assembléias Gerais Extraordinárias, Especial dos Titulares de ações preferenciais classe “A” e classe “B”, foram realizadas no dia 27.06.2005, tendo sido aprovada apenas a conversão da totalidade das ações preferências classe “B” e a posterior consolidação do Estatuto Social. Em 17.08.2005 foi ratificada pela segunda Assembléia Especial dos Titulares de ações preferenciais classe “A” (2ª convocação) a conversão da totalidade das ações preferenciais classe “A” e, também, a posterior consolidação do Estatuto Social.

c) Capital social subscrito e integralizado

Atualmente, a Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2005, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31 de dezembro de 2005 é de R$ 4,11 (R$ 4,27 por lote de mil ações em 31.12.2004).

O quadro societário da Companhia, está assim constituído:

Acionistas	% do Capital	
	2005	2004
Suez Energy South America Participações Ltda.	68,73	78,30
Banco Clássico S.A.	10,00	10,00
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	2,80	5,62
União Federal	1,90	1,90
Outros	16,57	4,18
	100,00	100,00

Com o objetivo de aumentar a liquidez das ações negociadas na BOVESPA, o acionista controlador, Suez Energy South America Participações Ltda., vendeu, através de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias, 62.500.000 ações, equivalente a 9,57% do Capital Social da Companhia.

A composição das reservas, está assim constituída:

Composição das reservas:	2005	2004
Reserva de Capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	91.695	91.695
Reservas de Lucros		
Reserva legal	148.257	102.252
Reserva de retenção de lucros	243	147.243
	148.500	249.495

NOTA 21 – DIVIDENDOS PROPOSTOS

No decorrer do ano de 2005, o Conselho de Administração da Companhia aprovou créditos de juros sobre o capital próprio, em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e Deliberação CVM nº 207/96, com os seguintes valores:

- R$ 110.000, correspondentes a R$ 0,199740 por lote de mil ações Preferenciais Classe A, R$ 0,168516 por lote de mil ações Preferenciais Classe B e Ordinárias, aprovados em 12.05.2005, com o início dos pagamentos em 08.07.2005.
- R$ 122.000, correspondentes a R$ 0,186904 por ação Ordinária, aprovados em 19.10.2005, com o início dos pagamentos em 10.11.2005.
- R$ 39.700, correspondentes a R$ 0,060820 por ação Ordinária, aprovados em 15.12.2005, com o início dos pagamentos em 19.04.2006.

Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2005.

Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica e não estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.

Em 19.10.2005, o Conselho de Administração da Companhia, usando a competência que lhe conferem o artigo 19, inciso XV do Estatuto Social, aprovou a distribuição de dividendos intermediários com base nas reservas de lucros existentes em 31.12.2004, exceto a reserva legal, no valor de R$ 147.000, correspondentes a R$ 0,225204 por ação, os quais foram pagos em 10.11.2005 e, também, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações financeiras levantadas em 30.06.2005, no valor de R$ 141.000, correspondentes a R$ 0,216012 por ação, os quais também foram pagos em 10.11.2005. Essas distribuições estão fundamentadas no caput e no § 2º do artigo 204 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no § 1º do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia.

	2005	2004
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	920.096	775.192
Constituição da reserva legal (5%)	(46.005)	(38.760)
Base de cálculo	874.091	736.432
Dividendos mínimos obrigatórios (30% em 2005 e 25% em 2004)	**262.227**	**184.108**
b) Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	232.132	216.750
Dividendos intercalares	141.000	-
Saldo dos dividendos propostos	461.391	335.032
Subtotal	834.523	551.782
I.R.R.F. dos juros sobre o capital próprio	39.568	38.250
Total	**874.091**	**590.032**
Dividendos / juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação em 2005 e por lote de mil ações em 2004 **(em R$ 1,00)**:		
Preferenciais classe A	-	0,920260
Preferenciais classe B	-	0,845321
Ordinárias	1,339106	0,845321

O saldo dos dividendos propostos, no valor de R$ 461.391, correspondente a R$ 0,706850 por ação, será pago após a deliberação da Assembléia Geral Ordinária que aprovar as Demonstrações Financeiras.

NOTA 22 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora					
	2005					2004
	Custos		Despesas			
	Produção e Comercializ.	Serviços Prestados	Despesas com Vendas	Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	73.943	6.391	5.785	37.400	123.519	111.913
Material	19.568	229	38	1.016	20.851	16.840
Serviço de terceiro	41.085	2.188	1.968	20.460	65.701	59.293
Combustível p/produção energia – CCC/CDE	311.131	-	-	-	311.131	275.502
Combustível p/produção energia – sem subvenção	101.570	-	-	-	101.570	134.666
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	54.445	-	-	-	54.445	47.049
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	116.395	-	116.395	106.636
Uso de bem público – UBP	3.671	-	-	-	3.671	4.831
Depreciação e amortização	157.394	-	36	1.178	158.608	175.057
Constituição de provisões operacionais, líquida	40.747	-	-	56.393	97.140	11.019
Reversão de provisões p/créditos de liquidação duvidosa, líquida	-	-	(9.071)	-	(9.071)	(12.133)
Seguros	6.530	414	-	280	7.224	8.434
Previdência privada – SB-40	-	-	-	17.442	17.442	23.435
Indenizações trabalhistas	-	-	-	1.199	1.199	2.940
Indenizações a terceiros	32	-	2.920	75	3.027	1.762
Contribuições setoriais	1.978	-	-	2.024	4.002	3.630
Taxa de fiscalização	-	-	-	7.812	7.812	5.863
Contribuições e doações	457	45	-	3.928	4.430	3.828
Outros	8.401	61	224	9.186	17.872	22.112
	820.952	**9.328**	**118.295**	**158.393**	**1.106.968**	**1.002.677**

	Consolidado					
	2005					2004
	Custos		Despesas			
	Produção e Comercializ.	Serviços Prestados	Despesas com Vendas	Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	74.233	6.391	5.785	39.558	125.967	113.812
Material	21.379	229	38	1.207	22.853	17.931
Serviço de terceiro	48.123	2.188	2.453	22.566	75.330	66.568
Combustível p/produção energia – CCC/CDE	311.131	-	-	-	311.131	275.502
Combustível p/produção energia – sem subvenção	104.694	-	-	-	104.694	136.933
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	69.152	-	-	-	69.152	59.182
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	162.431	-	162.431	134.899
Uso de bem público – UBP	3.671	-	-	-	3.671	4.831
Depreciação e amortização	197.660	-	36	10.412	208.108	223.487
Constituição de provisões operacionais, líquida	40.083	-	-	56.499	96.582	10.598
Reversão de provisões p/créditos de liquidação duvidosa, líquida	-	-	(9.126)	-	(9.126)	(12. 095)
Seguros	8.348	414	-	477	9.239	10.752
Previdência privada – SB-40	-	-	-	17.442	17.442	23.435
Indenizações trabalhistas	-	-	-	1.199	1.199	2.940
Indenizações a terceiros	32	-	2.920	167	3.119	1.780
Contribuições setoriais	1.978	-	-	2.190	4.168	3.777
Taxa de fiscalização	-	-	-	9.156	9.156	7.138
Contribuições e doações	471	45	-	4.369	4.885	5.092
Outros	8.635	61	259	24.357	33.312	33.041
	889.590	**9.328**	**164.796**	**189.599**	**1.253.313**	**1.119.603**

NOTA 23 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia utiliza operações de arrendamento mercantil para a renovação de seu parque de informática e de sua frota de veículos.

Os contratos atualmente existentes envolvem os seguintes bens:

a) Equipamento de informática

O prazo de arrendamento é de 36 meses e a aquisição dos bens pela arrendatária está contratualmente assegurada pelo valor unitário de R$ 1,00. Existem, em 31.12.2005, 349 microcomputadores contratados (341 em 31.12.2004), representando cerca de 63% do total.

O saldo das contraprestações a pagar, em 31.12.2005, é de R$ 655, dos quais R$ 395 vencem nos próximos 12 meses e R$ 260, nos meses subseqüentes. O montante das contraprestações efetivamente pagas no exercício de 2005 foi de R$ 535 (R$ 441 em 2004).

b) Frota de veículos

A Companhia tem contrato de arrendamento de 43 veículos, em 31.12.2005. Os contratos tem prazo de 36 meses, estando assegurada, à arrendatária, a aquisição dos bens no término dos contratos pelo valor equivalente a 20% do valor dos bens.

O saldo das contraprestações a pagar, que tiveram início no presente exercício, é de R$ 776, dos quais R$ 553 vencem nos próximos 12 meses e R$ 223, nos meses subseqüentes. O montante das contraprestações efetivamente pagas no exercício de 2005 foi de R$ 967 (R$ 658 em 2004).

NOTA 24 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

a.1) Risco de Mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Estes riscos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado.

A Companhia tem registrado em seus livros operações de *swap* de taxa de juros no mercado internacional ficando passiva à taxa fixa média de 5,272% a.a. e ativa em Libor US$ seis meses, com início de fluência em 15.10.2001 e término em 16.10.2006, com valor atual de principal de US$ 4.426 mil, equivalente a R$ 10.360 em 31.12.2005, amortizado semestralmente a partir de 15.04.2002.

Em novembro de 2004, aproveitando-se da desvalorização do Dólar frente ao Real, a Companhia implementou uma política de maior proteção do seu passivo em moeda externa, através de operações de *swaps* no mercado de balcão, utilizando como veículo seu Fundo de Investimentos Exclusivo (ver Nota 3), onde a variação cambial de empréstimos e financiamentos foi trocada pela variação do CDI. Os vencimentos das operações de *swaps* são concomitantes com as datas de vencimento do fluxo de compromissos do passivo em moeda externa, considerando-se um período de vinte e quatro meses a partir de novembro de 2004. As operações são registradas na CETIP e têm como contraparte, instituições financeiras de comprovada solidez financeira e patrimonial, respeitando os limites de crédito definidos pela Companhia.

Essas operações estão apresentadas nas demonstrações financeiras nas rubricas "Operações com derivativos", no passivo circulante, e "Perdas com operações de *swaps* taxa de câmbio/juros", na despesa financeira, conforme a seguir demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Passivo Circulante				
Operações com derivativos	46.181	18.984	65.876	28.002
Despesa Financeira				
Perdas com *swaps* de taxa de câmbio/juros	104.537	19.554	130.253	28.157

A exposição líquida da Companhia ao fator de risco de mercado taxa de câmbio é a seguir demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	498.722	716.778	498.722	1.059.280
Instrumentos de *hedge* - *swaps*	(96.031)	(237.976)	(146.356)	(339.714)
Ativos em moeda estrangeira	(19.749)	(23.776)	(36.790)	(23.776)
Exposição líquida	**382.942**	**455.026**	**315.576**	**695.790**

a.2) Risco de Crédito

Nos contratos bilaterais de longo prazo e nos contratos iniciais de compra e venda de energia, firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

A partir de 2003, com a redução das vendas de energia elétrica vinculadas aos contratos iniciais, conjugado com a entrada em operação de novas usinas, a Companhia deu inicio à ampliação de sua carteira de clientes, focando clientes industriais, os chamados Consumidores Livres. Para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais foi criada, na Companhia, a área de crédito, cujo escopo do trabalho compreende a análise prévia e o estabelecimento, em conjunto com o Comitê de Crédito, de limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.

Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado na Nota 3, a partir deste exercício a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

b) Valor de mercado

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos e financiamentos foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude de estes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos significativamente baixos em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	Controladora			
	2005		2004	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e encargos em moeda estrangeira	498.722	495.438	716.778	699.768
Empréstimos e encargos em moeda nacional	297.362	283.941	366.318	358.058
	796.084	**779.379**	**1.083.096**	**1.057.826**

Nas controladas, as operações envolvendo instrumentos financeiros não apresentam diferenças relevantes entre os valores médios de mercado e os valores apresentados nas demonstrações financeiras.

NOTA 25 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com suas controladas, conforme a seguir especificados:

Itá Energética S. A. – ITASA

Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica ITÁ, pela Companhia, celebrado, no âmbito do Consórcio Itá, em 11.09.1998, com vigência até 16.10.2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em 15.01.2001, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 61 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pela variação do Dólar mais inflação norte americana.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em 15.01.2001, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pelo IGP-M.

Companhia Energética Meridional – CEM

Contrato firmado em 09.04.1999, aditado em 15.04.1999 e 09.11.2002, com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da CEM não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, firmado em 05.01.2001, aditado em 06.03.2001 e 09.08.2002, com vigência até 2015, para aquisição da energia elétrica produzida na UHE Cana Brava. O contrato estabelece a aquisição, pela Companhia, nos montantes anuais de 1.125.616 MWh, 2.189.036 MWh e 2.395.903 MWh, a partir dos meses de outubro de 2002, novembro de 2002 e dezembro de 2002, respectivamente. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Operação e Manutenção da UHE Cana Brava, celebrado em 05.01.2001, aditado em 09.03.2001 e 01.06.2002, com vigência até o término da concessão da usina e valores reajustáveis anualmente pelo IGP-M, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento.

Lages Bioenergética Ltda.

Contrato firmado em 02.01.2003, com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Lages não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, celebrado em 15.03.2004, com o objetivo de regular a compra, pela controlada, de até 26 MW médios mensais de energia elétrica de propriedade da Companhia, com vigência de 01.04.2004 a 31.03.2017.

Contrato de Operação e Manutenção da Unidade de Co-geração Lages, celebrado em 01.04.2004, com término em 31.03.2012, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação da remuneração definida em Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

Contrato firmado em 01.11.2004, com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado no menor período legalmente permitido (atualmente, período anual), pela variação do IGP-M.

Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	Controladora							
	2005							2004
	Suez Energy South America Partic. Ltda	CEM	ITASA	LAGES	Tractebel Energia Comerc. Ltda	CESS	Total	Total
Ativo								
Contas a receber	664	131	6.550	902	13.129	318	**21.694**	**16.531**
Passivo								
Fornecedores	-	30.578	9.831	1	-	-	**40.410**	**42.312**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	340.307	-	-	-	-	-	**340.307**	**432.054**
Resultado								
Receita operacional								
Suprimento de Energia	-	-	-	5.959	58.371	-	**64.330**	**12.100**
Receitas de serviços								
Administração	-	594	-	93	26	395	**1.108**	**794**
Operação e manutenção	-	1.690	9.620	1.362	-	-	**12.672**	**11.254**
Custo de Energia Elétrica e Serviços								
Compra energia	-	249.310	121.256	-	-	-	**370.566**	**414.801**
Outros	-	-	-	10	-	-	**10**	**7**
Financeiro								
Receita	-	-	14	-	-	-	**14**	**3.291**

NOTA 26 – GARANTIAS A TERCEIROS

Itá Energética S.A. - ITASA

A Companhia e demais acionistas da ITASA são intervenientes nos contratos firmados entre a investida, o BNDES e outros agentes financeiros, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da ITASA, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, em 31.12.2005 é de R$ 273.526 (R$ 303.736 em 31.12.2004).

A ITASA, para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes dos contratos acima citados, deu as seguintes garantias ao BNDES e aos Agentes Financeiros: a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; e b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com suas investidoras.

Companhia Energética Meridional - CEM

A Tractebel Energia é interveniente no Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures não Conversíveis em Ações e no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, celebrados entre a controlada CEM e o BNDES, o primeiro em 19.05.1999, e aditado em 25.05.1999, e o segundo em 05.04.2000. Como interveniente, a Companhia assumiu as obrigações em relação aos contratos:

garantir o pagamento antecipado nas seguintes hipóteses exclusivas: a) de extinção da concessão por motivo imputável à CEM, aos intervenientes ou suas controladas, coligadas ou controladoras; e b) celebração de acordo com o Poder Concedente pela CEM, pelos intervenientes ou por qualquer uma de suas controladas, coligadas ou controladoras, visando à extinção da concessão;

ceder ao BNDES quaisquer valores resultantes de indenização recebida em função da extinção da concessão da UHE Cana Brava, pelo Poder Concedente.

Além das obrigações acima especificadas, a Tractebel Energia deu ao BNDES, em caução, a totalidade das ações de sua propriedade, representativas do capital social da CEM, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2005 totaliza R$ 200.926 (R$ 558.525 em 31.12.2004).

A CEM cedeu os recebíveis decorrentes da geração e da comercialização provenientes da Usina Hidrelétrica Cana Brava, em garantia de pagamento de seus empréstimos e financiamentos.

Lages Bioenergética Ltda.

A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre Lages Bioenergética e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em 25.07.2003, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no capital social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31.12.2005 totaliza R$ 44.597 (R$ 48.743 em 31.12.2004).

A Lages Bioenergética, para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do contrato acima citado, cedeu em garantia os recebíveis decorrentes da comercialização da energia elétrica proveniente da Unidade de Cogeração.

NOTA 27 – SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 3.515.233 mil, equivalentes a R$ 8.228.106 mil em 31.12.2005, e de lucro cessante com valor declarado de US$ 98.503 mil, equivalentes a R$ 230.566 mil em 31.12.2005. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 150.000 mil, equivalentes a R$ 351.105 mil em 31.12.2005, por evento.

A apólice e os valores acima se referem aos bens do patrimônio da Companhia. A UHE Cana Brava, cuja concessão pertence à controlada CEM, está incluída na apólice da Tractebel Energia com valor declarado para danos materiais de US$ 320.000 mil, equivalentes a R$ 749.024 mil em 31.12.2005, e lucro cessante de US$ 8.105 mil, equivalentes a R$ 18.971 mil em 31.12.2005.

Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000 mil, equivalentes a R$ 117.035 mil em 31.12.2005. Estas apólices incluem a UHE Itá, construída e explorada em consórcio com a controlada em conjunto ITASA.

A controlada Lages Bioenergética Ltda. possui seguro de Riscos Operacionais com cobertura de US$ 25.000 mil equivalentes a R$ 58.518 mil em 31.12.2005, e possui também, apólice de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000 mil, equivalentes a R$ 117.035 mil em 31.12.2005.

Além destes seguros estratégicos, a Companhia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de Conselheiros, Diretores e Administradores – (D&O) extensivo as suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus Diretores e Empregados.

NOTA 28 – CONTRATOS DE LONGO PRAZO

Além dos contratos com sociedades controladas citados na Nota 25, a Companhia possui direitos e compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão

Em conformidade com a Lei nº 9.648/98 e Decreto nº 2.655/98, estabelecendo que o acesso e uso dos sistemas de transmissão de energia elétrica sejam contratados separadamente da compra e venda de energia propriamente dita, a Companhia, em 20 de agosto de 1998, assinou o Contrato de Conexão com a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., com vigência a partir de 1º de setembro de 1998, até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Tractebel Energia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

Para atender os contratos de venda da energia elétrica liberada dos Contratos Iniciais e da energia elétrica oriunda das usinas que entraram em operação comercial a partir de 01.01.2002, a Companhia celebrou contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, empresas transmissoras e Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, com vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Tractebel Energia ou a extinção das empresas transmissoras e distribuidoras, o que ocorrer primeiro, através dos quais assumiu 75% dos custos de transmissão, ficando os 25% restantes sob a responsabilidade das concessionárias distribuidoras. Os custos, para a Companhia, totalizaram R$ 110.280 em 2005 (R$ 100.964 em 2004).

c) Contratos Bilaterais de Venda de Energia Elétrica

Em 31.12.2005, os Contratos Iniciais de Compra e Venda de Energia Elétrica da Companhia foram extintos, conforme redução de 25% ao ano, ocorrida a partir de 2003. Com isso, a energia liberada desse Contratos foram contratadas através da venda a Consumidores Industriais, Comercializadoras e Distribuidoras.

Contratante	Período da Contratação	Energia Contratada (MWh)
RGE	01.01.2006 a 31.12.2014	33.324.510
CELESC	01.01.2006 a 31.12.2007	262.760
	01.01.2006 a 31.12.2008	18.542.585
Companhia Paulista de Força e Luz	01.01.2006 a 31.12.2010	8.456.168
Companhia Piratininga de Força e Luz	01.01.2006 a 31.12.2010	4.931.584
Light	01.01.2006 a 31.12.2007	665.658
Comercializadoras	01.01.2006 a 31.12.2007	5.854.802
	01.01.2006 a 31.12.2010	15.749.276
	01.01.2006 a 31.12.2016	10.525.045
Consumidores Industriais	01.01.2006 a 31.12.2007	7.932.943
	01.01.2006 a 31.12.2010	4.081.552
	01.01.2006 a 31.12.2012	2.786.208
Distribuidoras		
1º Leilão de Energia existente (2004)	01.01.2007 a 31.12.2014	701.280
2º Leilão de Energia existente (2005)	01.01.2008 a 31.12.2015	10.512.000
4º Leilão de Energia existente (2005)	01.01.2009 a 31.12.2016	26.709.648
Leilão de Energia Nova (2005)	01.01.2010 a 31.12.2039	52.560.000

d) Compra de Energia Elétrica da Argentina

A Companhia firmou contrato com a CIEN – Companhia de Interconexão Energética, por um prazo de 20 anos, a partir de 21.06.2000, para a compra de 300 MW de potência firme com energia associada, para ser disponibilizada na subestação de Itá, da ELETROSUL.

No mês de março de 2005, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou fiscalização para verificar as condições de garantia de entrega física da UTE Uruguaiana e das Interconexões de Garabi (CIEN), onde foi constatada a indisponibilidade de efetiva geração e transporte de energia elétrica pelos agentes fiscalizados, nos montantes contratados. Em decorrência deste fato, o Ministério de Minas e Energia expediu a Portaria nº 153, de 30.03.2005, definindo novos valores de garantia física dos respectivos empreendimentos de geração e interconexões.

Em 01.04.2005 foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 155/05 estabelecendo os critérios a serem utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na determinação dos limites de disponibilidade de geração e de garantia física de energia para a UTE Uruguaiana e para as Interconexões de Garabi. Com base nos referidos atos normativos foi reduzido o valor da garantia física originalmente atribuído à CIEN para o atendimento do contrato, de 300 MW para, aproximadamente, 72 MW. Em razão do modo como o contrato está registrado na CCEE, esta redução deixaria a Companhia sujeita às penalidades previstas na legislação setorial, por insuficiência de lastro físico, além da exposição ao mercado de curto prazo da CCEE, o que a levou a firmar contrato para compra da energia elétrica correspondente de outro agente.

Por força do ocorrido, a Companhia entende que ficou caracterizado inadimplemento contratual por parte da CIEN, e que multas e ressarcimentos previstos no contrato tornaram-se devidos à Companhia. Assim, baseada em dispositivos contratuais que determinam que os valores constantes das faturas emitidas pela CIEN já devem ser líquidos de todos os montantes por elas devidos à Companhia a título de multas e ressarcimentos (o que não vem sendo feito pela CIEN com relação a nenhuma das faturas por ela emitidas sob o contrato desde a redução de sua garantia física), a Companhia não vem efetuando o pagamento das referidas faturas, desde março de 2005, por serem tais faturas consideradas inábeis.

e) Compra de gás natural

Em 10 de novembro de 2000, a Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul – MSGÁS, com vigência de 5 anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona, localizada em Campo Grande – MS.

f) Revitalização dos geradores da Usina Hidrelétrica Salto Osório

Em 19 de dezembro de 2003, a Companhia celebrou contrato com a GE Hydro Inepar do Brasil S.A., com vigência de quatro anos, para a reforma geral das seis unidades geradoras da UHE Salto Osório.

NOTA 29 – SERVIÇOS DE AUDITORIA

Os auditores independentes da Companhia e de suas controladas não prestam outros serviços além dos serviços de auditoria contábil.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Conselheiro

Dirk Beeuwsaert
Conselheiro

Nicolas Alain Marie Tissot
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Marc Verstraete
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Comercialização e Negócios e Diretor de Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Contador – CRC RJ 072259/O-5

BDO

BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES – SEM RESSALVA

Aos administradores e acionistas
Tractebel Energia S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Tractebel Energia S.A. individual (controladora) e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis da controlada em conjunto Itá Energética S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, foram examinadas por outros auditores independentes e a nossa opinião, no que diz respeito aos valores do investimento e do resultado decorrentes nessa controlada, está baseada no parecer desses auditores.

2. Nossos exames foram conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais não sendo parte integrante das demonstrações contábeis básicas. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Florianópolis, 20 de janeiro de 2006.

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Sócio-contador
CRC RS – 42.460/S - SC
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" SC

Tractebel Energia

SUEZ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Newton de Lima Azevedo Junior, Carla Carvalho de Carvalho e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2005 e a proposta de destinação de lucro, e com base no parecer dos auditores independentes BDO Trevisan Auditores Independentes emitido em 20/01/06, declaram que as demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S/A em 31 de dezembro de 2005, estando em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Florianópolis, 09 de março de 2006

Newton de Lima Azevedo Junior
Conselheiro Presidente

Carla Carvalho de Carvalho
Conselheira Secretária

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro

Tractebel Energia S.A. - Rua Antônio Dib Mussi 366-Centro- Florianópolis - SC-CEP 88015-110-Tel: (48) 221 7000 Fax: (48) 2217001

Anexo II

Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, respectivo parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DO EXERCÍCIO DE 2006

E

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DOS

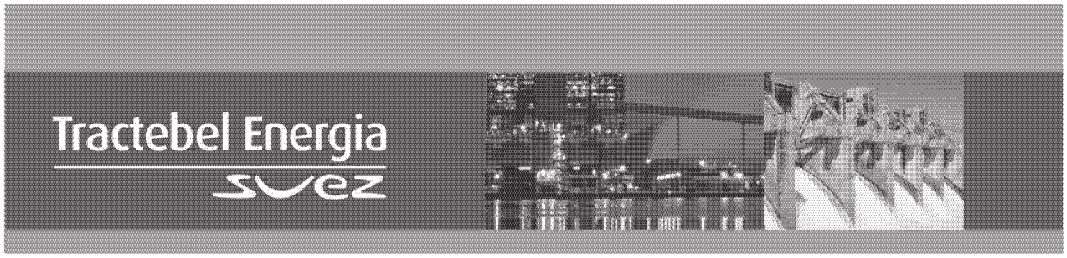
EXERCÍCIOS DE 2006 E DE 2005

TRACTEBEL ENERGIA S. A.

DIRETORIA FINANCEIRA E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

U. O. CONTABILIDADE – DCO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Relatório da Administração – 2006

Senhores Acionistas,

A Administração da Tractebel Energia ("Tractebel" ou "a Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações contábeis, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006. As informações estão apresentadas em milhões de Reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O desempenho da Tractebel Energia em 2006 demonstra que o ano foi positivo sob todas as perspectivas, sejam elas econômicas, financeiras, operacionais ou institucionais. Foram várias as conquistas que obtivemos durante o exercício, todas fortemente marcadas pelo alinhamento de nossas ações a uma gestão pautada pelos preceitos do desenvolvimento sustentável de longo prazo do negócio. Entendemos que seja de fundamental importância a geração de valor aos nossos acionistas, sempre preservando o relacionamento ético, transparente e justo com os demais interessados nas atividades da Companhia, como os nossos clientes, fornecedores, empregados, as entidades governamentais e as comunidades onde estamos inseridos.

Nossa visão de negócios é sustentada em valores que compartilhamos com nosso controlador, o grupo franco-belga SUEZ, de profissionalismo, cooperação, espírito de equipe, criação de valor, respeito pelo meio ambiente e ética, e, como mostram nossos resultados e os destaques que essa publicação apresentará detalhadamente, acreditamos estar no caminho certo.

Uma das maiores conquistas do ano foi a certificação da totalidade de nossas 13 usinas nas normas ISO NBR 9001 e 14001 – somos a única dentre as principais empresas do setor a atingir tal resultado. Adicionalmente, a Unidade de Co-geração Lages obteve o registro no Comitê de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU), conquistando o direito de comercializar créditos de carbono no mercado internacional, por meio do programa de Redução Certificada de Emissões.

A gestão baseada no tripé da sustentabilidade – econômico, social e ambiental - é o foco de nossa administração. Todo nosso planejamento, de médio e longo prazo, considera essas dimensões no processo de tomada de decisão e no estabelecimento de metas e objetivos anuais, tanto para a Companhia, como para cada uma de nossas controladas.

A adesão ao Novo Mercado, realizada no final de 2005, é outro indicador de nosso comprometimento com a ética, a responsabilidade e a transparência – aspectos intangíveis que, acreditamos, o mercado tem reconhecido e valorizado de forma tangível.

O primeiro ano de atuação no Novo Mercado foi marcado por uma aproximação ainda maior da Companhia junto a seus investidores. Essa postura teve reflexo sobre o desempenho positivo de nossas ações, e resultou em sua permanência no Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), no Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE). Adicionalmente, fomos agraciados com o prêmio de "Maior Evolução em Relações com Investidores" concedido pela *Investor Relations Magazine*.

Sob os aspectos econômico e financeiro, estamos preparados para manter nossa posição de maior geradora privada de energia elétrica do País. Caminhamos nessa direção, atentos a todas as oportunidades de crescimento, seja através de aquisições de ativos ou do desenvolvimento de novos empreendimentos, buscando maiores volumes de vendas nos leilões de energia elétrica e no atendimento ao setor industrial.

Nossa situação financeira é favorável e confortável, com baixo nível de alavancagem e uma forte e estável geração de caixa. Em 2006, nosso EBITDA - lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações - foi de R$ 1.595 milhões e o lucro líquido atingiu R$ 979 milhões, um crescimento de 9,9% e 6,4%, respectivamente, em relação a 2005.

As perspectivas para o futuro continuam favoráveis, e estamos preparados para assumir as responsabilidades que novas oportunidades poderão exigir e prontos para o crescimento. Entre os desafios de 2007, podemos vislumbrar os investimentos necessários ao desenvolvimento da Usina Hidrelétrica São Salvador, no Estado de Tocantins, que teve as obras iniciadas em 2006, agregando 241 MW em nossa capacidade instalada. Adicionalmente, no médio prazo teremos investimentos na Usina Hidrelétrica Estreito, localizada entre os Estados de Tocantins e do Maranhão, que agregará à Companhia mais 435 MW de capacidade instalada. Pretendemos ainda, incrementar a diversificação do portfólio de clientes livres, realizar novas vendas de créditos de carbono com base no acordo com o Banco Mundial e investir em melhoramentos na Usina Hidrelétrica Salto Osório e na Usina Termelétrica Jorge Lacerda.

Muito importante também é nossa disposição de ampliar ainda mais os cuidados com o meio ambiente, promovendo ações não apenas de compensação à execução de nossas atividades, mas com o objetivo de criar vantagens significativas em relação à demanda de nossos negócios.

Responsabilidade, ética e sustentabilidade: esses são os conceitos-chave que guiam nosso dia-a-dia. Agradecemos a todos pela confiança, incentivo e dedicação aos negócios da Tractebel Energia e reafirmamos nosso compromisso de continuar nesse caminho, para o bem da Companhia, de seus acionistas, de seus empregados e de todos os demais que interagem com nossas atividades.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

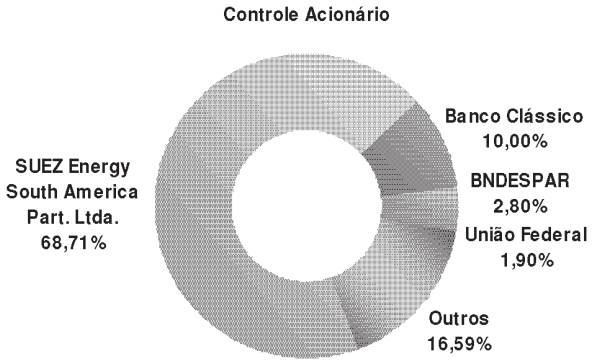
1. PERFIL INSTITUCIONAL

Com sede em Florianópolis (SC) e um escritório de vendas em São Paulo (SP), a Tractebel Energia S.A. possui um parque gerador composto por seis usinas hidrelétricas e sete usinas termelétricas, localizadas nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Goiás, totalizando 905 empregados diretos. Das 13 usinas, 11 pertencem integralmente à Companhia, e duas são operadas pela Tractebel Energia por meio de consórcios com outras empresas.

A capacidade instalada das 13 usinas é de 6.977 MW, dos quais 5.764 MW provenientes de geração hidrelétrica e 1.213 MW de geração termelétrica, correspondendo a cerca de 7% da capacidade instalada total do Brasil.

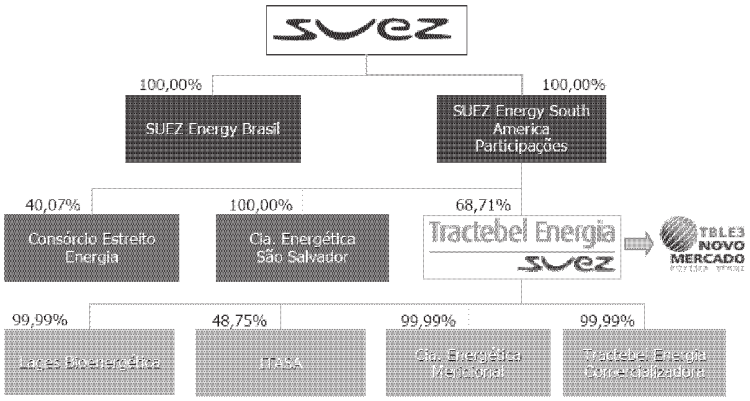
1.1 Controle Acionário

Em 31 de dezembro de 2006, o capital social da Companhia era de R$ 2.446 milhões, representado por 652.742.192 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.



1.2 Organograma Societário

A Tractebel Energia é controlada pela SUEZ Energy South America Participações Ltda (SESA), subsidiária integral do grupo franco-belga SUEZ, que por sua vez é o maior fornecedor de energia e serviços industriais da Europa e o segundo em gestão de resíduos e em usinas de tratamento de água.



2. CONJUNTURA MACROECONÔMICA

A economia brasileira tem se mantido estável e consistente, em decorrência da continuidade da política econômica adotada pelo governo brasileiro. A inflação esteve sob controle, mantendo-se no patamar de 3,8%, segundo o IGP-M, e 3,1% de acordo com o IPCA.

A taxa Selic apresentou quedas sucessivas, passando de 17,25% no início de 2006 para 13,25% em dezembro. Essa taxa continua alta se comparada aos padrões internacionais, o que resultou no ingresso de divisas estrangeiras no País, causando uma depreciação de 8,1% do dólar frente ao Real no ano, encerrando o período cotado a R$ 2,14.

O superávit comercial foi de US$ 46,1 bilhões, graças ao bom desempenho das exportações, que fecharam o ano superando US$ 137,5 bilhões, o que representa um incremento de 17% em relação a 2005. As importações também registraram alta de 25% em comparação ao ano anterior. Já o superávit primário totalizou 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB), valor próximo à meta estabelecida para o ano, de 4,2%

O crescimento da economia em 2006 ficou aquém do esperado pelo mercado, com o PIB crescendo 2,9%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Parte significativa do crescimento deve ser creditado ao consumo interno, cuja expansão foi de 3,7%, impulsionado pelo aumento da renda familiar e do crédito.

3. MERCADO DE ENERGIA

De acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em 2006 verificou-se a geração de 47,8 GW médios no Brasil. As usinas hidrelétricas foram responsáveis pela geração da maior parte da energia, 92%, a partir de aproximadamente 640 usinas.

Ainda segundo a CCEE, do total de geração registrado no período, 69% foram destinados ao mercado cativo, 21% ao mercado livre – segmento em franca expansão –, 5% à auto-produção e 5% de perdas. Geograficamente, a Região Sudeste respondeu por 54% da demanda no País, seguida das Regiões Sul e Nordeste, cada uma com 17%. Quanto à classe de consumidores, a indústria continuou sendo o maior consumidor, absorvendo 44% da energia.

Também em 2006, houve uma expansão de 3,8% no consumo de energia elétrica no Brasil, contra um crescimento de 2,9% da economia, resultando em um múltiplo de 1,3 entre os dois indicadores, valor em linha com a elasticidade histórica. Para 2007, espera-se um incremento superior ao de 2006, podendo alcançar mais de 5,0%, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Tal nível de crescimento demanda mais investimentos no setor. Para tanto, o Ministério de Minas e Energia estabeleceu, em 2005, o Plano Decenal de Expansão, que prevê o aumento em até 39 GW da capacidade de geração até 2012, dos quais 30 GW (77%) deverão corresponder à energia hidrelétrica e 9 GW (15%) à energia termelétrica.

O setor é regulado desde 2004 pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico (Lei nº 10.848/2004), que promoveu mudanças significativas. Com o novo modelo, os distribuidores passaram a contratar 100% de sua demanda por meio de leilões organizados pelo governo. A estimativa de consumo nacional é determinada por todos os distribuidores no país, que apresentam as projeções de suas próprias demandas para os próximos anos ao governo. Nesses dois anos de vigência, constatou-se que o modelo é sólido e estável, tornando o mercado atraente para novos investimentos.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 Geração de Energia

Em 2006, a produção total de energia elétrica da Companhia alcançou 21.351 GWh (2.437 MW médios), dos quais 15.885 GWh (1.813 MW médios) provenientes das hidrelétricas e 5.466 GWh (624 MW médios) das termelétricas.

A geração apresentou redução de 28,4% em relação a 2005, em razão da estiagem ocorrida na Região Sul do Brasil. Esses dados incluem a totalidade da produção das Usinas Itá e Machadinho, nas quais a Tractebel Energia detém 70,0% e 16,9% de participação respectivamente, visto que a Tractebel Energia é responsável pela operação da usina e o seu despacho perante o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

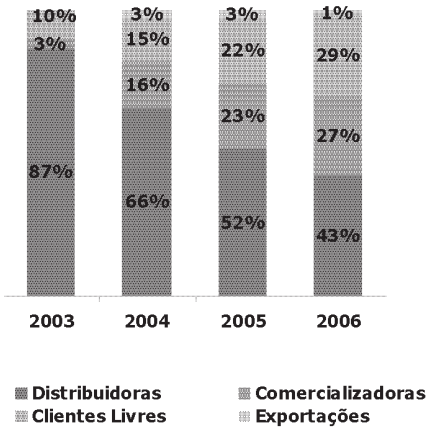
O patamar de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, alcançado em 2006 foi de 98,4%, frente aos 97,2% verificados em 2005. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global foi elevada de 90,8% em 2005 para 93,5% em 2006, sendo 95,0% na geração hidrelétrica e 86,4% na termelétrica.

4.2 Base de Clientes

A base de clientes da Tractebel Energia é composta por concessionárias distribuidoras de energia, comercializadoras e consumidores livres (normalmente indústrias). A Companhia estabeleceu como parte de sua estratégia de negócios a diversificação de sua base de clientes, enfocando os consumidores livres. Como resultado, a participação desse segmento no total das vendas físicas da Companhia saltou de 22% em 2005 para 29% em 2006.

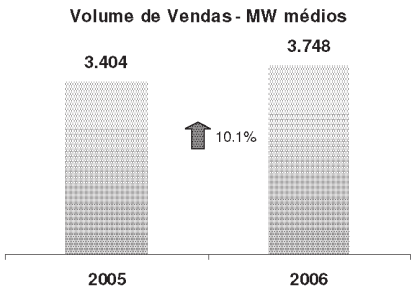
No decorrer do ano a Tractebel Energia adicionou ao seu portfólio de clientes empresas de primeira linha, como Aracruz Celulose, Cargill, John Deere, Kimberly Clark, Malwee Malhas, Michelin, Petroflex, Pirelli, Procter & Gamble, Schincariol, Schulz, Vega do Sul (do grupo Arcelor), Wetzel, Whirlpool, entre outras. Ao final do ano, a Companhia contabilizou mais de 120 unidades industriais de mais de 80 empresas.

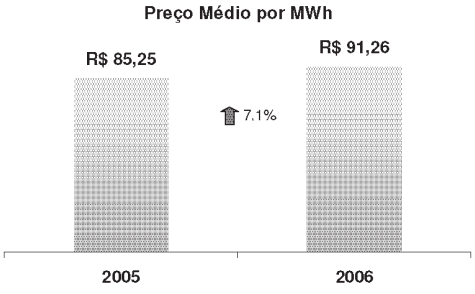
Vendas físicas por tipo de cliente



4.3 Volume de Vendas

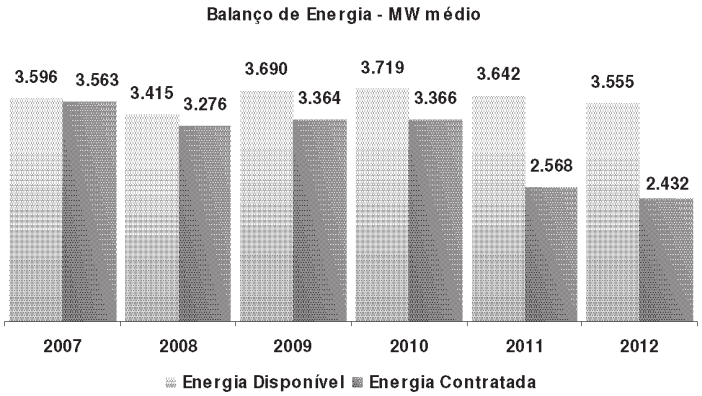
As vendas físicas aumentaram 10,1%, totalizando 32.836 GWh (3.748 MW médios), contra os 29.823 GWh (3.404 MW médios) do ano anterior. O preço médio dos contratos comercializados atingiu R$ 91,26/MWh, 7,1% superior ao do ano anterior, que foi de R$ 85,25/MWh.





4.4 Balanço de Energia

A Tractebel Energia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, quase totalmente contratada até 2008. A Companhia optou por ter parte substancial de sua disponibilidade descontratada a partir de 2009, quando previsões do setor apontam para um potencial aumento de preço.



5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Principais indicadores

As informações apresentadas a seguir encontram-se em milhões de Reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Indicadores	2005	2006	Variação
Econômicos			
Receita Operacional Bruta	2.593	3.061	18,1%
Receita Operacional Líquida	2.288	2.706	18,2%
EBITDA	1.451	1.595	9,9%
Margem EBITDA	63,4%	59,0%	-4,4 p.p.
Resultado do Serviço – EBIT	1.243	1.387	11,6%
Resultado Financeiro	(136)	(156)	15,1%
Lucro Líquido	920	979	6,4%
Financeiros			
Ativo Total	5.652	5.539	-2,0%
Patrimônio Líquido	2.686	2.765	2,9%
Investimentos	44	69	56,8%
Dívida Líquida Ajustada	1.244	1.025	-17,6%
Ações			
Nº de Ações (mil)	652.742	652.742	0,0%
Lucro Líquido por Ação (R$)	1,41	1,50	6,4%
Preço Médio da Ação – ON (R$)	10,09	16,53	63,8%
Distribuição de Dividendos	874	930	6,4%
Mercado			
Vendas de Energia (GWh)	29.823	32.836	10,1%
Vendas de Energia (MW médios)	3.404	3.748	10,1%
Corpo Funcional			
Empregados	893	905	1,3%

Nota: 1) EBITDA: lucro operacional + despesas financeiras + depreciação e amortização + amortização de ágio

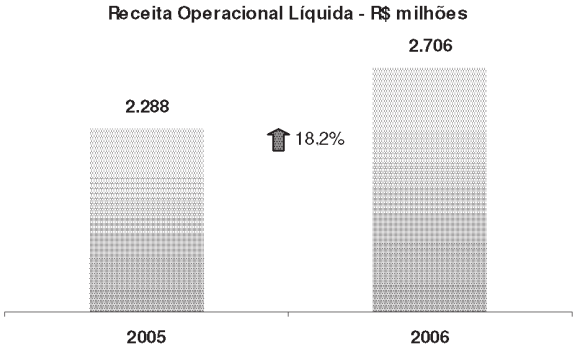
Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Contábeis.

5.1 Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta alcançou R$ 3.061 milhões em 2006, um acréscimo de 18,1% em relação a 2005, que foi de R$ 2.593 milhões. Os principais fatores que contribuíram para a sua evolução foram o incremento do volume de energia vendida, em 10,1%, e o aumento dos preços médios de venda, em 7,1%.

5.2 Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida de 2006 totalizou R$ 2.706 milhões, versus R$ 2.288 milhões no ano anterior, um incremento de 18,2%, variação esta consistente com o aumento da receita operacional bruta.



5.3 Custos e Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

Os custos e as despesas operacionais alcançaram R$ 1.425 milhões no ano de 2006, representando um crescimento de 43,1% sobre o exercício anterior, que foi de R$ 996 milhões. Esta variação decorreu do comportamento dos principais componentes a seguir:

Energia elétrica comprada de terceiros: aumento de R$ 131 milhões em decorrência do maior volume de compromissos contratuais de venda de energia.

Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: crescimento de R$ 274 milhões, devido principalmente: (a) à necessidade de reposição da energia do contrato com a Companhia de Interconexão Energética (CIEN), que se mostrou indisponível após a metade de 2006; (b) ao aumento médio dos Preços de Liquidação de Diferenças (PLD), na CCEE, que resultou no crescimento dos custos de energia de substituição termelétrica; e (c) aos maiores custos do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), em decorrência da produção reduzida, devido à forte estiagem que atingiu a Região Sul do País, onde está localizada a maior parte das usinas hidrelétricas da Tractebel Energia, no ano de 2006.

Encargos de uso da rede elétrica: acréscimo de R$ 40 milhões, em função da substituição dos contratos iniciais, sobre os quais não incidiam encargos de transmissão, por contratos bilaterais, e também devido ao aumento real das tarifas de uso do sistema de transmissão.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: redução de R$ 29 milhões, em decorrência do impacto na base de apuração desta contribuição, causada pela redução do despacho das usinas hidrelétricas pelo ONS, devido à já citada estiagem que atingiu a Região Sul.

5.4 Provisões operacionais líquidas

Decréscimo de R$ 61 milhões, em função principalmente de reversão, em 2006, de: (a) provisão para contingência cível, em virtude de remota probabilidade de perda; e (b) pelo fato de, no exercício de 2005, terem sido reconhecidas provisões não recorrentes relativas a benefício pós-emprego, devido à alteração no plano de benefícios, e a manutenções programadas por conta de reavaliações no programa de manutenção.

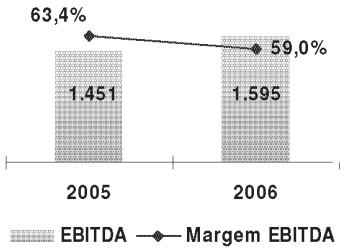
5.5 Ganho em ação judicial

Em 2006, a Companhia obteve ganho em ação judicial, no montante de R$ 89 milhões, pelo trânsito em julgado de decisão favorável ao afastamento da base de cálculo da contribuição ao PIS e a COFINS.

5.6 EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o EBITDA do exercício de 2006 alcançou R$ 1.595 milhões, um aumento de 9,9% em relação ao ano anterior, e a margem EBITDA foi de 59,0%, enquanto que no ano 2005 foi de 63,4%.

EBITDA (R$ milhões) e Margem EBITDA (%)



5.7 Resultado Financeiro

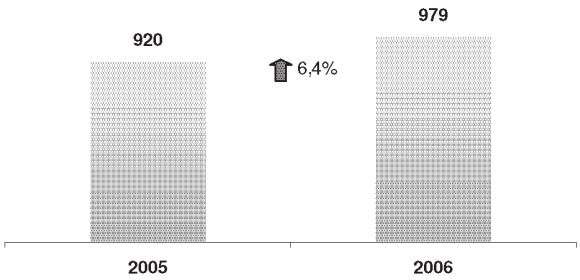
Receitas financeiras: redução de R$ 31 milhões, devido, basicamente, ao decréscimo da renda de aplicações financeiras causada pelo menor volume de recursos disponíveis para aplicação e às menores taxas de juros praticadas pelo mercado.

Despesas financeiras: diminuição de R$ 11 milhões, em decorrência, principalmente, da redução dos juros sobre a dívida, devido à queda da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e às amortizações de financiamentos.

5.8 Lucro Líquido

O lucro líquido em 2006 atingiu R$ 979 milhões, 6,4% acima do registrado em 2005, representando um lucro de R$ 1,50 por ação.

Lucro Líquido - R$ milhões

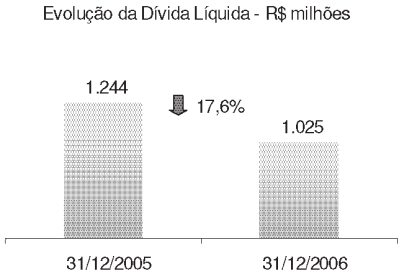


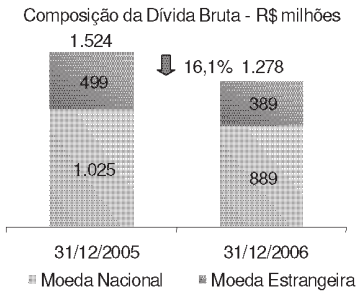
5.9 Dividendos

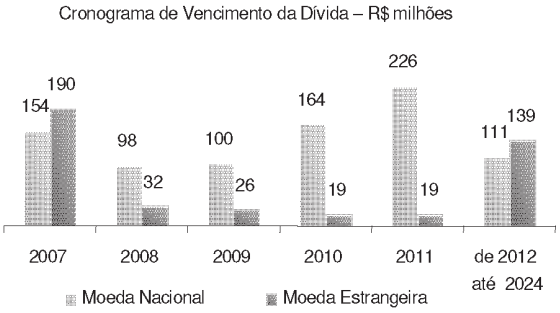
A Administração propõe a distribuição de R$ 930 milhões em proventos, sendo R$ 717 milhões sob forma de dividendos e R$ 213 milhões como juros sobre o capital próprio, o que representa um pagamento de 95% do Lucro Líquido Ajustado do exercício e de aproximadamente R$ 1,43 por ação, superando, dessa forma, a distribuição mínima de 55% do lucro líquido previsto em sua política de dividendos e o valor mínimo de 25%, previsto na Lei 6.404/76.

5.10 Endividamento

Em 31 de dezembro de 2006, a dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes e o resultado das operações de *swaps*) da Companhia totalizou R$ 1.025 milhões, redução de 17,6% em relação ao ano anterior. Da mesma forma, a dívida bruta total, representada principalmente por empréstimos, debêntures e financiamentos, somava R$ 1.278 milhões, o que significa queda de 16,2% em relação a 31 de dezembro de 2005. Do total da dívida, 30,4% estavam expostos à moeda estrangeira, dos quais 48,0% estavam protegidos da variação cambial por meio de instrumentos de *hedge*.







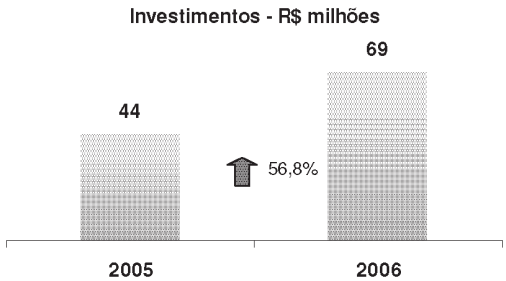
5.11 Ratings

Em 2006, a Standard & Poor's elevou o *rating* de crédito corporativo da Tractebel Energia de brA+ para brAA. Por sua vez, a Fitch Ratings elevou o rating da Companhia de AA- (bra) para AA (bra).

6. INVESTIMENTOS

6.1 Manutenção e Revitalização do Parque Gerador

Para manter os excelentes indicadores de eficiência e desempenho, a Tractebel Energia investiu R$ 69 milhões em projetos de manutenção e revitalização do parque gerador ao longo de 2006, montante 56,8% superior ao de 2005.



6.2 Pesquisa e Desenvolvimento

O Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento consumiu um total de R$ 6 milhões em 2006. Parte desse montante, mais de R$ 2 milhões, foi direcionada para os 19 projetos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), dos quais cerca de 40% tinham enfoque ambiental.

Do restante, uma parcela superior a R$ 2 milhões foi depositada no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, administrado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) do Ministério da Ciência e Tecnologia; enquanto mais de R$ 1 milhão foi destinado ao Ministério de Minas e Energia.

7. PERSPECTIVAS DE NOVOS PROJETOS PARA 2007

No primeiro semestre de 2007, a SESA deverá transferir seu controle sobre o projeto São Salvador à Tractebel Energia, que ficará responsável pela conclusão da construção e por sua operação.

A futura hidrelétrica, localizada no município de São Salvador, no Estado de Tocantins, receberá investimentos de R$ 850 milhões, e representará um aumento de 241 MW na capacidade total da Companhia, equivalendo a 148 MW médios de energia assegurada. O início da produção está previsto para 2011.

O projeto Estreito recebeu, em 2006, licença de instalação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). Tal licença cria condições mais seguras para a participação da usina nos leilões de energia nova.

Caso ocorra a venda da energia de Estreito ainda em 2007, o início da construção da hidrelétrica deve ocorrer logo após e a transferência do controle da SESA para a Tractebel será seqüencial. Um dos maiores projetos de geração do Brasil, a Hidrelétrica Estreito, com 1.087 MW de capacidade instalada, acrescentará 435 MW médios de capacidade instalada ao parque gerador da Companhia (parcela da potência total de 1.087 MW que cabe à Tractebel Energia).

A Hidrelétrica Estreito é controlada pelo Consórcio Estreito, formado pela SESA, que detém 40,1%; Companhia Vale do Rio Doce, com 30,0%; Alcoa Alumínio, com 25,5% e Camargo Corrêa Energia, com 4,4%.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

8.1 Conselho de Administração e Conselho Fiscal

O Conselho de Administração da Tractebel Energia é composto por nove membros, sendo um representante dos empregados e dois conselheiros independentes. O Conselho Fiscal é composto por três membros, um dos quais indicado pelos acionistas minoritários.

8.2 Controles Internos

A Tractebel Energia integra o Novo Mercado da Bovespa, segmento do qual fazem parte empresas que adotam, de forma voluntária, práticas de governança corporativa que superam as exigidas por lei. Adicionalmente, a Companhia segue os regulamentos da lei norte-americana Sarbanes-Oxley, uma vez que está alinhada com as normas de sua controladora indireta, a SUEZ, listada na Bolsa de Valores de Nova York.

8.3 Direitos dos Acionistas

Cada ação ordinária da Companhia confere ao seu detentor um voto em assembléia geral ordinária ou extraordinária, e o direito de receber dividendos; de participar da distribuição de lucros ou outras distribuições a acionistas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social: de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o regulamento do Novo Mercado, as ações ordinárias podem ser incluídas em oferta pública de ações, em decorrência da alienação do controle da Companhia, recebendo, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle. Além disso, a Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

9. MERCADO DE CAPITAIS

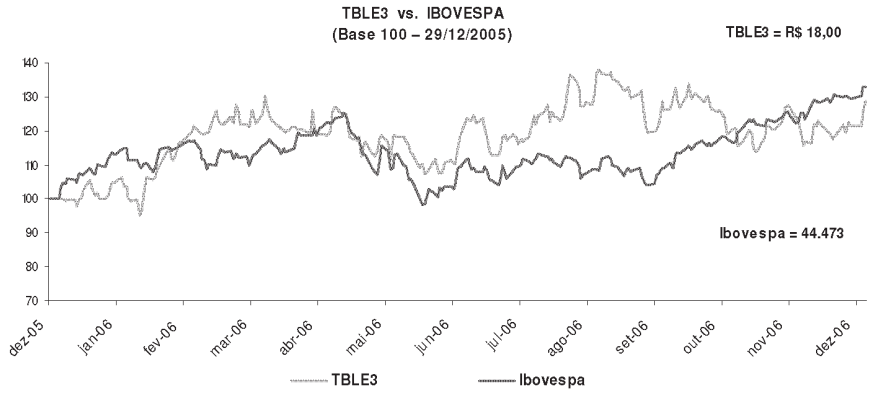
9.1 Ações

As ações da Tractebel Energia fazem parte do Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGD), do Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) e do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE), e são negociadas na Bovespa sob o código TBLE3. Os *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível 1 são negociados no mercado de balcão norte-americano *Over-The-Counter* (OTC), sob o código TBLEY, na relação de 1 ADR = 5 ações ordinárias.

As ações apresentaram valorização de 30% entre 31/12/2005 e 31/12/2006, contra 33% do Ibovespa. No encerramento do período, os papéis estavam cotados a R$ 18,00/ ação, representando um valor de mercado da Companhia equivalente a R$ 11.749 milhões. Comparativamente à média de 2005, as ações valorizaram 63,8%, em 2006, sendo esta média de R$ 16,53 por ação.

Os papéis da Companhia registraram presença em 100% dos pregões da Bovespa em 2006 e o volume médio diário de negociação no período foi de R$ 8,2 milhões.

Desempenho das ações em 2006



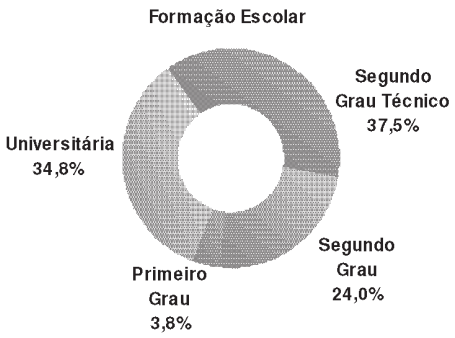
9.2 Relações com Investidores

Refletindo os esforços da Companhia para se aproximar do mercado de capitais, a *Investor Relations Magazine* concedeu à Companhia, em 2006, o prêmio de "Maior Evolução em Relações com Investidores".

A área de Relações com Investidores disponibiliza informações aos acionistas por meio do site corporativo (www.tractebelenergia.com.br), por meio de boletins eletrônicos informativos, relatórios trimestrais e anuais, bem como através de seu departamento de RI (telefone: 48 3221-7221).

10. RECURSOS HUMANOS

A Tractebel Energia contava ao final de 2006 com um contingente de 905 empregados altamente qualificados. Destes, 34,8% têm formação universitária e 37,5% o segundo grau técnico.



A Companhia entende que empregados motivados e bem treinados são fundamentais para o bom desempenho de seus negócios e, para tanto, realiza anualmente pesquisas de clima organizacional, oferece treinamento e capacitação, auxílio à formação educacional em diferentes níveis acadêmicos, bem como programas que possibilitam a evolução funcional e salarial de seus funcionários. Estes também têm acesso ao Plano de Previdência Privada com contribuição definida.

10.1 Saúde e Segurança

A Companhia oferece benefícios assistenciais e médicos, como convênios e o Programa Individual de Saúde, que permite aos empregados monitorarem suas condições físicas, além de estabelecer metas de saúde. Na área de segurança, possui programas de prevenção de acidentes de trabalho, que buscam permanentemente a redução das taxas de freqüência e gravidade.

10.2 Treinamento e Capacitação

Visando o contínuo aperfeiçoamento e desenvolvimento de seus empregados, a Tractebel Energia oferece programas de formação continuada. Em 2006, a média de horas de treinamento por empregado foi de 69 horas/homem.

10.3 Participação nos Resultados

Em 2006, foram distribuídos aos empregados R$ 12 milhões como participação nos lucros do ano de 2005. A distribuição foi proporcional à remuneração de cada um e levou em consideração, além do resultado do lucro líquido e do EBITDA, o desempenho individual e o alcance de metas estabelecidas pelos seus gestores.

11. RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

Em 2006, os esforços da Tractebel Energia em valorizar e manter o meio ambiente foram reconhecidos.

Em junho, o Comitê de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), da Organização das Nações Unidas (ONU), concedeu o registro no MDL para a Unidade de Co-geração Lages pelo uso de resíduos de madeira como combustível. Dessa forma, a usina está habilitada a comercializar 220.000 créditos de Redução Certificada de Emissões por ano.

Em dezembro, a totalidade de suas usinas recebeu as certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001. As unidades certificadas no ano foram: as Hidrelétricas Machadinho e Cana Brava, e as Termelétricas William Arjona, Charqueadas, Alegrete e a Unidade de Co-geração Lages.

11.1 Projetos Sociais

Os projetos sociais da Tractebel Energia são voltados, principalmente, para crianças em desvantagem social, com enfoque em sua educação, e para o meio ambiente das localidades situadas em sua área de atuação. A Companhia apóia projetos educacionais, incentiva instituições que atendem menores de comunidades carentes, promove eventos ambientais e educativos em suas áreas de atuação.

11.2 Gestão Ambiental

A Companhia possui o Código do Meio Ambiente, que prevê o cumprimento das exigências dos órgãos ambientais, bem como programas que monitoram os impactos ambientais nas áreas de influência de suas usinas.

Dentre suas iniciativas está o monitoramento da qualidade das águas e da fauna de peixes (ictiofauna); a recuperação e formação das matas ciliares; o controle das emissões de gases e resíduos das termelétricas; e o estudo e controle do impacto da realocação da comunidade local, fauna e flora quando da instalação das hidrelétricas.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme o disposto no Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Tractebel informa que os auditores independentes da Companhia e de suas controladas, BDO Trevisan Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2006.

13. AGRADECIMENTOS

A administração da Tractebel Energia reconhece o esforço e empenho de seus empregados, bem como o apoio e profissionalismo de seus clientes e fornecedores, e agradece a estes e aos seus acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais e órgãos reguladores e aos demais que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2006.

A Administração

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2006	2005 (Reclassificado)	2006	2005 (Reclassificado)
ATIVO CIRCULANTE					
Numerário disponível		7.454	9.466	23.593	12.179
Aplicações financeiras	4	186.352	195.153	233.247	296.958
Recursos vinculados a pagamento de obrigações		21.643	-	21.643	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	314.663	302.792	358.002	320.605
Dividendos a receber de controladas	10	103.021	78.860	-	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	23.623	11.486	26.707	16.719
Almoxarifado		22.719	22.515	23.623	23.512
Cauções e depósitos vinculados		51.511	47.399	53.947	47.867
Ativo fiscal diferido	7	19.683	81.097	21.351	82.344
Despesas pagas antecipadamente		2.625	10.048	3.022	10.721
Outros		18.041	26.133	26.917	25.627
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**771.335**	**784.949**	**792.052**	**836.532**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Concessionárias e permissionárias	5	16.063	38.314	16.063	38.314
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	10.342	7.136	13.124	10.296
Cauções e depósitos vinculados		-	-	29.422	26.119
Depósitos judiciais	18	111.204	39.341	131.331	45.924
Alienação de bens e direitos	9	68.565	60.220	68.565	60.220
Ativo fiscal diferido	7	187.282	186.877	188.489	192.309
Outros		2.216	1.315	2.216	1.315
		395.672	**333.203**	**449.210**	**374.497**
Permanente					
Investimentos	10	843.659	887.117	36.873	43.619
Imobilizado	11	2.836.435	2.927.305	4.148.898	4.272.779
Intangível	12	1.256	1.782	77.310	80.689
Diferido		-	-	34.766	43.985
		3.681.350	**3.816.204**	**4.297.847**	**4.441.072**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**4.077.022**	**4.149.407**	**4.747.057**	**4.815.569**
TOTAL		**4.848.357**	**4.934.356**	**5.539.109**	**5.652.101**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2006	2005 (Reclassificado)	2006	2005 (Reclassificado)
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	14	235.924	112.939	239.319	94.346
Dividendos e juros sobre o capital próprio	23	478.043	495.487	478.043	495.487
Empréstimos e financiamentos	15	256.152	194.135	306.079	243.343
Debêntures	16	15.004	10.286	37.834	31.090
Tributos e contribuições sociais		33.747	36.372	45.870	47.437
Obrigações estimadas	17	28.542	49.084	28.650	49.243
Operações com derivativos	28	4.526	46.181	4.526	65.876
Obrigações com o programa P&D		31.364	-	35.135	-
Provisão para contingências	18	11.000	41.595	11.206	42.326
Benefícios pós-emprego	20	20.369	81.020	20.369	81.020
Outros		35.581	32.814	39.781	37.220
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**1.150.252**	**1.099.913**	**1.246.812**	**1.187.388**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	15	344.197	601.949	610.251	911.138
Debêntures	16	200.000	198.348	323.344	338.196
Tributos e contribuições sociais parcelados		5.383	6.230	5.383	6.230
Obrigações estimadas	17	653	22.543	653	22.869
Provisões para contingências	18	53.041	77.125	56.289	79.902
Concessões a pagar	19	-	-	201.546	178.130
Benefícios pós-emprego	20	293.725	205.755	293.725	205.755
Passivo fiscal diferido	21	36.535	36.532	36.535	36.532
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**933.534**	**1.148.482**	**1.527.726**	**1.778.752**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	22	91.695	91.695	91.695	91.695
Reservas de lucros	22	227.110	148.500	227.110	148.500
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.764.571**	**2.685.961**	**2.764.571**	**2.685.961**
TOTAL		**4.848.357**	**4.934.356**	**5.539.109**	**5.652.101**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2006	2005 (Reclassificado)	2006	2005 (Reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Fornecimento de energia elétrica		337.579	338.985	743.177	479.493
Suprimento de energia elétrica		2.276.942	2.066.598	2.291.922	2.097.482
Outras receitas		24.056	22.469	25.638	15.752
		2.638.577	**2.428.052**	**3.060.737**	**2.592.727**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL					
Impostos e contribuições sobre a receita		(199.631)	(266.703)	(320.587)	(298.830)
Pesquisa e desenvolvimento		(24.661)	-	(28.318)	-
Venda de cinzas da CCC/CDE, líquida de impostos		(6.300)	(5.531)	(6.300)	(5.531)
		(230.592)	**(272.234)**	**(355.205)**	**(304.361)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS		**2.407.985**	**2.155.818**	**2.705.532**	**2.288.366**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS					
Energia elétrica comprada de terceiros		(391.995)	(429.528)	(287.404)	(156.366)
Transações no âmbito da CCEE		(270.281)	(4.764)	(281.313)	(7.090)
Custo de produção de energia elétrica	24	(432.819)	(467.257)	(502.421)	(538.026)
Custo dos serviços prestados	24	(10.254)	(9.328)	(10.254)	(9.328)
		(1.105.349)	**(910.877)**	**(1.081.392)**	**(710.810)**
LUCRO BRUTO		**1.302.636**	**1.244.941**	**1.624.140**	**1.577.556**
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	24	(169.719)	(118.295)	(210.149)	(164.796)
Despesas gerais e administrativas	24	(111.933)	(90.525)	(133.300)	(120.158)
(Constituição) reversão de provisões operacionais, líquida	25	11.895	(50.249)	11.453	(49.691)
Ganhos em ações judiciais	26	93.350	-	94.502	-
		(176.407)	**(259.069)**	**(237.494)**	**(334.645)**
Resultado do serviço		**1.126.229**	**985.872**	**1.386.646**	**1.242.911**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	120.284	116.885	300	-
Amortização de ágio	10	(6.746)	(6.746)	(6.746)	(6.746)
		113.538	**110.139**	**(6.446)**	**(6.746)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	92.761	117.363	107.666	139.086
Despesas financeiras	27	(169.323)	(168.811)	(263.874)	(274.756)
		(76.562)	**(51.448)**	**(156.208)**	**(135.670)**
RESULTADO OPERACIONAL		**1.163.205**	**1.044.563**	**1.223.992**	**1.100.495**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**2.776**	**3.557**	**2.985**	**3.557**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**1.165.981**	**1.048.120**	**1.226.977**	**1.104.052**
Imposto de renda	8	(111.663)	(68.549)	(156.297)	(109.521)
Contribuição social	8	(75.172)	(59.475)	(91.534)	(74.435)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**979.146**	**920.096**	**979.146**	**920.096**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM R$		**1,50**	**1,41**	**1,50**	**1,41**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2004	**2.445.766**	**91.695**	**249.495**	**-**	**2.786.956**
Dividendos intermediários	-	-	(147.000)	-	**(147.000)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	920.096	**920.096**
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	46.005	(46.005)	-
- dividendos / juros sobre o capital próprio ON – R$ 1,339106 por ação	-	-	-	(874.091)	**(874.091)**
SALDOS EM 31.12.2005	**2.445.766**	**91.695**	**148.500**	**-**	**2.685.961**
Ajuste de exercícios anteriores **(Nota 22-d)**	-	-	-	29.653	**29.653**
Dividendos intermediários	-	-	-	-	**-**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	979.146	**979.146**
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	48.957	(48.957)	-
- reserva de retenção de lucros	-	-	29.653	(29.653)	-
- dividendos / juros sobre o capital próprio ON – R$ 1,425048 por ação	-	-	-	(930.189)	**(930.189)**
SALDOS EM 31.12.2006	**2.445.766**	**91.695**	**227.110**	**-**	**2.764.571**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	**2005**	**2006**	**2005**
ORIGENS				
Das operações				
Lucro líquido do exercício	979.146	920.096	979.146	920.096
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:				
Depreciação e amortização	159.004	158.608	208.364	208.108
Juros de não circulantes	35.533	29.803	54.062	50.089
Variação monetária de não circulantes	(23.564)	(102.059)	(15.175)	(112.838)
Resultado de equivalência patrimonial	(120.284)	(116.885)	(300)	-
Amortização de ágio	6.746	6.746	6.746	6.746
Provisão (reversão) de não circulantes, líquida	(5.479)	45.003	(5.544)	44.555
Imposto de renda e contribuição social diferidos	45.736	11.546	49.469	11.745
Resultado na baixa de bens do imobilizado	(2.776)	(3.557)	(2.359)	(3.510)
	1.074.062	**949.301**	**1.274.409**	**1.124.991**
De terceiros				
Debêntures	-	200.000	-	200.000
Dividendos de controladas	159.021	108.860	-	-
Vendas de bens e direitos	31.066	31.539	31.066	31.539
Ativos não circulantes transferidos para o circulante	28.981	40.884	30.489	45.151
Passivo circulante transferido para o não circulante	55.982	-	55.982	-
Resgates de cauções e depósitos vinculados	-	-	-	30.083
Baixa de provisão para manutenções programadas	16.025	-	16.055	-
	291.075	**381.283**	**133.592**	**306.773**
TOTAL DAS ORIGENS	**1.365.137**	**1.330.584**	**1.408.001**	**1.431.764**
APLICAÇÕES				
Aumento no ativo não circulante	79.113	40.221	91.018	48.801
Ativo circulante transferido para o não circulante	53.159	-	53.159	-
Valores a receber da alienação de Jacuí	30.263	30.103	30.263	30.103
Investimentos	2.025	201.200	-	-
Aquisição de imobilizado e aplicação no diferido	64.347	37.519	69.040	43.916
Parcelamento de conta a receber de energia elétrica	-	17.623	-	17.623
Dividendos intermediários	-	147.000	-	147.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio	930.189	874.091	930.189	874.091
Pré-pagamento de financiamento	-	-	-	275.247
Empréstimos, financ. e debêntures transferidas para o circulante	248.935	182.815	315.727	257.941
Passivos não circulantes transferidos para o circulante	21.059	46.510	22.509	48.055
TOTAL DAS APLICAÇÕES	**1.429.090**	**1.577.082**	**1.511.905**	**1.742.777**
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**(63.953)**	**(246.498)**	**(103.904)**	**(311.013)**
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
Ativo Circulante				
No fim do período	771.335	784.949	792.052	836.532
No início do período	784.949	1.033.097	836.532	1.165.483
	(13.614)	**(248.148)**	**(44.480)**	**(328.951)**
Passivo Circulante				
No fim do período	1.150.252	1.099.913	1.246.812	1.187.388
No início do período	1.099.913	1.101.563	1.187.388	1.205.326
	50.339	**(1.650)**	**59.424**	**(17.938)**
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**(63.953)**	**(246.498)**	**(103.904)**	**(311.013)**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Informação suplementar)
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	**2005**	**2006**	**2005**
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	979.146	920.096	979.146	920.096
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	159.004	158.608	208.364	208.108
Resultado de equivalência patrimonial	(120.284)	(116.885)	(300)	-
Amortização de ágio	6.746	6.746	6.746	6.746
Variação monetária e cambial, líquida	(9.591)	(22.450)	9.425	(8.296)
Juros líquidos	37.913	36.327	54.096	52.411
Obrigações estimadas com fornecedores	8.861	26.595	8.861	26.595
Constituição de provisão operacional, líquida	4.340	76.222	4.271	75.630
Aplicações de recursos em P & D	31.364	-	34.087	-
Imposto de renda e Contribuição Social diferidos	45.736	4.419	49.469	7.078
Venda de créditos de carbono	-	-	(8.685)	-
Resultado na baixa de bens do imobilizado	(2.776)	(3.557)	(2.359)	(3.557)
Outros	209	-	608	-
	1.140.668	**1.086.121**	**1.343.729**	**1.284.811**
Redução (aumento) nos ativos				
Consumidores e concessionárias	14.155	(8.523)	(11.371)	(16.447)
Recursos vinculados a pagamentos de obrigações	(21.643)	-	(21.643)	-
Adiantamento a fornecedores	1.842	6.243	1.858	5.521
Tributos e contribuições sociais a recuperar	(12.516)	25.299	(9.980)	24.452
Cauções e depósitos vinculados/judiciais	(71.900)	(34.556)	(85.490)	(13.972)
Almoxarifado	(204)	(9.454)	(111)	(9.902)
Despesas antecipadas	7.216	(6.618)	7.492	(5.886)
Outros	6.097	3.376	5.402	2.744
	(76.953)	**(24.233)**	**(113.843)**	**(13.490)**
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	87.313	1.281	107.723	6.227
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(898)	14.344	2.731	18.995
Tributos e contribuições sociais	(12.214)	24.960	(11.157)	27.577
Obrigações estimadas	(11.864)	(26.970)	(11.870)	(26.930)
Provisão para contingências	(2.648)	(5.623)	(2.778)	(5.728)
Benefícios pós-emprego	(30.315)	(35.624)	(30.315)	(35.624)
Outros	2.766	6.262	1.989	6.214
	32.140	**(21.370)**	**56.323**	**(9.269)**
Recursos provenientes das atividades operacionais	**1.095.855**	**1.040.518**	**1.286.209**	**1.262.052**
Atividades de investimento				
Aplicação no imobilizado e diferido	(64.347)	(37.519)	(69.040)	(43.916)
Aplicações em investimentos	(2.025)	(201.200)	-	-
Dividendos recebidos de controladas	134.860	38.113	-	-
Recursos recebidos das (utilizados nas) atividades de investimentos	**68.488**	**(200.606)**	**(69.040)**	**(43.916)**
Atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(177.169)	(167.350)	(243.541)	(548.375)
Debêntures	-	200.000	-	200.000
Liquidações de operações com *swaps*	(59.096)	(91.037)	(87.034)	(106.075)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(938.891)	(1.110.233)	(938.891)	(1.110.233)
Recursos utilizados nas atividades de financiamentos	**(1.175.156)**	**(1.168.620)**	**(1.269.466)**	**(1.564.683)**
Total dos efeitos no caixa e equivalentes	**(10.813)**	**(328.708)**	**(52.297)**	**(346.547)**
Caixa e equivalentes				
Saldo inicial	204.619	533.327	309.137	655.684
Saldo final	193.806	204.619	256.840	309.137
	(10.813)	**(328.708)**	**(52.297)**	**(346.547)**
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	90.410	87.293	137.862	153.620
Imposto de renda e contribuição social	92.093	93.907	150.147	142.631
Transações que não envolveram o caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	65.555	25.218	67.188	27.558
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	492.189	500.891	492.189	500.891
Dividendos propostos a receber de controladas	103.021	78.860	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	29.653	-	29.653	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Informação suplementar)
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2006	**2005**	**2006**	**2005**
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas e serviços	2.632.277	2.422.521	3.054.437	2.587.196
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(74)	9.071	(75)	9.126
Outras receitas operacionais	93.350	-	94.502	-
Resultado não operacional	2.776	3.557	2.985	3.557
	2.728.329	2.435.149	3.151.849	2.599.879
(-) Insumos				
Materiais	(22.220)	(20.851)	(23.897)	(22.853)
Serviços de terceiros	(67.727)	(65.701)	(78.240)	(75.330)
Combustível para produção de energia	(95.575)	(101.570)	(102.070)	(104.694)
Energia elétrica comprada de terceiros	(391.995)	(429.528)	(287.404)	(156.366)
Transações no âmbito da CCEE	(270.281)	(4.764)	(281.313)	(7.090)
Encargos de uso da rede elétrica	(162.625)	(116.395)	(202.545)	(162.431)
Seguros	(6.097)	(7.224)	(7.561)	(9.239)
(Constituição) reversão de provisões operacionais, líquida	11.895	(50.249)	11.453	(49.691)
Outros	(15.787)	(20.985)	(21.112)	(21.676)
	(1.020.412)	(817.267)	(992.689)	(609.370)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**1.707.917**	**1.617.882**	**2.159.160**	**1.990.509**
Depreciação e amortização	(159.004)	(158.608)	(208.364)	(208.108)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**1.548.913**	**1.459.274**	**1.950.796**	**1.782.401**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	92.761	117.363	107.666	139.086
Resultado da participação societária	113.538	110.139	(6.446)	(6.746)
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**1.755.212**	**1.686.776**	**2.052.016**	**1.914.741**

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora				Consolidado			
	2006	**%**	**2005**	**%**	**2006**	**%**	**2005**	**%**
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	79.757	5	75.062	4	81.407	4	76.958	4
Benefícios	21.622	1	23.281	1	21.885	1	23.488	1
Participação nos resultados	13.926	1	10.000	1	13.963	1	10.032	1
	115.305	**7**	**108.343**	**6**	**117.255**	**6**	**110.478**	**6**
Do capital de terceiros								
Encargos e variações monetárias	152.838	9	135.827	8	241.700	12	251.399	13
Aluguéis	5.524	-	5.090	-	6.491	-	5.660	-
Outras despesas financeiras	3.646	-	11.820	1	5.391	-	12.887	1
	162.008	**9**	**152.737**	**9**	**253.582**	**12**	**269.946**	**14**
Do governo								
Impostos, taxas e contribuições	233.259	13	307.645	18	358.614	17	344.048	18
Encargos setoriais	78.659	4	69.931	4	95.588	5	86.217	4
IR e CSLL	186.835	11	128.024	8	247.831	12	183.956	10
	498.753	**28**	**505.600**	**30**	**702.033**	**34**	**614.221**	**32**
Do capital próprio								
Reserva legal	48.957	3	46.005	3	48.957	2	46.005	2
Dividendos e juros s/ capital próprio	930.189	53	874.091	52	930.189	46	874.091	46
	979.146	**56**	**920.096**	**55**	**979.146**	**48**	**920.096**	**48**
	1.755.212	**100**	**1.686.776**	**100**	**2.052.016**	**100**	**1.914.741**	**100**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis – SC, e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Sua capacidade instalada, incluindo a propriedade indireta das UHEs Itá e Cana Brava e da Unidade de Cogeração Lages, é de 5.860 MW, dos quais 79,30% em usinas hidrelétricas e 20,70% em termelétricas, compostos pelo seguinte parque gerador em operação: UHE Salto Osório (PR), UHE Salto Santiago (PR), UHE Passo Fundo (RS), UHE Itá (RS/SC), UHE Machadinho (SC/RS), UHE Cana Brava (GO), UTE Charqueadas (RS), UTE Alegrete (RS), UTE William Arjona (MS), Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (SC) e Unidade de Cogeração Lages (SC).

A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo o contrato para compra de longo prazo firmado com a controlada Itá Energética S.A. - ITASA é de 5.896 MW.

Em 20 de junho de 2006, por determinação da ANEEL, a capacidade de fornecimento foi reduzida em 72 MW, em virtude da atual incapacidade de cumprimento dos valores de garantia física por parte da Companhia de Interconexão Energética - CIEN. Esta redução será mantida até que a CIEN comprove a existência de disponibilidade de energia.

As concessões e autorizações detidas pela Companhia e suas controladas estão relacionadas na Nota 11-d.

O controle acionário da Companhia pertence à Suez Energy South America Participações Ltda., empresa constituída no Brasil sob o controle da Suez-Tractebel Sociètè Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, integrante do Grupo Suez, sediado na França.

A Companhia é controladora da Companhia Energética Meridional – CEM, detendo 99,99% das ações representativas de seu capital social, a qual é detentora da concessão da usina hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, Estado de Goiás. A Companhia detém, também, o controle compartilhado, com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, da empresa Itá Energética S.A. – ITASA, da qual possui 48,75% do capital votante. A ITASA é uma SPE – Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e explorar, em parceria, através de consórcio, a usina hidrelétrica Itá, localizada no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Detém, ainda, 99,99% das quotas de capital da Lages Bioenergética Ltda., a qual possui autorização para explorar a unidade de cogeração Lages, no Município de Lages (SC), e da Tractebel Energia Comercializadora Ltda., empresa que comercializa energia no mercado livre de negociação. As principais características das controladas e de seus empreendimentos estão descritas na Nota 10-d.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente. Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas como informações suplementares as Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, respectivamente.

Com o propósito de permitir uma melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações contábeis, certas rubricas do balanço patrimonial de 31.12.2005 e da demonstração do resultado de 2005 foram reclassificadas. As principais reclassificações realizadas estão mencionadas a seguir:

Combustível para produção de energia elétrica

De acordo com a orientação contida em Despacho nº 657/2006 da ANEEL, o consumo de combustível fóssil adquirido com recursos da CCC/CDE, que vinha sendo registrado na receita operacional, na rubrica "Subvenção Combustível – CCC/CDE" passou a ser apresentado em conta retificadora do custo de produção de energia elétrica, na conta "combustível para produção de energia elétrica". O valor reclassificado, na controladora e no consolidado, foi de R$ 311.481.

Os valores a receber relativos ao reembolso de combustíveis da ELETROBRAS, os quais são repassados aos fornecedores de carvão para pagamento do fornecimento do combustível, que estavam classificados na conta "Créditos da conta consumo de combustível – CCC/CDE", foram reclassificados para a rubrica "Fornecedores". A reclassificação realizada, na controladora e no consolidado, foi de R$ 30.553.

Depósitos judiciais

Em atendimento à Deliberação CVM nº 489, de 31.10.2005, os depósitos judiciais relacionados às contingências provisionadas foram reclassificados do ativo não circulante para contas redutoras dos passivos contingentes correspondentes. O montante reclassificado, na controladora e no consolidado, foi de R$ 25.481.

Encargos financeiros sobre benefícios pós-emprego

Os encargos financeiros sobre o passivo atuarial relativos aos benefícios pós-emprego foram reclassificados das despesas operacionais para as despesas financeiras. A reclassificação efetuada, na controladora e no consolidado, foi de R$ 33.238.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Reconhecimento dos efeitos inflacionários - estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26.12.1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31.12.1995.

b) Aplicações financeiras - são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os valores contábeis, caso excedam os preços médios de mercado, são ajustados através de constituição de provisão.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa - está associada a créditos decorrentes de operações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE (atualmente, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE). As demais contas a receber possuem garantias ou ausência de histórico de perdas, não justificando o registro de provisão.

d) Imposto de renda e a contribuição social diferidos (Ativo fiscal diferido) - são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base em prejuízos fiscais e diferenças temporárias. A segregação entre circulante e não circulante obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem.

e) Almoxarifado - estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado.

f) Ativos indexados - são atualizados até a data do balanço.

g) Investimentos – os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado;

h) Imobilizado - é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro – UC que compõem os empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas, em consonância com os citados atos normativos, estão demonstradas na Nota 11-a.

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Até 31.12.1998, foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculado às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico.

i) Empréstimos, financiamentos e debêntures – são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais (ver Nota 15 e Nota 16). Os encargos decorrentes de ambos são apropriados até a data do balanço.

j) Derivativos – são contratados com o objetivo de administrar os riscos associados às variações nas taxas cambiais de determinados empréstimos e financiamentos. Os ganhos auferidos e as perdas incorridas são reconhecidos no resultado financeiro pelo regime de competência.

l) Demais obrigações - são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

m) Provisão para contingências – as contingências conhecidas na data do balanço são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas e cíveis, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas provisões estão sendo apresentadas líquidas dos depósitos judiciais a elas relacionadas.

n) Benefícios pós-emprego - são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas, e complementados pelos valores projetados atuarialmente (ver Nota 20).

o) Resultado do exercício - as receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

p) Uso de estimativas – a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro das provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e benefícios pós-emprego, bem como à apresentação do perfil de exigibilidade das mesmas.

q) Demonstrações contábeis consolidadas

São eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da ITASA são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle compartilhado (ver Nota 10-d).

Em face da alta proporção de participação da controladora nas demais sociedades controladas (ver Nota 10-b), não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas.

r) Mudança de Práticas Contábeis

Provisão para grandes manutenções

A prática contábil adotada para o reconhecimento da provisão para grandes manutenções do parque gerador da Companhia foi modificada, em atendimento ao Comunicado Técnico nº 01/2006, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON (ver Nota 22-d).

Aplicação de recursos em pesquisa e desenvolvimento

A Companhia, de acordo com a legislação em vigor, está obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (vinte e cinco centésimos por cento, até 31.12.2005) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

O critério de contabilização destes recursos destinados à pesquisa e desenvolvimento foi alterado conforme orientação contida em Interpretação Técnica nº 03/2006, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON.

O procedimento contábil que vinha sendo adotado pela Companhia e que prevalecia no setor elétrico brasileiro era o de registrar a aplicação destes recursos à medida em que os programas eram executados e os gastos incorridos. Esse procedimento prejudicava o atendimento ao princípio do confronto da receita e despesa, uma vez que o mês da aplicação dos recursos não coincidia com o da competência da receita.

De acordo com o novo procedimento contábil, a parcela da receita da Companhia destinada à aplicação em programas de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico está sendo reconhecida no mesmo mês de competência da receita, na rubrica "Aplicação em pesquisa e desenvolvimento", no grupo Dedução da Receita Operacional Bruta.

4 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Certificado de Depósito Bancário – CDB	34.492	12.608	51.836	55.780
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	173.816	-	174.890
Notas do Banco Central – NBC - E	-	19.749	-	31.731
Notas do Tesouro Nacional – NTN - D	-	-	4.508	5.059
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais	153.637	37.148	157.341	83.137
Operações Compromissadas com Títulos Privados	-	-	22.165	-
Outras	-	69	-	129
(-) Garantia de operações de *swaps* no Fundo de Investimentos Exclusivo	-	(36.341)	-	(36.341)
	188.129	**207.049**	**235.850**	**314.385**
(-) Provisão para perdas em aplicações financeiras	(1.777)	(11.896)	(2.603)	(17.427)
	186.352	**195.153**	**233.247**	**296.958**

A Companhia possui Fundo de Investimentos Exclusivo que, em 31.12.2006, era composto por CDB e operações compromissadas, lastreadas em LTN. Os ativos que compõem o fundo estão segregados nas demonstrações contábeis de acordo com as suas naturezas.

O valor de R$ 36.341, relativo a garantia contratual das operações de *swaps*, foi liberado em dezembro de 2006. Este montante estava apresentado no ativo circulante, na rubrica "Cauções e depósitos vinculados".

A provisão para perdas em aplicações financeiras foi constituída para cobrir possíveis perdas decorrentes das aplicações em CDB que a Companhia e a controlada CEM possuem no Banco Santos, o qual teve a sua falência decretada em 2005. Baseados nas condições estabelecidas no Pedido de Falência e nas considerações do Administrador Judicial da Massa Falida, no exercício de 2006, a provisão foi baixada como perda, na controladora e no consolidado, nos valores de R$ 10.119 e R$ 14.824, respectivamente.

5 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				
	2006				2005
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	181.914	-	-	181.914	178.112
Comercializadoras	75.307	-	-	75.307	67.753
Consumidores livres	28.832	492	-	29.324	28.870
Exportação	-	-	740	740	1.940
Transações no âmbito do CCEE/MAE					
- Parcelamentos	19.537	-	-	19.537	15.630
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	7.618	-	223	7.841	10.428
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	109.873	-	11.947	121.820	121.804
	137.028	-	12.170	149.198	147.862
	423.081	**492**	**12.910**	**436.483**	**424.537**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(109.873)	-	(11.947)	(121.820)	(121.745)
	313.208	**492**	**963**	**314.663**	**302.792**
Longo prazo					
Transações no âmbito do CCEE/MAE					
- Parcelamentos	13.820	-	-	13.820	27.697
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	2.243	-	-	2.243	10.617
	16.063	**-**	**-**	**16.063**	**38.314**

	Consolidado				
	2006				2005
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	184.662	-	-	184.662	180.651
Comercializadoras	75.136	-	-	75.136	54.787
Consumidores livres	67.346	492	-	67.838	54.971
Exportação	-	-	740	740	1.940
Transações no âmbito do CCEE/MAE					
- Correntes	380	-	-	380	-
- Parcelamentos	19.537	-	-	19.537	15.630
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	7.618	-	223	7.841	10.428
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	13.944	124.442	124.697
	138.033	-	14.167	152.200	150.755
	465.177	**492**	**14.907**	**480.576**	**443.104**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.499)
	354.679	**492**	**2.831**	**358.002**	**320.605**
Longo prazo					
Transações no âmbito do CCEE/MAE					
- Parcelamentos	13.820	-	-	13.820	27.697
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	2.243	-	-	2.243	10.617
	16.063	**-**	**-**	**16.063**	**38.314**

Os valores vencidos há mais de 90 dias relativos a transações no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE referem-se a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do MAE, realizada em 30.12.2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido débito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

A provisão para devedores duvidosos sobre os valores vincendos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do MAE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.

6 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Circulante				
ICMS	44.375	40.354	45.857	41.459
Imposto de renda	9.021	5.538	10.369	7.857
Contribuição social	2.945	2.806	3.199	3.092
COFINS	1.139	1.923	1.139	3.174
PIS	249	418	249	690
INSS	7.245	198	7.245	198
	64.974	**51.237**	**68.058**	**56.470**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	(41.351)	(39.751)	(41.351)	(39.751)
	23.623	**11.486**	**26.707**	**16.719**
Longo prazo				
ICMS	3.110	2.692	5.880	5.852
COFINS	5.943	3.652	5.953	3.652
PIS	1.289	792	1.291	792
	10.342	**7.136**	**13.124**	**10.296**

Em 2006, foi deferido processo administrativo em favor da Companhia relativo ao recolhimento indevido de INSS sobre o Programa de Demissão Voluntária – PDV. Este montante vem sendo compensado com o INSS corrente.

A provisão para perdas na realização de crédito acumulado de ICMS decorrente da aquisição de gás natural para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total dos créditos naquele Estado, tendo em vista que a venda de energia elétrica ocorria com diferimento de ICMS.

7 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora				
	2006				2005
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Provisão para perdas UTE Jacuí	-	-	-	-	27.282
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	136.667	34.167	-	34.167	34.167
Benefícios pós-emprego	167.999	42.000	15.120	57.120	66.149
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121.820	30.455	10.964	41.419	41.393
Provisão para contingências	98.724	24.680	8.885	33.565	49.028
Provisão para depreciação acelerada UTE W. Arjona	28.531	7.133	2.568	9.701	10.836
Provisão para perdas com créditos de ICMS	41.351	10.338	3.722	14.060	13.516
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	16.858	4.214	1.517	5.731	5.100
Provisão para perdas em aplicações financeiras	1.777	444	160	604	4.045
Provisão honorários advocatícios e de auditoria	1.355	339	122	461	215
Provisão para perdas com *swaps*	4.526	1.132	407	1.539	-
Ajuste a valor presente de valores a receber	25.290	6.322	2.276	8.598	-
Provisão para grandes manutenções	-	-	-	-	15.706
Base negativa da contribuição social	-	-	-	-	537
		161.224	**45.741**	**206.965**	**267.974**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		15.377	4.306	19.683	81.097
Não circulante		145.847	41.435	187.282	186.877
		161.224	**45.741**	**206.965**	**267.974**

Natureza dos créditos	Consolidado				
	2006				2005
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Provisão para perdas UTE Jacuí	-	-	-	-	27.282
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	136.667	34.167	-	34.167	34.167
Benefícios pós-emprego	167.999	42.000	15.120	57.120	66.149
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.649
Provisão para contingências	100.899	25.224	9.081	34.305	49.800
Provisão para depreciação acelerada UTE W. Arjona	28.531	7.133	2.568	9.701	10.836
Provisão para perdas com créditos de ICMS	41.351	10.338	3.722	14.060	13.516
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	16.858	4.214	1.517	5.731	5.100
Provisão para perdas em aplicações financeiras	2.603	651	234	885	5.926
Provisão honorários advocatícios e de auditoria	1.355	339	122	461	215
Provisão para perdas com *swaps*	4.526	1.132	407	1.539	-
Ajuste a valor presente de valores a receber	25.290	6.322	2.276	8.598	-
Provisão para grandes manutenções	-	-	-	-	15.777
Prejuízo fiscal	4.576	1.144	-	1.144	2.692
Base negativa da contribuição social	5.049	-	454	454	1.544
		163.307	**46.533**	**209.840**	**274.653**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		16.572	4.779	21.351	82.344
Não circulante		146.735	41.754	188.489	192.309
		163.307	**46.533**	**209.840**	**274.653**

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas. No que se refere ao ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, a realização dar-se-á pela compensação de sua base, limitada a 30% dos lucros tributáveis nos exercícios subseqüentes.

Estudos técnicos de viabilidade, examinados pelo Conselho Fiscal e aprovados pelos órgãos de administração da Companhia indicam que os ativos fiscais diferidos existentes serão totalmente recuperados por lucros tributáveis futuros. Referidos estudos técnicos estão em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

O horizonte de realização desses ativos e a sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Ativo fiscal diferido, registrado		
2008	12.676	12.997
2009	17.620	18.084
2010	31.183	31.219
2011	54.005	54.296
2012	11.034	11.068
2013 a 2015	30.414	30.465
2016 em diante	30.350	30.360
	187.282	**188.489**
Ativo fiscal diferido, não registrado		
2017 em diante	**21.294**	**21.294**
	208.576	**209.783**

O ativo fiscal diferido não registrado corresponde a Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC. A sua realização ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido, em observância à Instrução CVM nº 371/02.

8 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	2006		2005	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.165.981**	**1.165.981**	**1.048.120**	**1.048.120**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	6.746	-	6.746	-
Gratificação e 13º de dirigentes	1.784	-	1.614	-
Doações	2.235	2.235	1.049	1.049
Outras despesas indedutíveis	314	314	36	36
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(120.284)	(120.284)	(116.885)	(116.885)
Provisão para perdas UTE Jacuí	(303.131)	-	(303.040)	-
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	(84.893)	-	(87.809)	-
Reversão de juros sobre o capital próprio	(213.000)	(213.000)	(271.700)	(271.700)
Base de cálculo dos tributos no resultado	**455.752**	**835.246**	**278.131**	**660.620**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(113.938)**	**(75.172)**	**(69.533)**	**(59.456)**
Incentivos fiscais	2.181	-	934	-
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	24	-	24	-
Outros	70	-	26	(19)
Imposto de renda e contrib.social - resultado	**(111.663)**	**(75.172)**	**(68.549)**	**(59.475)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(98.489)	(42.610)	(94.663)	(28.942)
Diferido	(13.174)	(32.562)	26.114	(30.533)
	(111.663)	**(75.172)**	**(68.549)**	**(59.475)**

	Consolidado			
	2006		2005	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.226.977**	**1.226.977**	**1.104.052**	**1.104.052**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	6.746	-	6.746	-
Gratificação e 13º de dirigentes	1.999	-	2.151	-
Doações	5.726	5.726	1.319	1.319
Perdas com *swaps* de taxa de câmbio	8.243	8.243	-	-
Outras despesas indedutíveis	345	345	38	38
Exclusões				
Provisão para perdas UTE Jacuí	(303.131)	-	(303.040)	-
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	(84.893)	-	(87.809)	-
Reversão de juros sobre o capital próprio	(213.000)	(213.000)	(271.700)	(271.700)
Ajuste em controlada tributada pelo lucro presumido	(12.801)	(10.951)	(8.323)	(6.861)
Equivalência patrimonial	(300)	(300)	-	-
Base de cálculo dos tributos no resultado	**635.911**	**1.017.040**	**443.434**	**826.848**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(158.978)**	**(91.534)**	**(110.859)**	**(74.416)**
Incentivos fiscais	2.503	-	1.204	-
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	108	-	108	-
Outros	70	-	26	(19)
Imposto de renda e contrib.social - resultado	**(156.297)**	**(91.534)**	**(109.521)**	**(74.435)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(140.376)	(57.986)	(133.677)	(43.201)
Diferido	(15.921)	(33.548)	24.156	(31.234)
	(156.297)	**(91.534)**	**(109.521)**	**(74.435)**

9 – ALIENAÇÕES DE BENS E DIREITOS

Em junho de 2004 e julho de 2005, a Companhia transferiu 33,33%, em cada ano, do projeto Jacuí à Elétrica Jacuí S.A. - ELEJA. A ELEJA é uma sociedade de propósito específico, controlada por sociedade detentora dos direitos de exploração de jazidas de carvão mineral na região do projeto Jacuí. Nos termos do contrato de transferência, o então percentual remanescente da Companhia no projeto Jacuí ficou sendo objeto de opções recíprocas de compra, pela ELEJA, e de venda, pela Companhia. Em 28.03.2006 a ELEJA adquiriu da Companhia participação remanescente de 33,34%, passando a ser titular da totalidade do mesmo, mediante o exercício da segunda das suas opções de compra previstas no contrato. Nos termos do contrato, a ELEJA assumiu a responsabilidade pela conclusão do projeto Jacuí.

De acordo com as condições contratuais os valores da venda estão sendo atualizados pelo IGP-DI e serão recebidos em 36 parcelas a partir da data de início da operação comercial da UTE Jacuí ou da data que se completarem quatro anos, contados a partir da venda e exercícios de opção de compra, o que ocorrer primeiro.

Considerando que os valores contratuais estão a preço futuro, a Companhia procedeu, em 2006, o seu ajuste a valor presente, aplicando a taxa de desconto de 10% a.a. Os valores nominais e os descontados a valor presente, na controladora e no consolidado, são como se segue:

	2006	2005
Valor da alienação	93.855	60.220
(-) Ajuste a valor presente	(25.290)	-
	68.565	**60.220**

10 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Participações societárias permanentes avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	841.543	885.001	34.757	41.503
Bens e direitos de uso futuro e destinados à alienação	1.742	1.742	1.742	1.742
Outros investimentos	374	374	374	374
	843.659	**887.117**	**36.873**	**43.619**

b) Participações societárias permanentes

Empresas	2006				2005	
	Lote de Mil Ações ou Quotas	Participação (%)	Lucro Líquido (Prejuízo)	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Itá Energética S.A. – ITASA	253.607	48,75	28.380	567.580	16.255	545.941
Companhia Energética Meridional - CEM	344.528	99,99	88.217	480.558	78.446	532.009
Lages Bioenergética Ltda.	30.530	99,99	15.929	32.416	11.725	32.255
Tractebel Energia Comercializadora Ltda.	4.200	99,99	2.031	17.113	10.459	13.082
Delta Energética S.A.	35	99,99	(28)	3	-	6

c) Movimentação dos investimentos

Empresas	Saldo em 31.12.2004	Aumento de Capital	Resultado da Equivalência Patrimonial	Amortização do Ágio	Dividendos	Saldo em 31.12.2005
ITASA						
Equivalência Patrimonial	253.751	-	16.255	-	(3.860)	266.146
Ágio	12.588	-	-	(2.289)	-	10.299
CEM						
Equivalência Patrimonial	348.562	200.000	78.446	-	(95.000)	532.008
Ágio	35.661	-	-	(4.457)	-	31.204
Lages Bioenergética	30.530	-	11.725	-	(10.000)	32.255
Tractebel Comercializadora	1.423	1.200	10.459	-	-	13.082
Delta Energética	7	-	-	-	-	7
	682.522	**201.200**	**116.885**	**(6.746)**	**(108.860)**	**885.001**

Empresas	Saldo em 31.12.2005	Aumento de Capital	Resultado da Equivalência Patrimonial	Ajuste Exerc. Anterior	Amortização do Ágio	Dividendos	Saldo em 31.12.2006
ITASA							
Equival. Patrimonial	266.146	-	13.835	-	-	(3.286)	276.695
Ágio	10.299	-	-	-	(2.289)	-	8.010
CEM							
Equival. Patrimonial	532.008	-	88.217	139	-	(139.806)	480.558
Ágio	31.204	-	-	-	(4.457)	-	26.747
Lages Bioenergética	32.255	-	15.929	161	-	(15.929)	32.416
Tractebel Comercializadora	13.082	2.000	2.031	-	-	-	17.113
Delta Energética	7	25	(28)	-	-	-	4
	885.001	**2.025**	**119.984**	**300**	**(6.746)**	**(159.021)**	**841.543**

Do total dos dividendos propostos pelas controladas, R$ 56.000 foram recebidos em 2006 e R$ 103.021 serão recebidos em 2007, em data a ser definida pela Diretoria das Empresas.

d) Participações societárias permanentes

Itá Energética S.A. – ITASA (controlada em conjunto)

As ações representativas do capital social da ITASA são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

A ITASA tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da ANEEL, com prazo de vigência de 35 anos, a partir de 1995. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, entre os Municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS) e possui capacidade instalada de 1.450 MW, proveniente de 5 grupos geradores de 290 MW, e 720 MW médios de energia assegurada.

Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada ITASA tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios.

O ágio na aquisição do investimento tem fundamento econômico na expectativa de resultados futuros e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos. A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com as premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para o período de concessão de 35 anos. A avaliação considerou a relação de *debt/equity* de 50/50 para a implementação do projeto Itá, utilizando-se taxas de desconto de 11,0% para capital de terceiros e de 11,5% para capital próprio.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados na proporção dos investimentos da Companhia no capital social da controlada:

ATIVO	**2006**	**2005**
Circulante	74.786	66.067
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	3.743	9.521
Permanente	1.022.962	1.064.089
	1.026.705	1.073.610
	1.101.491	**1.139.677**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante	109.534	104.004
Passivo não circulante		
Exigível a longo prazo	424.377	489.732
Patrimônio líquido	567.580	545.941
	1.101.491	**1.139.677**
RESULTADO		
Receitas operacionais brutas	219.049	233.129
Deduções da receita operacional	(22.280)	(21.564)
Receitas líquidas de vendas	**196.769**	**211.565**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA		
Energia elétrica comprada para revenda	(16)	(1.336)
Custo de produção de energia elétrica	(45.431)	(52.657)
	(45.447)	**(53.993)**
LUCRO BRUTO	**151.322**	**157.572**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	(29.926)	(19.859)
Despesas gerais e administrativas	(19.526)	(19.138)
	(49.452)	**(38.997)**
Resultado do serviço	**101.870**	**118.575**
Despesas financeiras, líquidas	**(59.434)**	**(67.975)**
RESULTADO OPERACIONAL	**42.436**	**50.600**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**432**	**-**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**42.868**	**50.600**
Imposto de renda e contribuição social	(14.488)	(17.256)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**28.380**	**33.344**

Companhia Energética Meridional – CEM (controlada)

A CEM detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27.08.1998.

O ágio na aquisição do controle acionário tem fundamento econômico na expectativa de resultado futuro e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos. A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para 35 anos, prazo de concessão da usina, ajustado a valor presente com taxa de desconto de 14% a.a.. A avaliação levou em consideração a relação *debt/equity* de 70/30 para a construção da usina.

Lages Bioenergética Ltda. (controlada)

A Lages detém a autorização da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages – SC, com um turbogerador a vapor de 28 MW, utilizando resíduos de madeira como combustível. A unidade de cogeração possui um sistema de transmissão de interesse restrito, composto de uma subestação com transformador de 31.250 kVA – 13,8/138 kV e de uma linha de transmissão de 138 kV, em circuito simples, de aproximadamente 5 km de extensão. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002.

A Usina de Co-geração, no ano de 2006, obteve o registro no Comitê Executivo de Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL) da ONU por utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono.

O mercado de comercialização de créditos de carbono movimenta as economias de países desenvolvidos e em desenvolvimento desde fevereiro de 2005, quando entrou em vigor o Protocolo de Kyoto. Para chegar até a condição de potencial comercializadora dos créditos, a Lages teve que cumprir uma série de exigências de diferentes organismos, como o próprio Protocolo de Kyoto, as Nações Unidas, o Governo Federal e auditores independentes.

A usina, que consome 15 mil toneladas de resíduos de madeira/mês, demonstrou que vai reduzir e, em conseqüência, negociar 220 mil toneladas equivalentes de CO2 por ano.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (controlada)

A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Delta Energética S. A. (controlada)

A Companhia detém 34.999 das 35.000 ações que compõem o capital social da Delta. A controlada não exerceu atividades até o presente momento.

11 – ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

	Consolidado					
	2006				2005	
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Empresa
Imobilizações em Serviço						
Geração Hidráulica						
UHE Salto Santiago	2,5	640.750	(490.255)	150.495	163.652	Controladora
UHE Salto Osório	2,8	304.141	(233.387)	70.754	69.241	Controladora
UHE Passo Fundo	2,5	123.027	(92.674)	30.353	33.261	Controladora
UHE Itá (em consórcio)	2,3	1.781.075	(259.809)	1.521.266	1.560.796	Controladora/ ITASA
UHE Machadinho (em consórcio)	2,4	179.161	(20.096)	159.065	164.143	Controladora
UHE Cana Brava	2,5	874.444	(93.514)	780.930	799.252	CEM
		3.902.598	**(1.189.735)**	**2.712.863**	**2.790.345**	
Geração Térmica						
Complexo Jorge Lacerda	4,3	2.451.072	(1.262.294)	1.188.778	1.271.460	Controladora
UTE Charqueadas	4,4	56.641	(49.303)	7.338	6.572	Controladora
UTE Alegrete	4,1	8.114	(7.263)	851	861	Controladora
UTE William Arjona	4,3	174.487	(69.267)	105.220	107.496	Controladora
Unidade de Cogeração Lages	4,3	73.467	(8.229)	65.238	62.972	Lages
		2.763.781	**(1.396.356)**	**1.367.425**	**1.449.361**	
Equipamentos Gerais e Outros	10,0	**36.932**	**(19.440)**	**17.492**	**15.731**	Consolidado
		6.703.311	**(2.605.531)**	**4.097.780**	**4.255.437**	
Imobilizações em Curso						
Geração Hidráulica		22.499	-	22.499	21.191	Controladora/ ITASA/CEM
Geração Térmica		32.214	-	32.214	47.501	Controladora/ Lages
Equipamentos Gerais e Outros		6.024	-	6.024	5.339	Controladora
		60.737	**-**	**60.737**	**74.031**	
Total das imobilizações		**6.764.048**	**(2.605.531)**	**4.158.517**	**4.329.468**	
Obrigações especiais		**(9.619)**	**-**	**(9.619)**	**(56.689)**	Controladora/ Lages
		6.754.429	**(2.605.531)**	**4.148.898**	**4.272.779**	

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	Em serviço	Em curso	Total	Em serviço	Em curso	Total
Saldo em 31.12.2004	**3.052.582**	**80.211**	**3.132.793**	**4.412.892**	**96.537**	**4.509.429**
Aquisições	-	36.803	36.803	-	43.198	43.198
Transferências	26.808	(26.808)	-	39.447	(39.447)	-
Depreciação	(157.745)	-	(157.745)	(195.171)	-	(195.171)
Baixas	(1.723)	(26.259)	(27.982)	(1.731)	(26.257)	(27.988)
Saldo em 31.12.2005	**2.919.922**	**63.947**	**2.983.869**	**4.255.437**	**74.031**	**4.329.468**
Aquisições	-	64.347	64.347	-	69.040	69.040
Transferências	46.660	(46.660)	-	55.590	(55.590)	-
Depreciação	(159.442)	-	(159.442)	(196.727)	-	(196.727)
Baixas	(16.101)	(26.744)	(42.845)	(16.520)	(26.744)	(43.264)
	2.791.039	**54.890**	**2.845.929**	**4.097.780**	**60.737**	**4.158.517**
Obrigações Especiais	(9.494)	-	(9.494)	(9.619)	-	(9.619)
Saldo em 31.12.2006	**2.781.545**	**54.890**	**2.836.435**	**4.088.161**	**60.737**	**4.148.898**

c) Obrigações especiais

Referem-se a obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica e representam os valores aplicados nos empreendimentos sob concessão, com recursos da União e de doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. A quitação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente. A composição destas obrigações é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Doações e subvenções destinadas a investimentos	867	47.937	992	48.062
Reversão e amortização	2.230	2.230	2.230	2.230
Participação da União	3.758	3.758	3.758	3.758
Outras	2.639	2.639	2.639	2.639
	9.494	**56.564**	**9.619**	**56.689**

Em 2006, em decorrência da alienação do projeto Jacuí, as obrigações especiais relativas ao referido empreendimento foram baixadas.

d) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da Concessão ou Autorização	Capacidade Instalada MW	Data do ato	Vencimento
I – Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28.09.1998	28.09.2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28.09.1998	28.09.2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28.09.1998	28.09.2028
UHE Itá	Controladora/ITASA	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15.07.1997	15.07.2032
UHE Cana Brava	CEM	450	27.08.1998	27.08.2033
II–Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	25.09.1998	28.09.2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	25.09.1998	28.09.2028
UTE Alegrete	Controladora	66	25.09.1998	28.09.2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02.06.2000	28.04.2029
UTE Lages	Lages Bioenergética	28	30.10.2002	30.10.2032

A concessão pertinente à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto Itá Energética S.A. – ITASA (ver Nota 10-d).

A concessão da UHE Machadinho está compartilhada com outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho, do qual a Companhia é a líder e detém participação de 16,94%.

e) Usina Termelétrica Jacuí

Em 28.03.2006, a Companhia alienou a participação remanescente de 33,34% do projeto Jacuí por R$ 31.362. Os valores associados aos ativos baixados pela Companhia são os seguintes:

Custo bruto	401.138
Remuneração das imobilizações em curso - RIC	(71.263)
Subtotal	329.875
Reversão de provisão para perda na recuperação do ativo	(303.131)
Total	**26.744**

f) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

g) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a Usina Termelétrica Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete – RS, de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

12 – ATIVO INTANGÍVEL

	Consolidado					
	2006				2005	
	Taxas médias de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Empresa
Direito de exploração UHE Cana Brava	3,2	88.664	(12.642)	76.022	78.868	CEM
Direito de uso de softwares	20,0	8.394	(7.106)	1.288	1.821	Consolidado
		97.058	**(19.748)**	**77.310**	**80.689**	

13 – UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA

As unidades geradoras 4 e 5 da usina termelétrica William Arjona, com potência total de 70 MW, utilizam gás natural para geração de energia elétrica e foram implantadas com o objetivo específico de atender a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, sob a regência do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica firmado em 10.01.2002, com vigência até 31.12.2004.

A Administração da Companhia vinha considerando a possibilidade de desativar tais unidades geradoras no final do contrato com a CBEE. Em linha com esta possibilidade, a Companhia amortizou o valor econômico destes ativos no período de sua utilização, atingindo um valor residual compatível com o valor estimado de alienação.

Em 26 de outubro de 2004 a Administração da Companhia comunicou à Assessoria do Ministério de Minas e Energia que, após o término do contrato com a CBEE, as referidas unidades geradoras seriam mantidas e estariam à disposição para operação centralizada, de acordo com as normas e procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, a partir de 1º de janeiro de 2005, nas mesmas condições das unidades 1, 2 e 3.

Desta forma, o processo de depreciação das referidas unidades não foi interrompido. Concomitantemente com a depreciação, a Companhia está revertendo a amortização acelerada reconhecida ao longo do contrato com a CBEE.

O valor residual das unidades geradoras 4 e 5, em 31.12.2006, é de R$ 33.134.

14 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Energia elétrica comprada de terceiros	77.257	41.941	70.244	13.129
Transações no âmbito da CCEE	75.921	896	75.922	946
Encargos de uso da rede elétrica	44.379	33.254	48.880	37.122
Combustíveis fósseis / biomassa	6.252	19.187	6.334	19.367
Materiais e serviços	32.115	17.661	37.939	23.782
	235.924	**112.939**	**239.319**	**94.346**

15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moedas estrangeira e nacional são as seguintes:

a) Composição

	Controladora					
	2006			2005		
	Principal e encargos			Principal e encargos		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda Estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional	24.799	223.460	248.259	83.419	263.997	347.416
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	112.810	-	112.810	-	110.762	110.762
Deutsche Bank	4.107	8.215	12.322	4.497	13.491	17.988
ABN AMRO Bank	6.029	3.015	9.044	6.601	9.901	16.502
Encargos	5.966	-	5.966	6.054	-	6.054
	153.711	**234.690**	**388.401**	**100.571**	**398.151**	**498.722**
Moeda Nacional						
ELETROBRÁS	87.437	93.402	180.839	79.149	174.443	253.592
BNDES	9.769	1.987	11.756	8.488	11.707	20.195
Banco do Brasil	3.529	14.118	17.647	3.530	17.648	21.178
Encargos	1.706	-	1.706	2.397	-	2.397
	102.441	**109.507**	**211.948**	**93.564**	**203.798**	**297.362**
	256.152	**344.197**	**600.349**	**194.135**	**601.949**	**796.084**

	Consolidado					
	2006			2005		
	Principal e encargos			Principal e encargos		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda Estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional	24.799	223.460	248.259	83.419	263.997	347.416
BNP Paribas (Floating Rate Note)	112.810	-	112.810	-	110.762	110.762
Deutsche Bank	4.107	8.215	12.322	4.497	13.491	17.988
ABN AMRO Bank	6.029	3.015	9.044	6.601	9.901	16.502
Encargos	5.966	-	5.966	6.054	-	6.054
	153.711	**234.690**	**388.401**	**100.571**	**398.151**	**498.722**
Moeda Nacional						
ELETROBRÁS	87.437	93.402	180.839	79.149	174.443	253.592
BNDES	36.674	150.498	187.172	34.920	184.040	218.960
Agentes Financiadores - BNDES	14.935	85.879	100.814	14.673	99.043	113.716
Banco do Brasil	3.529	14.118	17.647	3.530	17.648	21.178
BRDE	6.785	31.664	38.449	6.627	37.813	44.440
Encargos	3.008	-	3.008	3.873	-	3.873
	152.368	**375.561**	**527.929**	**142.772**	**512.987**	**655.759**
	306.079	**610.251**	**916.330**	**243.343**	**911.138**	**1.154.481**

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2004	**196.195**	**886.901**	**1.083.096**	**277.712**	**1.539.409**	**1.817.121**
Transferências	182.815	(182.815)	-	516.381	(516.381)	-
Encargos gerados	84.564	-	84.564	130.848	5.031	135.879
Variações monetárias/cambiais	(21.583)	(91.753)	(113.336)	(23.390)	(106.537)	(129.927)
Remuneração de garantias depositadas	-	(10.384)	(10.384)	-	(10.384)	(10.384)
Amortizações	(247.856)	-	(247.856)	(658.208)	-	(658.208)
Saldo em 31.12.2005	**194.135**	**601.949**	**796.084**	**243.343**	**911.138**	**1.154.481**
Transferências	243.997	(243.997)	-	292.859	(292.859)	-
Encargos gerados	68.583	-	68.583	100.758	2.238	102.996
Variações monetárias/cambiais	(4.133)	(21.005)	(25.138)	(4.133)	(17.516)	(21.649)
Remuneração de garantias depositadas	-	7.250	7.250	-	7.250	7.250
Amortizações	(246.430)	-	(246.430)	(326.748)	-	(326.748)
Saldo em 31.12.2006	**256.152**	**344.197**	**600.349**	**306.079**	**610.251**	**916.330**

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora					
	2006			2005		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	128.392	274.502	45,73	142.985	334.686	42,04
Euro – EUR	40.386	113.899	18,97	50.446	139.687	17,55
Libra Esterlina – GBP	-	-	-	6.054	24.349	3,06
		388.401	**64,70**		**498.722**	**62,65**
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)		182.286	30,36		255.622	32,11
Não indexado		29.662	4,94		41.740	5,24
		211.948	**35,30**		**297.362**	**37,35**
		600.349	**100,00**		**796.084**	**100,00**

	Consolidado					
	2006			2005		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	128.392	274.502	29,96	142.985	334.686	28,99
Euro – EUR	40.386	113.899	12,43	50.446	139.687	12,10
Libra Esterlina – GBP	-	-	-	6.054	24.349	2,11
		388.401	**42,39**		**498.722**	**43,20**
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)		182.286	19,89		255.622	22,14
URTJLP		315.981	34,48		358.397	31,04
Não indexado		29.662	3,24		41.740	3,62
		527.929	**57,61**		**655.759**	**56,80**
		916.330	**100,00**		**1.154.481**	**100,00**

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores

	%	
Moeda – indexador	**2006**	**2005**
Dólar Americano – USD	(8,66)	(11,82)
Libra Esterlina – GBP	4,06	(21,53)
Euro – EUR	1,85	(23,50)
TJLP	7,87	9,75

e) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos a longo prazo

	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2008	31.921	30.360	62.281	31.921	78.990	110.911
2009	26.222	30.974	57.196	26.222	79.604	105.826
2010	19.430	33.848	53.278	19.430	82.478	101.908
2011	19.430	14.325	33.755	19.430	62.955	82.385
2012	14.379	-	14.379	14.379	46.368	60.747
De 2013 até 2024	123.308	-	123.308	123.308	25.166	148.474
	234.690	**109.507**	**344.197**	**234.690**	**375.561**	**610.251**

f) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos a taxas fixas e flutuantes, assim distribuídas

Na controladora

Mercado interno

Taxas fixas de 9,29% a 12,00% a.a. (Em 2005, 9,29% a 12,00% a.a.)
Taxas flutuantes de 6,85% a 17,94% a.a. (Em 2005, 9,75% a 19,65% a.a.)

Mercado externo

Taxas fixas de 6,00% a 8,49% a.a. (Em 2005, de 6,00% a 8,49% a.a.)
Taxas flutuantes de 4,64% a 10,85% a.a. (Em 2005, de 2,67% a 9,30% a.a.)

No consolidado

Mercado interno
Taxas fixas de 9,29% a 12,00% a.a. (Em 2005, de 9,29% a 12,00% a.a.)
Taxas flutuantes de 6,85% a 17,94% a.a. (Em 2005, 9,75% a 19,65% a.a.)

Mercado externo
Taxas fixas de 6,00% a 8,49% a.a. (Em 2005, de 6,00% a 8,49% a.a.)
Taxas flutuantes de 4,64% a 10,85% a.a. (Em 2005, de 2,67% a 9,30% a.a.)

g) Garantias

g.1) Tractebel Energia S.A.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

Secretaria do Tesouro Nacional - STN: (a) Cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 70.681, em 31.12.2006, que está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente.

ABN AMRO Bank: Nota Promissória, com vencimento à vista, no valor correspondente ao do financiamento.

Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional

ELETROBRÁS: (a) Procuração ao credor com poderes de, em caso de inadimplência, transferir para o seu próprio nome, os valores necessários para o pagamento de sua dívida, a partir da conta bancária arrecadadora de receitas da Companhia; (b) Notas Promissórias no montante referente ao do financiamento, estando os títulos vinculados aos termos contratuais.

BNDES: Cessão e transferência ao Banco do valor equivalente a 1,33% do seu faturamento mensal, a ser feita através de depósitos na Conta Arrecadadora e Conta Vinculada.

Banco do Brasil: (a) Cessão e transferência de crédito no valor de R$ 8.726, anuais, representado por venda de energia elétrica ou outros recursos com a mesma finalidade; (b) Caução de Nota Promissória no valor correspondente ao do financiamento.

g.2) Itá Energética S.A. - ITASA

BNDES e Agentes Financeiros: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; (b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com suas investidoras; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES (substituída por fiança bancária) e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da ITASA ao BNDES e Agentes Financeiros.

g.3) Companhia Energética Meridional - CEM

BNDES: Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito e do Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures: (a) Cessão de todas as receitas e demais valores recebidos decorrentes da geração e da comercialização provenientes da Usina Hidrelétrica Cana Brava; (b) essão do direito de receber todos e quaisquer valores que venham a ser exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente, nos termos da Concessão, mas não se limitando, a todas as indenizações pela extinção da Concessão; (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a seis meses do serviço da dívida.

g.4) Lages Bioenergética Ltda.

BRDE: (a) Cessão dos direitos creditórios do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado com a CELESC, com a interveniência da Tractebel; (b) cessão dos Direitos de Indenização decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Vapor e Compra e Venda de Biomassa celebrados com as empresas Sofia Industrial e Exportadora Ltda. e a Battistella Ind. e Com. Ltda.; (c) cessão dos Direitos Emergentes da Autorização concedida pela ANEEL para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica; (d) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

16 – DEBÊNTURES

a) Composição

	2006					2005
	Circulante			Não		
	Encargos	Principal	Total	circulante	Total	Total
Tractebel Energia S.A.						
1ª Série	8.843	4.939	13.782	140.000	153.782	146.892
2ª Série	1.222	-	1.222	60.000	61.222	61.742
Total Controladora	**10.065**	**4.939**	**15.004**	**200.000**	**215.004**	**208.634**
CEM (Série Única)	**2.026**	**9.789**	**11.815**	**74.204**	**86.019**	**93.437**
ITASA (1ª e 2ª Séries)	**2.825**	**8.190**	**11.015**	**49.140**	**60.155**	**67.215**
Total Consolidado	**14.916**	**22.918**	**37.834**	**323.344**	**361.178**	**369.286**

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2004	**-**	**-**	**-**	**23.360**	**153.620**	**176.980**
Ingressos	-	200.000	200.000	-	200.000	200.000
Transferências	-	-	-	16.807	(16.807)	-
Encargos gerados	17.073	-	17.073	33.701	3.035	36.736
Variações monetárias	-	(1.652)	(1.652)	1.010	(1.652)	(642)
Amortizações	(6.787)	-	(6.787)	(43.788)	-	(43.788)
Saldo em 31.12.2005	**10.286**	**198.348**	**208.634**	**31.090**	**338.196**	**369.286**
Transferências	4.938	(4.938)	-	22.868	(22.868)	-
Encargos gerados	20.928	-	20.928	35.990	1.426	37.416
Variações monetárias	-	6.590	6.590	2.359	6.590	8.949
Amortizações	(21.148)	-	(21.148)	(54.473)	-	(54.473)
Saldo em 31.12.2006	**15.004**	**200.000**	**215.004**	**37.834**	**323.344**	**361.178**

c) Condições contratadas

	Quantidade em circulação	Remuneração	Condições de Pagamento		Garantia
			Juros/atualização monetária	Principal	
Tractebel					
1ª Série	14.000	IGPM + 9,29% a.a.	Anualmente em 02.05	Parcela única em 02.05.11	Sem garantia
2ª Série	6.000	103,9% do CDI	Semestrais em 02.05 e 02.11	Parcela única em 02.05.10	Sem garantia
CEM					
(Série Única)	7.773	TJLP + 4% a.a. (*)	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.2013	Semestral, variando de 4,2752% em 01.04.07, a 7,5737% em 01.04.13	Recebíveis decorrentes da geração e comercialização de energia
ITASA					
1ª Série e 2ª Série	8.400	IGPM + 9,4% a.a.	Anualmente em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série)	7 parcelas iguais, em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série) de cada ano, até 01.12.13 (1ª série), e 01.06.13 (2ª série)	Penhor dos Direitos Creditórios dos contratos de venda de energia para os seus acionistas

(*) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

d) Variação dos indexadores

	%	
Moeda – indexador	**2006**	**2005**
TJLP	7,87	9,75
IGP-M	3,83	1,21
CDI	15,03	19,00

e) Vencimentos das debêntures a longo prazo

	Controladora	Consolidado
2008	-	18.958
2009	-	20.035
2010	60.000	81.219
2011	140.000	162.522
2012	-	22.522
2013	-	18.088
	200.000	**323.344**

17 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora			
	2006			2005
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Provisões trabalhistas	10.515	-	10.515	9.772
Provisão para grandes manutenções	-	-	-	46.193
Provisão bônus gerencial e participação nos resultados	16.858	-	16.858	15.000
Outras	1.169	653	1.822	662
	28.542	**653**	**29.195**	**71.627**

As provisões trabalhistas referem-se às estimativas de 13º salário, férias, gratificação de férias e os respectivos encargos sociais.

A partir de 2006, a Companhia mudou o critério de reconhecimento da provisão para gastos com grandes manutenções de seu parque gerador, em atendimento à Interpretação Técnica nº 01/2006, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, e ajustou o saldo de 31.12.2005, em contrapartida da conta de Lucros acumulados. (ver Nota 22-d)

Consolidado

O balanço patrimonial consolidado de 2006 inclui o valor de R$ 108, referente a provisões trabalhistas reconhecidas no passivo circulante da controlada ITASA. Em 2005, o balanço patrimonial consolidado incluía o valor de R$ 485, relativo a provisões trabalhistas e para manutenções programadas, registradas nas controladas.

18 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A companhia possui notificações fiscais e cíveis que estão sendo impugnadas administrativamente, bem como processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, que na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

a) Composição

	Controladora			
	2006			2005
	Provisão bruta	(-) Depósitos judiciais	Provisão líquida	Provisão líquida
Trabalhistas				
Vínculo empregatício e reintegração	17.876	16.351	1.525	4.840
Periculosidade	700	590	110	593
Horas extras	787	565	222	166
Equiparação salarial e enquadramento funcional	819	190	629	579
Horas *in itinere*	831	797	34	590
Outras	2.977	2.568	409	700
	23.990	**21.061**	**2.929**	**7.468**
Cíveis				
Reajuste e rescisões de contratos com fornecedores	15.970	-	15.970	63.097
Doença ocupacional e acidente do trabalho	20.662	-	20.662	20.317
Atingidos pela UHE Itá	875	-	875	1.679
Danos emergentes e lucros cessantes	755	-	755	100
Outras	775	-	775	752
	39.037	**-**	**39.037**	**85.945**
Fiscais				
Contribuição Social	12.077	3.119	8.958	13.446
INSS	23.620	10.503	13.117	11.861
	35.697	**13.622**	**22.075**	**25.307**
	98.724	**34.683**	**64.041**	**118.720**
Classificação no Balanço				
Circulante			11.000	41.595
Não circulante			53.041	77.125
			64.041	**118.720**

	Consolidado			
	2006			2005
	Provisão bruta	(-) Depósitos judiciais	Provisão líquida	Provisão líquida
Trabalhistas				
Vínculo empregatício e reintegração	17.876	16.351	1.525	4.840
Periculosidade	700	590	110	593
Horas extras	787	565	222	166
Equiparação salarial e enquadramento funcional	819	190	629	579
Horas *in itinere*	831	797	34	590
Outras	2.977	2.568	409	700
	23.990	**21.061**	**2.929**	**7.468**
Cíveis				
Reajuste e rescisões de contratos com fornecedores	15.970	-	15.970	64.334
Doença ocupacional e acidente do trabalho	20.662	-	20.662	20.317
Atingidos pela UHE Itá	2.489	-	2.489	3.028
Danos emergentes e lucros cessantes	755	-	755	100
Outras	2.615	-	2.615	1.674
	42.491	**-**	**42.491**	**89.453**
Fiscais				
Contribuição Social	12.077	3.119	8.958	13.446
INSS	23.620	10.503	13.117	11.861
	35.697	**13.622**	**22.075**	**25.307**
	102.178	**34.683**	**67.495**	**122.228**
Classificação no Balanço				
Circulante			11.206	42.326
Não circulante			56.289	79.902
			67.495	**122.228**

O sumário das contingências fiscais cujo risco foi avaliado como provável é como segue:

Contribuição Social - refere-se ao auto de infração originado pela compensação, na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos exercícios de 1996 e 1997, de base negativa da CSLL constituída anteriormente a 1992.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - corresponde a notificações decorrentes de divergência nos recolhimentos de Adicional de Seguro de Acidente do Trabalho sobre o custeio de aposentadoria especial e de contribuição previdenciária sobre parcelas indenizatórias.

b) Movimentação

	Controladora			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Provisão bruta
Saldo em 31.12.2005	**22.037**	**86.487**	**35.677**	**144.201**
Adições	2.645	1.661	-	4.306
Atualizações	2.462	4.623	5.025	12.110
Pagamentos	(2.638)	(10)	-	(2.648)
Reversões	(516)	(27.129)	(5.005)	(32.650)
Transferência para fornecedores	-	(26.595)	-	(26.595)
Saldo em 31.12.2006	**23.990**	**39.037**	**35.697**	**98.724**

	Consolidado			
	Trabalhistas	**Cíveis**	**Fiscais**	**Provisão bruta**
Saldo em 31.12.2005	**22.037**	**89.995**	**35.677**	**147.709**
Adições	2.645	2.486	-	5.131
Atualizações	2.462	4.877	5.025	12.364
Pagamentos	(2.638)	(276)	-	(2.914)
Reversões	(516)	(27.996)	(5.005)	(33.517)
Transferência para fornecedores	-	(26.595)	-	(26.595)
Saldo em 31.12.2006	**23.990**	**42.491**	**35.697**	**102.178**

c) Contingências de risco possível ou remoto

A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora					
	2006					2005
	Risco possível	**Risco remoto**	**Total bruto**	**(-) Depósitos Judiciais**	**Total líquido**	**Total líquido**
Trabalhistas	10.186	10.928	21.114	4.087	17.027	14.069
Cíveis	9.624	3.580	13.204	-	13.204	27.755
Fiscais	115.542	15.067	130.609	107.117	23.492	2.640
	135.352	**29.575**	**164.927**	**111.204**	**53.723**	**44.464**

	Consolidado					
	2006					2005
	Risco possível	**Risco remoto**	**Total bruto**	**(-) Depósitos Judiciais**	**Total líquido**	**Total líquido**
Trabalhistas	10.186	10.928	21.114	4.087	17.027	14.069
Cíveis	34.162	13.364	47.526	-	47.526	57.383
Fiscais	135.669	15.067	150.736	127.244	23.492	3.717
	180.017	**39.359**	**219.376**	**131.331**	**88.045**	**75.169**

A Companhia possui depósitos judiciais que estão vinculados a provisões de risco possível e remoto que, na sua maioria, são efetuados para garantia da condenação em execução ou efetivação de depósito recursal. Estes valores estão apresentados no ativo não circulante.

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal em Florianópolis, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo, ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/03. A Companhia entende que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-lei nº 1.598/1977, o que implica ser a referida Instrução Normativa ilegal.

Em conseqüência, a Companhia está recolhendo o PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, depositando os valores que entende indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação.

Na opinião dos consultores jurídicos, o risco de perda da demanda judicial é inferior à chance de êxito, razão pela qual a Companhia não está provisionando o valor não recolhido a partir da competência junho de 2005. A contingência, em 31.12.2006, apresentada como possível é de R$ 112.479 (R$ 32.207 em 31.12.2005).

d) Contingências ativas

De acordo com a orientação contida em Despacho da ANEEL, o registro do consumo de combustível fóssil adquirido com recursos da CCC/CDE que, até novembro de 2005, vinha sendo registrado na receita operacional, na rubrica "Subvenção combustível CCC/CDE", passou a ser contabilizado em conta retificadora do custo de produção de energia elétrica, na conta "combustível para produção de energia elétrica".

A Companhia entende que, em decorrência da alteração da referida prática contábil, o PIS/COFINS recolhidos em função do procedimento contábil anteriormente adotado devem ser recuperados. Assim sendo, está analisando a forma mais adequada de proceder a esta recuperação. O valor da contingência ativa atualizada para 31.12.2006 é de R$ 66.000.

19 – CONCESSÕES A PAGAR

A controlada Companhia Energética Meridional – CEM pagará à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M. Os valores históricos e atualizados, em 31.12.2006, são os seguintes:

	Valor Histórico		Valor Atualizado	
Ano	**Anual**	**Total**	**Anual**	**Total**
De 01.01.2007 a 30.07.2023	680	12.920	1.559	25.849
De 30.08.2023 a 30.07.2033	61.280	612.800	140.470	1.404.701
		625.720		**1.430.550**

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, a CEM registrou o seu valor no ativo intangível em contrapartida com os passivos circulante e exigível a longo prazo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a CEM procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência para a licitação da referida concessão. Até a entrada em operação comercial da usina Cana Brava, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo intangível e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Consolidado		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**
Saldo em 31.12.2004	**1.472**	**160.417**	**161.889**
Transferências	1.536	(1.536)	-
Encargos gerados	-	15.960	15.960
Variações monetárias	-	3.289	3.289
Amortizações	(1.478)	-	(1.478)
Saldo em 31.12.2005	**1.530**	**178.130**	**179.660**
Transferências	1.564	(1.564)	-
Encargos gerados	-	18.039	18.039
Variações monetárias	-	6.941	6.941
Amortizações	(1.535)	-	(1.535)
Saldo em 31.12.2006	**1.559**	**201.546**	**203.105**

b) Vencimentos da concessão a pagar a longo prazo

2008	1.559
2009	1.559
2010	1.559
2011	1.559
2012	1.559
De 2013 até 2033	193.751
	201.546

20 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia na condição de sua Instituidora e por outras Companhias, pertencentes ao Grupo Suez.

Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido e Contribuição Definida. O Plano de Benefício Definido encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

a.1) Plano de Benefício Definido

O Plano de Benefício Definido tem regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria e pensão e repartição simples para os auxílios. Os benefícios previstos são os seguintes:

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

O benefício inicial de complementação de aposentadoria consiste, basicamente, na diferença entre a média aritmética dos 36 últimos salários reais de contribuição do empregado ao Plano, atualizados, mês a mês, pelos mesmos índices adotados pela Previdência Social, e o valor hipotético do benefício de aposentadoria da Previdência Social, calculado com a aplicação das regras que vigoravam antes da entrada em vigor da Lei nº 9.876, de 26.11.1999. Após sua concessão, a complementação de benefício é reajustada anualmente com base na variação do INPC do IBGE.

O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados.

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de Benefício Definido era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social ELOS, patrocinada pela Companhia e por outra empresa, sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da rescisão do Convênio de Adesão, o Plano de Benefícios composto pelos participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da ELETROSUL, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, continua sob a responsabilidade da Companhia.

Enquanto perdurar esta situação, a Companhia é responsável pelo custeio de 57% do valor das despesas administrativas da ELOS (a parcela restante, de 43%, é custeada pelo Plano de Benefícios da outra patrocinadora desta fundação). As despesas são limitadas em 15% das respectivas receitas previdenciais da ELOS vinculadas a essa massa de participantes e o valor de responsabilidade da Companhia no exercício de 2006 foi de R$ 1.402 (R$ 1.777 em 2005).

As partes continuam buscando alternativas àquela aprovada pela SPC para regularizar a situação que se apresenta até o momento.

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas no exercício de 2006 foi de R$ 2.121 (R$ 2.110 em 2005).

As premissas atuariais utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Hipóteses Econômicas (nominais)

	2006	2005
Taxa de desconto (a.a.)	10,75%	11,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)	11,00%	11,50%
Crescimento salarial futuro		
- Participante ativo (a.a.)	7,00%	7,50%
- Participante autopatrocinado (a.a.)	5,00%	5,50%
Crescimento dos benefícios da previdência social (a.a.)	5,00%	5,50%
Crescimento dos benefícios do Plano patrocinado pela Companhia (a.a.)	5,00%	5,50%
Inflação	5,00%	5,50%
Fator de capacidade		
- Salários	100%	100%
- Benefícios	100%	100%

Hipóteses Demográficas

	2006	2005
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)	GAM 1983, com ajuste de idade de -1
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 (por sexo)	IAPB 57
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 Disability Class 1 (por sexo)	TASA27
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*	T-1 *Experience*
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências	Primeira data em que completam todas as carências
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90	90
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outras Hipóteses

	2006	2005
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão	100%	100%
Fator de conversão do SB-40	140%	140%

A conciliação dos passivos decorrentes de benefícios pós-emprego, reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, é a seguinte:

	2006			2005		
	Plano de Aposentadoria	Gratificação Confidencialidade	Total	Plano de Aposentadoria	Gratificação Confidencialidade	Total
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.179.927	-	1.179.927	1.145.672	-	1.145.672
Valor justo dos ativos	(736.567)	-	(736.567)	(689.903)	-	(689.903)
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	-	1.628	1.628	-	1.359	1.359
Subtotal	443.360	1.628	444.988	455.769	1.359	457.128
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas no balanço	(130.187)	(707)	(130.894)	(170.048)	(305)	(170.353)
Passivo reconhecido no balanço	**313.173**	**921**	**314.094**	**285.721**	**1.054**	**286.775**

O valor das perdas atuariais excedente a 10% do valor presente das obrigações atuariais será amortizado anualmente, de forma linear, pelo período de, aproximadamente, 8,25 anos, que corresponde ao tempo médio de contribuição futura estimado para os empregados participantes do plano.

Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço, decorrente de benefícios pós-emprego, está coberta por obrigações contratadas/reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo, firmado pela Companhia. A composição do passivo nas demonstrações contábeis é a seguinte:

	2006			2005
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Obrigações contratadas/reconhecidas				
Contrato de confissão de dívidas passadas	14.155	130.790	144.945	90.043
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições extraordinárias	5.495	4.214	9.709	24.999
Passivo atuarial não contratado	719	158.721	159.440	171.733
Passivo atuarial total	**20.369**	**293.725**	**314.094**	**286.775**

A composição dos contratos de confissão de dívidas passadas é como se segue:

	Ano	Amortização	Encargos	2006	2005
ELOS					
Contribuições adicionais	1993	mensal, até 12.2014	INPC + 6% a.a.	74.389	79.371
Parcelamento de dívidas	1993	mensal, até 11.2011	INPC + 6% a.a.	9.609	8.700
Despesas administrativas	2001	mensal, até 03.2006	INPC + 10% a.a.	-	1.972
Contribuições suplementares passadas	2006	mensal, até 04.2011	INPC + 6% a.a.	11.338	-
Cobertura de reservas matemáticas	2006	mensal, até 12.2023	INPC + 6% a.a.	22.226	-
				117.562	**90.043**
PREVIG					
Cobertura de reservas matemáticas – Migração Plano Benefício Definido					
Benefícios concedidos	2006	mensal, até 04.2022	INPC + 6% a.a.	14.669	-
Benefícios a conceder	2006	mensal, até 04.2014	INPC + 6% a.a.	4.651	-
Cobertura de reservas matemáticas	2006	mensal, até 12.2023	INPC + 6% a.a.	7.318	-
Contribuições suplementares passadas	2006	mensal, até 04.2011	INPC + 6% a.a.	745	-
				27.383	**-**
				144.945	**90.043**

A movimentação do passivo atuarial está resumida a seguir:

	Plano de Aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total
Passivo em 31.12.2004	**249.168**	**959**	**250.127**
Despesas do exercício de 2005	75.128	188	75.316
Contribuições reais da Cia. no ano de 2005	(38.575)	-	(38.575)
Benefícios pagos pela Cia. no ano de 2005	-	(93)	(93)
Passivo em 31.12.2005	**285.721**	**1.054**	**286.775**
Despesas do exercício de 2006	58.158	199	58.357
Contribuições reais da Cia. no ano de 2006	(30.706)	-	(30.706)
Benefícios pagos pela Cia. no ano de 2006	-	(332)	(332)
Passivo em 31.12.2006	**313.173**	**921**	**314.094**

Os valores a serem reconhecidos no resultado, no exercício de 2007, relativamente ao plano de Benefícios Definidos e Gratificação de Confidencialidade, são os seguintes:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total
Custo do serviço corrente	338	65	403
Custo dos juros	122.470	149	122.619
Rendimento esperado dos ativos do plano	(78.413)	-	(78.413)
Amortização de perdas atuariais	1.284	48	1.332
Contribuição dos empregados	(234)	-	(234)
Total	**45.445**	**262**	**45.707**

a.2) Plano de Contribuição Definida

Além do plano de Benefício Definido, a PREVIG passou a administrar outro plano, do tipo Contribuição Definida, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05.10.2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

No plano de Contribuição Definida, do qual fazem parte 94% dos empregados da Companhia (887 participantes), o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados. O valor da contribuição da Companhia no exercício de 2006 foi de R$ 3.149 (R$ 2.236 em 2005).

Adicionalmente, a título de incentivo à migração, a Companhia assumiu uma contribuição especial correspondente a R$ 4.108 no ano de 2006 (R$ 1.760 em 31.12.2005), paga ao participante com, no mínimo, 10 (dez) anos de vinculação ao plano anterior, calculada com o objetivo de aumentar as provisões matemáticas dos participantes, buscando neutralizar eventual impacto que teria ao optar pela migração.

A Companhia é responsável pelo custeio de 100% das despesas administrativas do Plano de Contribuição Definida até 31.12.2006. A partir daí os mesmos serão rateados entre a patrocinadora e os participantes do plano. O valor dessas despesas no exercício de 2006 foi de R$ 340 (R$ 241 em 2005).

b) Gratificação por Confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

21 – PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Encontram-se registrados nesta rubrica, na controladora e no consolidado, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, no valor de R$ 36.535 no exigível a longo prazo (R$ 36.532 em 2005), calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE, no valor de R$ 107.456, correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto em Despacho da ANEEL, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais.

22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais, ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital social subscrito e integralizado

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2006, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31 de dezembro de 2006 é de R$ 4,24 (R$ 4,11 por ação em 31.12.2005).

O quadro societário da Companhia está assim constituído:

	% do Capital	
Acionistas	**2006**	**2005**
Suez Energy South America Participações	68,71	68,73
Banco Clássico S.A.	10,00	10,00
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	2,80	2,80
União Federal	1,90	1,90
Outros	16,59	16,57
	100,00	**100,00**

c) Composição das reservas

	2006	**2005**
Reserva de Capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	**91.695**	**91.695**
Reservas de Lucros		
Reserva legal	197.214	148.257
Reserva de retenção de lucros	29.896	243
	227.110	**148.500**

A Administração da Companhia, com base em orçamento de capital a ser submetido à Assembléia Geral Ordinária, está propondo a constituição de reserva de retenção de lucros no valor de R$ 29.653, sem prejuízo à distribuição de dividendos.

d) Lucros acumulados – Ajuste de exercícios anteriores

A Companhia, a partir de 01.01.2006, modificou a prática contábil de registro da provisão para grandes manutenções de seu parque gerador, em atendimento à Interpretação Técnica do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, a qual visa à convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade.

A prática contábil que vinha sendo adotada pela Companhia e que prevalecia no Brasil, até 31.12.2005, era a de constituir provisão para gastos com grandes manutenções de bens do ativo imobilizado, em base mensal, para refletir o total das despesas e dos gastos a incorrer no período planejado da manutenção.

De acordo com o novo critério contábil, os componentes principais dos bens do imobilizado que precisarem de reposição em intervalos regulares devem ser contabilizados como ativos individuais, separados daqueles bens do imobilizado aos quais se relacionam, e depreciados com base nas vidas úteis destes ativos separados. Os dispêndios incorridos na reposição ou renovação dos componentes são registrados no imobilizado como aquisição de um ativo separado e os ativos substituídos são baixados do imobilizado.

Os efeitos da mudança da prática contábil, no montante de R$ 29.653, líquido de imposto de renda e contribuição social, foram reconhecidos diretamente na conta "Lucros acumulados". Os efeitos decorrentes do ajuste em cada rubrica do balanço patrimonial de 31.12.2005 e da demonstração do resultado do exercício de 2005 estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		
	Publicado	**Ajustes**	**Ajustado**
Ativo			
Ativo Circulante			
Ativo fiscal diferido	82.344	(8.271)	74.073
Ativo Não Circulante			
Ativo fiscal diferido	192.309	(7.077)	185.232
Permanente			
Investimentos	43.619	(300)	43.319
Imobilizado e intangível	4.353.468	(1.263)	4.352.205
Passivo			
Passivo Circulante			
Obrigações estimadas	49.243	(24.325)	24.918
Passivo Não Circulante			
Obrigações estimadas	22.869	(22.239)	630
Patrimônio Líquido			
Lucros acumulados	-	29.653	29.653
Demonstração do Resultado			
Depreciação	(208.108)	(140)	(208.248)
Constituição de provisões operacionais, líquida	(49.691)	15.855	(33.836)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.078)	(5.288)	(12.366)

23 – DIVIDENDOS PROPOSTOS

No decorrer do ano de 2006, o Conselho de Administração da Companhia aprovou créditos de juros sobre o capital próprio com os seguintes valores:

- R$ 114.000, correspondentes a R$ 0,174648 por ação, aprovados em 11.08.2006 e pagos em 25.10.2006.
- R$ 99.000, correspondentes a R$ 0,151668 por ação, aprovados em 06.12.2006, que serão pagos em data a ser posteriormente definida pela Diretoria Executiva e comunicada através de Aviso aos Acionistas.

Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2006.

Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica e não estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.

Em 11.08.2006, o Conselho de Administração da Companhia, usando a competência que lhe conferem o Estatuto Social, aprovou a distribuição de dividendos intercalares com base nas Demonstrações Contábeis levantadas em 30.06.2006, no valor de R$ 324.000, correspondentes a R$ 0,496367 por ação, os quais foram pagos em 25.10.2006.

Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia.

	2006	2005
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	979.146	920.096
Constituição da reserva legal (5%)	(48.957)	(46.005)
Base de cálculo	930.189	874.091
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	**279.057**	**262.227**
b) Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	182.649	232.132
Dividendos intercalares	324.000	141.000
Saldo dos dividendos propostos	393.189	461.391
Subtotal	899.838	834.523
I.R.R.F. dos juros sobre o capital próprio	30.351	39.568
Total	**930.189**	**874.091**
Dividendos/juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária **(em R$ 1,00)**:	1,425048	1,339106

O saldo dos dividendos propostos, no valor de R$ 393.189, correspondente a R$ 0,602365 por ação, será pago após a deliberação da Assembléia Geral Ordinária que aprovar as Demonstrações Contábeis.

24 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora					
	2006					2005
	Custos		Despesas			
	Produção e Comercializ.	Serviços Prestados	Despesas com Vendas	Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	82.006	7.139	3.103	34.641	126.889	120.720
Administradores	-	-	-	8.474	8.474	7.299
Material	20.401	265	109	1.445	22.220	20.851
Serviço de terceiro	40.756	2.247	791	23.933	67.727	65.701
Combustível p/produção energia	95.575	-	-	-	95.575	101.570
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	26.830	-	-	-	26.830	52.604
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	162.625	-	162.625	116.395
Uso de bem público – UBP	2.209	-	-	-	2.209	3.671
Depreciação e amortização	157.617	-	-	1.387	159.004	158.608
Seguros	5.384	448	-	265	6.097	7.224
Indenizações trabalhistas e a terceiros	-	19	2.920	4.412	7.351	4.226
Contribuições setoriais	-	-	-	2.330	2.330	4.002
Taxa de fiscalização	-	-	-	8.011	8.011	7.812
Contribuições e doações	415	48	-	4.856	5.319	4.430
Devolução de adicional tarifário	-	-	-	9.072	9.072	-
Outros	1.626	88	171	13.107	14.992	10.292
	432.819	**10.254**	**169.719**	**111.933**	**724.725**	**685.405**

	Consolidado					
	2006					2005
	Custos		Despesas			
	Produção e Comercializ.	Serviços Prestados	Despesas com Vendas	Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	82.318	7.139	3.103	35.126	127.686	121.458
Administradores	-	-	-	9.944	9.944	9.009
Material	21.932	265	111	1.589	23.897	22.853
Serviço de terceiro	48.333	2.247	1.145	26.515	78.240	75.330
Combustível p/produção energia	102.070	-	-	-	102.070	104.694
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	38.326	-	-	-	38.326	67.311
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	202.545	-	202.545	162.431
Uso de bem público – UBP	2.209	-	-	-	2.209	3.671
Depreciação e amortização	197.743	-	-	10.621	208.364	208.108
Seguros	6.848	448	-	265	7.561	9.239
Indenizações trabalhistas e a terceiros	-	19	2.920	4.416	7.355	4.318
Contribuições setoriais	-	-	-	2.803	2.803	4.168
Taxa de fiscalização	-	-	-	9.419	9.419	9.156
Contribuições e doações	461	48	-	9.205	9.714	4.885
Devolução de adicional tarifário	-	-	-	9.072	9.072	-
Outros	2.181	88	325	14.325	16.919	25.677
	502.421	**10.254**	**210.149**	**133.300**	**856.124**	**832.308**

25 – CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES OPERACIONAIS, LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Benefícios pós-emprego	(7.881)	(27.832)	(7.881)	(27.832)
Contingências cíveis	23.520	(3.350)	23.078	(2.556)
Contingências fiscais	(1.600)	(6.774)	(1.600)	(6.774)
Contingências trabalhistas	(1.442)	1.859	(1.442)	1.859
Manutenções programadas	-	(15.619)	-	(15.855)
Outras	(702)	1.467	(702)	1.467
	11.895	**(50.249)**	**11.453**	**(49.691)**

A provisão para benefício pós-emprego, em 2005, foi influenciada pelos efeitos atuariais decorrentes da mudança do plano de benefícios.

Em 2006, a Companhia reverteu uma provisão para contingência cível no valor de R$ 22.005, relativa a encargos vinculados à atividade de energia elétrica, em virtude da probabilidade da perda ter se tornado improvável.

Em decorrência de mudança de prática contábil (ver Nota 22-d), a provisão para manutenção programada deixou de ser reconhecida no resultado, a partir de 2006.

26 – GANHOS EM AÇÕES JUDICIAIS

Em setembro de 2006, foi certificado o trânsito em julgado de decisão favorável ao afastamento da base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS ampliada pela Lei nº 9.718/98, em favor da Companhia e de sua controlada Companhia Energética Meridional - CEM. A referida decisão garantiu às Companhias a desoneração da tributação atacada com a recuperação dos excessos recolhidos sob o amparo daquela Lei, que representou para a Tractebel Energia e CEM, os montantes atualizados de R$ 87.535 e R$ 1.152, respectivamente, os quais foram compensados, em 2006, com tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.

27 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	42.771	68.238	55.487	88.901
Juros sobre valores a receber e créditos fiscais	24.910	26.309	24.774	26.324
Variação monetária - depósitos judiciais	12.489	5.176	14.364	5.473
Variação monetária - contas a receber	932	13.044	936	13.073
Variação monetária - outras	1.794	814	1.802	814
Variação cambial	696	745	712	1.403
Outras	9.169	3.037	9.591	3.098
	92.761	**117.363**	**107.666**	**139.086**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	96.970	90.589	147.871	161.567
Encargos sobre concessão ANEEL	-	-	18.039	15.960
Encargos sobre passivo atuarial	49.480	44.558	49.480	44.558
Encargos sobre provisões operacionais, líquidos	1.973	6.227	1.974	6.318
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	332	7.386	364	7.390
Variação monetária - financiamentos e debêntures	6.590	(1.652)	12.438	6.924
Variação monetária - Concessão ANEEL	-	-	6.941	3.289
Variação monetária - outras	4.671	2.512	4.703	2.592
Variação cambial - empréstimos e financiamentos	(25.138)	(113.336)	(25.138)	(137.493)
Variação cambial - aplicações financeiras	906	2.392	(196)	2.901
Perdas com *swaps* de taxa de câmbio/juros	17.441	104.537	25.684	130.253
CPMF	11.786	13.778	15.565	17.610
Outras	4.312	11.820	6.149	12.887
	169.323	**168.811**	**263.874**	**274.756**
Resultado financeiro	**(76.562)**	**(51.448)**	**(156.208)**	**(135.670)**

28 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

a.1) Risco de Mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Estes riscos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado.

Em outubro de 2006, a Companhia liquidou a sua última operação de *swap* de taxa de juros no mercado internacional, na qual era passiva à taxa fixa média de 5,27% a.a. e ativa em Libor US$ seis meses.

A Companhia possui uma política de maior proteção do seu passivo em moeda externa, através de operações de *swaps* no mercado de balcão, onde a variação cambial de empréstimos e financiamentos é trocada pela variação do CDI. Os vencimentos das operações de *swaps* são concomitantes com as datas de vencimento do fluxo de compromissos do passivo em moeda externa. As operações são registradas na Cetip e têm como contraparte, instituições financeiras de comprovada solidez financeira e patrimonial, respeitando os limites de crédito definidos pela Companhia.

Essas operações estão apresentadas nas demonstrações contábeis nas rubricas "Operações com derivativos", no passivo circulante, e "Perdas com *swaps* de taxa de câmbio/juros", na despesa financeira, conforme a seguir demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	2006	**2005**	**2006**	**2005**
Passivo Circulante				
Operações com derivativos	**4.526**	**46.181**	**4.526**	**65.876**

	Controladora		Consolidado	
	2006	**2005**	**2006**	**2005**
Despesa Financeira				
Perdas com *swaps* de taxa de câmbio/juros	**17.441**	**104.537**	**25.684**	**130.253**

A exposição líquida da Companhia ao fator de risco de taxa de câmbio é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2006	**2005**	**2006**	**2005**
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	388.401	498.722	388.401	498.722
Instrumentos de *hedge* cambial				
Principal e juros incorridos	(153.711)	(80.822)	(153.711)	(131.147)
Juros a incorrer	(28.096)	(15.209)	(28.096)	(15.209)
Aplicações financeiras em moeda estrangeira	-	(19.749)	(4.508)	(36.790)
Exposição líquida	**206.594**	**382.942**	**202.086**	**315.576**

a.2) Risco de Crédito

Nos contratos bilaterais de longo prazo firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Nas transações de venda para clientes industriais, os chamados Consumidores Livres, para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais, a Companhia, através de sua área de crédito, procede a uma análise de crédito prévia e estabelece, em conjunto com o Comitê de Crédito, o limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.

Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado na Nota 4, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

b) Valor de mercado

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos e financiamentos foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude de estes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos significativamente baixos em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	Controladora			
	2006		2005	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e encargos em moeda estrangeira	388.401	363.812	498.722	495.438
Empréstimos e encargos em moeda nacional	211.948	215.188	297.362	283.941
	600.349	**579.000**	**796.084**	**779.379**

Nas controladas, as operações envolvendo instrumentos financeiros não apresentam diferenças relevantes entre os valores médios de mercado e os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis.

29 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com suas controladas, conforme a seguir especificados:

Itá Energética S. A. – ITASA

Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica ITÁ, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Itá, com vigência até 16.10.2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 61 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pela variação do Dólar acrescido da inflação norte americana.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pelo IGP-M.

Companhia Energética Meridional – CEM

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da CEM não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com vigência até 2015, para aquisição da energia elétrica produzida na UHE Cana Brava. O contrato estabelece a aquisição, pela Companhia, no montante anual de 2.395.903 MWh. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Operação e Manutenção da UHE Cana Brava, com vigência até o término da concessão da usina e valores reajustáveis anualmente pelo IGP-M, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento.

Lages Bioenergética Ltda.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Lages não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela controlada, de até 26 MW médios mensais de energia elétrica de propriedade da Companhia, com vigência até 31.03.2017.

Contrato de Operação e Manutenção da Unidade de Co-geração Lages, com término em 31.03.2012, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação da remuneração definida em Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado no menor período legalmente permitido (atualmente, período anual), pela variação do IGP-M.

Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	Controladora						
	2006						2005
	SESA (*)	CEM	ITASA	LAGES	TBLC (**)	Total	Total
Ativo							
Contas a receber	657	201	1.356	638	14.880	**17.732**	**17.834**
Dividendos a receber de controladas	-	83.806	3.286	15.929	-	**103.021**	**78.860**
Passivo							
Fornecedores	-	31.569	10.499	-	-	**42.068**	**40.410**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	327.989	-	-	-	-	**327.989**	**340.307**
Resultado							
Receita operacional							
Suprimento de Energia	-	-	-	5.808	136.313	**142.121**	**64.330**
Receitas de serviços							
Administração	-	656	-	103	-	**759**	**1.108**
Operação e manutenção	-	1.747	9.812	1.436	-	**12.995**	**12.672**
Custo de Energia Elétrica e Serviços							
Compra energia	-	268.024	114.774	-	-	**382.798**	**370.566**
Outros	-	-	-	18	-	**18**	**10**
Financeiro							
Receita	-	-	-	-	213	**213**	**14**

(*) Suez Energy South America Participações Ltda.

(**) Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

30 – GARANTIAS A TERCEIROS

Itá Energética S.A. - ITASA

A Companhia e demais acionistas da ITASA são intervenientes nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financeiros, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da ITASA, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida apresentada nas Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia, em 31.12.2006 é de R$ 243.059 (R$ 273.526 em 31.12.2005).

Companhia Energética Meridional - CEM

A Tractebel Energia é interveniente no Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures não Conversíveis em Ações e no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, celebrados entre a controlada CEM e o BNDES. Como interveniente, a Companhia assumiu as obrigações em relação aos contratos:

garantir o pagamento antecipado nas seguintes hipóteses exclusivas: a) de extinção da concessão por motivo imputável à CEM, aos intervenientes ou suas controladas, coligadas ou controladoras; e b) celebração de

acordo com o Poder Concedente pela CEM, pelos intervenientes ou por qualquer uma de suas controladas, coligadas ou controladoras, visando à extinção da concessão;

ceder ao BNDES quaisquer valores resultantes de indenização recebida em função da extinção da concessão da UHE Cana Brava, pelo Poder Concedente.

Além das obrigações acima especificadas, a Tractebel Energia deu ao BNDES, em caução, a totalidade das ações de sua propriedade, representativas do capital social da CEM, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2006 totaliza R$ 180.511 (R$ 200.926 em 31.12.2005).

Lages Bioenergética Ltda.

A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre Lages Bioenergética e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no capital social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31.12.2006 totaliza R$ 38.585 (R$ 44.597 em 31.12.2005).

31 – SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 3.545.974, equivalentes a R$ 7.581.292 em 31.12.2006, e de lucro cessante com valor declarado de US$ 106.275, equivalentes a R$ 227.216 em 31.12.2006. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 150.000, equivalentes a R$ 320.700 em 31.12.2006, por evento.

A apólice e os valores acima se referem aos bens do patrimônio da Companhia. A UHE Cana Brava, cuja concessão pertence à controlada CEM, está incluída na apólice da Tractebel Energia com valor declarado para danos materiais de US$ 278.569, equivalentes a R$ 595.581 em 31.12.2006, e lucro cessante de US$ 9.642, equivalentes a R$ 20.615 em 31.12.2006.

Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 106.900 em 31.12.2006. Estas apólices incluem a UHE Itá, construída e explorada em consórcio com a controlada em conjunto ITASA.

A controlada Lages Bioenergética Ltda. possui seguro de Riscos Operacionais com cobertura de US$ 25.000 equivalentes a R$ 53.450 em 31.12.2006, e possui também, apólice de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 106.900 em 31.12.2006.

Além destes seguros estratégicos, a Companhia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de Conselheiros, Diretores e Administradores – (D&O) extensivo as suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus Diretores e Empregados.

32 – CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão

A Companhia mantém Contrato de Conexão com a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Tractebel Energia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

A Companhia celebrou contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, empresas transmissoras e Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, com vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Tractebel Energia ou a extinção das empresas transmissoras e distribuidoras, o que ocorrer primeiro.

c) Contratos Bilaterais de Venda de Energia Elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está quase totalmente contratada até 2008 e com parcela significativa contratada em 2009 e 2010.

d) Compra de Energia Elétrica da Argentina

A Companhia firmou contrato com a CIEN – Companhia de Interconexão Energética, por um prazo de 20 anos, a partir de 21.06.2000, para a compra de 300 MW de potência firme com energia associada, para ser disponibilizada na subestação de Itá, da ELETROSUL. No mês de março de 2005, a ANEEL realizou fiscalização para verificar as condições de garantia de entrega física da UTE Uruguaiana e das Interconexões de Garabi (CIEN), onde foi constatada a indisponibilidade de efetiva geração e transporte de energia elétrica pelos agentes fiscalizados, nos montantes contratados. Em decorrência deste fato, o Ministério de Minas e Energia expediu a Portaria nº 153, de 30.03.2005, definindo novos valores de garantia física dos respectivos empreendimentos de geração e interconexões.

Em 01.04.2005 foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 155/05 estabelecendo os critérios a serem utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na determinação dos limites de disponibilidade de geração e de garantia física de energia para a UTE Uruguaiana e para as Interconexões de Garabi. Com base nos referidos atos normativos foi reduzido o valor da garantia física originalmente atribuído à CIEN para o atendimento do contrato, de 300 MW para, aproximadamente, 72 MW. Em razão do modo como o contrato está registrado na CCEE, esta redução deixaria a Companhia sujeita às penalidades previstas na legislação setorial, por insuficiência de lastro físico, além da exposição ao mercado de curto prazo da CCEE, o que a levou a firmar contrato para compra da energia elétrica correspondente de outro agente. Por força do ocorrido, a Companhia entende que ficou caracterizado inadimplemento contratual por parte da CIEN, e que multas e ressarcimentos previstos no contrato tornaram-se devidos à Companhia. Assim, baseada em dispositivos contratuais que determinam que os valores constantes das faturas emitidas pela CIEN já devem ser líquidos de todos os montantes por elas devidos à Companhia a título de multas e ressarcimentos (o que não vem sendo feito pela CIEN com relação a nenhuma das faturas por ela emitidas sob o contrato desde a redução de sua garantia física), a Companhia não vem efetuando o pagamento das referidas faturas, desde março de 2005, por serem tais faturas consideradas inábeis.

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 224, de 20 de junho de 2006 reduziu a zero os valores de garantia física de energia elétrica oriunda de importação da CIEN, em decorrência da impossibilidade de fornecimento de energia elétrica. Esta redução será mantida até que a CIEN comprove a existência de disponibilidade de energia. A Companhia tem o prazo até 30 de junho de 2007, ou até que seja publicado novo entendimento, para efetuar a recomposição do referido lastro.

e) Compra de gás natural

A Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul – MSGÁS, com vigência de cinco anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona, localizada em Campo Grande – MS, renováveis por mais cinco anos.

Com o vencimento do prazo do contrato, em 22 de maio de 2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém, a MSGás comunicou que a renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petrobras , vendedora do gás para a MSGás.

Apesar de as partes ainda não terem firmado um acordo visando a renovação do contrato, o fornecimento do gás está mantido por força de uma liminar concedida à Tractebel, em ação cautelar que tramita na Comarca de Campo Grande - MS.

Considerando a condição atual de operação da UTE William Arjona, os custos com a aquisição de gás, mesmo com a majoração de preço, seriam integralmente recuperados através dos Encargos do Serviço do Sistema – ESS, portanto, não haveria impactos relevantes no resultado da Companhia.

33 – SERVIÇOS DE AUDITORIA

Os auditores independentes da Companhia e de suas controladas não prestam outros serviços além dos serviços de auditoria contábil.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Conselheiro

Dirk Beeuwsaert
Conselheiro

Pierre Michel Philippe Chareyre
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Antonio Alberto Gouvêa Vieira
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Marc Verstraete
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Comercialização e Negócios e Diretor de Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente – CRC RJ 072259/O-5 S-SC

BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores Independentes
Av. Rio Branco, 404 – sl 1203
Florianópolis - SC - Brasil
88015-200

Tel.: +55 (48) 3223-3030
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES – SEM RESSALVA

Aos administradores e acionistas
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis - SC

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Tractebel Energia S.A. individual (controladora) e consolidado levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo parte integrante das demonstrações contábeis básicas. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Florianópolis, 5 de fevereiro de 2007.

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Sócio-contador
CRC RS-042460/O-3 "S" SC
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" SC

Claudio Henrique Damasceno Reis
Sócio - contador
CRC SC-024494/O-1
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" SC

Tractebel Energia
SUEZ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Newton de Lima Azevedo Junior, Carla Carvalho de Carvalho e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2006 e a proposta de destinação de lucro, inclusive lucros acumulados, e com base no parecer dos auditores independentes BDO Trevisan Auditores Independentes emitido em 05/02/07, declaram que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S/A em 31 de dezembro de 2006, estando em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., abaixo assinados, após examinarem o relatório da administração de 2006, declaram que o mesmo está em condição de ser apreciado pela Assembléia Geral de Acionistas da Empresa.

Florianópolis, 16 de março de 2007

Newton de Lima Azevedo Junior
Conselheiro Presidente

Carla Carvalho de Carvalho
Conselheira Secretária

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro

Tractebel Energia S.A. - Rua Antônio Dib Mussi 366-Centro- Florianópolis - SC-CEP 88015-130-Tels: (48) 221 7000 Fax: (48) 2217001

Anexo III

Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, respectivo parecer dos Auditores Independentes e Relatório da Administração

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Tractebel Energia

SUEZ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DO EXERCÍCIO DE 2007

E

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DOS

EXERCÍCIOS DE 2007 E DE 2006

TRACTEBEL ENERGIA S. A.

DIRETORIA FINANCEIRA E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

U. O. CONTABILIDADE – DCO

TBLE3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL

igc

itag Índice de Ações com Tag Along Diferenciado

ISE Índice de Sustentabilidade Empresarial

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Tractebel Energia S.A. ("Tractebel Energia" ou a "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações contábeis, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007. As informações estão apresentadas em milhões de Reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Mensagem da Administração

O ano de 2007 foi repleto de conquistas para a Tractebel Energia. Do ponto de vista financeiro, registramos o maior lucro líquido de nossa história, R$ 1.046 milhões, resultado 7% maior do que o do ano anterior e impulsionado por um faturamento também recorde. Nosso desempenho operacional foi igualmente exemplar: as usinas, mesmo operando em elevados níveis de exigência, atingiram um índice de disponibilidade de 98%, desconsiderando-se as paradas programadas, o que nos permitiu atender inclusive a demandas adicionais, como a exportação de energia para a Argentina, possibilitando à Companhia quebrar outro recorde: o de geração anual, com quase 34 mil GWh ou 3.865 MW médios.

Tão relevante quanto os desempenhos financeiro e operacional foi o fato de, em 2007, termos iniciado uma série de projetos que inauguraram um novo ciclo de crescimento para a Tractebel Energia.

Um dos destaques dentre o conjunto dos investimentos foi a aquisição da Companhia Energética São Salvador, responsável pela construção e futura operação da hidrelétrica de mesmo nome. Localizada no Rio Tocantins, a usina representará um aumento de 243 MW na capacidade instalada da Tractebel Energia e tem seu início de produção previsto para 2009.

Outro importante acréscimo de fonte de energia renovável se deu com a aquisição da hidrelétrica Ponte de Pedra, situada na divisa dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A usina já opera comercialmente desde 2005 e, quando da aprovação da transação pelas autoridades competentes, somará 176 MW à nossa capacidade instalada.

Para fazer face a todos esses investimentos, continuaremos contando com o vigor de nosso fluxo de caixa para os próximos anos, reforçado com a venda de 256 MW médios do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito. Esta usina, em construção no Rio Tocantins e que terá 1.087 MW de potência, é um dos maiores projetos de geração de energia do Brasil, e é nossa intenção adquirir, no primeiro semestre de 2008, a parcela que nosso controlador, SUEZ Energy South America Participações Ltda. (SESA), possui no empreendimento.

Com relação ao parque termelétrico, o destaque do ano foi a aquisição do projeto Seival, no Rio Grande do Sul, que poderá acrescentar até 540 MW à capacidade instalada da Companhia quando entrar em operação em 2012 e cuja maior parte da produção temos intenção de exportar para o Uruguai, transformando em riqueza para o Brasil parte do carvão mineral disponível e não utilizado no Rio Grande do Sul.

Todas estas aquisições, somadas aos resultados positivos, marcam o ano de 2007, que também foi importante para elevarmos nosso nível de conhecimento sobre projetos de fontes de energia alternativa, como a biomassa, a eólica e as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). A experiência adquirida por meio das incursões que realizamos nesse segmento, ainda que algumas não tenham frutificado, reforça nossa capacidade de avaliar mais criteriosamente novas oportunidades relacionadas a essas fontes já em 2008.

Diante deste cenário e do crescimento de consumo de energia elétrica no País, sentimo-nos prontos para crescer. E para crescer com sustentabilidade. Com esse foco, em 2007, ampliamos as ações com o objetivo de fortalecer nosso compromisso com os preceitos do desenvolvimento sustentável, que demandam a mensuração de nossos resultados não apenas na dimensão operacional-financeira, mas também nos âmbitos social e ambiental.

Um importante passo foi termos oficializado nossa Visão – "Ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil" – e nossa Missão – "Gerar energia para a vida". Criamos também o Comitê de Sustentabilidade, encarregado de estabelecer metas para nossa atuação sócio-ambiental, e monitorar os resultados dos nossos projetos e ações de responsabilidade corporativa.

Fomos além: aprimoramos nosso Código de Ética, em consonância com as "Regras de Organização e de Conduta das Empresas do Grupo SUEZ". O novo Código reafirma os valores que compartilhamos com nosso controlador e aprofunda as questões relativas ao comportamento ético da Companhia. Além disso, elaboramos o regimento interno de nosso Conselho de Administração com base em documento análogo adotado pela SUEZ.

Como reconhecimento pela adoção das melhores práticas no relacionamento com o mercado, fomos agraciados com o Troféu Transparência, concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), em parceria com o SERASA e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), às empresas que divulgam o balanço patrimonial e demais relatórios contábeis de forma clara e precisa.

Nosso comprometimento com o crescimento sustentável foi igualmente reconhecido: as ações da Tractebel Energia integram o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pelo terceiro ano consecutivo, e todas nossas usinas tiveram as certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001 renovadas.

O crescimento robusto registrado em 2007, as boas perspectivas delineadas para os setores de infra-estrutura como um todo e as oportunidades de consolidação dentro do setor elétrico apontam para um ambiente convidativo a novos investimentos também em 2008. Se nos últimos anos passamos por transformações para nos preparar para esse novo ciclo de expansão, o exercício de 2007 definitivamente marcou nosso retorno ao crescimento. Queremos progredir, aumentando nosso *market share* de forma sustentável, sem abrir mão da ética, da eficiência e do comprometimento com o desenvolvimento sócio-ambiental das regiões onde atuamos. Estamos certos de que é dessa maneira que se gera cada vez mais valor para nossos acionistas e para a sociedade, a quem, juntamente com nossos empregados, clientes, fornecedores e todos aqueles que interagem com nossas atividades, gostaríamos de agradecer pela dedicação, apoio e confiança.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

1. Perfil Institucional

A Tractebel Energia é a maior companhia privada de geração de energia elétrica no Brasil. Desde 1998, ano em que começou a atuar no País, dedica-se a todas as etapas da implantação e operação de usinas geradoras. A comercialização da energia produzida em suas usinas, adicionada à de terceiros, é realizada com distribuidoras, comercializadoras e clientes industriais.

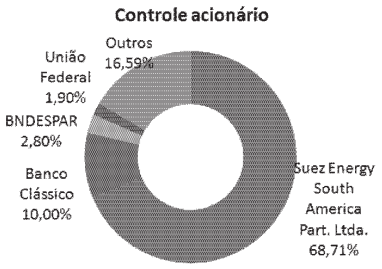
Sediada em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, ao final de 2007 a Companhia possuía parque gerador composto por seis usinas hidrelétricas e sete termelétricas, distribuídas pelos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás. As termelétricas são movidas a carvão, gás, óleo e biomassa, e todas têm suas emissões de gases controladas e monitoradas pela Companhia e respeitando os limites determinados pelas normas técnicas e os órgãos de licenciamento e fiscalização ambiental. Sua capacidade de fornecimento é de 5.918 MW, dos quais 4.705 MW provenientes de geração hidrelétrica e 1.213 MW de geração termelétrica, correspondente a cerca de 6% da capacidade instalada total do Brasil.

Além das atuais 13 usinas em operação, dois novos empreendimentos estão sendo desenvolvidos no Rio Tocantins – as hidrelétricas São Salvador e Estreito, que agregarão 678 MW à capacidade da Tractebel Energia.

Adicionalmente, em 2007, a Companhia adquiriu dois outros empreendimentos de geração: o projeto termelétrico Seival, situado no Rio Grande do Sul, que deverá entrar em operação em 2012; e a hidrelétrica Ponte de Pedra, entre os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, já em operação, que agregará 176 MW à capacidade total da Companhia quando da aprovação da aquisição pelos órgãos competentes. A aquisição do projeto termelétrico e da usina hidrelétrica demandou o aporte de R$ 23,8 milhões e R$ 592,0 milhões, respectivamente.

1.1. Controle Acionário

O capital total da Companhia em 31 de dezembro de 2007 era de R$ 2.445,8 milhões, representado por 652.742.192 ações ordinárias. A SUEZ Energy South America Participações Ltda. detém o controle, com 68,71% do capital.

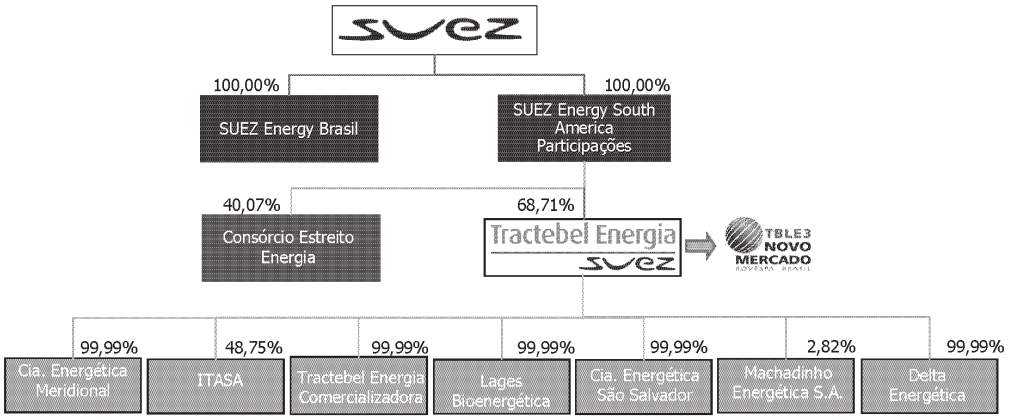


1.2. Organograma Societário

A Tractebel Energia é controlada pela SUEZ Energy South America Participações Ltda (SESA), que integra o Grupo SUEZ. A Companhia, por sua vez, detém o controle acionário da Companhia Energética São Salvador (CESS), da Companhia Energética Meridional (CEM) – em processo de incorporação -, da Lages Bioenergética Ltda. e da Tractebel Energia Comercializadora Ltda. Além disso, com 48,75%, a Companhia possui o controle compartilhado da Itá Energética S.A. (ITASA), empresa que detém a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Itá. Fazem parte também desse consórcio a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia de Cimento Itambé.

Em 2007, a SESA transferiu para a Tractebel Energia o controle acionário da CESS, concessionária responsável pela construção e exploração da Usina Hidrelétrica São Salvador, o que representou um investimento de R$ 304,0 milhões. No mesmo ano, a Companhia adquiriu por R$ 28,8 milhões 2,82% de participação acionária da Machadinho Energética S.A. (MAESA), responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Machadinho, agregando, dessa forma, 11,1 MW médios ao seu portfólio, e 2,34% na sua participação no consórcio, formado também pela Alcoa Alumínio S.A., Camargo Corrêa Cimentos S.A., Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas (DME), Valesul Alumínio S.A. e Votorantim Cimentos Brasil Ltda. Com essa transação, a Companhia passou a deter 19,28% daquela usina.

Outra controlada, a Tractebel Energia Comercializadora Ltda., tem como incumbência a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo compra, venda, importação e exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações.



2. Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira se manteve em crescimento ao longo de 2007, impulsionada, principalmente, pelo cenário positivo desenhado para o consumo interno, que, por sua vez, cresceu graças à estabilidade dos preços, ao aumento dos investimentos, ao fortalecimento do mercado de trabalho e à ampliação do crédito.

Mantida dentro da meta estabelecida pelo Governo, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sofreu ligeiro aumento e fechou o ano em 4,46%. Os reajustes sucessivos do preço dos alimentos em 2007 foram uma das principais causas da elevação do índice.

A taxa de juros, no entanto, manteve a curva descendente que vinha registrando em 2006. De acordo com dados do Banco Central, a taxa Selic encerrou 2007 com seu nível nominal mais baixo, 11,25%, ou seja, uma redução de 2,00 p.p. em relação ao ano anterior.

Em 2007, a produção industrial acumulou crescimento de 6,0%, seu melhor resultado desde 2004, quando foi registrada expansão de 8,3%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice superou em muito o observado em 2006 (2,8%) e 2005 (3,1%). O aumento da produção foi abrangente, atingindo vinte e uma atividades e 66,0% dos produtos pesquisados.

Esses indicadores refletem uma resistência da economia brasileira às turbulências internacionais maior que a verificada no passado - lembrando que o mercado internacional vem sendo afetado pelas dificuldades do setor imobiliário nos Estados Unidos. Os preços no Brasil não foram muito penalizados, e as agências de classificação de risco mantêm o País próximo ao grau de investimento (*investment grade*), o que contribui para atrair investimentos estrangeiros diretos.

3. Mercado de Energia

O bom desempenho da economia brasileira teve como reflexo para o setor elétrico um aumento significativo do consumo. Em 2007, o consumo total atingiu 376,9 TWh, o que representa aumento de 5,4% em comparação a 2006, conforme dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Do total de energia elétrica gerada em 2007, 93,2% foram produzidos por hidrelétricas, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O restante foi produzido por usinas termelétricas a gás natural, diesel, óleo combustível, carvão vegetal ou mineral, madeira, biomassa (principalmente bagaço de cana-de-açúcar) e combustível nuclear. Vale destacar que, em 2007, o consumo industrial representou 45,9% da demanda total, ao passo que os segmentos residencial e comercial responderam por 24,1% e 15,6%, respectivamente, de acordo com a EPE.

Para atender à necessidade de expansão da infra-estrutura do País, o Governo Federal promulgou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em janeiro de 2007. O plano prevê o investimento de R$ 503,9 bilhões em infra-estrutura para os próximos quatro anos. Desse total, R$ 274,8 bilhões foram alocados para o setor elétrico. O PAC oferece benefícios, como redução de impostos atrelados a investimentos e ampliação e melhoria das condições de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Atualmente, o Grupo SUEZ desenvolve as obras de duas usinas integrantes do PAC: São Salvador, já transferida para a Tractebel Energia, e Estreito, em consórcio com outros investidores, cuja transferência da parcela da SUEZ para a Tractebel Energia deverá ocorrer no primeiro semestre de 2008.

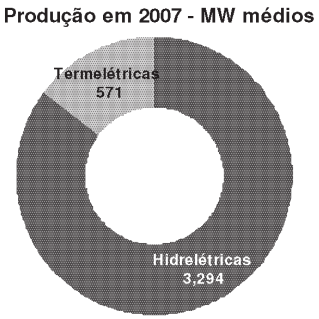
4. Desempenho Operacional

4.1. Disponibilidade

O patamar de disponibilidade alcançado pelo conjunto das usinas da Tractebel Energia em 2007 foi de 98,0%, desconsiderando-se as paradas programadas. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global foi de 93,0%, sendo 94,8% na geração hidrelétrica e 85,0% na termelétrica.

4.2. Produção

No período de 12 meses, a produção total de energia elétrica da Companhia alcançou 33.858 GWh (3.865 MW médios), sendo 28.858 GWh (3.294 MW médios) provenientes das hidrelétricas e 5.000 GWh (571 MW médios) de fontes termelétricas.



Em 2007, foi quebrado o recorde histórico de geração global, correspondendo a um acréscimo de 58,6% em relação a 2006, devido principalmente às condições hidrológicas sensivelmente melhores em 2007, em relação às usinas hidrelétricas; e devido ao aumento das exportações para a Argentina, em relação às usinas termelétricas.

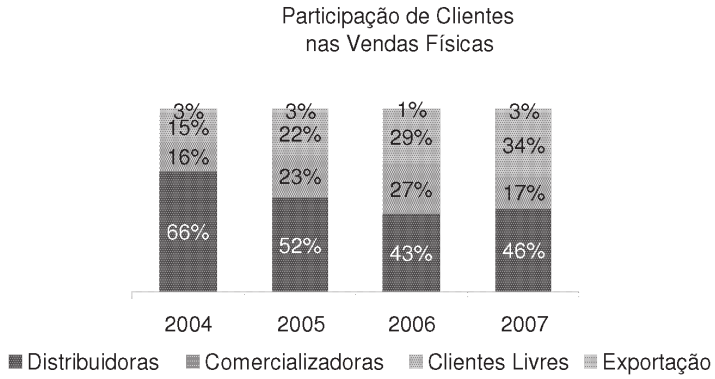
Numa avaliação global desses números, é de se destacar que, apesar do incremento na solicitação de carga que culminou com o recorde anual de geração já citado, a disponibilidade total do conjunto das usinas da Tractebel Energia manteve-se em patamar elevado, o que demonstra o alto grau de confiabilidade das usinas, mesmo em condições de elevada exigência do sistema elétrico.

4.3. Clientes

A carteira de clientes da Tractebel Energia é bem diversificada, abrangendo distribuidoras de energia, comercializadoras e clientes livres (grandes consumidores industriais), atendidos por meio de contratos flexíveis no tocante a volume e prazo.

A Companhia mantém política ativa de fidelização de clientes, através da qual presta serviços que possibilitam a adaptação da compra de energia ao processo produtivo de cada consumidor.

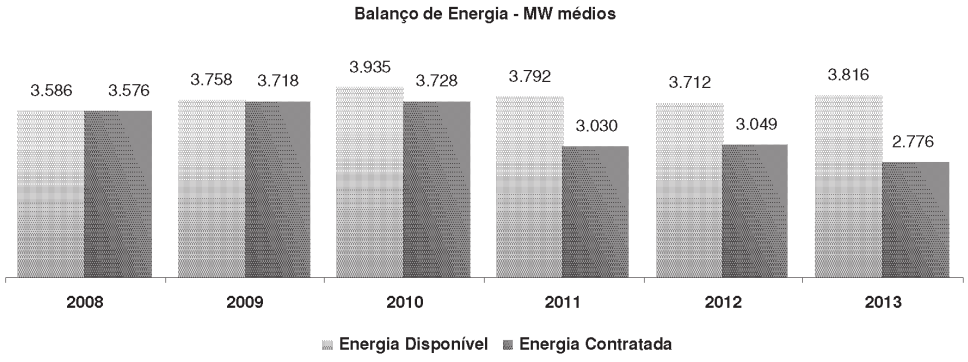
Em 2007, a presença de clientes livres no portfólio cresceu em relação ao ano anterior, alcançando 27,6% da receita operacional bruta e 33,9% das vendas físicas, representando aumento de 4,5 p.p. e 4,6 p.p., respectivamente, em comparação a 2006.



4.4. Balanço de Energia

Com base nas previsões do setor que apontam para um potencial aumento de preço de energia, a Companhia optou por ter parte de sua disponibilidade descontratada a partir de 2011.

De acordo com os dados acerca da energia assegurada, garantia física e contratos de compra e venda em vigor na data de 31 de dezembro de 2007, o balanço de energia da Tractebel Energia mostra que a Companhia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, quase totalmente contratada até 2010.



5. Desempenho Econômico-Financeiro

5.1. Principais Indicadores

As informações apresentadas a seguir se encontram em milhões de Reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Indicadores	2007	2006	Variação
Receita Operacional Bruta	3.365	3.005	12,0%
Receita Operacional Líquida	3.043	2.706	12,5%
EBITDA	1.857	1.595	16,4%
Margem EBITDA	61,0%	59,0%	+2,0 p.p.
Resultado do Serviço – EBIT	1.628	1.387	17,4%
Resultado Financeiro	(135)	(156)	13,8%
Lucro Líquido	1.046	979	6,8%
Ativo Total	6.598	5.539	19,1%
Patrimônio Líquido	2.817	2.765	1,9%
Investimentos e Aplicações em Ativo Fixo	730	69	958,0%
Dívida Líquida Ajustada	1.019	1.025	-0,6%
Nº de Ações (mil)	652.742	652.742	0,0%
Lucro Líquido por Ação (R$)	1,60	1,50	6,8%
Valor Patrimonial por Ação (R$)	4,32	4,24	1,9%
Preço Médio da Ação – ON (R$)	20,32	16,53	23,0%
Distribuição de Dividendos	993	930	6,8%
Mercado			
Vendas de Energia (GWh)	32.800	32.836	-0,1%
Vendas de Energia (MW médios)	3.744	3.748	-0,1%
Corpo Funcional			
Empregados	917	905	1,3%

Nota: EBITDA: lucro operacional + despesas financeiras + depreciação e amortização + amortização de ágio

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Contábeis.

5.2. Receita Operacional Bruta

A receita de fornecimento de energia, a partir de janeiro de 2007, passou a ser registrada líquida do ICMS recolhido por substituição tributária incidente sobre operações de vendas interestaduais. Até 31 de dezembro de 2006 este imposto vinha sendo apresentado no grupo "Deduções da receita operacional". De modo a facilitar a análise comparativa entre os períodos apresentados, a receita operacional bruta e as deduções da receita bruta relativas ao exercício de 2006, passaram, respectivamente, de R$ 3.060,7 milhões e R$ 355,2 milhões para R$ 3.005,1 milhões e R$ 299,6 milhões.

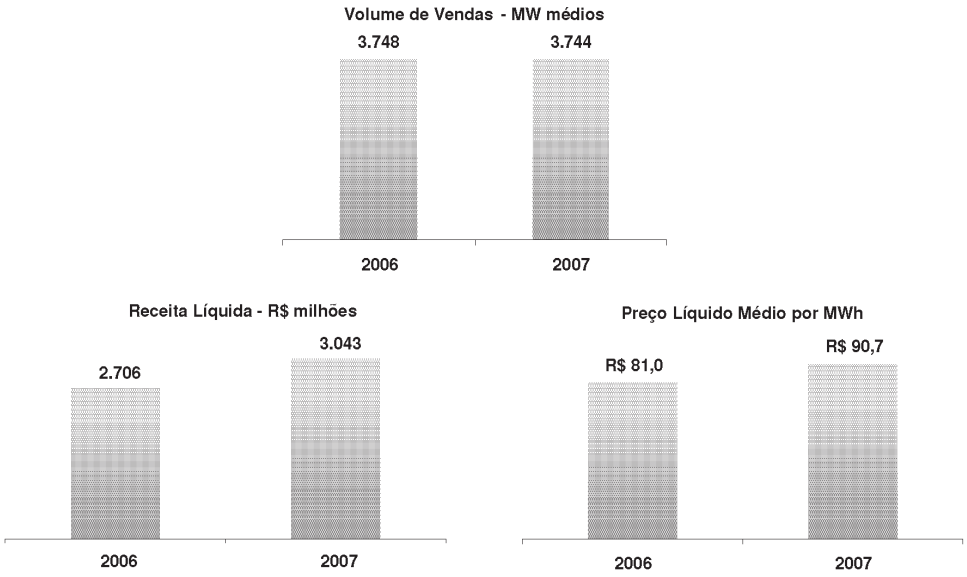
No exercício de 2007, a receita operacional bruta alcançou R$ 3.364,7 milhões, 12,0% superior à receita auferida no ano de 2006, que foi de R$ 3.005,1 milhões, em função do aumento do preço médio de venda da energia em 12,0%, principalmente daquela contratada com consumidores livres, e pelo maior preço e volume de exportação de energia para atendimento das necessidades energéticas da Argentina. No ano de 2007, a quantidade de energia vendida manteve-se no mesmo patamar de 2006, da ordem de 3.740 MW médios.

5.3. Deduções da Receita Operacional

No ano de 2007, as deduções alcançaram R$ 321,3 milhões, 7,2% superior ao mesmo período de 2006, que foi de R$ 299,6 milhões. Este acréscimo deve-se, principalmente, à combinação do crescimento da receita de venda de energia com a redução do ICMS resultante da alteração na estrutura organizacional da controlada Tractebel Energia Comercializadora Ltda., a partir de junho de 2007, que fez com que o ICMS incidente sobre o faturamento de energia elétrica para consumidores livres do Estado de São Paulo, antes registrado como dedução da receita, passasse a ser cobrado por substituição tributária e deduzido diretamente da receita de fornecimento de energia elétrica.

5.4. Receita Operacional Líquida

No exercício de 2007, a receita líquida alcançou o valor de R$ 3.043,4 milhões, 12,5% acima do registrado em 2006, que foi de R$ 2.705,5 milhões. O aumento apresentado no ano decorreu, substancialmente, do crescimento de 12,0% do preço médio líquido de venda, que passou de R$ 80,96/MWh, em 2006, para R$ 90,65/MWh, em 2007, reflexo do incremento de preço e volume de energia vendida para consumidores livres e exportada para a Argentina.



5.5. Custos de Energia Elétrica e Serviços

No ano de 2007, os custos se mantiveram praticamente estáveis em relação a 2006, atingindo R$ 1.069,8 milhões em 2007 e R$ 1.081,4 milhões em 2006. A variação decorreu, principalmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- **Energia elétrica comprada de terceiros:** redução de R$ 19,7 milhões, ocasionada pela menor quantidade de energia adquirida para a atividade de comercialização.

- **Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** redução de R$ 99,6 milhões, em função, principalmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) queda de R$ 102,3 milhões, devido, substancialmente, a uma menor exposição na CCEE em decorrência da otimização de alocação dos recursos hidráulicos em comparação com 2006; (ii) aumento de R$ 61,4 milhões na receita resultante do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), pelo maior despacho de energia das usinas hidrelétricas requerido pelo ONS; e (iii) redução de R$ 57,4 milhões, na receita, em função de menor despacho de energia da Usina Termelétrica William Arjona (UTWA) em virtude de reforço de transmissão na região de Campo Grande (MS), a partir de novembro de 2006.

- **Combustíveis para produção de energia elétrica:** aumento de R$ 24,9 milhões em decorrência, basicamente, da conjugação dos seguintes aspectos: (i) redução de R$ 46,9 milhões devido ao menor consumo de gás verificado a partir da redução do despacho da UTWA, após o reforço de transmissão anteriormente mencionado, e ao corte no fornecimento de gás verificado no último trimestre de 2007; e (ii) aumento de R$ 72,6 milhões relativo ao consumo de carvão para atendimento à grande demanda de exportação de energia para a Argentina em 2007.

- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** crescimento de R$ 51,4 milhões, em decorrência do expressivo aumento no despacho pelo ONS de energia gerada nas usinas hidrelétricas em comparação com o ano anterior, que foi influenciado pela forte estiagem que atingiu a Região Sul do País. Esse incremento foi parcialmente compensado pelo aumento da receita auferida no MRE, conforme anteriormente comentado.

- **Depreciação e amortização:** aumento de R$ 21,4 milhões, em razão de revisão da vida útil de certos ativos de usinas hidrelétricas, a partir de janeiro de 2007.

5.6. Despesas com Vendas

As despesas com vendas compõem-se, substancialmente, dos encargos de uso e conexão na rede elétrica e totalizaram R$ 216,7 milhões, 3,1% superior a 2006, em decorrência do aumento dos encargos de uso da rede por reajuste tarifário anual e das despesas com pessoal.

5.7. Despesas Gerais e Administrativas

Desconsiderando-se a despesa não-recorrente de R$ 9,1 milhões, reconhecida em 2006, em função da devolução do adicional tarifário anteriormente cobrado de clientes para compensar diferenças de PIS e COFINS, as despesas gerais e administrativas no ano de 2007 foram 4,7% superiores às de 2006, totalizando R$ 130,1 milhões. Os referidos aumentos decorreram, principalmente, do reajuste salarial anual e do reconhecimento, neste ano, da provisão para bônus dos administradores e para o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) implementado pela Companhia.

5.8. Constituição (Reversões) de Provisões Operacionais, Líquidas

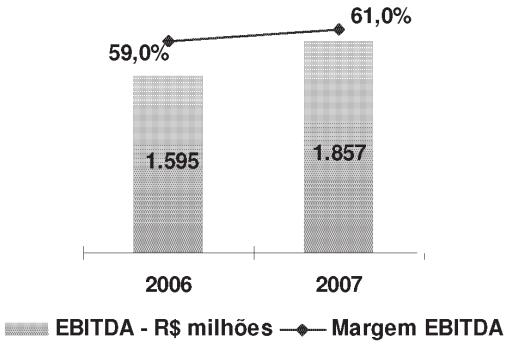
No exercício de 2007, a provisão constituída foi de R$ 2,2 milhões. Já em 2006, a reversão líquida de R$ 11,5 milhões foi resultante, principalmente, da reversão de provisão de natureza cível, no valor de R$ 22,0 milhões, e da constituição de provisão para pagamento de benefícios pós-emprego, no montante de R$ 7,9 milhões.

5.9. Ganhos em Ação Judicial

No ano de 2007, foi reconhecido o ganho de R$ 3,7 milhões, decorrente do trânsito em julgado de decisão favorável no processo que se discutia a redução da alíquota de retenção do Seguro Acidente do Trabalho. Já no exercício de 2006, a Companhia obteve ganhos em ações judiciais no valor de R$ 94,5 milhões, sendo R$ 5,8 milhões referentes a acordo efetuado em ação declaratória pelo pagamento indevido de seguro garantia em processo de concorrência internacional para importação de energia da Argentina e R$ 88,7 milhões pelo trânsito em julgado de decisão favorável ao afastamento da base de cálculo da contribuição ao PIS e a COFINS.

5.10. EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o EBITDA em 2007 alcançou R$ 1.857,3 milhões, 16,4% superior ao de 2006, que foi de R$ 1.595,0 milhões. A margem EBITDA em 2007 alcançou 61,0% enquanto a de 2006 foi de 59,0%.



5.11. Resultado Financeiro

5.11.1. Receitas Financeiras

No exercício de 2007, essas receitas reduziram R$ 7,1 milhões, em função de os aumentos na renda de aplicação financeira e na variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios terem sido inferiores ao reconhecimento, no ano de 2006, de receita financeira não-recorrente relativa a juros extraordinários sobre parcelamento de dívidas de valores a receber tanto de venda de energia quanto de ganhos em processos judiciais.

5.11.2. Despesas Financeiras

No ano de 2007, essas despesas reduziram R$ 28,6 milhões em relação a 2006, em razão, principalmente, da combinação dos efeitos a seguir descritos: (i) queda de R$ 11,1 milhões nos encargos sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures, devido à redução da TJLP, da SELIC e do CDI e à diminuição gradativa do endividamento pelas amortizações realizadas no exercício; (ii) crescimento de R$ 33,5 milhões na receita de variação cambial de empréstimos e financiamentos, líquida do resultado de operação de *hedge* cambial, em razão de maior desvalorização das moedas que compõem a dívida frente ao Real; e (iii) aumento de R$ 17,5 milhões na variação monetária sobre dívidas, em função do aumento do IGP-M entre os anos comparados.

5.12. Resultado Não Operacional

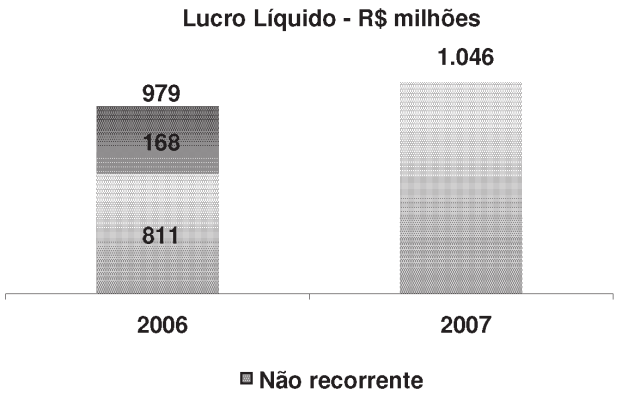
A variação de R$ 4,4 milhões entre os exercícios comparados decorre, substancialmente, da baixa de equipamentos em função de modernização efetuada em sistemas de algumas usinas da Companhia e dos efeitos decorrentes da alienação de 33,34% do Projeto Jacuí, em 2006.

5.13. Imposto de Renda e Contribuição Social

O aumento de R$ 191,9 milhões no exercício de 2007 deveu-se, principalmente, aos seguintes fatores: (i) incremento de R$ 87,8 milhões em decorrência do crescimento do resultado antes dos tributos da Companhia; (ii) maior imposto de renda e contribuição social, no valor de R$ 12,6 milhões, em função de menor crédito de juros sobre o capital próprio no ano de 2007 em comparação com 2006; e (iii) reconhecimento de ganho fiscal extraordinário de R$ 87,1 milhões, em 2006, devido aos efeitos da alienação de 33,34% do Projeto Jacuí.

5.14. Lucro Líquido

No exercício de 2007, o lucro líquido atingiu R$ 1.045,6 milhões, 6,8% maior do que o ano anterior, que foi de R$ 979,1 milhões, representando R$ 1,60 por ação. Desconsiderando-se os eventos não-recorrentes ocorridos no ano de 2006, quais sejam os ganhos em ações judiciais e os efeitos decorrentes da alienação do Projeto Jacuí, o lucro líquido de 2007 seria 28,9% superior ao de 2006.



5.15. Distribuição de Dividendos

A Administração da Companhia aprovou a distribuição de R$ 993,3 milhões em proventos, sendo R$ 817,3 milhões na forma de dividendos e R$ 176,0 milhões como juros sobre o capital próprio, o que representa uma proposta de pagamento de 95% do lucro líquido do exercício, equivalente a R$ 1,5218031188 por ação.

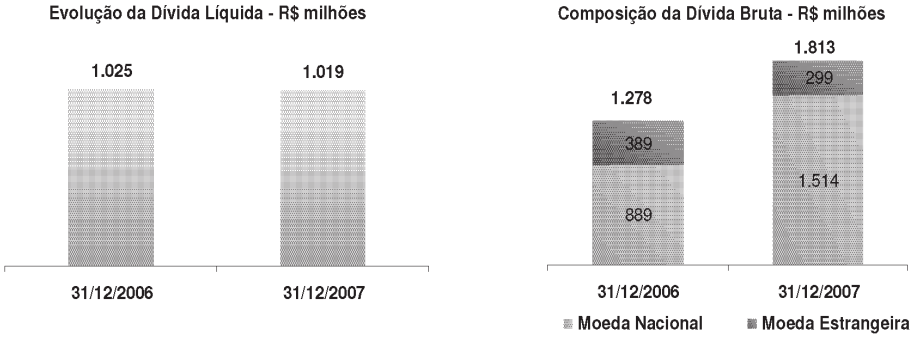
A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, a Companhia aprovou a intenção de declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em montante não inferior a 55% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei anteriormente mencionada. O valor dessas contribuições depende de vários fatores, tais como condição financeira da Companhia, suas perspectivas futuras, condições macroeconômicas e estratégia de crescimento. Foi aprovada ainda a distribuição de dividendos em períodos semestrais.

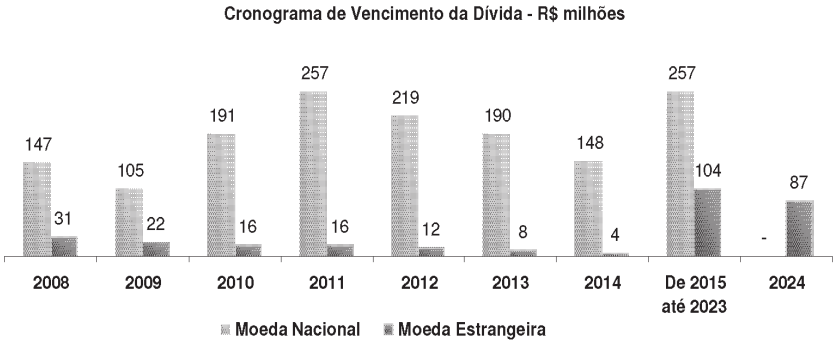
5.16. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2007, a dívida líquida da Companhia (dívida total menos caixa e equivalentes e o resultado das operações de *swap*) era de R$ 1.019,1 milhões, comparada a R$ 1.025,2 milhões ao final de 2006.

A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, debêntures e financiamentos, totalizava R$ 1.813,2 milhões em 31 de dezembro de 2007, um incremento de 41,9% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2006. Do total da dívida no final do período, 16,5% eram em moeda estrangeira, dos quais 47,2% estavam protegidos da variação cambial das moedas frente ao Real, através de instrumentos de *hedge*.

O acréscimo do endividamento da Companhia está relacionado à emissão de R$ 350,0 milhões em debêntures, realizada no segundo trimestre de 2007, que teve uma demanda quatro vezes superior à oferta. Adicionalmente, em 2007, houve a contratação de empréstimo junto ao BNDES e seus agentes financeiros no valor total de R$ 570,2 milhões para fazer frente aos investimentos na Usina Hidrelétrica São Salvador. O valor liberado até 31 de dezembro de 2007 foi de R$ 392,7 milhões.





5.16.1. Emissão de Debêntures

Em 21 de maio de 2007, o Conselho de Administração autorizou a emissão do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, no valor de R$ 1,5 bilhão, e a concomitante segunda emissão de debêntures da Companhia, já no âmbito do referido programa, no valor de R$ 350,0 milhões, correspondente a 35 mil debêntures. O prazo de vigência é de 7 anos para as debêntures da 1ª Série e 5 anos para as debêntures da 2ª Série, contados a partir da data de emissão, com vencimento final em 15 de maio de 2014 e 15 de maio de 2012, respectivamente. As debêntures da 1ª Série serão atualizadas pelo IPCA e farão jus a juros remuneratórios, pagos anualmente, correspondentes a, no máximo, 8,70% ao ano. As debêntures da 2ª Série não serão atualizadas e farão jus a uma remuneração semestral que contemplará juros remuneratórios correspondentes a, no máximo, 103,5% da taxa DI.

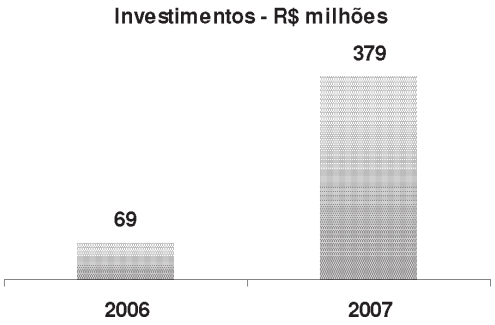
Os recursos provenientes da emissão foram destinados à aquisição da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia Energética São Salvador (CESS). Os principais adquirentes foram fundos de investimento e entidades de previdência privada.

6. Investimentos

6.1. Manutenção, Revitalização e Ampliação do Parque Gerador

A partir do segundo trimestre de 2007, a Companhia passou a realizar investimentos na construção da Usina Hidrelétrica São Salvador, com recursos financiados pelo BNDES. Esses investimentos atingiram R$ 305,1 milhões em 2007. Além disso, investimentos destinados aos projetos de manutenção e revitalização das usinas totalizaram R$ 74,3 milhões, 7,7% superior ao realizado em 2006.

O total acumulado de investimentos em 2007 atingiu R$ 379,4 milhões, valor significantemente superior aos R$ 69,0 milhões realizados em 2006, devido, principalmente, aos citados investimentos na Usina Hidrelétrica São Salvador.



6.2. Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2007, o Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento da Tractebel Energia investiu R$ 16,2 milhões, segmentados conforme abaixo:

- ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, administrado pela FINEP/MCT, foram destinados R$ 8,0 milhões;
- para custeio da Empresa de Planejamento Energético (EPE) do Ministério de Minas e Energia foram alocados R$ 6,2 milhões; e
- em projetos específicos de pesquisa e desenvolvimento aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) foram aplicados efetivamente R$ 2,0 milhões, distribuídos em 22 projetos em andamento. Ainda em 2007, foi realizada a defesa perante à ANEEL de 25 novos projetos de P&D referentes ao ciclo 2006/2007, que é composto por outros 9 projetos plurianuais, todos em execução. Para investimentos nestes 34 projetos de P&D, já estão provisionados R$ 8,3 milhões. Usualmente metade dos recursos é destinada a projetos na área de meio ambiente, e a outra metade no desenvolvimento de novas tecnologias e materiais aplicados aos processos de geração de energia elétrica bem como à prospecção de fontes alternativas de energia.

7. Governança Corporativa

Os esforços da Tractebel Energia em conduzir seus negócios em conformidade com as boas práticas de governança corporativa foram reconhecidos em 2007. A Companhia foi agraciada com o Troféu Transparência, concedido pela ANEFAC em parceria com o SERASA e a FIPECAFI, às empresas que divulgam o balanço patrimonial e demais relatórios contábeis da forma mais clara e precisa.

As ações da Tractebel Energia são negociadas no Novo Mercado, segmento da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) integrado por companhias que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais ao exigido pela legislação. Sua estrutura de controle interno foi adequada aos regulamentos da Sarbanes-Oxley (SOX), lei norte-americana voltada às companhias de capital aberto que visa garantir a veracidade do conteúdo dos relatórios financeiros e a criação de mecanismos de auditoria e segurança confiáveis.

O Conselho de Administração é composto por nove membros efetivos, sendo dois conselheiros independentes e um representante dos empregados. A Diretoria Executiva possui seis membros eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, com possibilidade de reeleição. O Conselho Fiscal possui três membros, sendo um deles indicado pelos acionistas minoritários.

A Tractebel Energia apresenta uma estrutura formada por oito comitês, cujas ações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração. Em 2007, foi criado o Comitê de Sustentabilidade, cujo objetivo é gerir projetos e ações relacionados à responsabilidade corporativa social e ambiental.

7.1. Direitos dos Acionistas

Cada ação ordinária da Companhia confere ao seu detentor um voto em assembléia geral ordinária ou extraordinária, e o direito de receber dividendos; de participar da distribuição de lucros ou outras distribuições a acionistas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o regulamento do Novo Mercado, as ações ordinárias podem ser incluídas em oferta pública de ações, em decorrência da alienação do controle da Companhia, recebendo, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle. Além disso, a Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

7.2. Política de Divulgação de Informações

Revisada em 2007, a Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações da Tractebel Energia atende às regras de transparência e às exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Bovespa. A Companhia divulga fatos relevantes conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, que exige a disponibilização de dados sobre seus negócios de forma a dar aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão. As divulgações de resultados trimestrais, os fatos relevantes, os *press releases*, os relatórios anuais, os documentos arquivados na CVM, suas políticas e práticas e outras informações institucionais estão disponíveis em seu site de Relações com Investidores.

7.3. Código de Ética e Regimento Interno do Conselho de Administração

Em 2007, a Tractebel Energia aprimorou seu Código de Ética, que explicita as normas de conduta no relacionamento com as partes interessadas – empregados, clientes, fornecedores, acionistas, comunidades e Governo. O documento está alinhado aos valores e princípios do controlador, o Grupo SUEZ.

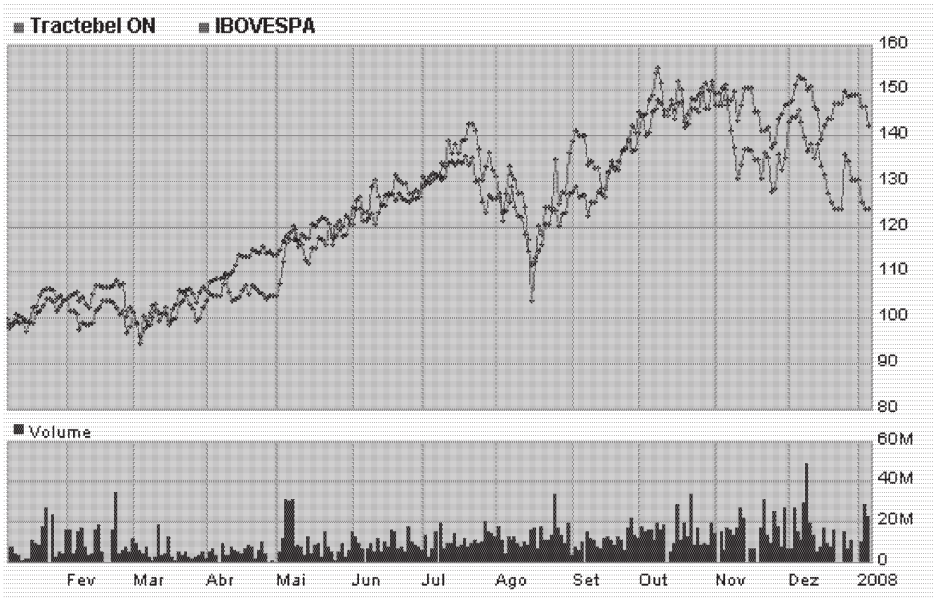
Além disso, a Tractebel Energia elaborou e implantou, com base em documento similar utilizado por seu controlador, o regimento interno de seu Conselho de Administração.

8. Mercado de Capitais

As ações da Tractebel Energia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bovespa sob o código TBLE3. Integram o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (Itag) e, pelo terceiro ano consecutivo, foram selecionadas para compor o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). A Companhia negocia ainda ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível 1 no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY.

Em um ano em que o Ibovespa, índice que representa o desempenho dos 57 papéis de maior liquidez, valorizou 43,7% e que o Índice de Energia Elétrica da Bovespa (IEE), que congrega as ações do setor elétrico, apreciou 23,7%, as ações da Tractebel Energia, negociadas em 100% dos pregões da Bovespa, tiveram uma valorização de 23,1%. O volume médio diário negociado atingiu R$ 15,6 milhões, 90,0% acima da média de 2006. No final do exercício, os papéis estavam cotados a R$ 21,30/ação.

As ações apresentaram aumento na liquidez, devido, principalmente, à contratação, em 2007, de um formador de mercado, cujo contrato vai até setembro de 2008.



8.1. Relações com Investidores

O departamento de Relações com Investidores (telefone: 48 3221-7221) é responsável pela divulgação de informações sobre o desempenho da Companhia por meio de eventos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (Apimec), bem como por teleconferências e visitas às centrais geradoras, através do programa Por Dentro das Usinas. Mantém contato com investidores e analistas de mercado através desses eventos, reuniões diretas, contatos telefônicos e por meio do site de Relações com Investidores da Tractebel Energia.

9. Recursos Humanos

A política de Recursos Humanos da Tractebel Energia tem como base a valorização do ser humano e está estruturada de forma a sustentar a estratégia de negócio da Companhia. Para isso investe continuamente no desenvolvimento de programas que fortalecem atitudes e comportamentos alinhados à cultura organizacional.

Um dos instrumentos utilizados é a Pesquisa de Clima Organizacional, realizada a cada dois anos, com o objetivo de estreitar a relação de confiança entre a Companhia e os seus empregados. Em 2007, em pesquisa realizada pela Hay do Brasil, foi registrada uma melhoria no clima organizacional de 8 pontos percentuais, e 88% dos empregados consideraram a Tractebel Energia uma das melhores empresas para se trabalhar.

Outro aspecto que tem sido objeto de constante atenção da Companhia é o Programa de Sucessão, que abrange a contratação de novos empregados e a condução de um programa de desligamento voluntário vinculado à preparação de sucessores, com datas de saída programadas pela Companhia.

A Tractebel Energia encerrou 2007 com 917 empregados. No período foram admitidos 46 novos empregados e desligados 34.

Os serviços oferecidos pela Companhia demandam mão-de-obra especializada, exigindo um quadro de profissionais altamente qualificados: 36% têm formação universitária e 38% o segundo grau técnico.

A Tractebel Energia possui Acordos Coletivos de Trabalho assinados com sindicatos que representam seus empregados, em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e inclui temas como reajuste salarial, planos de previdência, benefícios, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação.

9.1. Saúde e Segurança

Em 2007, a Companhia passou a incluir em suas estatísticas de saúde e segurança do trabalho os empregados de empresas de serviços terceirizados, e desenvolveu diversas ações de conscientização sobre a importância de se ter um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Como resultado, em 2007 não houve acidentes de trabalho fatais em suas instalações. A taxa de freqüência foi de 1,86 e a taxa de gravidade de 0,07 para um total de 4.836.731 horas trabalhadas no ano por empregados próprios e por empregados de empresas de serviços terceirizados.

No exercício de 2007 foram efetuadas também as adequações previstas nas Normas Regulamentadoras NR 10 e NR 33, do Ministério do Trabalho e Emprego, voltadas à segurança dos trabalhadores que lidam com instalações elétricas e com espaço confinado.

Anualmente um *check-up* médico é realizado por todos os empregados. Além disso, todos possuem um Plano Individual de Saúde, que estabelece metas associadas, por exemplo, a peso e nível de colesterol, com base nos resultados dos exames de cada empregado.

9.2. Benefícios

A Tractebel Energia oferece aos empregados e seus dependentes um auxílio à recuperação da saúde, que cobre as áreas médica, odontológica, farmacêutica e psicológica.

Oferece também seguro de vida em grupo, cobertura para incapacidade e invalidez, licença maternidade e paternidade, auxílio creche e alimentação, previdência privada e auxílio no atendimento a portadores de necessidades especiais.

O Plano de Previdência Privada da Companhia, administrado pela PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, tem a participação de 94,3% dos empregados, em sua grande maioria em plano de contribuição definida. Em 2007, a Companhia repassou R$ 8,8 milhões para este plano, e mais R$ 1,0 milhão para o custeio de despesas administrativas daquela sociedade.

Ainda em 2007, a Tractebel Energia assinou um termo de adesão com a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), com o objetivo de voltar a patrocinar, nesta instituição, parte dos ex-empregados aposentados que são de sua responsabilidade e que optaram por não fazer parte do plano da Tractebel Energia na PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar. Com esta decisão, a Tractebel Energia atendeu aos anseios de mais de 2.200 participantes.

9.3. Treinamento e Desenvolvimento

A Companhia possui programa de treinamento e desenvolvimento, além de oferecer auxílio à formação educacional em diferentes níveis acadêmicos. Em 2007, a média de treinamento por empregado foi de 80,5 horas/homem, 16,7% superior ao registrado no ano de 2006, que totalizou 69 horas/homem.

9.4. Remuneração e Participação nos Resultados

A política de remuneração da Companhia está alinhada às praticas de mercado e é monitorada por meio de pesquisas salariais.

Em 2007, foram distribuídos aos empregados R$ 12,2 milhões como participação nos lucros do exercício anterior. A distribuição foi proporcional à remuneração e levou em consideração o desempenho individual e as metas alcançadas.

10. Responsabilidade Sócio-Ambiental

Promover rentabilidade e o desenvolvimento sustentável de longo prazo é um desafio constante. Para conciliar crescimento econômico com desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente, a Companhia segue três princípios fundamentais:

- prover soluções sustentáveis sob os pontos de vista econômico, social e ambiental;
- controlar os impactos dos empreendimentos; e
- criar valor para os acionistas e a sociedade.

O plano de gestão ambiental da Companhia segue as premissas detalhadas no seu Código de Meio Ambiente, disponível em seu site (www.tractebelenergia.com.br). O documento prevê o controle permanente da emissão, deposição e aproveitamento de resíduos, a preservação dos recursos naturais e a recuperação de áreas ou ecossistemas degradados.

Além de cumprirem as condicionantes estabelecidas pelas licenças ambientais e a legislação vigente, todas as usinas da Tractebel Energia são abrangidas pelo Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente, certificado conforme os requisitos da NBR ISO 9001 e da NBR ISO 14001.

Uma de suas usinas, a Unidade de Co-geração Lages, está oficialmente registrada junto ao Comitê Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), caracterizada pela realização de uma atividade que atende aos requisitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), conforme estabelecido pelo Protocolo de Kyoto. A termelétrica está, portanto, habilitada a gerar créditos de carbono para comercialização pela Lages Bioenergética. Em 2007, Lages fechou contrato de venda de 750.000 toneladas de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), volume que representa 40% do total de RCEs a serem emitidas, e que deverá ser entregue ao Prototype Carbon Fund (PCF) em parcelas anuais até 2013.

A Tractebel Energia possui três programas de atuação em questões sociais e culturais:

- Programa Tractebel Energia de Responsabilidade Social, com foco na melhoria na qualidade de vida de crianças de comunidades carentes, na área de atuação da Companhia. Em 2007, foram aplicados mais de R$ 2,2 milhões;
- Programa Tractebel Energia de Melhoria Ambiental, com foco na educação ambiental, recuperação de áreas degradadas e reflorestamento nos locais onde a Companhia possui empreendimentos. Em 2007, destacamos o plantio de mais de 290 mil árvores nativas em áreas da Companhia ou adjacentes; e
- Programa Tractebel Energia de Desenvolvimento Cultural, com foco no desenvolvimento cultural das comunidades onde a Companhia está situada. Em 2007 foram aplicados mais de R$ 1,6 milhão.

Também em 2007 foi instituído o Comitê de Sustentabilidade Tractebel Energia, que possui entre suas atribuições criar um sistema pró-ativo de responsabilidade sócio-ambiental, bem como assegurar a transparência das ações e o uso ético dos recursos aplicados.

11. Auditores Independentes

Conforme o disposto no Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Tractebel Energia informa que os auditores independentes da Companhia e de suas controladas, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2007.

12. Agradecimentos

A Tractebel Energia agradece a seus empregados, clientes, fornecedores, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2007.

A Administração

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
ATIVO CIRCULANTE					
Numerário disponível		6.694	7.454	25.170	23.593
Aplicações financeiras	4	565.061	186.352	768.921	233.247
Recursos vinculados a pagamento de obrigações		-	21.643	-	21.643
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	323.171	314.663	349.906	358.002
Dividendos a receber de controladas		91.006	103.021	-	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	8.285	23.623	11.169	26.707
Almoxarifado		49.289	22.719	50.068	23.623
Cauções e depósitos vinculados		18.375	51.511	19.785	53.947
Ativo fiscal diferido	7	12.091	19.683	12.160	21.351
Outros		26.906	20.666	27.172	29.939
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**1.100.878**	**771.335**	**1.264.351**	**792.052**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Concessionárias e permissionárias	5	4.548	16.063	4.548	16.063
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	21.208	10.342	24.183	13.124
Cauções e depósitos vinculados		-	-	32.330	29.422
Depósitos judiciais	19	126.357	111.204	150.679	131.331
Alienação de bens e direitos	9	81.315	68.565	81.315	68.565
Ativo fiscal diferido	7	201.371	187.282	204.015	188.489
Outros		2.476	2.216	2.476	2.216
		437.275	**395.672**	**499.546**	**449.210**
Permanente					
Investimentos	10	1.156.481	843.659	113.407	36.873
Imobilizado	11	2.725.218	2.836.435	4.612.826	4.148.898
Intangível	12	2.185	1.256	75.492	77.310
Diferido		-	-	32.468	34.766
		3.883.884	**3.681.350**	**4.834.193**	**4.297.847**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**4.321.159**	**4.077.022**	**5.333.739**	**4.747.057**
TOTAL		**5.422.037**	**4.848.357**	**6.598.090**	**5.539.109**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	14	229.708	235.924	273.911	239.319
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	532.997	478.043	532.997	478.043
Empréstimos e financiamentos	15	71.255	256.152	121.024	306.079
Debêntures	16	32.138	15.004	56.560	37.834
Tributos e contribuições sociais	17	271.724	33.747	341.396	45.870
Obrigações estimadas		32.713	28.542	33.073	28.650
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	18	38.820	31.364	46.574	35.135
Provisão para contingências	19	10.134	11.000	10.336	11.206
Benefícios pós-emprego	21	18.450	20.369	18.450	20.369
Outros		37.793	40.107	45.475	44.307
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**1.275.732**	**1.150.252**	**1.479.796**	**1.246.812**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	15	345.302	344.197	970.731	610.251
Debêntures	16	560.302	200.000	664.919	323.344
Tributos e contribuições sociais	17	9.259	5.383	12.203	5.383
Provisões para contingências	19	63.229	53.041	68.040	56.289
Concessões a pagar	20	-	-	234.188	201.546
Benefícios pós-emprego	21	310.333	293.725	310.333	293.725
Passivo fiscal diferido	22	36.535	36.535	36.535	36.535
Outros		4.492	653	4.492	653
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**1.329.452**	**933.534**	**2.301.441**	**1.527.726**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	23	91.695	91.695	91.695	91.695
Reservas de lucros	23	279.392	227.110	279.392	227.110
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.816.853**	**2.764.571**	**2.816.853**	**2.764.571**
TOTAL		**5.422.037**	**4.848.357**	**6.598.090**	**5.539.109**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2007	2006 (Reclassificado)	2007	2006 (Reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Fornecimento de energia elétrica		343.794	324.491	929.246	693.848
Suprimento de energia elétrica		2.543.455	2.276.942	2.421.532	2.291.922
Outras receitas		19.719	17.756	13.938	19.338
		2.906.968	**2.619.189**	**3.364.716**	**3.005.108**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL					
PIS e COFINS		(149.365)	(133.584)	(199.336)	(178.010)
ICMS		(61.103)	(52.598)	(95.260)	(92.887)
ISS		(377)	(361)	(377)	(361)
Pesquisa e desenvolvimento		(22.563)	(24.661)	(26.316)	(28.318)
		(233.408)	**(211.204)**	**(321.289)**	**(299.576)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**2.673.560**	**2.407.985**	**3.043.427**	**2.705.532**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS					
Energia elétrica comprada para revenda		(394.651)	(391.995)	(267.652)	(287.404)
Transações no âmbito da CCEE		(177.412)	(270.281)	(181.709)	(281.313)
Custo de produção de energia elétrica	25	(526.372)	(432.819)	(609.629)	(502.421)
Custo dos serviços prestados	25	(10.830)	(10.254)	(10.830)	(10.254)
		(1.109.265)	**(1.105.349)**	**(1.069.820)**	**(1.081.392)**
LUCRO BRUTO		**1.564.295**	**1.302.636**	**1.973.607**	**1.624.140**
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	25	(179.038)	(169.719)	(216.757)	(210.149)
Despesas gerais e administrativas	25	(113.716)	(111.933)	(130.121)	(133.300)
(Constituição) reversão de provisões operacionais, líquida	26	(258)	11.895	(2.229)	11.453
Ganhos em ações judiciais	27	3.700	93.350	3.700	94.502
		(289.312)	**(176.407)**	**(345.407)**	**(237.494)**
Resultado do serviço		**1.274.983**	**1.126.229**	**1.628.200**	**1.386.646**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	185.838	120.284	-	300
Amortização de ágio	10	(6.747)	(6.746)	(6.747)	(6.746)
		179.091	**113.538**	**(6.747)**	**(6.446)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	82.025	92.761	100.602	107.666
Despesas financeiras	28	(144.527)	(169.323)	(235.255)	(263.874)
		(62.502)	**(76.562)**	**(134.653)**	**(156.208)**
RESULTADO OPERACIONAL		**1.391.572**	**1.163.205**	**1.486.800**	**1.223.992**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**(1.507)**	**2.776**	**(1.462)**	**2.985**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**1.390.065**	**1.165.981**	**1.485.338**	**1.226.977**
Imposto de renda	8	(251.664)	(111.663)	(321.552)	(156.297)
Contribuição social	8	(92.774)	(75.172)	(118.159)	(91.534)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.045.627**	**979.146**	**1.045.627**	**979.146**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO EM R$		**1,60**	**1,50**	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2005	**2.445.766**	**91.695**	**148.500**	**-**	**2.685.961**
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	29.653	**29.653**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	979.146	**979.146**
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	48.957	(48.957)	**-**
- reserva de retenção de lucros	-	-	29.653	(29.653)	**-**
- dividendos / juros sobre o capital próprio ON – R$ 1,4250471146 por ação	-	-	-	(930.189)	**(930.189)**
SALDOS EM 31.12.2006	**2.445.766**	**91.695**	**227.110**	**-**	**2.764.571**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.045.627	**1.045.627**
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	52.282	(52.282)	**-**
- dividendos/juros sobre o capital próprio ON – R$ 1,5218031188 por ação	-	-	-	(993.345)	**(993.345)**
SALDOS EM 31.12.2007	**2.445.766**	**91.695**	**279.392**	**-**	**2.816.853**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	**2006**	**2007**	**2006**
ORIGENS				
Das operações				
Lucro líquido do exercício	1.045.627	979.146	1.045.627	979.146
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:				
Depreciação e amortização	176.521	159.004	229.119	208.364
Juros de não circulantes	25.350	35.533	42.876	54.062
Variação monetária de não circulantes	(28.808)	(23.564)	(16.551)	(15.175)
Resultado de equivalência patrimonial	(185.838)	(120.284)	-	(300)
Amortização de ágio	6.747	6.746	6.747	6.746
Constituição (reversão) de provisão operacional de não circulantes, líquida	8.120	(5.479)	10.364	(5.544)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.497)	45.736	(6.334)	49.469
Outros	3.813	(2.477)	5.482	(2.056)
	1.045.035	**1.074.361**	**1.317.330**	**1.274.712**
De terceiros				
Financiamentos e debêntures de longo prazo	353.423	-	746.073	-
Dividendos de controladas	219.943	159.021	-	-
Ativo realizável a longo prazo transferido para o circulante	22.335	28.981	24.729	30.489
Empréstimos e benefícios pós-emprego transferido para o não circulante	101.289	55.982	101.289	55.982
Baixa de provisão para manutenções programadas	-	16.025	-	16.055
Outros	130	803	1.466	803
	697.120	**260.812**	**873.557**	**103.329**
TOTAL DAS ORIGENS	**1.742.155**	**1.335.173**	**2.190.887**	**1.378.041**
APLICAÇÕES				
Aumento no ativo realizável a longo prazo	19.062	79.113	22.414	91.018
Ativo circulante transferido para o ativo realizável a longo prazo	7.592	53.159	7.592	53.159
Investimentos	351.771	2.025	81.378	-
Aplicação no imobilizado	67.586	64.347	672.419	69.040
Aplicação no intangível e diferido	1.428	299	7.626	303
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	993.345	930.189	993.345	930.189
Empréstimos, financ. e debêntures transferidos para o circulante	70.478	248.935	138.289	315.727
Benefícios pós-emprego transferidos para o circulante	17.557	10.654	17.557	10.654
Outros passivos não circulantes transferidos para o circulante	9.273	10.405	10.952	11.855
TOTAL DAS APLICAÇÕES	**1.538.092**	**1.399.126**	**1.951.572**	**1.481.945**
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**204.063**	**(63.953)**	**239.315**	**(103.904)**
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
Ativo Circulante				
No fim do período	1.100.878	771.335	1.264.351	792.052
No início do período	771.335	784.949	792.052	836.532
	329.543	**(13.614)**	**472.299**	**(44.480)**
Passivo Circulante				
No fim do período	1.275.732	1.150.252	1.479.796	1.246.812
No início do período	1.150.252	1.099.913	1.246.812	1.187.388
	125.480	**50.339**	**232.984**	**59.424**
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**204.063**	**(63.953)**	**239.315**	**(103.904)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Informação suplementar)
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	**2006**	**2007**	**2006**
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.045.627	979.146	1.045.627	979.146
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	176.521	159.004	229.119	208.364
Resultado de equivalência patrimonial	(185.838)	(120.284)	-	-
Amortização de ágio	6.747	6.746	6.747	6.746
Variação monetária e cambial, líquida	(33.137)	(12.711)	(16.320)	(1.938)
Juros líquidos	38.270	41.214	54.981	57.397
Constituição (reversão) de provisão operacional, líquida	4.781	(11.202)	6.758	(11.006)
Aplicações de recursos em pesquisa e desenvolvimento	-	31.364	-	35.076
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.497)	45.736	(6.334)	49.469
Outros	236	6.592	(1.465)	6.669
	1.046.710	**1.125.605**	**1.319.113**	**1.329.923**
Redução (aumento) nos ativos				
Recursos vinculados a pagamentos de obrigações	21.643	(21.643)	21.643	(21.643)
Consumidores e concessionárias	3.007	14.155	19.612	(11.371)
Tributos e contribuições sociais a compensar	5.795	(12.948)	5.861	(10.412)
Almoxarifado	(26.570)	(204)	(26.445)	(111)
Cauções e depósitos vinculados/judiciais	32.849	(62.714)	33.061	(76.303)
Alienações de bens e direitos	(551)	3.703	9.333	3.273
Despesas antecipadas	(2.230)	7.424	(2.243)	7.700
Outros	(2.688)	4.080	(2.975)	3.568
	31.255	**(68.147)**	**57.847**	**(105.299)**
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(6.216)	87.529	36.400	107.938
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.373	(898)	14.352	2.731
Tributos e contribuições sociais	243.718	(12.214)	303.993	(11.157)
Obrigações estimadas	6.288	3.738	6.295	3.732
Provisão para contingências	(5.615)	(11.852)	(6.806)	(11.983)
Benefícios pós-emprego	(29.334)	(30.374)	(29.334)	(30.374)
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	7.456	-	11.399	-
Outros	3.318	2.767	3.548	1.001
	233.988	**38.696**	**339.847**	**61.888**
Recursos provenientes das atividades operacionais	**1.311.953**	**1.096.154**	**1.716.807**	**1.286.512**
Atividades de investimento				
Aplicação no imobilizado	(67.586)	(64.347)	(372.199)	(69.040)
Aplicação no intangível e diferido	(1.428)	(299)	(5.346)	(303)
Aumento em investimentos, líquido das disponibilidades de controlada adquirida	(351.771)	(2.025)	(327.001)	-
Dividendos recebidos de controladas	231.958	134.860	-	-
Recursos (utilizados nas) recebidos das atividades de investimentos	**(188.827)**	**68.189**	**(704.546)**	**(69.343)**
Atividades de financiamento				
Financiamentos e debêntures	353.423	-	693.363	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(132.268)	(177.169)	(202.041)	(243.541)
Liquidações de operações com *swaps*	(26.077)	(59.096)	(26.077)	(87.034)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(940.255)	(938.891)	(940.255)	(938.891)
Recursos utilizados nas atividades de financiamentos	**(745.177)**	**(1.175.156)**	**(475.010)**	**(1.269.466)**
Total dos efeitos no caixa e equivalentes	**377.949**	**(10.813)**	**537.251**	**(52.297)**
Caixa e equivalentes				
Saldo inicial	193.806	204.619	256.840	309.137
Saldo final	571.755	193.806	794.091	256.840
	377.949	**(10.813)**	**537.251**	**(52.297)**
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	73.191	90.410	114.892	137.682
Imposto de renda e contribuição social	102.500	92.093	154.470	150.147
Transações que não envolveram o caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	16.974	65.555	21.638	67.188
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	545.279	492.189	545.279	492.189
Dividendos propostos a receber de controladas	91.006	103.021	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	29.653	-	29.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Informação suplementar)
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas e serviços	2.906.968	2.619.189	3.364.716	3.005.108
Ganhos em ações judiciais	3.700	93.350	3.700	94.502
Resultado não operacional	(1.507)	2.776	(1.462)	2.985
	2.909.161	**2.715.315**	**3.366.954**	**3.102.595**
(-) Insumos				
Materiais	(21.271)	(22.220)	(23.299)	(23.897)
Serviços de terceiros	(75.045)	(67.727)	(87.539)	(78.240)
Combustível para produção de energia	(118.684)	(95.575)	(126.960)	(102.070)
Energia elétrica comprada para revenda	(394.651)	(391.995)	(267.652)	(287.404)
Transações no âmbito da CCEE	(177.412)	(270.281)	(181.709)	(281.313)
Encargos de uso da rede elétrica	(169.161)	(162.625)	(205.762)	(202.545)
Seguros	(6.798)	(6.097)	(7.924)	(7.561)
Outros	(21.460)	(3.966)	(23.715)	(9.734)
	(984.482)	**(1.020.486)**	**(924.560)**	**(992.764)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**1.924.679**	**1.694.829**	**2.442.394**	**2.109.831**
Depreciação e amortização	(176.521)	(159.004)	(229.119)	(208.364)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**1.748.158**	**1.535.825**	**2.213.275**	**1.901.467**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	82.025	92.761	100.602	107.666
Resultado de participações societárias	179.091	113.538	(6.747)	(6.446)
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**2.009.274**	**1.742.124**	**2.307.130**	**2.002.687**

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora				Consolidado			
	2007	%	2006	%	2007	%	2006	%
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	94.073	4,7	81.782	4,7	95.777	4,2	83.432	4,2
Benefícios	23.802	1,2	21.622	1,2	24.101	1,0	21.885	1,1
Participação nos resultados	13.001	0,6	11.901	0,7	13.038	0,6	11.938	0,6
	130.876	**6,5**	**115.305**	**6,6**	**132.916**	**5,8**	**117.255**	**5,9**
Do capital de terceiros								
Encargos e variações monetárias/cambiais	119.134	5,9	152.838	8,8	167.084	7,2	216.720	10,8
Outras despesas financeiras	6.028	0,3	3.646	0,2	6.764	0,3	5.391	0,3
Aluguéis	7.334	0,4	5.524	0,3	7.907	0,4	6.491	0,3
	132.496	**6,6**	**162.008**	**9,3**	**181.755**	**7,9**	**228.602**	**11,4**
Do governo								
Impostos, taxas e contribuições	252.985	12,6	220.171	12,7	345.438	15,0	309.285	15,4
Encargos setoriais	102.852	5,1	78.659	4,5	127.381	5,5	95.588	4,8
Encargos s/concessão ANEEL	-	-	-	-	34.302	1,5	24.980	1,2
IR e CSLL	344.438	17,2	186.835	10,7	439.711	19,0	247.831	12,4
	700.275	**34,9**	**485.665**	**27,9**	**946.832**	**41,0**	**677.684**	**33,8**
Do capital próprio								
Reserva legal	52.282	2,6	48.957	2,8	52.282	2,3	48.957	2,4
Dividendos e juros s/ capital próprio	993.345	49,4	930.189	53,4	993.345	43,0	930.189	46,5
	1.045.627	**52,0**	**979.146**	**56,2**	**1.045.627**	**45,3**	**979.146**	**48,9**
	2.009.274	**100,0**	**1.742.124**	**100,0**	**2.307.130**	**100,0**	**2.002.687**	**100,0**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis – SC, e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O controle acionário da Companhia pertence à Suez Energy South America Participações Ltda., empresa constituída no Brasil sob o controle da Suez-Tractebel Sociètè Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, integrante do Grupo Suez, sediado na França.

Em março de 2007, a Companhia adquiriu, por R$ 28.793, o equivalente a 2,82% de participação acionária na Machadinho Energética S.A. – MAESA, a qual é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE que explora, através de consórcio, a usina hidrelétrica Machadinho.

A capacidade instalada da Tractebel Energia, incluindo a propriedade indireta das UHEs Itá, Cana Brava, Machadinho e da Unidade de Cogeração Lages, é de 5.881 MW, dos quais 79,37% em usinas hidrelétricas e 20,63% em termelétricas, constituída pelo seguinte parque gerador em operação: UHE Salto Osório (PR), UHE Salto Santiago (PR), UHE Passo Fundo (RS), UHE Itá (RS/SC), UHE Machadinho (SC/RS), UHE Cana Brava (GO), UTE Charqueadas (RS), UTE Alegrete (RS), UTE William Arjona (MS), Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (SC) e Unidade de Cogeração Lages (SC).

A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo o contrato para compra de longo prazo firmado com a controlada Itá Energética S.A. - ITASA , é de 5.918 MW.

As concessões e autorizações detidas pela Companhia e suas controladas estão relacionadas na Nota 11-d.

A Companhia é controladora da Companhia Energética Meridional – CEM, detendo 99,99% das ações representativas de seu capital social, a qual é detentora da concessão da usina hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, Estado de Goiás. A Companhia detém, também, o controle compartilhado, com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, da empresa Itá Energética S.A. – ITASA, da qual possui 48,75% do capital votante. A ITASA é uma SPE – Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e explorar, em parceria, através de consórcio, a usina hidrelétrica Itá, localizada no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Detém, ainda, 99,99% das quotas de capital da Lages Bioenergética Ltda., a qual possui autorização para explorar a unidade de cogeração Lages, no Município de Lages (SC), e da Tractebel Energia Comercializadora Ltda., empresa que comercializa energia no mercado livre de negociação.

Em junho de 2007, a Companhia adquiriu, da sua controladora Suez Energy South America Participações Ltda., o controle acionário da Companhia Energética São Salvador - CESS, correspondente a 99,99% das ações representativas do capital social, pelo valor de R$ 304.000. A CESS é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída para construir e operar a Usina Hidrelétrica São Salvador.

A Companhia também adquiriu, através da controlada integral Delta Energética, em novembro de 2007, o controle acionário da Seival Participações S.A., correspondente a 100% das ações ordinárias representativas do capital social, pelo valor de R$ 23.813. A Seival Participações S.A. detém 99,99% das quotas do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda., constituída como uma Sociedade de Propósito Específico - SPE para implantar e explorar uma central geradora termelétrica a vapor, utilizando como combustível carvão mineral.

As principais características das controladas e de seus empreendimentos estão descritas na Nota 10-b.

A Tractebel Energia, através de Fato Relevante divulgado em 13.12.2007, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que sua controlada integral Energia América do Sul Ltda., adquiriu o controle acionário da Ponte de Pedra Energética S.A., pelo valor total de R$ 592.000, o qual será pago desde que satisfeitas determinadas condições constantes do contrato de compra e venda de ações celebrado naquela data, dentre elas, a anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a aprovação do BNDES. A Ponte de Pedra Energética S.A. detém a concessão da usina hidrelétrica Ponte de Pedra, com capacidade instalada de 176,1 MW e energia assegurada de 131,6 MW médios, localizada no Rio Correntes, no Estado de Mato Grosso, em operação comercial desde setembro de 2005. A referida aquisição pela Energia América do Sul Ltda. constitui para a Tractebel Energia investimento relevante, e se enquadra nas disposições do artigo 256 da Lei n.º 6.404/76, razão pela qual será submetida à ratificação de acionistas em assembléia geral. A aquisição da usina Ponte de Pedra representa mais um passo da Tractebel Energia em sua estratégia de crescimento no setor elétrico brasileiro.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente. Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas, como informações suplementares, as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado.

A receita de fornecimento de energia, a partir de janeiro de 2007, passou a ser registrada líquida do ICMS recolhido por substituição tributária incidente sobre operações de vendas interestaduais. Até 31 de dezembro de 2006, este imposto vinha sendo apresentado no grupo "Deduções à receita operacional". De modo a facilitar a análise comparativa entre os períodos apresentados, a receita operacional bruta e as deduções à receita bruta relativas ao exercício de 2006, passaram, respectivamente, de R$ 2.638.577 e R$ 230.592 para R$ 2.619.189 e R$ 211.204, na controladora, e de R$ 3.060.737 e R$ 355.205 para R$ 3.005.108 e R$ 299.576, no consolidado.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações financeiras - são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os valores contábeis, caso excedam os preços médios de mercado, são ajustados através de constituição de provisão.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias e de outros créditos, com base em análise individual dos créditos existentes.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Ativo fiscal diferido) - são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base nas diferenças temporárias. A segregação entre circulante e não circulante obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem.

d) Almoxarifado - estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado.

e) Ativos indexados - são atualizados até a data do balanço.

f) Investimentos – os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado;

g) Imobilizado - é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro – UC que compõem os empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas estão demonstradas na Nota 11-a.

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Até 31.12.1998, foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculado às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico.

h) Empréstimos, financiamentos e debêntures – são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais (ver Nota 15 e Nota 16). Os encargos decorrentes de ambos são apropriados até a data do balanço.

i) Demais obrigações - são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

j) Provisão para contingências – são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, cíveis, trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas provisões estão sendo apresentadas líquidas dos depósitos judiciais a elas relacionadas. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.

k) Benefícios pós-emprego - são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, complementados pelos valores projetados atuarialmente e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas (ver Nota 21).

l) Resultado do exercício - as receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

m) Reconhecimento dos efeitos inflacionários - estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26.12.1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31.12.1995.

n) Uso de estimativas – a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro das provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e benefícios pós-emprego, bem como à apresentação do perfil de exigibilidade das mesmas e de realização do respectivo ativo fiscal diferido.

o) Ajuste a valor presente – os ativos e passivos não circulantes contratados a preços futuros são ajustados a valor presente, com a taxa de desconto de 10% a.a., usualmente praticada no setor elétrico.

p) Demonstrações contábeis consolidadas

São eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da ITASA são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle compartilhado (ver Nota 10-b).

Em face da participação da controladora nas demais sociedades controladas ser de 99,99%, não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas.

4 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2007	**2006**	**2007**	**2006**
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais e Privados [1]				
Nota do Tesouro Nacional - NTN - B	424.512	-	535.435	-
Debêntures	30.092	-	37.955	-
Letra do Tesouro Nacional - LTN	241	153.637	303	153.637
	454.845	153.637	573.693	153.637
Certificado de Depósito Bancário - CDB	20.473	32.715	25.823	32.715
Letra do Tesouro Nacional - LTN	40.410	-	50.969	-
Letra Financeira do Tesouro - LFT	49.333	-	62.224	-
	565.061	186.352	712.709	186.352
Instituições Financeiras [2]				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	31.657	16.518
Notas do Tesouro Nacional - NTN - D	-	-	3.634	4.508
Operações Compromissadas com Títulos Privados e Públicos Federais [1]				
Debêntures	-	-	20.921	22.165
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	-	-	3.704
	-	-	56.212	46.895
	565.061	186.352	768.921	233.247
Banco Santos				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	1.777	1.777	2.603	2.603
(-) Provisão para perdas	(1.777)	(1.777)	(2.603)	(2.603)
	565.061	**186.352**	**768.921**	**233.247**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo e Multimercado, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, estando estas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de irrelevantes despesas gerais e administrativas.

Na carteira do fundo, em 31.12.2007, estão registradas operações no mercado futuro de taxa de juros (DI Futuro BMF), que tem por objetivo transformar alocações pré-fixadas em alocações indexadas ao CDI. Os resultados dessas operações são compensados com os apresentados na carteira de títulos acima mencionada. O saldo consolidado dessas transações em 31.12.2007 é de R$ 38.678.

Estas operações têm os seguintes valores, datas de vencimento e características:

	Valor	Vencimento	Carteira protegida	Vencimento
DI Futuro	14.988	02.01.2008	LTN	01.01.2009
DI Futuro	23.690	01.07.2008	LTN	01.01.2008
	38.678			

A provisão para perdas em aplicações financeiras foi constituída para cobrir possíveis perdas decorrentes das aplicações em CDB que a Companhia e a controlada CEM possuem no Banco Santos, o qual teve a sua falência decretada em 2005.

(1) São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pré-fixada e estão lastreadas em títulos públicos federais e em títulos privados.

(2) Banco do Brasil, Banco Safra, Banco Santander, Banco Votorantim, Banco Itaú, ABN Amro Real, UNIBANCO, HSBC e Tesouro Nacional.

5 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				
	2007				2006
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	192.569	-	-	192.569	181.914
Comercializadoras	82.232	-	-	82.232	75.307
Consumidores livres	26.561	1.816	6	28.383	29.324
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Correntes	6.185	127	-	6.312	-
- Parcelamentos	11.350	-	-	11.350	19.537
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	1.373	212	-	1.585	7.841
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	109.873	-	11.947	121.820	121.820
	128.781	339	11.947	141.067	149.198
	430.143	**2.155**	**12.693**	**444.991**	**436.483**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(109.873)	-	(11.947)	(121.820)	(121.820)
	320.270	**2.155**	**746**	**323.171**	**314.663**
Não Circulante					
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Parcelamentos	3.658	-	-	3.658	13.820
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	890	-	-	890	2.243
	4.548	**-**	**-**	**4.548**	**16.063**

	Consolidado				
	2007				2006
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	195.483	-	-	195.483	184.662
Comercializadoras	42.999	-	-	42.999	75.136
Consumidores livres	84.203	4.143	6	88.352	67.838
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito do CCEE/MAE					
- Correntes	7.392	137	-	7.529	380
- Parcelamentos	11.350	-	-	11.350	19.537
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	1.373	212	-	1.585	7.841
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	13.944	124.442	124.442
	130.613	349	13.944	144.906	152.200
	453.298	**4.492**	**14.690**	**472.480**	**480.576**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)
	342.800	**4.492**	**2.614**	**349.906**	**358.002**
Não Circulante					
Transações no âmbito do CCEE/MAE					
- Parcelamentos	3.658	-	-	3.658	13.820
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	890	-	-	890	2.243
	4.548	**-**	**-**	**4.548**	**16.063**

Os valores vencidos há mais de 90 dias relativos a transações no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE (atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE) referem-se a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do MAE, realizada em 30.12.2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido débito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores vincendos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do MAE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.

6 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Circulante				
ICMS	42.764	44.375	44.894	45.857
Imposto de renda	-	9.021	681	10.369
Contribuição social	-	2.945	-	3.199
COFINS	2.256	1.139	2.316	1.139
PIS	490	249	503	249
INSS	2.913	7.245	2.913	7.245
	48.423	**64.974**	**51.307**	**68.058**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	(40.138)	(41.351)	(40.138)	(41.351)
	8.285	**23.623**	**11.169**	**26.707**
Não Circulante				
ICMS	3.934	3.110	6.897	5.880
COFINS	8.762	5.943	8.772	5.953
PIS	1.902	1.289	1.904	1.291
INSS	6.610	-	6.610	-
	21.208	**10.342**	**24.183**	**13.124**

A provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS é decorrente do imposto incidente sobre a aquisição de gás natural para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, e foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total de tais créditos, tendo em vista que a venda de energia elétrica naquele Estado ocorria com diferimento de ICMS.

7 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora				
	2007				2006
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	146.550	36.637	-	36.637	34.167
Benefícios pós-emprego	190.812	47.703	17.173	64.876	57.120
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121.820	30.455	10.964	41.419	41.419
Provisão para contingências	106.505	26.626	9.586	36.212	33.565
Provisão para perdas com créditos de ICMS	40.138	10.035	3.612	13.647	14.060
Depreciação acelerada na UTE W. Arjona	25.190	6.298	2.267	8.565	9.701
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	5.091	1.273	458	1.731	5.731
Ajuste a valor presente de valores a receber	20.181	5.045	1.816	6.861	8.598
Provisão para perdas em aplicações financeiras	1.777	444	160	604	604
PIS e COFINS com exigibilidade suspensa	4.787	1.197	431	1.628	-
Outros	3.770	942	340	1.282	2.000
		166.655	**46.807**	**213.462**	**206.965**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		9.860	2.231	12.091	19.683
Não circulante		156.795	44.576	201.371	187.282
		166.655	**46.807**	**213.462**	**206.965**

	Consolidado				
	2007				2006
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	146.550	36.637	-	36.637	34.167
Benefícios pós-emprego	190.812	47.703	17.173	64.876	57.120
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675
Provisão para contingências	110.257	27.564	9.924	37.488	34.305
Provisão para perdas com créditos de ICMS	40.138	10.035	3.612	13.647	14.060
Depreciação acelerada na UTE W. Arjona	25.190	6.298	2.267	8.565	9.701
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	5.091	1.273	458	1.731	5.731
Ajuste a valor presente de valores a receber	20.181	5.045	1.816	6.861	8.598
Provisão para perdas em aplicações financeiras	2.603	651	234	885	885
PIS e COFINS com exigibilidade suspensa	6.416	1.604	578	2.182	-
Outros	4.787	1.197	431	1.628	3.598
		168.650	**47.525**	**216.175**	**209.840**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		9.911	2.249	12.160	21.351
Não circulante		158.739	45.276	204.015	188.489
		168.650	**47.525**	**216.175**	**209.840**

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas.

Estudos técnicos de viabilidade, examinados pelo Conselho Fiscal e aprovados pelos órgãos de administração da Companhia, indicam que os ativos fiscais diferidos existentes serão totalmente recuperados por lucros tributáveis futuros.

O horizonte de realização do ativo fiscal diferido e a sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Ativo fiscal diferido, registrado		
2008	12.091	12.160
2009	13.789	14.235
2010	12.663	12.746
2011	20.614	21.328
2012	39.037	39.482
2013 a 2015	89.886	90.808
2016 e 2017	25.382	25.416
	213.462	**216.175**
Ativo fiscal diferido, não registrado		
2018	3.664	3.664
2019	3.492	3.492
2020	734	734
2021	734	734
2022	734	734
2023 a 2025	2.202	2.202
2026 a 2028	2.202	2.202
2029 em diante	1.686	1.686
	15.448	**15.448**
	228.910	**231.623**

O ativo fiscal diferido não registrado corresponde a Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC. A sua realização ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido, em observância à Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

8 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	2007		2006	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.390.065**	**1.390.065**	**1.165.981**	**1.165.981**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	6.747	-	6.746	-
Gratificação e 13º de dirigentes	3.178	-	1.784	-
Doações	2.242	2.242	2.235	2.235
Outras despesas indedutíveis	354	354	314	314
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(185.838)	(185.838)	(120.284)	(120.284)
Juros sobre o capital próprio	(176.000)	(176.000)	(213.000)	(213.000)
Baixa de provisão para perda da UTE Jacuí RIC (*)	-	-	(303.131)	-
UTE Jacuí	-	-	(71.263)	-
Demais ativos	(14.636)	-	(13.630)	-
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.026.112**	**1.030.823**	**455.752**	**835.246**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(256.528)**	**(92.774)**	**(113.938)**	**(75.172)**
Complemento do IR diferido sobre a RIC (*)	2.471	-	-	-
Incentivos fiscais	2.369	-	2.181	-
Outros	24	-	94	-
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(251.664)**	**(92.774)**	**(111.663)**	**(75.172)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(257.095)	(93.840)	(98.489)	(42.610)
Diferido	5.431	1.066	(13.174)	(32.562)
	(251.664)	**(92.774)**	**(111.663)**	**(75.172)**

(*) RIC – Remuneração das Imobilizações em Curso

	Consolidado			
	2007		2006	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.485.338**	**1.485.338**	**1.226.977**	**1.226.977**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	6.747	-	6.746	-
Gratificação e 13º de dirigentes	3.509	-	1.999	-
Doações	2.490	2.490	5.726	5.726
Perdas com operações de *swaps*	-	-	8.243	8.243
Outras despesas indedutíveis	272	272	345	345
Exclusões				
Juros sobre o capital próprio	(176.000)	(176.000)	(213.000)	(213.000)
Baixa de provisão para perda da UTE Jacuí RIC (*)	-	-	(303.131)	-
UTE Jacuí	-	-	(71.263)	-
Demais ativos	(14.636)	-	(13.630)	-
Ajuste em controlada tributada pelo lucro presumido	(5.508)	(3.995)	(12.801)	(10.951)
Outros	-	-	(300)	(300)
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.302.212**	**1.308.105**	**635.911**	**1.017.040**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(325.553)**	**(117.729)**	**(158.978)**	**(91.534)**
IR e CS de exercícios anteriores	(1.195)	(430)	-	-
Complemento do IR diferido sobre a RIC (*)	2.471	-	-	-
Incentivos fiscais	2.617	-	2.503	-
Outros	108	-	178	-
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(321.552)**	**(118.159)**	**(156.297)**	**(91.534)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(326.894)	(119.151)	(140.376)	(57.986)
Diferido	5.342	992	(15.921)	(33.548)
	(321.552)	**(118.159)**	**(156.297)**	**(91.534)**

(*) RIC – Remuneração das Imobilizações em Curso

9 – ALIENAÇÕES DE BENS E DIREITOS

Registra os valores a receber da Elétrica Jacuí S.A. – ELEJA relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. A ELEJA é uma sociedade de propósito específico, controlada por sociedade detentora dos direitos de exploração de jazidas de carvão mineral na região do projeto Jacuí, a qual, nos termos do contrato, assumiu a responsabilidade pela conclusão do projeto.

Em garantia ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento do preço de compra, a ELEJA deu à Tractebel Energia, em promessa de penhor e hipoteca, os direitos, bens, máquinas, imóveis e seus acessórios, que foram objeto do contrato de compra e venda entre as partes.

De acordo com as condições contratuais, os valores da venda estão sendo atualizados pelo IGP-DI e serão recebidos em 36 parcelas a partir da data de início da operação comercial da UTE Jacuí ou da data que se completarem quatro anos, contados a partir da venda.

Considerando que os valores contratuais estão a preço futuro, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente, aplicando a taxa de desconto de 10% a.a. Os valores nominais e os descontados a valor presente, na controladora e no consolidado, são como se segue:

	2007	2006
Valor da alienação	101.496	93.855
(-) Ajuste a valor presente	(20.181)	(25.290)
	81.315	**68.565**

10 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Equivalência Patrimonial	1.062.602	806.786	-	-
Ágio	63.067	34.757	82.595	34.757
Avaliadas pelo custo de aquisição	28.796	3	28.796	3
Bens e direitos para uso futuro	1.895	1.742	1.895	1.742
Outros investimentos	121	371	121	371
	1.156.481	**843.659**	**113.407**	**36.873**

b) Participações societárias permanentes

b.1) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

	2007				2006	
Empresas	Lote de Mil Ações ou Quotas	Participação (%)	Lucro Líquido (Prejuízo)	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)	Patrimônio Líquido
Itá Energética S.A. – ITASA	253.607	48,75	29.617	583.424	28.380	567.580
Companhia Energética Meridional - CEM	344.528	99,99	99.436	443.744	88.217	480.558
Companhia Energética São Salvador - CESS	268.943	99,99	-	268.943	-	-
Lages Bioenergética Ltda.	30.530	99,99	7.929	40.345	15.929	32.416
Tractebel Energia Comercializadora Ltda.	4.200	99,99	64.066	4.200	2.031	17.113
Delta Energética S.A.	20.960	99,99	(31)	20.898	(28)	3
Lagoa Formosa Bioenergética Ltda.	50	99,99	-	50	-	-

Movimentação dos investimentos

Equivalência Patrimonial

Empresas	Saldos em 31.12.2006	Constituição/ Aquisição Empresa	Aumento de Capital	Resultado da Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31.12.2007
ITASA	276.695	-	-	14.438	(6.714)	284.419
CEM	480.558	-	-	99.436	(136.250)	443.744
CESS	-	268.943	-	-	-	268.943
Lages Bioenergética	32.416	-	-	7.929	-	40.345
Tractebel Energia Comercializadora	17.113	-	-	64.066	(76.979)	4.200
Delta Energética	4	-	20.925	(31)	-	20.898
Lagoa Formosa	-	50	-	-	-	50
Outras	-	3	-	-	-	3
	806.786	**268.996**	**20.925**	**185.838**	**(219.943)**	**1.062.602**

Ágio

Empresas	Saldos em 31.12.2006	Aquisição Empresa	Amortização	Saldos em 31.12.2007
ITASA	8.010	-	(2.289)	5.721
CEM	26.747	-	(4.458)	22.289
CESS	-	35.057	-	35.057
Controladora	**34.757**	**35.057**	**(6.747)**	**63.067**
Delta Energética				
Seival Participações	-	19.528	-	19.528
Consolidado	**34.757**	**54.585**	**(6.747)**	**82.595**

Informações sobre as controladas

Itá Energética S.A. – ITASA (controlada em conjunto)

As ações representativas do capital social da ITASA são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

A ITASA tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da ANEEL, com prazo de vigência de 35 anos, a partir de 28.12.1995. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e possui capacidade instalada de 1.450 MW e 720 MW médios de energia assegurada. Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada ITASA tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios.

O ágio na aquisição do investimento tem fundamento econômico na expectativa de resultados futuros e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos. A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com as premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para o período de concessão de 35 anos.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados, nas demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas, na proporção dos investimentos da Companhia no capital social da controlada:

ATIVO	**2007**	**2006**
Ativo circulante	69.220	74.786
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	4.177	3.743
Permanente	976.714	1.022.962
	980.891	1.026.705
TOTAL DO ATIVO	**1.050.111**	**1.101.491**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	115.277	109.534
Passivo não circulante		
Exigível a longo prazo	351.410	424.377
Patrimônio líquido	583.424	567.580
TOTAL DO PASSIVO	**1.050.111**	**1.101.491**
RESULTADO		
Receitas operacionais brutas	220.442	219.049
Deduções da receita operacional	(22.314)	(22.280)
Receitas líquidas de vendas	**198.128**	**196.769**
CUSTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	**(58.934)**	**(45.447)**
LUCRO BRUTO	**139.194**	**151.322**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	(24.296)	(29.926)
Despesas gerais e administrativas	(20.236)	(19.526)
	(44.532)	**(49.452)**
Resultado do serviço	**94.662**	**101.870**
Despesas financeiras, líquidas	**(50.006)**	**(59.434)**
RESULTADO OPERACIONAL	**44.656**	**42.436**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**93**	**432**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**44.749**	**42.868**
Imposto de renda e contribuição social	(15.132)	(14.488)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**29.617**	**28.380**

Companhia Energética Meridional – CEM (controlada)

A CEM detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27.08.1998.

O ágio na aquisição do controle acionário tem fundamento econômico na expectativa de resultado futuro e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos. A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para 35 anos, prazo de concessão da usina.

Companhia Energética São Salvador – CESS (controlada)

Em 2007, a Companhia adquiriu a totalidade das ações de emissão da CESS, detidas pela sua controladora SUEZ Energy South America Participações Ltda.

A CESS é titular da concessão do aproveitamento hidrelétrico São Salvador, que possui 243,2 MW de capacidade instalada e 148,5 MW médios de energia assegurada. Em outubro de 2006, a CESS comercializou no 3º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, que se iniciará em janeiro de 2011, 148 MW médios com empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada - ACR.

O preço pago pela Companhia foi de R$ 304.000 à vista, valor esse que deverá ser acrescido de R$ 18.000, caso ocorra a concatenação entre a data do início dos pagamentos relativos ao Uso do Bem Público - UBP e o início do fornecimento de energia elétrica, originalmente previsto para 2011 nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica - CCEARs.

O ágio pago na aquisição do controle acionário foi de R$ 35.057 e será adicionado de R$ 18.000 caso seja concretizada a condição acima mencionada. O referido ágio tem fundamento econômico na expectativa de resultado futuro e será amortizado a partir do início da operação comercial, previsto para 2009. A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para 35 anos, prazo de concessão da usina.

Pela outorga da concessão onerosa da UHE São Salvador, a CESS pagará à União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o valor original de R$ 555.000, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado. De acordo com o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, datado de 18.07.2007, o início do pagamento dar-se-á a partir da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE São Salvador, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o término da concessão, em abril de 2037.

Ainda conforme o referido aditivo, este valor foi atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M até a data do aditivo contratual, em 18.07.2007, e a partir desta data, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Os valores contratuais atualizados são os seguintes:

	2007	2006
Valor anual	33.009	30.164
Parcelas mensais (1/12)	2.751	2.514
Valor nominal total	935.264	904.909
Valor presente total	286.317	278.000

O valor presente total foi calculado com base na taxa de desconto de 10% a.a., tradicionalmente utilizada no setor elétrico brasileiro, considerando os pagamentos no período de 01.01.2009 a 23.04.2037.

Lages Bioenergética Ltda. (controlada)

A Lages detém a autorização da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages – SC, com um turbogerador a vapor de 28 MW, utilizando resíduos de madeira como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002.

A Usina de Cogeração, no ano de 2006, obteve o registro no Comitê Executivo de Mecanismo do Desenvolvimento Limpo - MDL da ONU por utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (controlada)

A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Delta Energética S.A. (controlada)

Em 2007, a controlada adquiriu a totalidade das ações de emissão da Seival Participações S.A.. A Seival é uma *holding* de propósito específico, detentora de 99,99% do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda., com sede na cidade de Porto Alegre - RS.

A aquisição da Seival Participações acrescenta ganhos ao desenvolvimento do projeto para exportação de energia ao Uruguai a partir de 2012, uma vez que detém os direitos (incluindo autorização da ANEEL, licença prévia e opção de compra de imóvel) para implantar e explorar uma termelétrica a carvão em Candiota - RS, com potência instalada de até 540 MW.

O preço da aquisição foi de R$ 23.813, dos quais foram pagos, até 31.12.2007, R$ 20.813, remanescendo o saldo de R$ 3.000 que será quitado de acordo com o cumprimento das condições estabelecidas contratualmente.

O ágio apurado na aquisição do controle acionário foi de R$ 19.528, o qual foi determinado com base em análise econômico-financeira e avaliação dos benefícios que a aquisição do projeto proporcionará à Companhia, e será amortizado a partir do início da operação comercial.

Lagoa Formosa Bioenergética Ltda. (controlada)

A Lagoa Formosa Bioenergética Ltda., Sociedade de Propósito Específico - SPE, controlada integral da Tractebel Energia, foi constituída com o objetivo de construir a Usina Cogeração São João, um empreendimento à biomassa de cana-de-açúcar em consórcio com a empresa Dedini Açúcar e Álcool Ltda., pertencente ao Grupo Dedini Agro.

Em setembro de 2007, a Dedini foi adquirida pelo grupo espanhol Abengoa, que optou por desfazer tal parceria. A Tractebel Energia, entretanto, terá direito a uma compensação financeira a título de indenização pelo descumprimento dos termos contratados entre as partes. O projeto havia vendido 23 MW médios, a partir de 2010, no 1º Leilão de Fontes Alternativas promovido pela ANEEL, em junho do ano corrente, cujo compromisso de implantação e entrega permanece com a Dedini.

b.2) Avaliadas pelo custo de aquisição

Machadinho Energética S.A. – MAESA

Em março de 2007, a Companhia adquiriu por R$ 28.793, representando 2,82% de participação acionária na Machadinho Energética S.A. – MAESA. A MAESA é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE que explora, através de consórcio, a usina hidrelétrica Machadinho. O Consórcio Machadinho é composto pela MAESA e pela Tractebel Energia, com participações de 83,06% e 16,94%, respectivamente. Em conseqüência desta aquisição, a Tractebel Energia aumentou a sua participação total na concessão e no consórcio em 2,34%, passando para 19,28%.

11 – ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora				
	2007				2006
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em Serviço					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,5	640.926	(505.695)	135.231	150.495
UHE Salto Osório	2,7	311.678	(236.477)	75.201	70.754
UHE Passo Fundo	2,4	119.752	(91.566)	28.186	30.353
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.071	(25.735)	154.336	159.065
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.233.790	(221.061)	1.012.729	1.060.782
		2.486.217	**(1.080.534)**	**1.405.683**	**1.471.449**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.485.256	(1.353.746)	1.131.510	1.188.778
UTE Charqueadas	6,2	58.808	(50.504)	8.304	7.338
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.310)	979	851
UTE William Arjona	4,3	174.657	(75.314)	99.343	105.220
		2.727.010	**(1.486.874)**	**1.240.136**	**1.302.187**
Equipamentos Gerais e Outros	10,0	**46.028**	**(21.176)**	**24.852**	**17.403**
		5.259.255	**(2.588.584)**	**2.670.671**	**2.791.039**
Imobilizações em Curso					
Geração Hidráulica		20.452	-	20.452	17.088
Geração Térmica		41.375	-	41.375	31.778
Equipamentos Gerais e Outros		2.200	-	2.200	6.024
		64.027	**-**	**64.027**	**54.890**
Total das imobilizacões		**5.323.282**	**(2.588.584)**	**2.734.698**	**2.845.929**
Obrigações especiais		**(9.480)**	**-**	**(9.480)**	**(9.494)**
		5.313.802	**(2.588.584)**	**2.725.218**	**2.836.435**

	Consolidado				
	2007				2006
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em Serviço					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,5	640.926	(505.695)	135.231	150.495
UHE Salto Osório	2,7	311.678	(236.477)	75.201	70.754
UHE Passo Fundo	2,4	119.752	(91.566)	28.186	30.353
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.071	(25.735)	154.336	159.065
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.776.708	(315.999)	1.460.709	1.521.266
UHE Cana Brava	3,0	874.550	(119.016)	755.534	780.930
		3.903.685	**(1.294.488)**	**2.609.197**	**2.712.863**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.485.256	(1.353.746)	1.131.510	1.188.778
UTE Charqueadas	6,2	58.808	(50.504)	8.304	7.338
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.310)	979	851
UTE William Arjona	4,3	174.657	(75.314)	99.343	105.220
Unidade de Cogeração Lages	4,3	74.148	(11.535)	62.613	65.238
		2.801.158	**(1.498.409)**	**1.302.749**	**1.367.425**
Equipamentos Gerais e Outros	10,0	**46.194**	**(21.278)**	**24.916**	**17.492**
		6.751.037	**(2.814.175)**	**3.936.862**	**4.097.780**
Imobilizações em Curso					
Geração Hidráulica					
UHE São Salvador		615.577	-	615.577	-
Outras UHE (obras de adição)		24.861	-	24.861	22.499
Geração Térmica		42.918	-	42.918	32.214
Equipamentos Gerais e Outros		2.213	-	2.213	6.024
		685.569	**-**	**685.569**	**60.737**
Total das imobilizacões		**7.436.606**	**(2.814.175)**	**4.622.431**	**4.158.517**
Obrigações especiais		**(9.605)**	**-**	**(9.605)**	**(9.619)**
		7.427.001	**(2.814.175)**	**4.612.826**	**4.148.898**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	Em serviço	**Em curso**	**Total**	**Em serviço**	**Em curso**	**Total**
Saldo em 31.12.2005	**2.919.922**	**63.947**	**2.983.869**	**4.255.437**	**74.031**	**4.329.468**
Ingressos	-	64.347	64.347	-	69.040	69.040
Transferências	46.660	(46.660)	-	55.590	(55.590)	-
Depreciação	(159.442)	-	(159.442)	(196.727)	-	(196.727)
Baixas	(16.101)	(26.744)	(42.845)	(16.520)	(26.744)	(43.264)
Saldo em 31.12.2006	**2.791.039**	**54.890**	**2.845.929**	**4.097.780**	**60.737**	**4.158.517**
Ingressos				-		
UHE São Salvador	-	-	-	-	615.577	615.577
Demais usinas	-	67.586	67.586	-	71.401	71.401
Transferências	58.196	(58.196)	-	59.000	(59.000)	-
Depreciação	(176.066)	-	(176.066)	(217.420)	-	(217.420)
Baixas	(2.498)	(253)	(2.751)	(2.498)	(3.146)	(5.644)
	2.670.671	**64.027**	**2.734.698**	**3.936.862**	**685.569**	**4.622.431**
Obrigações Especiais	(9.480)	-	(9.480)	(9.605)	-	(9.605)
Saldo em 31.12.2007	**2.661.191**	**64.027**	**2.725.218**	**3.927.257**	**685.569**	**4.612.826**

c) Obrigações especiais

Referem-se a obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica e representam os valores aplicados nos empreendimentos sob concessão, com recursos da União e de doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. A quitação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente.

d) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da Concessão ou Autorização	**Capacidade Instalada MW**	**Data do ato**	**Vencimento**
I – Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28.09.1998	28.09.2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28.09.1998	28.09.2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28.09.1998	28.09.2028
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15.07.1997	15.07.2032
UHE Itá	Controladora/ITASA	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Cana Brava	CEM	450	27.08.1998	27.08.2033
UHE São Salvador	CESS	241	23.04.2002	23.04.2037
II–Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	25.09.1998	28.09.2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	25.09.1998	28.09.2028
UTE Alegrete	Controladora	66	25.09.1998	28.09.2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02.06.2000	28.04.2029
UTE Lages	Lages Bioenergética	28	30.10.2002	30.10.2032

A concessão pertinente à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto Itá Energética S.A. – ITASA (ver Nota 10-b.1) e a concessão da UHE Machadinho está compartilhada com outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho (ver Nota 10-b.2)

e) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária

sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

f) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a Usina Termelétrica Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete – RS, de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

12 – ATIVO INTANGÍVEL

	Consolidado					
	2007				2006	
	Taxas médias de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Empresa
Direito de exploração da UHE Cana Brava	3,2	88.664	(15.488)	73.176	76.022	CEM
Direito de uso de softwares	20,0	10.195	(7.879)	2.316	1.288	Consolidado
		98.859	**(23.367)**	**75.492**	**77.310**	

13 – UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA

As unidades geradoras 4 e 5 da usina termelétrica William Arjona, com potência total de 70 MW, utilizam gás natural para geração de energia elétrica e foram implantadas com o objetivo específico de atender a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, sob a regência do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica firmado em 10.01.2002, com vigência até 31.12.2004.

A Administração da Companhia vinha considerando a possibilidade de desativar tais unidades geradoras no final do contrato com a CBEE. Em linha com esta possibilidade, a Companhia amortizou o valor econômico destes ativos no período de sua utilização, atingindo um valor residual compatível com o valor estimado de alienação.

Em 26.10.2004, a Administração da Companhia comunicou à Assessoria do Ministério de Minas e Energia que, após o término do contrato com a CBEE, as referidas unidades geradoras seriam mantidas e estariam à disposição para operação centralizada, de acordo com as normas e procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, a partir de 01.01.2005, nas mesmas condições das unidades 1, 2 e 3.

Desta forma, o processo de depreciação das referidas unidades não foi interrompido. Concomitantemente com a depreciação, a Companhia vem revertendo a amortização acelerada reconhecida ao longo do contrato com a CBEE.

O valor residual das unidades geradoras 4 e 5, em 31.12.2007 e 2006, é de R$ 33.134.

14 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Energia elétrica comprada	79.012	77.257	70.428	70.244
Transações no âmbito da CCEE	17.631	75.921	19.536	75.922
Encargos de uso da rede elétrica	49.747	44.379	54.167	48.880
Combustíveis fósseis / biomassa	40.195	6.252	39.148	6.334
Materiais e serviços	43.123	32.115	90.632	37.939
	229.708	**235.924**	**273.911**	**239.319**

15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	2007			2006		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional, líquido de garantias depositadas	20.545	160.504	181.049	24.799	223.460	248.259
BNP Paribas (*Floating Rate Note)*	-	104.343	104.343	112.810	-	112.810
Deutsche Bank	3.403	3.403	6.806	4.107	8.215	12.322
ABN AMRO Bank	2.498	-	2.498	6.029	3.015	9.044
Encargos	4.501	-	4.501	5.966	-	5.966
	30.947	**268.250**	**299.197**	**153.711**	**234.690**	**388.401**
Moeda nacional						
ELETROBRÁS	34.005	66.464	100.469	87.437	93.402	180.839
BNDES	1.790	-	1.790	9.769	1.987	11.756
Banco do Brasil	3.529	10.588	14.117	3.529	14.118	17.647
Encargos	984	-	984	1.706	-	1.706
	40.308	**77.052**	**117.360**	**102.441**	**109.507**	**211.948**
	71.255	**345.302**	**416.557**	**256.152**	**344.197**	**600.349**

	Consolidado					
	2007			2006		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional, líquido de garantias depositadas	20.545	160.504	181.049	24.799	223.460	248.259
BNP Paribas (Floating Rate Note)	-	104.343	104.343	112.810	-	112.810
Deutsche Bank	3.403	3.403	6.806	4.107	8.215	12.322
ABN AMRO Bank	2.498	-	2.498	6.029	3.015	9.044
Encargos	4.501	-	4.501	5.966	-	5.966
	30.947	**268.250**	**299.197**	**153.711**	**234.690**	**388.401**
Moeda nacional						
ELETROBRÁS	34.005	66.464	100.469	87.437	93.402	180.839
BNDES	28.793	255.545	284.338	36.674	150.498	187.172
Agentes Financiadores - BNDES	14.990	338.409	353.399	14.935	85.879	100.814
Banco do Brasil	3.529	10.588	14.117	3.529	14.118	17.647
BRDE	6.810	24.969	31.779	6.785	31.664	38.449
Encargos	1.950	6.506	8.456	3.008	-	3.008
	90.077	**702.481**	**792.558**	**152.368**	**375.561**	**527.929**
	121.024	**970.731**	**1.091.755**	**306.079**	**610.251**	**916.330**

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2005	**194.135**	**601.949**	**796.084**	**243.343**	**911.138**	**1.154.481**
Transferências	243.997	(243.997)	-	292.859	(292.859)	-
Encargos gerados	68.583	-	68.583	100.758	5.727	106.485
Variações cambiais	(4.133)	(21.005)	(25.138)	(4.133)	(21.005)	(25.138)
Remuneração de garantias depositadas	-	7.250	7.250	-	7.250	7.250
Amortizações	(246.430)	-	(246.430)	(326.748)	-	(326.748)
Saldo em 31.12.2006	**256.152**	**344.197**	**600.349**	**306.079**	**610.251**	**916.330**
Ingressos	-	-	-	-	392.651	392.651
Transferências	61.311	(61.311)	-	110.139	(110.139)	-
Repactuação do vencimento	(101.289)	101.289	-	(101.289)	101.289	-
Encargos gerados	54.075	-	54.075	82.687	15.552	98.239
Variações cambiais	(21.067)	(33.465)	(54.532)	(21.067)	(33.465)	(54.532)
Remuneração de garantias depositadas	-	(5.408)	(5.408)	-	(5.408)	(5.408)
Amortizações	(177.927)	-	(177.927)	(255.525)	-	(255.525)
Saldo em 31.12.2007	**71.255**	**345.302**	**416.557**	**121.024**	**970.731**	**1.091.755**

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora					
	2007			2006		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	109.411	193.800	46,52	128.392	274.502	45,73
Euro – EUR	40.404	105.397	25,31	40.386	113.899	18,97
		299.197	**71,83**		**388.401**	**64,70**
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)		101.272	24,31		182.286	30,36
Não indexado		16.088	3,86		29.662	4,94
		117.360	**28,17**		**211.948**	**35,30**
		416.557	**100,00**		**600.349**	**100,00**

	Consolidado					
	2007			2006		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	109.411	193.800	17,75	128.392	274.502	29,96
Euro – EUR	40.404	105.397	9,66	40.386	113.899	12,43
		299.197	**27,41**		**388.401**	**42,39**
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)		101.272	9,28		182.286	19,89
TJLP		675.198	61,84		315.981	34,48
Não indexado		16.088	1,47		29.662	3,24
		792.558	**72,59**		**527.929**	**57,61**
		1.091.755	**100,00**		**916.330**	**100,00**

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores

	(%)	
Moeda – indexador	**2007**	**2006**
Dólar Americano – USD	(17,15)	(8,66)
Euro – EUR	(7,50)	1,85
TJLP	6,37	7,87
SELIC	11,88	15,08

e) Condições Contratadas

		Condições de Pagamento		
	Encargos	**Vencimento**	**Encargos**	**Principal**
Moeda estrangeira				
Tractebel Energia				
Secretaria do Tesouro Nacional	Libor + 1,075% a.a.	Abr 2024	Semestrais, em Abr e Out	Semestrais, em Abr e Out
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	Euribor + 2,75% a.a. [a]	Nov 2015	Anual em Nov	Parcela única em Nov 2015
Deutsche Bank	Libor + 0,55% + IR s/juros (10%)	Out 2009	Semestrais, em Abr e Out	Semestrais, em Abr e Out
ABN AMRO Bank	Libor + 2,5% a.a.	Mar 2008	Semestrais, em Mar e Set	Semestrais, em Mar e Set
Moeda nacional				
Tractebel Energia				
Eletrobrás	12% a.a.	Abr 2011	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
BNDES	Selic + 1% a.a.	Fev 2008	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
Banco do Brasil	9,35% a.a.	Dez 2011	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
CEM				
BNDES	TJLP + 4% a.a. [b]	Abr 2013	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
ITASA				
BNDES	TJLP + 4% a.a. [b]	Set 2013	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
Agentes financiadores - BNDES [d]	TJLP + 3,85% a.a. [b]	Set 2013	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
LAGES				
BRDE	TJLP + 2,25% a.a. [b]	Ago 2012	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. [b]	Out 2023	Mensais, até o vencimento[c]	Mensais, até o vencimento[c]
Agentes financiadores - BNDES [d]	TJLP + 3,25% a.a. [b]	Out 2023	Mensais, até o vencimento[c]	Mensais, até o vencimento[c]

[a] Repactuação do vencimento, postergado de novembro de 2007 para novembro de 2015 e do *spread* de 7% a.a. para 2,75% a.a.

[b] O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

[c] Os juros serão capitalizados trimestralmente até outubro de 2009, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, incorporando-se ao principal dos financiamentos. Após o período de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente até outubro de 2023.

[d] UNIBANCO, BRADESCO, Banco Itaú, Banco Santander e Banco Votorantim

f) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2009	21.725	30.974	52.699	21.725	84.624	106.349
2010	16.098	31.753	47.851	16.098	109.641	125.739
2011	16.098	14.325	30.423	16.098	92.213	108.311
2012	11.913	-	11.913	11.913	75.617	87.530
2013	7.728	-	7.728	7.728	54.368	62.096
2014	3.736	-	3.736	3.736	29.086	32.822
2015	104.343	-	104.343	104.343	29.086	133.429
De 2016 até 2022 (parcelas anuais de R$ 29.086)	-	-	-	-	203.602	203.602
2023	-	-	-	-	24.244	24.244
2024	86.609	-	86.609	86.609	-	86.609
	268.250	**77.052**	**345.302**	**268.250**	**702.481**	**970.731**

g) Garantias

g.1) Tractebel Energia S.A.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

Secretaria do Tesouro Nacional - STN: (a) Cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 62.642, em 31.12.2007, que está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente.

ABN AMRO Bank: Nota Promissória, com vencimento à vista, no valor correspondente ao do financiamento.

Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional

ELETROBRÁS: (a) Procuração ao credor com poderes de, em caso de inadimplência, transferir para o seu próprio nome, os valores necessários para o pagamento de sua dívida, a partir da conta bancária arrecadadora de receitas da Companhia; (b) Notas Promissórias no montante referente ao do financiamento, estando os títulos vinculados aos termos contratuais.

BNDES: Cessão e transferência ao Banco do valor equivalente a 1,33% do seu faturamento mensal, a ser feita através de depósitos na Conta Arrecadadora e Conta Vinculada.

Banco do Brasil: (a) Cessão e transferência de crédito, no valor de R$ 8.726, representado por venda de energia elétrica ou outros recursos com a mesma finalidade; (b) Caução de Nota Promissória no valor correspondente ao do financiamento.

g.2) Itá Energética S.A. - ITASA

BNDES e Agentes Financeiros: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; (b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com seus acionistas; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES, substituída por fiança bancária, e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da ITASA ao BNDES e Agentes Financiadores.

g.3) Companhia Energética Meridional - CEM

BNDES: Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito e do Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures: (a) Cessão de todas as receitas e demais valores recebidos decorrentes da geração e da comercialização provenientes da Usina Hidrelétrica Cana Brava; (b) cessão do direito de receber todos e quaisquer valores que venham a ser exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente, nos termos da Concessão, mas não se limitando, a todas as indenizações pela extinção da Concessão; (c)

obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a seis meses do serviço da dívida.

g.4) Lages Bioenergética Ltda.

BRDE: (a) Cessão dos direitos creditórios do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado com a CELESC, com a interveniência da Tractebel; (b) cessão dos Direitos de Indenização decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Vapor e Compra e Venda de Biomassa celebrados com as empresas Sofia Industrial e Exportadora Ltda. e a Battistella Indústria e Comércio Ltda.; (c) cessão dos Direitos Emergentes da Autorização concedida pela ANEEL para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica; (d) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

g.5) Companhia Energética São Salvador - CESS

BNDES e repasse BNDES - agentes financiadores: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE São Salvador; (b) Conta Centralizadora de Direitos Creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CESS e (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida, acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

16 – DEBÊNTURES

a) Composição

	2007			2006		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Tractebel Energia S.A.						
1ª Emissão - 1ª Série	6.483	142.539	149.022	4.939	140.000	144.939
1ª Emissão - 2ª Série	-	60.000	60.000	-	60.000	60.000
2ª Emissão - Série Única	404	357.763	358.167	-	-	-
Encargos	25.251	-	25.251	10.065	-	10.065
Total Controladora	**32.138**	**560.302**	**592.440**	**15.004**	**200.000**	**215.004**
CEM (Série Única)	**10.807**	**63.667**	**74.474**	**9.789**	**74.204**	**83.993**
ITASA (1ª e 2ª Séries)	**10.185**	**40.950**	**51.135**	**8.190**	**49.140**	**57.330**
Encargos	3.430	-	3.430	4.851	-	4.851
Total Consolidado	**56.560**	**664.919**	**721.479**	**37.834**	**323.344**	**361.178**

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2005	**10.286**	**198.348**	**208.634**	**31.090**	**338.196**	**369.286**
Transferências	4.938	(4.938)	-	22.868	(22.868)	-
Encargos gerados	20.928	-	20.928	35.990	1.426	37.416
Variações monetárias	-	6.590	6.590	2.359	6.590	8.949
Amortizações	(21.148)	-	(21.148)	(54.473)	-	(54.473)
Saldo em 31.12.2006	**15.004**	**200.000**	**215.004**	**37.834**	**323.344**	**361.178**
Ingressos	-	353.423	353.423	-	353.423	353.423
Transferências	9.167	(9.167)	-	28.150	(28.150)	-
Encargos gerados	33.487	-	33.487	46.930	256	47.186
Variações monetárias	2.012	16.046	18.058	6.057	16.046	22.103
Amortizações	(27.532)	-	(27.532)	(62.411)	-	(62.411)
Saldo em 31.12.2007	**32.138**	**560.302**	**592.440**	**56.560**	**664.919**	**721.479**

Em 19.06.2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu o Primeiro Programa de Distribuição Pública de debêntures da Tractebel Energia, através do qual a Companhia terá a faculdade de ofertar ao

público debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. As ofertas de Debêntures a serem realizadas pela Companhia, no âmbito do Programa de Distribuição, estão limitadas ao montante de R$ 1.500.000 durante o prazo de vigência do Programa de Distribuição, até 19.06.2009.

Em 15.05.2007, a Companhia efetuou a sua 2ª emissão, a 1ª dentro do Programa de Distribuição anteriormente citado, composta de 35.000 debêntures simples, de série única, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 350.000. As condições contratadas estão apresentadas no item "c" a seguir.

A liquidação total da oferta pública ocorreu no dia 21.06.2007, e o montante recebido, incluindo juros e atualização monetária, foi de R$ 353.423. Os recursos obtidos destinaram-se à aquisição da Companhia Energética São Salvador - CESS.

c) Condições contratadas

			Condições de Pagamento		
	Quantidade em circulação	Remuneração	Juros/atualização monetária	Principal	Garantia
Tractebel					
1ª Série	14.000	IGPM + 9,29% a.a.	Anualmente em 02.05	Parcela única em 02.05.11	Sem garantia
2ª Série	6.000	103,9% do CDI	Semestrais em 02.05 e 02.11	Parcela única em 02.05.10	Sem garantia
2ª Emissão Série Única	35.000	IPCA + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 15.05.12, 15.05.13 e 15.05.14	Sem garantia
CEM					
Série Única	7.773	TJLP + 4% a.a. (*)	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.2013	Semestral, variando de 4,7027% em 01.04.08, a 7,5737% em 01.04.13	Recebíveis decorrentes da geração e comercialização de energia
ITASA					
1ª Série e 2ª Série	8.400	IGPM + 9,4% a.a.	Anualmente em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série)	7 parcelas iguais, em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série) de cada ano, até 01.12.13 (1ª série), e 01.06.13 (2ª série)	Penhor dos Direitos Creditórios dos contratos de venda de energia para os seus acionistas

(*) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

d) Variação dos indexadores

	(%)	
Moeda – indexador	**2007**	**2006**
TJLP	6,37	7,87
IGP-M	7,75	3,83
CDI	11,82	15,03
IPCA (maio a dezembro)	2,33	-

e) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2009	-	20.078
2010	60.000	81.267
2011	142.540	165.114
2012	119.254	143.267
2013	119.254	135.939
2014	119.254	119.254
	560.302	**664.919**

17 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Circulante				
Imposto de renda	187.970	14.521	225.766	16.662
Contribuição social	55.944	-	66.788	856
ICMS	11.376	6.535	30.002	13.666
PIS e COFINS	10.153	7.620	12.164	9.432
INSS	3.705	2.190	3.746	2.199
Outros	2.576	2.881	2.930	3.055
	271.724	**33.747**	**341.396**	**45.870**
Não Circulante				
INSS	4.472	5.383	4.472	5.383
PIS e COFINS com exigibilidade suspensa	4.787	-	6.416	-
ICMS	-	-	1.315	-
	9.259	**5.383**	**12.203**	**5.383**
	280.983	**39.130**	**353.599**	**51.253**

No exercício de 2007, a Companhia recolheu imposto de renda e contribuição social sobre base de cálculo estimada, em consonância com a legislação em vigor, diferentemente do ano anterior em que a apuração com base no lucro real se mostrou mais adequada.

18 – OBRIGAÇÕES COM O PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos tem a seguinte destinação: (i) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; (ii) 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento, segundo regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; e (iii) 20% para o MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

19 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A companhia é parte em ações administrativas e judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas que estão sendo discutidas administrativamente ou na esfera judicial em diversas instâncias, que na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

a) Composição

	Controladora					
	2007			2006		
	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida
Tributárias						
Contribuição Social	13.508	(3.489)	10.019	12.077	(3.119)	8.958
INSS	26.421	(11.609)	14.812	23.620	(10.503)	13.117
	39.929	**(15.098)**	**24.831**	**35.697**	**(13.622)**	**22.075**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	17.235	-	17.235	15.970	-	15.970
Doença ocupacional e acidente do trabalho	22.625	(491)	22.134	20.662	-	20.662
Ações diversas	6.698	(20)	6.678	2.405	-	2.405
	46.558	**(511)**	**46.047**	**39.037**	**-**	**39.037**
Trabalhistas	**20.018**	**(17.533)**	**2.485**	**23.990**	**(21.061)**	**2.929**
	106.505	**(33.142)**	**73.363**	**98.724**	**(34.683)**	**64.041**
Classificação no Balanço						
Circulante			10.134			11.000
Não circulante			63.229			53.041
			73.363			**64.041**

	Consolidado					
	2007			2006		
	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida
Tributárias						
Contribuição Social	13.508	(3.489)	10.019	12.077	(3.119)	8.958
INSS	26.421	(11.609)	14.812	23.620	(10.503)	13.117
	39.929	**(15.098)**	**24.831**	**35.697**	**(13.622)**	**22.075**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	17.235	-	17.235	15.970	-	15.970
Doença ocupacional e acidente do trabalho	22.625	(491)	22.134	20.662	-	20.662
Ações diversas	12.834	(1.143)	11.691	5.859	-	5.859
	52.694	**(1.634)**	**51.060**	**42.491**	**-**	**42.491**
Trabalhistas	**20.018**	**(17.533)**	**2.485**	**23.990**	**(21.061)**	**2.929**
	112.641	**(34.265)**	**78.376**	**102.178**	**(34.683)**	**67.495**
Classificação no Balanço						
Circulante			10.336			11.206
Não circulante			68.040			56.289
			78.376			**67.495**

Contingências tributárias

Contribuição Social

Refere-se a auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal, em decorrência de a Companhia ter compensado Base de Cálculo Negativa de competências 1989 e 1990 na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, na Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica dos exercícios de 1996 e 1997. De acordo com a ementa do referido auto, a compensação de base de cálculo negativa de CSLL só tem amparo legal a partir de 01.01.1992. A Companhia entende não ter base legal os dispostos das instruções normativas que proibiram a compensação de Bases Negativas de exercícios anteriores, uma vez que não há restrição a tal compensação na Lei. Com referência a autuação relativa ao exercício de 1996, no mérito, em âmbito administrativo, a decisão foi contrária a Companhia, que ingressará com medida judicial para discussão do fundamento da exigência tributária.

Instituto Nacional do Seguro Social -INSS

A Companhia recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito – NFLD, pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho - SAT nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na notificação para as mencionadas competências, e que somente pode ser cobrado o adicional de contribuição caso o funcionário tenha direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência. O Conselho de Recursos da Previdência Social, diante dos argumentos de defesa apresentados pela Companhia, decidiu converter o julgamento em diligência para a realização de perícia. O valor provisionado em 31.12.2007 é de R$ 16.146.

A Companhia também possui notificação do INSS em função de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a funcionários. O objeto da notificação foi contestado pela Companhia, alegando que as importâncias pagas em decorrência dos acordos coletivos de trabalho tinham natureza indenizatória. A Companhia obteve êxito no julgamento de primeira instância, onde foi declarada nula a NFLD e o INSS foi condenado a restituir os depósitos convertidos em renda. Esta ação judicial encontra-se em grau de recurso no Tribunal Regional Federal da 4º Região devido à apelação cível interposta pelo INSS. A provisão em 31.12.2007 é de R$ 7.406.

Contingências cíveis

Contratos com fornecedores

Refere-se principalmente à ação ordinária de indenização ajuizada pela Companhia de Interconexão Energética - CIEN, a qual requer o reconhecimento do direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como à rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual pela Tractebel Energia. Após a apresentação das contestações pela Companhia, o processo se encontra suspenso, a pedido da CIEN, desde 23.04.2007. O valor provisionado em 31.12.2007 era de R$ 13.490.

Doença ocupacional e acidente do trabalho

Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva.

Ações diversas

Decorrem, principalmente, de ações de desapropriação e indenização impetradas por pessoas físicas e jurídicas atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas.

Contingências trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicato e por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, aos pedidos de vínculo empregatício e de reintegração. As demais ações trabalhistas estão relacionadas à cobrança de adicional de periculosidade, de horas extras, de equiparação salarial, de horas *in itinere* e de FGTS.

b) Movimentação

	Controladora			
	Tributárias	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Provisão bruta**
Saldo em 31.12.2006	**35.697**	**39.037**	**23.990**	**98.724**
Adições	-	5.337	1.521	6.858
Atualizações	4.232	3.680	1.742	9.654
Pagamentos	-	(355)	(6.801)	(7.156)
Reversões	-	(1.141)	(434)	(1.575)
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**46.558**	**20.018**	**106.505**

	Consolidado			
	Tributárias	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Provisão bruta**
Saldo em 31.12.2006	**35.697**	**42.491**	**23.990**	**102.178**
Adições	-	7.857	1.521	9.378
Atualizações	4.232	4.118	1.742	10.092
Pagamentos	-	(362)	(6.801)	(7.163)
Reversões	-	(1.410)	(434)	(1.844)
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**52.694**	**20.018**	**112.641**

c) Contingências de risco possível ou remoto

A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciadas nas demonstrações contábeis. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora					
	2007					2006
	Risco possível	**Risco remoto**	**Total bruto**	**Depósito Judicial**	**Total líquido**	**Total líquido**
Tributárias	234.675	24.677	259.352	(118.343)	141.009	23.492
Cíveis	8.721	3.082	11.803	(2.514)	9.289	13.204
Trabalhistas	11.643	11.839	23.482	(5.500)	17.982	17.027
	255.039	**39.598**	**294.637**	**(126.357)**	**168.280**	**53.723**

	Consolidado					
	2007					2006
	Risco possível	**Risco remoto**	**Total bruto**	**Depósito Judicial**	**Total líquido**	**Total líquido**
Tributárias	272.692	26.460	299.152	(142.462)	156.690	23.492
Cíveis	30.685	13.009	43.694	(2.717)	40.977	47.526
Trabalhistas	11.643	11.839	23.482	(5.500)	17.982	17.027
	315.020	**51.308**	**366.328**	**(150.679)**	**215.649**	**88.045**

A Companhia possui depósitos judiciais que estão vinculados a provisões de risco possível e remoto que, na sua maioria, são efetuados para garantia da condenação em execução ou efetivação de depósito recursal. Estes valores são atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante.

Contingências tributárias

Os principais objetos relativos às contingências tributárias de risco possível, são os seguintes:

PIS e COFINS

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, em Florianópolis, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo, ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/2003. A Companhia entende que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-Lei nº 1.598/1977, o que implica ser a referida Instrução Normativa ilegal.

Em conseqüência, a Companhia recolheu o PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, no período de novembro de 2004 a maio de 2005, no valor de R$ 38.653. No período de junho de 2005 a outubro de 2006, depositou os valores que entendia indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação, no montante de R$ 121.319.

Em virtude de previsão de decisão favorável do Tribunal Regional Federal - TRF da 4ª Região, a Companhia suspendeu os depósitos em dezembro de 2006. Em 11.04.2007, o TRF concluiu o julgamento do referido mandado de segurança, dando-lhe, por unanimidade, integral provimento para reconhecer a ilegitimidade e inconstitucionalidade das Instruções Normativas n.ºs 468 e 658, tanto no que se refere à aplicação da cláusula de correção monetária, quanto no que se refere à aplicação da cláusula de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da Tractebel Energia e da CEM.

Em 06.07.2007, a Companhia recebeu Auto de Infração Fiscal por não ter recolhido ou depositado, nem informado em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, os valores do PIS e da COFINS relativos aos meses de novembro e dezembro de 2006. O não recolhimento ou depósito dos valores, muito embora questionados judicialmente, não teria amparo jurídico segundo o entendimento da Delegacia da Receita Federal de Florianópolis. Em 07.08.2007, a Companhia impugnou o Auto de Infração alegando que são indevidos os valores sob os mesmos fundamentos jurídicos sustentados no Mandado de Segurança impetrado em julho de 2005. O valor do Auto de Infração Fiscal está incluído nas contingências tributárias, como risco possível.

Na opinião dos consultores jurídicos, o risco de perda da demanda judicial é inferior à chance de êxito, razão pela qual a Companhia não está provisionando o valor não recolhido a partir da competência junho de 2005. A contingência atualizada, em 31.12.2007, na controladora e no consolidado, é de respectivamente R$ 176.532 e R$ 214.465 (R$ 77.465 e R$ 93.146, líquida dos depósitos judiciais acima mencionados).

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As principais autuações avaliadas como possível, são as seguintes:

- Autos de Infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em decorrência de a Companhia ter efetuado compensações de débitos de imposto de renda e contribuição social, em denúncia espontânea, através do Pedido de Ressarcimento ou Restituição via Declaração de Compensação - PER/DCOMP, sem a incidência de multas. Desta forma, a Receita Federal homologou parcialmente os pedidos de compensação e a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais se encontram pendentes de julgamento. A Companhia defende que não se pode cogitar que a administração tributária possa impetrar multa contra a Companhia que possuía créditos fiscais a compensar e que declarou os seus débitos através de denúncia espontânea. O montante atualizado da autuação, em 31.12.2007, na controladora e no consolidado, é de R$ 32.917;
- Auto de Infração emitida pela Delegacia da Receita Federal, em função de a Companhia ter utilizado bases negativas de contribuição social de competências de 1997 e 1998, provenientes de incorporação da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. - GERASUL pela Eletrobrás Geração S.A. – ELETROGER (atualmente Tractebel Energia S.A.), em data posterior à modificação da Lei, em junho de 2001, que inibiu a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação de empresas para fins de compensação da CSLL. A Companhia argumenta que a incorporação se deu antes da vigência da vedação ao aproveitamento dessas bases e que está garantido o direito de utilizá-las, pois essas bases de cálculo negativas foram integradas ao seu patrimônio no ato da incorporação. Em 31.12.2007, o valor atualizado da autuação é de R$ 17.644.

INSS

As principais notificações classificadas como possíveis, são as que seguem:

- Auto de infração referente a notificações de cobrança de contribuição previdenciária sobre parcelas indenizatórias. A Companhia foi absolvida parcialmente na esfera administrativa e, ingressou com medida judicial, tendo obtido êxito em primeiro grau. Atualmente, aguarda julgamento de apelação do INSS. O valor atualizado da autuação, em 31.12.2007, é de R$ 2.841.
- Notificações fiscais relativas à aplicação de suposta solidariedade e transferência de responsabilidade, da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL para a Tractebel Energia, referentes à incidência de encargos previdenciários sobre serviços de mão de obra prestados por empresas terceirizadas, até a data de cisão da ELETROSUL, e conseqüente constituição da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. – GERASUL (atualmente Tractebel Energia). Em 31.12.2007, o valor atualizado da notificação é de R$ 3.639.

Contingências cíveis

As ações cíveis, de risco possível, correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas, de risco possível, referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados requerendo o vinculo empregatício, a reintegração e a complementação de aposentadoria.

d) Contingências ativas

De acordo com a orientação contida em Despacho da ANEEL, o registro do consumo de combustível fóssil adquirido com recursos da CCC/CDE que, até novembro de 2005, vinha sendo registrado na receita operacional, na rubrica "Subvenção combustível CCC/CDE", passou a ser contabilizado em conta retificadora do custo de produção de energia elétrica, na conta "Combustível para produção de energia elétrica".

A Companhia entende que, em decorrência da alteração da referida prática contábil, o PIS e a COFINS recolhidos em função do procedimento contábil anteriormente adotado devem ser recuperados. Assim sendo, está analisando a forma mais adequada de proceder a esta recuperação. O valor da contingência ativa não contabilizada, atualizada para 31.12.2007, é de R$ 58.179.

20 – CONCESSÕES A PAGAR

A controlada Companhia Energética Meridional – CEM pagará à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M. Os valores históricos e atualizados, em 31.12.2007, são os seguintes:

	Valor Histórico		Valor Atualizado	
Ano	Anual	Total	Anual	Total
De 01.01.2008 a 30.07.2023	680	10.597	1.639	25.544
De 01.08.2023 a 30.07.2033	61.280	612.800	147.717	1.477.172
		623.397		**1.502.716**

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, a CEM registrou o seu valor no ativo intangível em contrapartida com os passivos circulante e exigível a longo prazo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a CEM procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência para a licitação da referida concessão. Até a entrada em operação comercial da usina Cana Brava, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo intangível e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2005	**1.530**	**178.130**	**179.660**
Transferências	1.564	(1.564)	-
Encargos gerados	-	18.039	18.039
Variações monetárias	-	6.941	6.941
Amortizações	(1.535)	-	(1.535)
Saldo em 31.12.2006	**1.559**	**201.546**	**203.105**
Transferências	1.660	(1.660)	-
Encargos gerados	-	20.187	20.187
Variações monetárias	-	14.115	14.115
Amortizações	(1.580)	-	(1.580)
Saldo em 31.12.2007	**1.639**	**234.188**	**235.827**

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

2009	1.639
2010	1.639
2011	1.639
2012	1.639
2013	1.639
De 2014 até 2033	225.993
	234.188

21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras Companhias pertencentes ao Grupo Suez.

Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido e Contribuição Definida. O Plano de Benefício Definido encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

a.1) Plano de Benefício Definido

O Plano de Benefício Definido tem regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e os auxílios. Os benefícios previstos são os seguintes:

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

O benefício inicial de complementação de aposentadoria consiste, basicamente, na diferença entre a média aritmética dos 36 últimos salários reais de contribuição do empregado ao Plano, atualizados, mês a mês, pelos mesmos índices adotados pela Previdência Social, e o valor hipotético do benefício de aposentadoria da Previdência Social, calculado com a aplicação das regras que vigoravam antes da entrada em vigor da Lei nº 9.876, de 26.11.1999. Após sua concessão, a complementação de benefício é reajustada anualmente com base na variação do INPC do IBGE.

O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados.

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de Benefício Definido era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, patrocinado pela Companhia e pela ELETROSUL, sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da citada rescisão, face liminares obtidas por entidades sindicais e pela Associação dos Aposentados da ELETROSUL, os participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da ELETROSUL, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, permaneceram no Plano de Benefícios administrado pela ELOS, sob a responsabilidade da Companhia, que paga 57% do valor das despesas administrativas da ELOS (a parcela restante, de 43%, é custeada pelo Plano de Benefícios da ELETROSUL). As despesas são limitadas em 15% das respectivas receitas previdenciais da ELOS vinculadas a essa massa de participantes e o valor de responsabilidade da Companhia, no exercício de 2007, foi de R$ 1.558.

A Companhia, no dia 15.05.2007, celebrou acordos com a ELOS, ELETROSUL, PREVIG e Associação de Aposentados da ELETROSUL visando o restabelecimento da adesão com a ELOS, permitindo aos participantes optarem em permanecer naquela Fundação ou transferir-se para a PREVIG. Em ambas as opções tendo a Companhia como patrocinadora do Plano. O prazo para a opção encerrou-se no dia 30.11.2007 e 29 participantes optaram pela transferência para a PREVIG. A efetivação dessa transferência deverá ocorrer em janeiro de 2008.

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG, vinculadas a esse Plano de Benefícios, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas no exercício de 2007 foi de R$ 966.

As premissas atuariais utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Hipóteses Econômicas (nominais)

	2007	2006
Taxa de desconto (a.a.)	10,25%	10,75%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)	10,50%	11,00%
Crescimento salarial futuro		
- Participante ativo (a.a.)	5,00%	7,00%
- Participante autopatrocinado (a.a.)	5,00%	5,00%
Crescimento dos benefícios da previdência social (a.a.)	5,00%	5,00%
Crescimento dos benefícios do Plano patrocinado pela Companhia (a.a.)	5,00%	5,00%
Inflação	5,00%	5,00%
Fator de capacidade		
- Salários	100%	100%
- Benefícios	100%	100%

Hipóteses Demográficas

	2007	2006
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 *Disabled*	RP 2000 Disabled
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*	T-1 *Service Table*
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências	Primeira data em que completam todas as carências
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90	90
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outras Hipóteses

	2007	2006
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão	100%	100%
Fator de conversão do SB-40	140%	140%

A conciliação dos passivos decorrentes de benefícios pós-emprego, reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, é a seguinte:

	Controladora e Consolidado					
	2007			2006		
	Plano de Aposentadoria	Gratificação Confidencialidade	Total	Plano de Aposentadoria	Gratificação Confidencialidade	Total
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.249.541	-	1.249.541	1.179.927	-	1.179.927
Valor justo dos ativos	(796.910)	-	(796.910)	(736.567)	-	(736.567)
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	-	1.632	1.632	-	1.628	1.628
Subtotal	452.631	1.632	454.263	443.360	1.628	444.988
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas no balanço	(124.867)	(613)	(125.480)	(130.187)	(707)	(130.894)
Passivo reconhecido no balanço	**327.764**	**1.019**	**328.783**	**313.173**	**921**	**314.094**
Classificação no balanço						
Circulante			18.450			20.369
Não circulante			310.333			293.725
			328.783			**314.094**

O valor das perdas atuariais excedente a 10% do valor presente das obrigações atuariais será amortizado anualmente, de forma linear, pelo período de, aproximadamente, 6,75 anos, que corresponde ao tempo médio de contribuição futura estimado para os empregados participantes do plano.

Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está coberto por obrigações contratadas/reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as Fundações. A composição do passivo nas demonstrações contábeis é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	2007			2006
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Obrigações contratadas/reconhecidas				
Contrato de confissão de dívidas passadas	15.709	122.189	137.898	144.945
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições extraordinárias	2.216	2.548	4.764	9.709
Passivo atuarial não contratado	525	185.596	186.121	159.440
Passivo atuarial total	**18.450**	**310.333**	**328.783**	**314.094**

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC do IBGE e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. Os valores apresentados no não circulante são os seguintes:

	ELOS	PREVIG	Total
2009	14.339	1.815	16.154
2010	15.222	1.923	17.145
2011	14.419	1.907	16.326
2012	11.581	1.946	13.527
2013	12.294	2.062	14.356
2014 em diante	28.911	15.770	44.681
	96.766	**25.423**	**122.189**

A movimentação do passivo atuarial está resumida a seguir:

	Plano de Aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total
Passivo em 31.12.2005	**285.721**	**1.054**	**286.775**
Despesas do exercício de 2006	58.158	199	58.357
Contribuições	(30.706)	-	(30.706)
Benefícios pagos	-	(332)	(332)
Passivo em 31.12.2006	**313.173**	**921**	**314.094**
Despesas do exercício de 2007	45.445	262	45.707
Contribuições	(30.854)	-	(30.854)
Benefícios pagos	-	(164)	(164)
Passivo em 31.12.2007	**327.764**	**1.019**	**328.783**

Os valores a serem reconhecidos no resultado, no exercício de 2008, relativamente ao plano de Benefícios Definidos e Gratificação de Confidencialidade, são os seguintes:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total
Custo do serviço corrente	485	53	538
Custo dos juros	123.667	137	123.804
Rendimento esperado dos ativos do plano	(80.463)	-	(80.463)
Amortização de perdas atuariais	1.620	40	1.660
Contribuição dos empregados	(189)	-	(189)
	45.120	**230**	**45.350**

a.2) Plano de Contribuição Definida

Além do plano de Benefício Definido, a PREVIG passou a administrar o plano tipo Contribuição Definida, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05.10.2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

No plano de Contribuição Definida, do qual fazem parte 94% dos empregados da Companhia (889 participantes), o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados. O valor da contribuição da Companhia, no exercício de 2007, foi de R$ 3.584.

Adicionalmente, a título de incentivo à migração, a Companhia assumiu uma contribuição especial cujo valor, no exercício de 2007, correspondeu a R$ 4.256, depositada na conta da PREVIG ao participante com, no mínimo, 10 (dez) anos de vinculação ao plano anterior, calculada com o objetivo de aumentar as provisões matemáticas dos participantes, buscando neutralizar eventual impacto que teria ao optar pela migração.

A Companhia, até 31.12.2006, foi responsável pelo custeio de 100% das despesas administrativas do Plano de Contribuição Definida. No exercício de 2007, a patrocinadora foi responsável por 75% e os participantes do plano por 25% dessas despesas. A contribuição da Companhia nesse exercício foi de R$ 997.

A partir de 2008, as despesas administrativas serão rateadas entre a patrocinadora e os participantes levando-se em consideração a formação da reserva financeira dos participantes. A parcela correspondente ao saldo da reserva na data da migração dos participantes do Plano de Benefícios Definidos para o Plano de Contribuição Definida será integralmente assumida pela patrocinadora. A parcela relativa à reserva constituída a partir desta data será custeada 75% pela patrocinadora e 25% pelo participante.

b) Gratificação por Confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

22 – PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Encontram-se registrados nesta rubrica, na controladora e no consolidado, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, no valor de R$ 36.535 no exigível a longo prazo, calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE, no valor de R$ 107.456, correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto em Despacho da ANEEL, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais.

23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais, ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital social subscrito e integralizado

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2007, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31 de dezembro de 2007, é de R$ 4,32 (R$ 4,24 por ação em 31.12.2006).

O quadro societário da Companhia está assim constituído:

	% do Capital	
Acionistas	**2007**	**2006**
Suez Energy South America Participações Ltda.	68,71	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00	10,00
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	2,80	2,80
União Federal	1,90	1,90
Outros	16,59	16,59
	100,00	**100,00**

c) Composição das reservas

	2007	**2006**
Reserva de Capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	**91.695**	**91.695**
Reservas de Lucros		
Reserva legal	249.496	197.214
Reserva de retenção de lucros	29.896	29.896
	279.392	**227.110**

24 – DIVIDENDOS

No decorrer do ano de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou créditos de juros sobre o capital próprio nos seguintes valores:

- R$ 88.000, correspondentes a R$ 0,1348158600 por ação, aprovados em 10.05.2007 e pagos em 25.10.2007.
- R$ 88.000, correspondentes a R$ 0,1348158600 por ação, aprovados em 05.12.2007, que serão pagos em data a ser posteriormente definida pela Diretoria Executiva e comunicada através de Aviso aos Acionistas.

Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2007.

Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica e não estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 14.08.2007, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações contábeis levantadas em 30.06.2007, no valor de R$ 360.066, correspondentes a R$ 0,5516214256 por ação, os quais foram pagos em 25.10.2007.

Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 30% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia.

	2007	**2006**
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	1.045.627	979.146
Constituição da reserva legal (5%)	(52.282)	(48.957)
Base de cálculo	993.345	930.189
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	**298.004**	**279.057**
b) Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	151.301	182.649
Dividendos intercalares	360.066	324.000
Dividendos adicionais propostos	457.279	393.189
Subtotal	968.646	899.838
IRRF dos juros sobre o capital próprio	24.699	30.351
Total	**993.345**	**930.189**
Dividendos/juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária **(em R$ 1,00)**:	1,5218031188	1,4250471146

Os dividendos adicionais propostos, no valor de R$ 457.279, correspondem a R$ 0,7005499732 por ação, serão pagos após deliberação da Assembléia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações contábeis.

A destinação do lucro líquido do exercício foi refletida nas demonstrações contábeis no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

25 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora					
	2007					2006
	Custos		Despesas			
	Produção e Comercializ.	Serviços Prestados	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	89.037	7.915	6.549	37.909	141.410	126.889
Administradores	-	-	-	10.878	10.878	8.474
Material	19.640	240	44	1.347	21.271	22.220
Serviço de terceiro	42.176	2.037	863	29.969	75.045	67.727
Combustível p/produção de energia	118.684	-	-	-	118.684	95.575
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	71.127	-	-	-	71.127	26.830
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	169.161	-	169.161	162.625
Depreciação e amortização	174.910	-	2	1.609	176.521	159.004
Seguros	6.020	494	-	284	6.798	6.097
Indenizações trabalhistas e a terceiros	-	-	-	5.315	5.315	7.351
Contribuições setoriais	-	-	1.988	208	2.196	2.330
Taxa de fiscalização	-	-	-	6.782	6.782	8.011
Contribuições e doações	222	54	16	6.889	7.181	5.319
Outros	4.556	90	415	12.526	17.587	26.273
	526.372	**10.830**	**179.038**	**113.716**	**829.956**	**724.725**

	Consolidado					
	2007					2006
	Custos		Despesas			
	Produção e Comercializ.	Serviços Prestados	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	89.370	7.915	6.549	38.485	142.319	127.686
Administradores	-	-	-	12.356	12.356	9.944
Material	21.589	240	50	1.421	23.300	23.897
Serviço de terceiro	50.384	2.037	1.134	33.984	87.539	78.240
Combustível p/produção de energia	126.960	-	-	-	126.960	102.070
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	89.756	-	-	-	89.756	38.326
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	205.762	-	205.762	202.545
Depreciação e amortização	219.117	-	2	10.000	229.119	208.364
Seguros	7.146	494	-	284	7.924	7.561
Indenizações trabalhistas e a terceiros	-	-	-	5.315	5.315	7.355
Contribuições setoriais	-	-	2.701	307	3.008	2.803
Taxa de fiscalização	-	-	-	8.117	8.117	9.419
Contribuições e doações	295	54	16	7.420	7.785	9.714
Outros	5.012	90	543	12.432	18.077	28.200
	609.629	**10.830**	**216.757**	**130.121**	**967.337**	**856.124**

26 – (CONSTITUIÇÃO) REVERSÃO DE PROVISÕES OPERACIONAIS, LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Benefícios pós-emprego	818	(7.881)	818	(7.881)
Contingências cíveis	(4.644)	23.520	(6.746)	23.078
Contingências tributárias	1.213	(1.600)	1.213	(1.600)
Contingências trabalhistas	1.653	(1.442)	1.653	(1.442)
Outras	702	(702)	833	(702)
	(258)	**11.895**	**(2.229)**	**11.453**

27 – GANHOS EM AÇÕES JUDICIAIS

Em 2007, foi reconhecido o ganho de R$ 3.700, decorrente do trânsito em julgado de decisão favorável no processo que se discutia a redução da alíquota de retenção do Seguro Acidente do Trabalho - SAT.

No exercício de 2006, a Companhia e sua controlada CEM obtiveram ganhos em ações judiciais no valor de R$ 87.535 e R$ 1.152, respectivamente, pelo trânsito em julgado de decisão favorável ao afastamento da base de cálculo da contribuição ao PIS e a COFINS. Também em 2006, a Tractebel Energia obteve ganho judicial, no valor de R$ 5.815, relativo a acordo efetuado em ação declaratória pelo pagamento indevido de seguro garantia em processo de concorrência internacional para importação de energia da Argentina.

28 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	44.591	42.771	60.358	55.487
Juros sobre valores a receber	10.943	24.910	11.175	24.774
Variação monetária sobre depósitos judiciais	14.421	12.489	16.621	14.364
Variação monetária sobre contas a receber e outras	5.756	2.726	5.756	2.738
Outras	6.314	9.865	6.692	10.303
	82.025	**92.761**	**100.602**	**107.666**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	82.539	96.970	124.841	151.360
Encargos sobre concessão ANEEL	-	-	20.187	18.039
Encargos sobre passivo atuarial	44.206	49.480	44.206	49.480
Encargos sobre provisões operacionais, líquidos	3.775	1.973	3.854	1.974
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	2.856	332	4.906	364
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	18.058	6.590	22.103	8.949
Variação monetária sobre Concessão ANEEL	-	-	14.115	6.941
Variação monetária outras	3.665	4.671	3.966	4.703
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(54.532)	(25.138)	(54.532)	(25.138)
Perdas com operações de *swaps* cambiais	21.551	17.441	21.551	25.684
CPMF	14.483	11.786	19.947	15.565
Outras	7.926	5.218	10.111	5.953
	144.527	**169.323**	**235.255**	**263.874**
	62.502	**76.562**	**134.653**	**156.208**

29 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

a.1) Risco de Mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado.

Em novembro de 2007, a Companhia liquidou sua última operação *swap* no mercado de balcão, onde a variação cambial de empréstimos e financiamentos era trocada pela variação do CDI.

O resultado dessas operações está apresentado na despesa financeira na rubrica "Perdas com operações de *swaps* cambiais".

a.2) Risco de Crédito

Nos contratos bilaterais de longo prazo firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Nas transações de venda para clientes industriais, os chamados Consumidores Livres, para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais, a Companhia, através de sua área de crédito, procede a uma análise de crédito prévia e estabelece, em conjunto com o Comitê de Crédito, o limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.

Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado na Nota 4, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

b) Valor de mercado

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos, financiamentos e debêntures foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude de estes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos significativamente baixos em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	Controladora			
	2007		2006	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos/financiamentos e encargos em moeda estrangeira	299.197	322.316	388.401	363.812
Empréstimos/financiamentos e encargos em moeda nacional	117.360	116.564	211.948	215.188
Debêntures	592.440	483.202	215.004	195.865
	1.008.997	**922.082**	**815.353**	**774.865**

	Consolidado			
	31.12.2007		31.12.2006	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos/financiamentos e encargos em moeda estrangeira	299.197	322.316	388.401	363.812
Empréstimos/financiamentos e encargos em moeda nacional	792.558	721.916	527.929	456.127
Debêntures	721.479	601.958	361.178	332.301
	1.813.234	**1.646.190**	**1.277.508**	**1.152.240**

30 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com suas controladas, conforme a seguir especificados:

Itá Energética S. A. – ITASA

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 61 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pela variação do Dólar acrescido da inflação norte americana.

Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica ITÁ, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Itá, com vigência até 16.10.2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M.

Companhia Energética Meridional – CEM

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com vigência até 2015, para aquisição da energia elétrica produzida na UHE Cana Brava. O contrato estabelece a aquisição, pela Companhia, no montante anual de 2.395.903 MWh. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da CEM não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Operação e Manutenção da UHE Cana Brava, com vigência até o término da concessão da usina e valores reajustáveis anualmente pelo IGP-M, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento.

Lages Bioenergética Ltda.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela controlada, de até 26 MW médios mensais de energia elétrica de propriedade da Companhia, com vigência até 31.03.2017.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Lages não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Operação e Manutenção da Unidade de Co-geração Lages, com término em 31.03.2012, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação da remuneração definida em Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Companhia Energética São Salvador – CESS

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Suez-Tractebel S.A. (Controladora Indireta)

Em 17.04.2007, a Companhia celebrou contrato com a Suez-Tractebel S.A., sua controladora indireta, com sede em Bruxelas, Bélgica, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria em assuntos específicos por parte daquela empresa. A contratação foi aprovada por unanimidade pelos acionistas minoritários da Companhia, em Assembléia Geral Extraordinária - A.G.E. realizada em 17.04.2007, tendo o acionista controlador renunciado ao seu direito de voto. O prazo do contrato é de 36 meses, condicionada a sua revalidação, pelos acionistas minoritários, a cada período de 12 meses, em Assembléia convocada para este fim. O valor dos honorários durante a vigência do contrato está limitado ao montante anual não cumulativo de 1.500.000 EUROS, devendo os serviços executados e respectivos honorários ser submetidos ao conhecimento do Conselho Fiscal da Companhia, no qual tem assento um membro eleito pelos acionistas minoritários.

Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	2007							2006
	SESA[a]	CEM	ITASA	LAGES	TBLC[b]	CESS[c]	Total	Total
Ativo								
Contas a receber	12	338	1.715	800	53.124	62	**56.051**	**17.732**
Dividendos a receber de controladas	-	61.363	3.429	4.929	21.285	-	**91.006**	**103.021**
Passivo								
Fornecedores	-	33.372	9.945	8	6.387	-	**49.712**	**42.068**
Dividendos e juros s/ o capital próprio	365.602	-	-	-	-	-	**365.602**	**327.989**

			2007						2006
	SUEZ[d]	DELTA	CEM	ITASA	LAGES	TBLC[b]	CESS[c]	Total	Total
Resultado									
Receita operacional									
Suprimento de Energia	-	-	-	-	5.801	323.593	-	**329.394**	**142.121**
Serviços									
Administração	-	-	681	-	107	26	389	**1.203**	**759**
Oper. e manut.	-	-	1.790	10.167	1.484	-	-	**13.441**	**12.995**
Custo de Energia Elétrica									
Compra energia	-	-	277.017	116.136	-	-	-	**393.153**	**382.798**
Outros	-	-	-	-	31	-	-	**31**	**18**
Despesas Operacionais									
Gerais e Administrativas	2.540	-	-	-	-	-	-	**2.540**	**-**
Financeiro									
Receita financeira	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**213**
Resultado de Participações Societárias	-	(31)	94.978	12.149	7.929	64.066	-	**179.091**	**113.538**

[a] Suez Energy South America Participações

[b] Tractebel Energia Comercializadora

[c] Companhia Energética São Salvador

[d] Suez-Tractebel S.A.

31 – GARANTIAS A TERCEIROS

Itá Energética S.A. - ITASA

A Companhia e demais acionistas da ITASA são intervenientes nos contratos firmados entre a investida, BNDES e outros agentes financeiros, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da ITASA, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2007 é de R$ 209.041 (R$ 243.059 em 31.12.2006).

Companhia Energética Meridional - CEM

A Tractebel Energia é interveniente no Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures não Conversíveis em Ações e no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, celebrados entre a controlada CEM e o BNDES. Como interveniente, a Companhia assumiu as obrigações em relação aos contratos:

garantir o pagamento antecipado nas seguintes hipóteses exclusivas: a) de extinção da concessão por motivo imputável à CEM, aos intervenientes ou suas controladas, coligadas ou controladoras; e b) celebração de acordo com o Poder Concedente pela CEM, pelos intervenientes ou por qualquer uma de suas controladas,

coligadas ou controladoras, visando à extinção da concessão; ceder ao BNDES quaisquer valores resultantes de indenização recebida em função da extinção da concessão da UHE Cana Brava, pelo Poder Concedente.

Além das obrigações acima especificadas, a Tractebel Energia deu ao BNDES, em caução, a totalidade das ações de sua propriedade, representativas do capital social da CEM, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2007 totaliza R$ 156.109 (R$ 180.511 em 31.12.2006).

Lages Bioenergética Ltda.

A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre a Lages Bioenergética e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no capital social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31.12.2007 totaliza R$ 31.877 (R$ 38.585 em 31.12.2006).

Companhia Energética São Salvador – CESS

A Companhia é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financeiros, vinculados à construção da UHE São Salvador. A interveniente deu, em caução, a totalidade das ações de emissão da CESS, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2007 é de R$ 407.210.

32 – SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 3.570.974 mil, equivalentes a R$ 6.325.266 em 31.12.2007, e de lucro cessante com valor declarado de US$ 42.458 mil, equivalentes a R$ 75.206 em 31.12.2007. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 250.000 mil, equivalentes a R$ 442.825 em 31.12.2007, por evento.

A apólice e os valores acima se referem aos bens do patrimônio da Companhia. A UHE Cana Brava, cuja concessão pertence à controlada Companhia Energética Meridional - CEM, está incluída na apólice da Tractebel Energia com valor declarado para danos materiais de US$ 278.569 mil, equivalentes a R$ 493.429 em 31.12.2007.

Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000 mil, equivalentes a R$ 88.565 em 31.12.2007. Estas apólices incluem a UHE Itá, construída e explorada em consórcio com a controlada em conjunto ITASA.

A controlada Lages Bioenergética Ltda. possui seguro de riscos operacionais com cobertura de US$ 25.000 mil equivalentes a R$ 44.283 em 31.12.2007, e possui também, apólice de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000 mil, equivalentes a R$ 88.565 em 31.12.2007.

A Companhia Energética São Salvador – CESS, controlada da Tractebel Energia desde 01.05.2007, possui apólice de seguros de riscos de engenharia com cobertura de manutenção ampla de 12 meses, com limite máximo de indenização de R$ 701.880. A CESS possui ainda, duas apólices de responsabilidade civil com coberturas de R$ 22.200 cada.

Além destes seguros estratégicos, a Tractebel Energia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade para conselheiros, diretores e administradores extensivo as suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

33 – CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão

A Companhia mantém Contrato de Conexão com a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Tractebel Energia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

A Companhia tem contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, empresas transmissoras e Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, com vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Tractebel Energia ou a extinção das empresas transmissoras e distribuidoras, o que ocorrer primeiro.

c) Contratos Bilaterais de Venda de Energia Elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está quase totalmente contratada até 2008 e com parcela significativa contratada em 2009 e 2010.

d) Compra de Energia Elétrica da Argentina

A Companhia firmou contrato com a CIEN – Companhia de Interconexão Energética, por um prazo de 20 anos, a partir de 21.06.2000, para a compra de 300 MW de potência firme com energia associada, para ser disponibilizada na subestação de Itá, da ELETROSUL. No mês de março de 2005, a ANEEL realizou fiscalização para verificar as condições de garantia de entrega física da UTE Uruguaiana e das Interconexões de Garabi (CIEN), onde foi constatada a indisponibilidade de efetiva geração e transporte de energia elétrica pelos agentes fiscalizados, nos montantes contratados. Em decorrência deste fato, o Ministério de Minas e Energia expediu Portaria, definindo novos valores de garantia física dos respectivos empreendimentos de geração e interconexões.

Em 01.04.2005, foi publicada Resolução Normativa ANEEL estabelecendo os critérios a serem utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na determinação dos limites de disponibilidade de geração e de garantia física de energia para a UTE Uruguaiana e para as Interconexões de Garabi. Com base nos referidos atos normativos, o valor da garantia física originalmente atribuído à CIEN para o atendimento do contrato de 300 MW foi reduzido para, aproximadamente, 72 MW. Em razão do modo como o contrato está registrado na CCEE, esta redução deixaria a Companhia sujeita às penalidades previstas na legislação setorial, por insuficiência de lastro físico, além da exposição ao mercado de curto prazo da CCEE, o que a levou a firmar contrato para compra da energia elétrica correspondente de outro agente. Por força do ocorrido, a Companhia entende que ficou caracterizado inadimplemento contratual por parte da CIEN, e que multas e ressarcimentos previstos no contrato tornaram-se devidos à Companhia. Assim, baseada em dispositivos contratuais que determinam que os valores constantes das faturas emitidas pela CIEN já devem ser líquidos de todos os montantes por elas devidos à Companhia, a título de multas e ressarcimentos (o que não vem sendo feito pela CIEN com relação a nenhuma das faturas por ela emitidas sob o contrato desde a redução de sua garantia física), a Companhia não vem efetuando o pagamento das referidas faturas, desde março de 2005, por serem tais faturas consideradas inábeis.

Em 20.06.2006, a ANEEL, através de Resolução Normativa, reduziu a zero os valores de garantia física de energia elétrica oriunda de importação da CIEN em decorrência da impossibilidade de fornecimento de energia elétrica por parte desta empresa. Esta redução será mantida até que a CIEN comprove a existência de disponibilidade de energia.

e) Compra de gás natural

A Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul – MSGÁS, com vigência de cinco anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona, localizada em Campo Grande – MS, renováveis por mais cinco anos.

Com o vencimento do prazo do contrato em 22 de maio de 2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém, a MSGás comunicou que a renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petrobras, vendedora do gás para a MSGás.

Ante a ameaça da Petrobras de cortar o suprimento de gás para a Usina, a Companhia ajuizou medida cautelar contra a MSGás e a Petrobras, com pedido de antecipação de tutela, que foi deferida para obrigar a manutenção do fornecimento do gás, nos termos do contrato.

A Companhia também ajuizou ação ordinária visando a renovação do contrato por mais um período, cujo processo está tramitando no Poder Judiciário da Comarca do Mato Grosso do Sul.

Em recente recurso ajuizado perante o Superior Tribunal de Justiça, a Petrobras obteve efeito suspensivo que lhe autorizou, a partir de novembro de 2007, a suspensão do fornecimento de gás para a Usina.

Em conseqüência, a Companhia tem comprado energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE para suprir o lastro de energia vendida de Arjona. Alternativamente, está sendo avaliada a viabilidade da usina operar com óleo diesel como combustível, uma vez que a mesma possui essa flexibilidade.

34 – ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA - LEI 6.404/1976

Em 28.12.2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404, de 15.12.1976, notadamente em relação ao capítulo XV, que trata sobre matéria contábil, com vigência a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. A referida lei visa, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações podem ser sumarizadas como segue:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC;
- Inclusão da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA;
- Criação da possibilidade da escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para atender às práticas contábeis.
- Criação de dois novos subgrupos de contas: Intangível, no Ativo Permanente e Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preço de mercado, principalmente instrumentos financeiros; registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial; ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiveram vinculadas à efetiva transferência de controle;
- Normatização de novos critérios para a classificação e a avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos;
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
- Alteração dos parâmetros de avaliação de coligadas pelo método de equivalência patrimonial;
- Introdução do conceito sociedade de grande porte;

A Companhia já vem apresentando a DFC e a DVA como informações suplementares às demonstrações contábeis divulgadas, e a segregação do Intangível, no Ativo Permanente.

Em razão dessas alterações terem sido recentemente promulgadas e algumas ainda dependerem de normatização dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Companhia ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que as alterações introduzidas pela nova lei poderiam resultar em suas demonstrações contábeis e nos resultados dos exercícios seguintes.

35 – EVENTO SUBSEQÜENTE

A Tractebel Energia S.A. e sua controlada integral Companhia Energética Meridional – CEM, comunicaram através de Fato Relevante publicado em 24.01.2008, que seus Conselhos de Administração submeterão aos seus acionistas, em Assembléia Geral Extraordinária a ser convocada, a incorporação, pela Tractebel Energia, de sua subsidiária integral CEM, mediante a versão do patrimônio líquido da CEM, a valor contábil.

A incorporação pretendida objetiva a simplificação da estrutura societária do grupo, mediante a reestruturação societária e patrimonial concernente na operação de incorporação da CEM pela Tractebel Energia, a qual não só reduzirá a estrutura organizacional atual, diminuindo custos, aumentando o valor para os acionistas, racionalizando e otimizando os investimentos, bem como facilitará a unificação, padronização e aperfeiçoamento da administração geral dos negócios das sociedades envolvidas e permitirá a eliminação dos custos de negociação que a manutenção das duas companhias impõe.

O Protocolo de Incorporação de Ações e Sociedade e Instrumento de Justificação foi firmado entre as partes e a proposta de incorporação foi previamente aprovada pelo Conselho de Administração das Companhias e pelos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da CEM.

Adicionalmente, a ANEEL, através de Resolução autorizativa, anuiu a transferência da concessão de geração da Usina Hidrelétrica Cana Brava – UHCB para a Tractebel Energia, em virtude da referida incorporação.

(A nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2007 encontra-se na próxima página)

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2007, da Tractebel Energia S.A.)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Conselheiro

Dirk Beeuwsaert
Conselheiro

Pierre Michel Philippe Chareyre
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Antonio Alberto Gouvêa Vieira
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Marc Verstraete
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Comercialização e Negócios e Diretor de Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 S-SC

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Pres. Wilson, 231
22°, 25° e 26° andares
20030-905 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel.: +55 (21) 3981-0500
Fax: +55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis – SC

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual e consolidado, da Tractebel Energia S.A. ("Sociedade" ou "controladora") e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tractebel Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações contábeis básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado (controladora e consolidado) correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Sociedade e suas controladas, não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado (controladora e consolidado) foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis básicas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, tomadas em conjunto.

5. As demonstrações contábeis básicas e as demonstrações suplementares dos fluxos de caixa e do valor adicionado (controladora e consolidado) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, em 05 de fevereiro de 2007, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2008

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" SC

Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5 "S" SC

Tractebel Energia
SUEZ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Newton de Lima Azevedo Junior, Paulo de Resende Salgado e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, incluindo as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração relativos ao exercício de 2007, e com base no parecer dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu emitido em 01/02/08, declaram que o Relatório Anual da Administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S/A em 31 de dezembro de 2007, estando em condições de ser apreciado pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2008.

Newton de Lima Azevedo Junior
Conselheiro Presidente

Paulo de Resende Salgado
Conselheiro

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro

Anexo IV

Informações Trimestrais Consolidadas da Companhia relativas ao período encerrado em 31 de março de 2008, respectivo parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

4 - NIRE
42300024384

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO
RUA: ANTÔNIO DIB MUSSI, Nº 366				CENTRO
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
88015-110	FLORIANÓPOLIS			SC
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
048	3221-7221	-	-	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
048	3221-7002	-	-	
15 - E-MAIL				
previtali@tractebelenergia.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
MARC VERSTRAETE				
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO
RUA: ANTÔNIO DIB MUSSI, Nº 366				CENTRO
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
88015-110	FLORIANÓPOLIS			SC
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
048	3221-7060	-	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
048	3221-7002	-	-	
16 - E-MAIL				
marc@tractebelenergia.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2008	31/12/2008	1	01/01/2008	31/03/2008	4	01/10/2007	31/12/2007

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES	00385-9
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
ROBERTO PAULO KENEDI	898.355.657-91

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2008	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2007	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2007
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	652.742.192	652.742.192	652.742.192
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	652.742.192	652.742.192	652.742.192
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	05/12/2007	Juros Sobre Capital Próprio	20/05/2008	ON	0,1348158600
02	AGO	08/04/2008	Dividendo	20/05/2008	ON	0,7005499732

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
13/05/2008	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
1	Ativo Total	6.116.103	5.422.037
1.01	Ativo Circulante	1.398.687	1.100.878
1.01.01	Disponibilidades	904.998	571.755
1.01.01.01	Numerário Disponivel	1.174	6.694
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	903.824	565.061
1.01.02	Créditos	428.213	458.213
1.01.02.01	Clientes	395.962	323.171
1.01.02.01.01	Consumidores, Concess. e Permissionárias	395.962	323.171
1.01.02.02	Créditos Diversos	32.251	135.042
1.01.02.02.01	Dividendos a Receber de Controladas	8.358	91.006
1.01.02.02.02	Tributos e Contrib. Sociais a Compensar	9.202	8.285
1.01.02.02.03	Cauções e Depósitos Vinculados	640	18.375
1.01.02.02.04	Outros	14.051	17.376
1.01.03	Estoques	42.148	49.289
1.01.04	Outros	23.328	21.621
1.01.04.01	Despesas Pagas Antecipadamente	2.001	3.656
1.01.04.02	Ativo Fiscal Diferido	15.030	12.091
1.01.04.03	Outros	6.297	5.874
1.02	Ativo Não Circulante	4.717.416	4.321.159
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	471.065	437.275
1.02.01.01	Créditos Diversos	108.563	107.452
1.02.01.01.01	Concessionárias e Permissionárias	1.966	4.548
1.02.01.01.02	Alienação de Bens e Direitos	84.793	81.315
1.02.01.01.03	Tributos e Contrib. Sociais a Compensar	21.579	21.208
1.02.01.01.04	Outros	225	381
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	362.502	329.823
1.02.01.03.01	Depósitos Judiciais	150.343	126.357
1.02.01.03.02	Ativo Fiscal Diferido	210.190	201.371
1.02.01.03.03	Outros	1.969	2.095
1.02.02	Ativo Permanente	4.246.351	3.883.884
1.02.02.01	Investimentos	711.239	1.156.481
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	640.221	1.062.602
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	40.206	63.067
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	30.812	30.812
1.02.02.02	Imobilizado	3.438.651	2.725.218
1.02.02.03	Intangível	75.274	2.185
1.02.02.04	Diferido	21.187	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
2	Passivo Total	6.116.103	5.422.037
2.01	Passivo Circulante	1.193.427	1.275.732
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	80.690	71.255
2.01.02	Debêntures	57.938	32.138
2.01.03	Fornecedores	176.652	229.708
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	188.433	271.724
2.01.05	Dividendos a Pagar	532.997	532.997
2.01.05.01	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	532.997	532.997
2.01.06	Provisões	49.534	42.847
2.01.06.01	Obrigações Estimadas	38.048	32.713
2.01.06.02	Contingências	11.486	10.134
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	107.183	95.063
2.01.08.01	Benefícios Pós-Emprego	20.647	18.450
2.01.08.02	Obrigações com o Programa de P&D	49.005	38.820
2.01.08.03	Outros	37.531	37.793
2.02	Passivo Não Circulante	1.714.311	1.329.452
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.714.311	1.329.452
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	394.741	345.302
2.02.01.02	Debêntures	636.992	560.302
2.02.01.03	Provisões	74.266	66.023
2.02.01.03.01	Obrigações Estimadas	3.609	2.794
2.02.01.03.02	Contingências	70.657	63.229
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	608.312	357.825
2.02.01.06.01	Tributos e Contribuições Sociais	10.664	9.259
2.02.01.06.02	Benefício Pós-Emprego	311.931	310.333
2.02.01.06.03	Passivo Fiscal Diferido	36.535	36.535
2.02.01.06.04	Concessões a pagar	247.453	0
2.02.01.06.05	Outros	1.729	1.698
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	3.208.365	2.816.853
2.04.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.04.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	279.392	279.392
2.04.04.01	Legal	249.496	249.496
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	29.896	29.896
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2008	4 -31/12/2007
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	391.512	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	902.452	902.452	652.513	652.513
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	800.650	800.650	572.518	572.518
3.01.02	Fornecimento de Energia Elétrica	97.253	97.253	76.201	76.201
3.01.03	Outras Receitas	4.549	4.549	3.794	3.794
3.02	Deduções da Receita Bruta	(84.939)	(84.939)	(55.527)	(55.527)
3.02.01	PIS e COFINS	(60.769)	(60.769)	(33.746)	(33.746)
3.02.02	ICMS	(16.824)	(16.824)	(15.721)	(15.721)
3.02.03	ISS	(96)	(96)	(89)	(89)
3.02.04	Pesquisa e Desenvolvimento	(7.250)	(7.250)	(5.971)	(5.971)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	817.513	817.513	596.986	596.986
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(254.638)	(254.638)	(235.256)	(235.256)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(75.799)	(75.799)	(96.548)	(96.548)
3.04.02	Transações no Âmbito da CCEE	(12.938)	(12.938)	(44.145)	(44.145)
3.04.03	Custo de Produção de Energia Elétrica	(162.724)	(162.724)	(92.560)	(92.560)
3.04.04	Custo dos Serviços Prestados	(3.177)	(3.177)	(2.003)	(2.003)
3.05	Resultado Bruto	562.875	562.875	361.730	361.730
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	4.602	4.602	(25.752)	(25.752)
3.06.01	Com Vendas	(46.726)	(46.726)	(43.135)	(43.135)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(31.397)	(31.397)	(25.848)	(25.848)
3.06.03	Financeiras	(25.900)	(25.900)	(8.080)	(8.080)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	26.582	26.582	19.323	19.323
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(52.482)	(52.482)	(27.403)	(27.403)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	77.915	77.915	737	737
3.06.04.01	Recuperação de PIS/COFINS	76.431	76.431	0	0
3.06.04.02	Reversão de Prov.Operac., líquida	1.484	1.484	737	737

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	30.710	30.710	50.574	50.574
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial	32.025	32.025	52.261	52.261
3.06.06.02	Amortização de Ágio na Partic. Empresas	(1.315)	(1.315)	(1.687)	(1.687)
3.07	Resultado Operacional	567.477	567.477	335.978	335.978
3.08	Resultado Não Operacional	(1.064)	(1.064)	(702)	(702)
3.08.01	Receitas	511	511	347	347
3.08.02	Despesas	(1.575)	(1.575)	(1.049)	(1.049)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	566.413	566.413	335.276	335.276
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(185.018)	(185.018)	(101.546)	(101.546)
3.10.01	Imposto de Renda	(134.157)	(134.157)	(74.473)	(74.473)
3.10.02	Contribuição Social	(50.861)	(50.861)	(27.073)	(27.073)
3.11	IR Diferido	10.117	10.117	8.372	8.372
3.11.01	Imposto de Renda	7.439	7.439	6.810	6.810
3.11.02	Contribuição Social	2.678	2.678	1.562	1.562
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	391.512	391.512	242.102	242.102
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	652.742.192	652.742.192	652.742.192	652.742.192
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,59980	0,59980	0,37090	0,37090
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis - SC, e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Sua capacidade instalada, incluindo a propriedade indireta das UHEs Itá, Machadinho e Ponte de Pedra, cuja aquisição foi concretizada em 29.04.2008, e da Unidade de Co-geração Lages, é de 6.057 MW, dos quais aproximadamente 80% em usinas hidrelétricas e 20% em termelétricas. A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo o contrato para compra de longo prazo firmado com a controlada Itá Energética S.A. - ITASA é de 6.094 MW.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28.03.2008, foi aprovada a incorporação pela Tractebel Energia, de sua subsidiária integral CEM, mediante a versão de seu acervo líquido, na data-base de 29.02.2008, avaliado a valor contábil por empresa especializada. As variações patrimoniais ocorridas entre a data-base e a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela Tractebel Energia.

A incorporação objetivou a simplificação da estrutura societária do grupo, a qual não só reduzirá a estrutura organizacional atual, diminuindo custos, aumentando o valor para os acionistas, racionalizando e otimizando os investimentos, bem como facilitará a unificação, padronização e aperfeiçoamento da administração geral dos negócios das sociedades envolvidas e permitirá a eliminação dos custos de negociação que a manutenção das duas companhias impõe.

A ANEEL, através de Resolução Autorizativa de 22.01.2008, anuiu à transferência da concessão de geração da Usina Hidrelétrica Cana Brava – UHCB para a Tractebel Energia, em virtude da referida incorporação.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor do acervo líquido incorporado pela Tractebel Energia, avaliado na data-base 29.02.2008, foi de R$ 454.866 e é composto com segue:

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ATIVO CIRCULANTE		**PASSIVO CIRCULANTE**	
Disponibilidades	28.344	Fornecedores	5.811
Concessionária - Controladora	31.962	Dividendos propostos	25.104
Transações no âmbito da CCEE	187	Financiamentos e debêntures	29.053
Cauções e depósitos vinculados	1.643	Tributos e contribuições sociais	4.445
Outros	1.072	Contas a pagar controladora	13.988
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**63.208**	Outras obrigações	9.578
		TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**87.979**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**NÃO CIRCULANTE**	
Realizável a Longo Prazo		**Exigível a Longo Prazo**	
Depósitos judiciais	24.487	Financiamentos e debêntures	125.845
Ativo fiscal diferido	1.613	Concessões a pagar	244.614
Outros	798	Provisão para contingências	3.165
	26.898	**TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**373.624**
Permanente			
Imobilizado	753.618		
Intangível	72.745		
	826.363		
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**853.261**	**ACERVO LÍQUIDO**	**454.866**
TOTAL DO ATIVO	**916.469**	**TOTAL DO PASSIVO**	**916.469**

2 – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são consistentes com aquelas adotadas para a elaboração das Demonstrações Contábeis de 31.12.2007.

Os valores apresentados nas Informações Trimestrais - ITR (textos e tabelas) estão expressos em milhares (de reais e outras moedas), exceto onde indicado de maneira diferente.

As notas explicativas às Demonstrações Contábeis de 31.12.2007 complementam as notas destas Informações Trimestrais, apresentadas de formas resumidas.

Demonstrações contábeis consolidadas

São eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da ITASA são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle compartilhado.

3 – ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA – LEI 6.404/1976

Em 28.12.2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404, de 15.12.1976, notadamente em relação ao capítulo XV, que trata sobre matéria contábil, que entrou em vigor em 01.01.2008 e aplica-se às demonstrações contábeis de encerramento do exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2008. A referida lei visa, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir deste exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte de órgãos reguladores.

A Companhia já vem apresentando trimestralmente a Demonstrações do Fluxo de Caixa, individuais e consolidadas, e a segregação do Intangível, no Ativo Permanente, bem com divulga anualmente a Demonstração do Valor Adicionado como informações suplementares às demonstrações contábeis. Adicionalmente, a Companhia já ajusta a valor presente (AVP) os seus ativos e passivos de longo prazo (vide Notas 9 e 18).

Embora as alterações das práticas contábeis em questão tenham sido recentemente estabelecidas e algumas ainda dependam de regulamentação por parte de órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração entende que com base nos pronunciamentos contábeis até então existentes, as modificações introduzidas pela nova lei e, pela Instrução CVM nº 469/08, não produzem efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia.

4 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais e Privados [1]				
Nota do Tesouro Nacional - NTN	610.302	424.512	641.856	535.435
Debêntures	37.025	30.092	38.939	37.955
Letra do Tesouro Nacional - LTN	-	241	-	303
	647.327	454.845	680.795	573.693
Certificado de Depósito Bancário - CDB	21.438	20.473	22.546	25.823
Letra do Tesouro Nacional - LTN	44.856	40.410	47.175	50.969
Letra Financeira do Tesouro - LFT	190.203	49.333	200.037	62.224
	903.824	565.061	950.553	712.709
Instituições Financeiras [2]				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	-	31.657
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	3.634
Operações Compromissadas com Títulos Privados [1]				
Debêntures	-	-	25.599	20.921
	-	-	25.599	56.212
	903.824	565.061	976.152	768.921
Banco Santos				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	2.603	1.777	2.603	2.603
(-) Provisão para perdas	(2.603)	(1.777)	(2.603)	(2.603)
	903.824	**565.061**	**976.152**	**768.921**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo e Multimercado, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, estando estas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de despesas gerais e administrativas.

Na carteira do fundo, em 31.03.2008, está registrada operação no mercado futuro de taxa de juros (DI Futuro BMF), que tem por objetivo transformar alocações pré-fixadas em alocações indexadas ao CDI. Os resultados dessas operações são compensados com os apresentados na carteira de títulos acima mencionada. O saldo consolidado dessa transação em 31.03.2008 é de R$ 24.327 (R$ 38.678 em 31.12.2007).

	Valor	Vencimento	Carteira protegida	Vencimento
DI Futuro	**24.327**	01.07.2008	LTN	01.07.2008

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A provisão para perdas em aplicações financeiras foi constituída para cobrir possíveis perdas decorrentes das aplicações em CDB que a Companhia possuí no Banco Santos, o qual teve a sua falência decretada em 2005.

(1) São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pré-fixada e estão lastreadas em títulos públicos federais e em títulos privados.

(2) Banco Safra, Banco Votorantim e UNIBANCO.

5 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				
	31.03.2008				31.12.2007
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	174.328	-	-	174.328	192.569
Comercializadoras	96.400	-	-	96.400	82.232
Consumidores livres	31.514	-	6	31.520	28.383
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Correntes	71.456	10.442	-	81.898	6.312
- Parcelamentos	10.795	-	-	10.795	11.350
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	76	205	-	281	1.585
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	12.076	122.574	121.820
	192.825	10.647	12.076	215.548	141.067
	495.067	**10.647**	**12.822**	**518.536**	**444.991**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(121.820)
	384.569	**10.647**	**746**	**395.962**	**323.171**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado				
	31.03.2008				31.12.2007
	Vincendos	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias		
Circulante					
Concessionárias	190.884	-	-	190.884	195.483
Comercializadoras	75.325	-	-	75.325	42.999
Consumidores livres	96.694	606	6	97.306	88.352
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito do CCEE/MAE					
- Correntes	71.457	10.583	-	82.040	7.529
- Parcelamentos	10.795	-	-	10.795	11.350
- Recomposição tarifária extra-ordinária - RTE	76	205	-	281	1.585
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	13.944	124.442	124.442
	192.826	10.788	13.944	217.558	144.906
	555.729	**11.394**	**14.690**	**581.813**	**472.480**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)
	445.231	**11.394**	**2.614**	**459.239**	**349.906**

O prazo médio de recebimento de suas faturas de comercialização de energia é de, no máximo, 45 dias.

Os valores vencidos há mais de 90 dias relativos a transações no âmbito do MAE referem-se a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do MAE, realizada em 30.12.2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido crédito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

A provisão para devedores duvidosos sobre os valores vincendos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE (atualmente, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.

6 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
Circulante				
ICMS	43.856	42.764	44.076	44.894
Imposto de renda	-	-	1.102	681
Contribuição social	-	-	123	-
COFINS	2.843	2.256	2.911	2.316
PIS	617	490	632	503
INSS	2.024	2.913	2.024	2.913
	49.340	**48.423**	**50.868**	**51.307**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	(40.138)	(40.138)	(40.138)	(40.138)
	9.202	**8.285**	**10.730**	**11.169**
Não Circulante				
ICMS	4.597	3.934	8.112	6.897
COFINS	7.984	8.762	7.984	8.772
PIS	1.733	1.902	1.733	1.904
INSS	7.265	6.610	7.265	6.610
	21.579	**21.208**	**25.094**	**24.183**

A provisão para perdas na realização de crédito acumulado de ICMS decorrente da aquisição de gás natural para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total dos créditos naquele Estado, tendo em vista que parcela substancial da venda de energia elétrica ocorria com diferimento de ICMS.

7 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora				
	31.03.2008				31.12.2007
Natureza dos créditos	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Remuneração das Imobilizações em Curso - RIC	146.550	36.637	-	36.637	36.637
Benefícios pós-emprego	195.230	48.808	17.570	66.378	64.876
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.419
Provisão para contingências	110.758	27.690	9.969	37.659	36.212
Provisão para perdas com créditos de ICMS	40.138	10.035	3.612	13.647	13.647
Depreciação complementar UTE W. Arjona	24.355	6.089	2.192	8.281	8.565
Bônus gerencial e especial	6.183	1.546	556	2.102	1.731
Ajuste a valor presente de valores a receber	18.564	4.641	1.671	6.312	6.861
Provisão para perdas em aplicações financeiras	2.603	651	234	885	604
PIS e COFINS com exigibilidade suspensa	6.430	1.607	579	2.186	1.628
Ágio incorporado	23.032	5.758	2.073	7.831	-
Outros	4.785	1.196	431	1.627	1.282
		175.301	**49.919**	**225.220**	**213.462**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		12.021	3.009	15.030	12.091
Não circulante		163.280	46.910	210.190	201.371
		175.301	**49.919**	**225.220**	**213.462**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado				
	31.03.2008				31.12.2007
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**	**Total**
Remuneração das Imobilizações em Curso - RIC	146.550	36.637	-	36.637	36.637
Benefícios pós-emprego	195.230	48.808	17.570	66.378	64.876
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675
Provisão para contingências	111.366	27.841	10.023	37.864	37.488
Provisão para perdas com créditos de ICMS	40.138	10.035	3.612	13.647	13.647
Depreciação complementar UTE W. Arjona	24.355	6.089	2.192	8.281	8.565
Bônus gerencial e especial	6.183	1.546	556	2.102	1.731
Ajuste a valor presente de valores a receber	18.564	4.641	1.671	6.312	6.861
Provisão para perdas em aplicações financeiras	2.603	651	234	885	885
PIS e COFINS com exigibilidade suspensa	8.682	2.170	782	2.952	2.182
Ágio incorporado	23.032	5.758	2.073	7.831	-
Outros	5.801	1.450	523	1.973	1.628
		176.269	**50.268**	**226.537**	**216.175**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		12.051	3.020	15.071	12.160
Não circulante		164.218	47.248	211.466	204.015
		176.269	**50.268**	**226.537**	**216.175**

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O horizonte de realização do ativo fiscal diferido e a sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Ativo fiscal diferido, registrado		
2008 (abr a dez)	11.476	11.507
2009	18.658	19.063
2010	14.569	14.610
2011	21.825	21.856
2012	40.441	40.463
2013 a 2015	85.529	86.316
2016 a 2018 (jan a mar)	32.722	32.722
	225.220	**226.537**
Ativo fiscal diferido, não registrado		
2018 (abr a dez)	2.748	2.748
2019	3.492	3.492
2020	734	734
2021	734	734
2022	734	734
2023 a 2025	2.202	2.202
2026 a 2028	2.202	2.202
2029 em diante	1.686	1.686
	14.532	**14.532**
	239.752	**241.069**

O ativo fiscal diferido não registrado corresponde a Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC. A sua realização ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido, em observância à Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

8 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	31.03.2008		31.03.2007	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**566.413**	**566.413**	**335.276**	**335.276**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	1.315	-	1.687	-
Gratificação e 13º de dirigentes	495	-	657	-
Doações	896	896	400	400
Outras despesas indedutíveis	86	86	44	44
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(32.025)	(32.025)	(52.261)	(52.261)
RIC (*)	(3.664)	-	(3.644)	-
Base de cálculo dos tributos no resultado	**533.516**	**535.370**	**282.159**	**283.459**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(133.378)**	**(48.183)**	**(70.540)**	**(25.511)**
IR sobre reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	5.758	-	-	-
Complemento do IR diferido sobre a RIC (*)	-	-	2.471	-
Incentivos fiscais	896	-	400	-
Outros	6	-	6	-
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(126.718)**	**(48.183)**	**(67.663)**	**(25.511)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(134.157)	(50.861)	(74.473)	(27.073)
Diferido	7.439	2.678	6.810	1.562
	(126.718)	**(48.183)**	**(67.663)**	**(25.511)**

(*) *RIC – Remuneração das Imobilizações em Curso*

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado			
	31.03.2008		31.03.2007	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**587.738**	**587.738**	**366.289**	**366.289**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	1.315	-	1.687	-
Gratificação e 13º de dirigentes	532	-	707	-
Doações	896	896	550	550
Outras despesas indedutíveis	342	342	56	56
Exclusões				
RIC (*)	(3.664)	-	(3.644)	-
Ajuste em controlada tributada pelo lucro presumido	(603)	(286)	(1.470)	(1.108)
Base de cálculo dos tributos no resultado	**586.556**	**588.690**	**364.175**	**365.787**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(146.640)**	**(52.984)**	**(91.044)**	**(32.921)**
IR sobre reversão de ágio amortizado na incorporação de controlada	5.758	-	-	-
Complemento do IR diferido sobre a RIC (*)	-	-	2.471	-
IR e CS de exercícios anteriores	(2.409)	(868)	(2.400)	(864)
Incentivos fiscais	896	-	550	-
Outros	21	-	21	-
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(142.374)**	**(53.852)**	**(90.402)**	**(33.785)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(149.994)	(56.595)	(96.568)	(35.116)
Diferido	7.620	2.743	6.166	1.331
	(142.374)	**(53.852)**	**(90.402)**	**(33.785)**

(*) *RIC – Remuneração das Imobilizações em Curso*

9 – ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS

Registra os valores a receber da Elétrica Jacuí S.A. – ELEJA relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. A ELEJA é uma sociedade de propósito específico, controlada por sociedade detentora dos direitos de exploração de jazidas de carvão mineral na região do projeto Jacuí, a qual, nos termos do contrato, assumiu a responsabilidade pela conclusão do projeto.

Em garantia ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento do preço de compra, a ELEJA deu à Tractebel Energia, em promessa de penhor e hipoteca, os direitos, bens, máquinas, imóveis e seus acessórios, que foram objeto do contrato de compra e venda entre as partes.

De acordo com as condições contratuais, os valores da venda estão sendo atualizados pelo IGP-DI e serão recebidos em 36 parcelas a partir da data de início da operação comercial da UTE Jacuí ou da data que se completarem quatro anos, contados a partir da venda.

Considerando que os valores contratuais estão a preço futuro, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente, aplicando a taxa de desconto de 10% a.a. Os valores nominais e os descontados a valor presente, na controladora e no consolidado, são como se segue:

	Controladora e Consolidado	
	31.03.2008	**31.12.2007**
Valor da alienação	103.357	101.496
(-) Ajuste a valor presente	(18.564)	(20.181)
	84.793	**81.315**

10 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	**31.12.2007**	**31.03.2008**	**31.12.2007**
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Equivalência Patrimonial	640.221	1.062.602	-	-
Ágio	40.206	63.067	59.734	82.595
Avaliadas pelo custo de aquisição	28.796	28.796	28.796	28.796
Bens e direitos para uso futuro	1.895	1.895	1.895	1.895
Outros investimentos	121	121	121	121
	711.239	**1.156.481**	**90.546**	**113.407**

b) Participações societárias permanentes

b.1) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Empresas	31.03.2008				31.03.2007	31.12.2007
	Lote de Mil Ações ou Quotas	Participação (%)	Lucro Líquido (Prejuízo)	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)	Patrimônio Líquido
Itá Energética S.A. – ITASA	253.607	48,75	4.524	592.704	5.817	583.424
Companhia Energética Meridional – CEM [1]	-	-	11.122 [*]	-	21.435	443.744
Companhia Energética São Salvador – CESS [2]	268.943	99,99	-	268.943	-	268.943
Lages Bioenergética Ltda.	30.530	99,99	1.124	41.469	2.060	40.345
Tractebel Energia Comercializadora Ltda.	4.200	99,99	15.511	19.711	22.961	4.200
Delta Energética S.A.	20.960	99,99	(61)	20.837	(12)	20.898
Lagoa Formosa Bioenergética Ltda.	50	99,99	-	270	-	50

[*] *Lucro líquido em 29.02.2008.*
[1] *A controlada CEM foi incorporada na Tractebel Energia em 29.02.2008, conforme mencionado na Nota 1..*
[2] *Em fase pré-operacional.*

Movimentação dos investimentos no trimestre

Equivalência Patrimonial

Empresas	Saldos em 31.12.2007	Incorporação de controlada	Adiantamento p/futuro aumento de Capital	Resultado da equivalência patrimonial	Saldos em 31.03.2008
ITASA	284.419	-	-	4.524	288.943
CEM	443.744	(454.866)	-	11.122	-
CESS	268.943	-	-	-	268.943
Lages Bioenergética	40.345	-	-	1.124	41.469
Tractebel Energia Comercializadora	4.200	-	-	15.511	19.711
Delta Energética	20.898	-	-	(61)	20.837
Lagoa Formosa	50	-	220	-	270
Outras	3	-	240	(195)	48
	1.062.602	**(454.866)**	**460**	**32.025**	**640.221**

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ágio

Empresas	Saldos em 31.12.2007	Incorporação de controlada	Amortização	Saldos em 31.03.2008
ITASA	5.721	-	(572)	5.149
CEM	22.289	(21.546)	(743)	-
CESS	35.057	-	-	35.057
Controladora	**63.067**	**(21.546)**	**(1.315)**	**40.206**
Delta Energética				
Seival Participações	19.528	-	-	19.528
Consolidado	**82.595**	**(21.546)**	**(1.315)**	**59.734**

O ágio do investimento na controladora CEM tem o fundamento econômico baseado na lucratividade futura e foi reconhecido no ativo diferido em decorrência da incorporação pela Tractebel Energia.

11 – ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora				
		31.03.2008			31.12.2007
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em Serviço					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,5	640.926	(509.556)	131.370	135.231
UHE Salto Osório	2,7	311.678	(240.315)	71.363	75.201
UHE Passo Fundo	2,4	119.752	(92.261)	27.491	28.186
UHE Cana Brava	3,0	872.291	(124.882)	747.409	-
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.071	(27.167)	152.904	154.336
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.233.883	(232.063)	1.001.820	1.012.729
		3.358.601	**(1.226.244)**	**2.132.357**	**1.405.683**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.511.879	(1.375.862)	1.136.017	1.131.510
UTE Charqueadas	6,2	58.808	(50.758)	8.050	8.304
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.322)	967	979
UTE William Arjona	4,3	174.657	(76.347)	98.310	99.343
		2.753.633	**(1.510.289)**	**1.243.344**	**1.240.136**
Equipamentos Gerais e Outros	10,0	**48.993**	**(20.386)**	**28.607**	**24.852**
		6.161.227	**(2.756.919)**	**3.404.308**	**2.670.671**
Imobilizações em Curso					
Geração Hidráulica		22.616	-	22.616	20.452
Geração Térmica		18.226	-	18.226	41.375
Equipamentos Gerais e Outros		3.008	-	3.008	2.200
		43.850	**-**	**43.850**	**64.027**
Total das imobilizações		**6.205.077**	**(2.756.919)**	**3.448.158**	**2.734.698**
Obrigações especiais		**(9.507)**	**-**	**(9.507)**	**(9.480)**
		6.195.570	**(2.756.919)**	**3.438.651**	**2.725.218**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado				
	31.03.2008				31.12.2007
	Taxas médias de depreciação	Custo corrigido	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizações em Serviço					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,5	640.926	(509.556)	131.370	135.231
UHE Salto Osório	2,7	311.678	(240.315)	71.363	75.201
UHE Passo Fundo	2,4	119.752	(92.261)	27.491	28.186
UHE Cana Brava	3,0	872.291	(124.882)	747.409	755.534
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.071	(27.167)	152.904	154.336
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.776.843	(330.127)	1.446.716	1.460.709
		3.901.561	**(1.324.308)**	**2.577.253**	**2.609.197**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.511.879	(1.375.862)	1.136.017	1.131.510
UTE Charqueadas	6,2	58.808	(50.758)	8.050	8.304
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.322)	967	979
UTE William Arjona	4,3	174.657	(76.347)	98.310	99.343
Unidade de Cogeração Lages	4,3	74.158	(12.364)	61.794	62.613
		2.827.791	**(1.522.653)**	**1.305.138**	**1.302.749**
Equipamentos Gerais e Outros	10,0	**49.180**	**(20.491)**	**28.689**	**24.916**
		6.778.532	**(2.867.452)**	**3.911.080**	**3.936.862**
Imobilizações em Curso					
Geração Hidráulica					
UHE São Salvador		653.945	-	653.945	615.577
Outras UHE (obras de adição)		24.666	-	24.666	24.861
Geração Térmica		19.885	-	19.885	42.918
Equipamentos Gerais e Outros		3.008	-	3.008	2.213
		701.504	**-**	**701.504**	**685.569**
Total das imobilizações		**7.480.036**	**(2.867.452)**	**4.612.584**	**4.622.431**
Obrigações especiais		**(9.632)**	**-**	**(9.632)**	**(9.605)**
		7.470.404	**(2.867.452)**	**4.602.952**	**4.612.826**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	Em serviço	Em curso	Total	Em serviço	Em curso	Total
Saldo em 31.12.2007	**2.670.671**	**64.027**	**2.734.698**	**3.936.862**	**685.569**	**4.622.431**
Ingressos						
UHE Cana Brava	753.143	476	753.619	-	-	-
UHE São Salvador	-	-	-	-	38.368	38.368
Demais usinas	-	8.230	8.230	-	8.467	8.467
Transferências	28.883	(28.883)	-	30.900	(30.900)	-
Depreciação	(46.811)	-	(46.811)	(55.104)	-	(55.104)
Baixas	(1.578)	-	(1.578)	(1.578)	-	(1.578)
	3.404.308	**43.850**	**3.448.158**	**3.911.080**	**701.504**	**4.612.584**
Obrigações Especiais	(9.507)	-	(9.507)	(9.632)	-	(9.632)
Saldo em 31.03.2008	**3.394.801**	**43.850**	**3.438.651**	**3.901.448**	**701.504**	**4.602.952**

Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos da Companhia Energética São Salvador – CESS, cujo valor no 1º trimestre foi de R$ 9.060, estão sendo reconhecidos no imobilizado em curso.

12 – ATIVO INTANGÍVEL

	Controladora				
	31.03.2008				31.12.2007
	Taxas médias de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Direito de exploração da UHE Cana Brava	3,2	88.664	(16.199)	72.465	-
Direito de uso de softwares	20,0	10.520	(8.049)	2.471	1.860
		99.184	**(24.248)**	**74.936**	**1.860**
Em Curso					
Direito de uso de softwares	-	338	-	338	325
		99.522	**(24.248)**	**75.274**	**2.185**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado				
	31.03.2008				31.12.2007
	Taxas médias de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Direito de exploração da UHE Cana Brava	3,2	88.664	(16.199)	72.465	73.176
Direito de uso de softwares	20,0	10.608	(8.098)	2.510	1.947
		99.272	**(24.297)**	**74.975**	**75.123**
Em Curso					
Direito de uso de softwares	-	382	-	382	369
Direito de compra de energia	-	64.561	-	64.561	-
		64.943	**-**	**64.943**	**369**
		164.215	**(24.297)**	**139.918**	**75.492**

13 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	31.03.2008			31.12.2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional, líquido de garantias depositadas	20.288	150.473	170.761	20.545	160.504	181.049
BNP Paribas (*Floating Rate*	-	110.424	110.424	-	104.343	104.343
Deutsche Bank	3.360	3.360	6.720	3.403	3.403	6.806
ABN AMRO Bank	-	-	-	2.498	-	2.498
Encargos	10.608	-	10.608	4.501	-	4.501
	34.256	**264.257**	**298.513**	**30.947**	**268.250**	**299.197**
Moeda nacional						
ELETROBRÁS	27.565	59.856	87.421	34.005	66.464	100.469
BNDES	14.920	60.922	75.842	1.790	-	1.790
Banco do Brasil	3.529	9.706	13.235	3.529	10.588	14.117
Encargos	420	-	420	984	-	984
	46.434	**130.484**	**176.918**	**40.308**	**77.052**	**117.360**
	80.690	**394.741**	**475.431**	**71.255**	**345.302**	**416.557**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado					
	31.03.2008			31.12.2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional, líquido de garantias depositadas	20.288	150.473	170.761	20.545	160.504	181.049
BNP Paribas (Floating Rate Note)	-	110.424	110.424	-	104.343	104.343
Deutsche Bank	3.360	3.360	6.720	3.403	3.403	6.806
ABN AMRO Bank	-	-	-	2.498	-	2.498
Encargos	10.608	-	10.608	4.501	-	4.501
	34.256	**264.257**	**298.513**	**30.947**	**268.250**	**299.197**
Moeda nacional						
ELETROBRÁS	27.565	59.856	87.421	34.005	66.464	100.469
BNDES	27.019	251.665	278.684	28.793	255.545	284.338
Agentes Financiadores - BNDES	14.998	340.505	355.503	14.990	338.409	353.399
Banco do Brasil	3.529	9.706	13.235	3.529	10.588	14.117
BRDE	6.814	23.281	30.095	6.810	24.969	31.779
Encargos	1.062	6.961	8.023	1.950	6.506	8.456
	80.987	**691.974**	**772.961**	**90.077**	**702.481**	**792.558**
	115.243	**956.231**	**1.071.474**	**121.024**	**970.731**	**1.091.755**

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2007	**71.255**	**345.302**	**416.557**	**121.024**	**970.731**	**1.091.755**
Ingressos por incorporação de controlada	15.203	62.153	77.356	-	-	-
Transferências	8.855	(8.855)	-	19.833	(19.833)	-
Encargos gerados	9.784	11	9.795	15.323	9.203	24.526
Variações cambiais	(277)	4.163	3.886	(277)	4.163	3.886
Remuneração de garantias depositadas	-	(8.033)	(8.033)	-	(8.033)	(8.033)
Amortizações	(24.130)	-	(24.130)	(40.660)	-	(40.660)
Saldo em 31.03.2008	**80.690**	**394.741**	**475.431**	**115.243**	**956.231**	**1.071.474**

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora					
	31.03.2008			31.12.2007		
	Moeda	Reais	%	Moeda	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	105.696	184.873	38,89	109.411	193.800	46,52
Euro – EUR	41.165	113.640	23,90	40.404	105.397	25,31
		298.513	**62,79**		**299.197**	**71,83**
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)		87.421	18,39		101.272	24,31
TJLP		76.123	16,01		-	-
Não indexado		13.374	2,81		16.088	3,86
		176.918	**37,21**		**117.360**	**28,17**
		475.431	**100,00**		**416.557**	**100,00**

	Consolidado					
	31.03.2008			31.12.2007		
	Moeda	Reais	%	Moeda	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	105.696	184.873	17,25	109.411	193.800	17,75
Euro – EUR	41.165	113.640	10,61	40.404	105.397	9,66
		298.513	**27,86**		**299.197**	**27,41**
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)		87.421	8,16		101.272	9,28
TJLP		672.166	62,73		675.198	61,84
Não indexado		13.374	1,25		16.088	1,47
		772.961	**72,14**		**792.558**	**72,59**
		1.071.474	**100,00**		**1.091.755**	**100,00**

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores

	(%)	
Moeda – indexador	**31.03.2008**	**31.03.2007**
Dólar Americano – USD	(1,25)	(4,10)
Euro – EUR	5,83	(2,88)
TJLP	1,54	1,60
SELIC	2,56	2,99

e) Condições contratadas

	Encargos	Condições de Pagamento		
		Vencimento	Encargos	Principal
Moeda estrangeira				
Tractebel Energia				
Secretaria do Tesouro Nacional	Libor + 1,075% a.a.	Abr 2024	Semestrais, em Abr e Out	Semestrais, em Abr e Out
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	Euribor + 2,75% a.a. [a]	Nov 2015	Anual em Nov	Parcela única em Nov 2015
Deutsche Bank	Libor + 0,55% + IR s/juros (10%)	Out 2009	Semestrais, em Abr e Out	Semestrais, em Abr e Out
Moeda nacional				
Tractebel Energia				
Eletrobrás	12% a.a.	Abr 2011	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
Banco do Brasil	9,35% a.a.	Dez 2011	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
BNDES	TJLP + 4% a.a. [b]	Abr 2013	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
ITASA				
BNDES	TJLP + 4% a.a. [b]	Set 2013	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
Agentes financiadores - BNDES [d]	TJLP + 3,85% a.a. [b]	Set 2013	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
LAGES				
BRDE	TJLP + 2,25% a.a. [b]	Ago 2012	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. [b]	Out 2023	Mensais, até o vencimento[c]	Mensais, até o vencimento[c]
Agentes financiadores - BNDES [d]	TJLP + 3,25% a.a. [b]	Out 2023	Mensais, até o vencimento[c]	Mensais, até o vencimento[c]

[a] Repactuação do vencimento de novembro de 2007 para novembro de 2015, e do *spread* de 7% a.a. para 2,75% a.a.

[b] O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

[c] Os juros serão capitalizados trimestralmente até outubro de 2009, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, incorporando-se ao principal dos financiamentos. Após o período de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente até outubro de 2023.

[d] UNIBANCO, BRADESCO, Banco Itaú, Banco Santander e Banco Votorantim

f) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
Abril a dezembro 2009	21.326	34.674	56.000	21.326	65.062	86.388
2010	15.896	46.672	62.568	15.896	110.318	126.214
2011	15.896	29.245	45.141	15.896	92.891	108.787
2012	11.764	14.920	26.684	11.764	76.295	88.059
2013	7.631	4.973	12.604	7.631	55.030	62.661
2014	3.689	-	3.689	3.689	29.734	33.423
2015	110.424	-	110.424	110.424	29.734	140.158
2016 a 2022 (parcelas anuais de R$ 29.734)	-	-	-	-	208.138	208.138
2023	-	-	-	-	24.772	24.772
2024	77.631	-	77.631	77.631	-	77.631
	264.257	**130.484**	**394.741**	**264.257**	**691.974**	**956.231**

g) Garantias

g.1) Tractebel Energia S.A.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

Secretaria do Tesouro Nacional - STN: (a) Cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 69.750, em 31.03.2008, o qual está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente.

Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional

ELETROBRÁS: (a) Procuração ao credor com poderes de, em caso de inadimplência, transferir para o seu próprio nome, os valores necessários para o pagamento de sua dívida, a partir da conta bancária arrecadadora de receitas da Companhia; (b) Notas Promissórias no montante referente ao do financiamento, estando os títulos vinculados aos termos contratuais.

Banco do Brasil: (a) Cessão e transferência de crédito no valor de R$ 8.726, representado por venda de energia elétrica ou outros recursos com a mesma finalidade; (b) caução de Nota Promissória no valor correspondente ao do financiamento.

BNDES: Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito e do Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures: Em conseqüência da incorporação da CEM pela Tractebel Energia, ocorrida em 28.03.2008, as garantias anteriormente existentes nos dois Contratos, foram substituídas por Carta de Fiança do UNIBANCO, no valor de R$ 156.700, com validade até 15.10.2013.

g.2) Itá Energética S.A. - ITASA

BNDES e repasse BNDES - agentes financiadores: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; (b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com seus acionistas; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES (substituída por fiança bancária) e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da ITASA ao BNDES e Agentes Financiadores.

g.3) Lages Bioenergética Ltda.

BRDE: (a) Cessão dos direitos creditórios do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado com a CELESC, com a interveniência da Tractebel; (b) cessão dos Direitos de Indenização decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Vapor e Compra e Venda de Biomassa celebrados com as empresas Sofia Industrial e Exportadora Ltda. e a Battistella Ind. e Com. Ltda.; (c) cessão dos Direitos Emergentes da Autorização concedida pela ANEEL para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica; (d) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

g.4) Companhia Energética São Salvador - CESS

BNDES e repasse BNDES - agentes financiadores: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE São Salvador; (b) Conta Centralizadora de Direitos Creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CESS; e (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

14 – DEBÊNTURES

a) Composição

	31.03.2008			31.12.2007		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Tractebel Energia S.A.						
1ª Emissão - 1ª Série	6.483	148.449	154.932	6.483	142.539	149.022
1ª Emissão - 2ª Série	-	60.000	60.000	-	60.000	60.000
2ª Emissão - Série Única	404	364.837	365.241	404	357.763	358.167
CEM – Séria Única	10.814	63.706	74.520	-	-	-
Encargos	40.237	-	40.237	25.251	-	25.251
Total Controladora	**57.938**	**636.992**	**694.930**	**32.138**	**560.302**	**592.440**
CEM - Série Única	**-**	**-**	**-**	**10.807**	**63.667**	**74.474**
ITASA -1ª e 2ª Séries	**11.418**	**40.950**	**52.368**	**10.185**	**40.950**	**51.135**
Encargos	2.894	-	2.894	3.430	-	3.430
Total Consolidado	**72.250**	**677.942**	**750.192**	**56.560**	**664.919**	**721.479**

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2007	**32.138**	**560.302**	**592.440**	**56.560**	**664.919**	**721.479**
Incorporação de controlada	13.850	63.692	77.542	-	-	-
Encargos gerados	11.950	13	11.963	14.457	38	14.495
Variações monetárias	-	12.985	12.985	1.233	12.985	14.218
Saldo em 31.03.2008	**57.938**	**636.992**	**694.930**	**72.250**	**677.942**	**750.192**

c) Condições contratadas

	Quantidade em circulação	Remuneração	Condições de Pagamento		Garantia
			Juros/atualização monetária	Principal	
Tractebel					
1ª Série	14.000	IGPM + 9,29% a.a.	Anualmente em 02.05	Parcela única em 02.05.11	Sem garantia
2ª Série	6.000	103,9% do CDI	Semestrais em 02.05 e 02.11	Parcela única em 02.05.10	Sem garantia
2ª Emissão Série Única	35.000	IPCA + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 15.05.12, 15.05.13 e 15.05.14	Sem garantia
CEM - Série Única	7.773	TJLP + 4% a.a. (*)	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.2013	Semestral, variando de 4,7027% em 01.04.08, a 7,5737% em 01.04.13	Recebíveis decorrentes da geração e comercialização de energia
ITASA					
1ª Série e 2ª Série	8.400	IGPM + 9,4% a.a.	Anualmente em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série)	7 parcelas iguais, em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série) de cada ano, até 01.12.13 (1ª série), e 01.06.13 (2ª série)	Penhor dos Direitos Creditórios dos contratos de venda de energia para os seus acionistas

(*) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

d) Variação dos indexadores

	(%)	
Moeda – indexador	**31.03.2008**	**31.03.2007**
TJLP	1,54	1,60
IGP-M	2,38	1,11
CDI	2,53	3,03
IPCA	1,52	-

e) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
Abril a dezembro 2009	11.895	20.085
2010	73.085	81.275
2011	162.842	171.032
2012	137.445	145.635
2013	130.113	138.303
2014	121.612	121.612
	636.992	**677.942**

15 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
Energia elétrica comprada para revenda	46.302	79.012	81.578	70.428
Transações no âmbito da CCEE	15.605	17.631	17.454	19.536
Encargos de uso da rede elétrica	52.945	49.747	54.742	54.167
Combustíveis fósseis / biomassa	26.700	40.195	26.870	39.148
Materiais e serviços	35.100	43.123	90.812	90.632
	176.652	**229.708**	**271.456**	**273.911**

16 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
Circulante				
Imposto de renda	116.709	187.970	119.939	225.766
Contribuição social	42.534	55.944	43.254	66.788
ICMS	10.608	11.376	27.245	30.002
PIS e COFINS	13.665	10.153	14.506	12.164
INSS	3.239	3.705	3.239	3.746
Outros	1.678	2.576	2.125	2.930
	188.433	**271.724**	**210.308**	**341.396**
Não Circulante				
INSS	4.234	4.472	4.234	4.472
PIS e COFINS com exigibilidade suspensa	6.430	4.787	8.696	6.416
ICMS	-	-	3.157	1.315
	10.664	**9.259**	**16.087**	**12.203**
	199.097	**280.983**	**226.395**	**353.599**

Desde o exercício de 2007, a Companhia vem recolhendo imposto de renda e contribuição social sobre base de cálculo estimada, em consonância com a legislação em vigor.

17 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui notificações fiscais e cíveis que estão sendo impugnadas administrativamente, bem como processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, que na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

a) Composição

	Controladora					
	31.03.2008			31.12.2007		
	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida
Tributárias						
Contribuição Social	13.858	(3.579)	10.279	13.508	(3.489)	10.019
INSS	27.106	(11.910)	15.196	26.421	(11.609)	14.812
	40.964	**(15.489)**	**25.475**	**39.929**	**(15.098)**	**24.831**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	17.714	-	17.714	17.235	-	17.235
Doença ocupacional e acidente do trabalho	22.306	(971)	21.335	22.625	(491)	22.134
Ações diversas	10.205	(19)	10.186	6.698	(20)	6.678
	50.225	**(990)**	**49.235**	**46.558**	**(511)**	**46.047**
Trabalhistas	**19.569**	**(12.136)**	**7.433**	**20.018**	**(17.533)**	**2.485**
	110.758	**(28.615)**	**82.143**	**106.505**	**(33.142)**	**73.363**
Classificação no Balanço						
Circulante			11.486			10.134
Não circulante			70.657			63.229
			82.143			**73.363**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado					
	31.03.2008			31.12.2007		
	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida	Provisão bruta	Depósito judicial	Provisão líquida
Tributárias						
Contribuição Social	13.858	(3.579)	10.279	13.508	(3.489)	10.019
INSS	27.106	(11.910)	15.196	26.421	(11.609)	14.812
	40.964	**(15.489)**	**25.475**	**39.929**	**(15.098)**	**24.831**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	17.714	-	17.714	17.235	-	17.235
Doença ocupacional e acidente do trabalho	22.306	(971)	21.335	22.625	(491)	22.134
Ações diversas	13.226	(1.142)	12.084	12.834	(1.143)	11.691
	53.246	**(2.113)**	**51.133**	**52.694**	**(1.634)**	**51.060**
Trabalhistas	**19.569**	**(12.136)**	**7.433**	**20.018**	**(17.533)**	**2.485**
	113.779	**(29.738)**	**84.041**	**112.641**	**(34.265)**	**78.376**
Classificação no Balanço						
Circulante			11.608			10.336
Não circulante			72.433			68.040
			84.041			**78.376**

Contingências tributárias

Contribuição Social

Refere-se a auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal, em decorrência de a Companhia ter compensado Base de Cálculo Negativa de competências de 1989 e 1990 na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, na Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica dos exercícios de 1996 e 1997. De acordo com a ementa do referido auto, a compensação de base de cálculo negativa de CSLL só tem amparo legal a partir de 01.01.1992. A Companhia entende não ter base legal os dispostos nas instruções normativas que proibiram a compensação de Bases Negativas de exercícios anteriores, uma vez que não há restrição a tal compensação na Lei. Com referência a autuação relativa ao exercício de 1996, no mérito, em âmbito administrativo, a decisão foi contrária a Companhia, que ingressará com medida judicial para discussão do fundamento da exigência tributária.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instituto Nacional do Seguro Social -INSS

A Companhia recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito – NFLD, pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho - SAT nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na notificação para as mencionadas competências, e que somente pode ser cobrado o adicional de contribuição caso o funcionário tenha direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência. O Conselho de Recursos da Previdência Social, diante dos argumentos de defesa apresentados pela Companhia, decidiu converter o julgamento em diligência para a realização de perícia. O valor provisionado em 31.03.2008 é de R$ 16.564. (R$ 16.146 em 31.12.2007)

A Companhia também possui notificação do INSS em função de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a funcionários. O objeto da notificação foi contestado pela Companhia, alegando que as importâncias pagas em decorrência dos acordos coletivos de trabalho tinham natureza indenizatória. A Companhia obteve êxito no julgamento de primeira instância, onde foi declarada nula a NFLD e o INSS foi condenado a restituir os depósitos convertidos em renda. Esta ação judicial encontra-se em grau de recurso no Tribunal Regional Federal devido à apelação cível interposta pelo INSS. A provisão em 31.03.2008 é de R$ 7.598 (R$ 7.406 em 31.12.2007).

Contingências cíveis

Contratos com fornecedores

Refere-se principalmente à ação ordinária de indenização ajuizada pela Companhia de Interconexão Energética - CIEN, a qual requer o reconhecimento do direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como à rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual pela Tractebel Energia. Após a apresentação das contestações pela Companhia, o processo se encontra suspenso, a pedido da CIEN, desde 23.04.2007. O valor provisionado em 31.03.2008 é de R$ 13.920 (R$ 13.490 em 31.12.2007).

Doença ocupacional e acidente do trabalho

Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva.

Ações diversas

Decorrem, principalmente, de ações de desapropriação e indenização impetradas por pessoas físicas e jurídicas atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas.

Contingências trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicato e por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, aos pedidos de vínculo empregatício e de reintegração. As demais ações trabalhistas estão relacionadas à cobrança de adicional de periculosidade, horas extras, equiparação salarial, horas *in itinere* e FGTS.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Movimentação da provisão bruta

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão bruta
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**46.558**	**20.018**	**106.505**
Adições	-	-	1.455	1.455
Incorporação de controlada	-	3.245	-	3.245
Atualizações	1.035	1.456	850	3.341
Pagamentos	-	(60)	(2.665)	(2.725)
Reversões	-	(974)	(89)	(1.063)
Saldo em 31.03.2008	**40.964**	**50.225**	**19.569**	**110.758**

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão bruta
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**52.694**	**20.018**	**112.641**
Adições	-	-	1.455	1.455
Atualizações	1.035	1.586	850	3.471
Pagamentos	-	(60)	(2.665)	(2.725)
Reversões	-	(974)	(89)	(1.063)
Saldo em 31.03.2008	**40.964**	**53.246**	**19.569**	**113.779**

c) Contingências com risco possível ou remoto

A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciadas nas demonstrações contábeis. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora					
	31.03.2008					31.12.2007
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	Depósito Judicial	Total líquido	Total líquido
Tributárias	291.066	26.371	317.437	(144.319)	173.118	141.009
Cíveis	26.861	12.233	39.094	(2.539)	36.555	9.289
Trabalhistas	11.119	12.441	23.560	(3.485)	20.075	17.982
	329.046	**51.045**	**380.091**	**(150.343)**	**229.748**	**168.280**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado					
	31.03.2008					31.12.2007
	Risco possível	Risco remoto	Total bruto	Depósito Judicial	Total líquido	Total líquido
Tributárias	291.152	26.371	317.523	(144.405)	173.118	156.690
Cíveis	31.152	12.856	44.008	(2.710)	41.298	40.977
Trabalhistas	11.119	12.441	23.560	(3.485)	20.075	17.982
	333.423	**51.668**	**385.091**	**(150.600)**	**234.491**	**215.649**

A Companhia possui depósitos judiciais que estão vinculados a provisões de risco possível e remoto que, na sua maioria, são efetuados para garantia da condenação em execução ou efetivação de depósito recursal. Estes valores são atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante.

Contingências tributárias

Os principais objetos relativos às contingências tributárias de risco possível são os seguintes:

PIS e COFINS

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, em Florianópolis, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo, ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/2003. A Companhia entende que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-Lei nº 1.598/1977, o que implica ser a referida Instrução Normativa ilegal.

Em conseqüência, a Companhia recolheu o PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, no período de novembro de 2004 a maio de 2005, no valor de R$ 39.371. No período de junho de 2005 a outubro de 2006, depositou os valores que entendia indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação, no montante de R$ 122.707.

Em virtude de previsão de decisão favorável do Tribunal Regional Federal - TRF da 4ª Região, a Companhia suspendeu os depósitos em dezembro de 2006. Em 11.04.2007, o TRF concluiu o julgamento do referido mandado de segurança, dando-lhe, por unanimidade, integral provimento para reconhecer a ilegitimidade e inconstitucionalidade das Instruções Normativas n.ºs 468 e 658, tanto no que se refere à aplicação da cláusula de correção monetária, quanto no que se refere à aplicação da cláusula de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da Companhia.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 06.07.2007, a Companhia recebeu Auto de Infração Fiscal por não ter recolhido ou depositado, nem informado em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, os valores do PIS e da COFINS relativos aos meses de novembro e dezembro de 2006. O não recolhimento ou depósito dos valores, muito embora questionados judicialmente, não teria amparo jurídico segundo o entendimento da Delegacia da Receita Federal de Florianópolis. Em 07.08.2007, a Companhia impugnou o Auto de Infração alegando que são indevidos os valores sob os mesmos fundamentos jurídicos sustentados no Mandado de Segurança impetrado em julho de 2005. O valor do Auto de Infração Fiscal está incluído nas contingências tributárias, como risco possível.

Na opinião dos consultores jurídicos, o risco de perda da demanda judicial é inferior à chance de êxito, razão pela qual a Companhia não está provisionando o valor não recolhido a partir da competência junho de 2005. A contingência atualizada, em 31.03.2008, na controladora e no consolidado, é de R$ 229.291 (R$ 106.584, líquida dos depósitos judiciais acima mencionados).

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As principais autuações avaliadas como possível, são as seguintes:

- Autos de Infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em decorrência de a Companhia ter efetuado compensações de débitos de imposto de renda e contribuição social, em denúncia espontânea, através do Pedido de Ressarcimento ou Restituição via Declaração de Compensação - PER/DCOMP, sem a incidência de multas. Desta forma, a Receita Federal homologou parcialmente os pedidos de compensação e a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais se encontram pendentes de julgamento. A Companhia defende que não se pode cogitar que a administração tributária possa impetrar multa contra a Companhia que possuía créditos fiscais a compensar e que declarou os seus débitos através de denúncia espontânea. O montante atualizado da autuação, em 31.03.2008, na controladora e no consolidado, é de R$ 36.335;
- Auto de Infração emitida pela Delegacia da Receita Federal, em função de a Companhia ter utilizado bases negativas de contribuição social de competências de 1997 e 1998, provenientes de incorporação da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. - GERASUL pela Eletrobrás Geração S.A. – ELETROGER (atualmente Tractebel Energia S.A.), em data posterior à modificação da Lei, em junho de 2001, que inibiu a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação de empresas para fins de compensação da CSLL. A Companhia argumenta que a incorporação se deu antes da vigência da vedação ao aproveitamento dessas bases e que está garantido o direito de utilizá-las, pois essas bases de cálculo negativas foram integradas ao seu patrimônio no ato da incorporação. Em 31.03.2008, o valor atualizado da autuação é de R$ 17.644.

INSS

As principais notificações classificadas como possíveis, são as que seguem:

- Auto de infração referente a notificações de cobrança de contribuição previdenciária sobre parcelas indenizatórias. A Companhia foi absolvida parcialmente na esfera administrativa e, ingressou com medida judicial, tendo obtido êxito em primeiro grau. Atualmente, aguarda julgamento de apelação do INSS. O valor atualizado da autuação, em 31.03.2008, é de R$ 2.858.

- Notificações fiscais relativas à aplicação de suposta solidariedade e transferência de responsabilidade, da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL para a Tractebel Energia, referentes à incidência de encargos previdenciários sobre serviços de mão de obra prestados por empresas terceirizadas, até a data de cisão da ELETROSUL, e conseqüente constituição da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. – GERASUL (atualmente Tractebel Energia). Em 31.03.2008, o valor atualizado da notificação é de R$ 3.715.

Contingências cíveis

As ações cíveis, de risco possível, correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas, de risco possível, referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados requerendo o vinculo empregatício, a reintegração e a complementação de aposentadoria.

18 – CONCESSÕES A PAGAR

Em virtude da incorporação de sua controlada, Companhia Energética Meridional – CEM, a Companhia assumiu a obrigação de pagar à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M. Os valores históricos e atualizados, em 31.03.2008, são os seguintes:

	Valor Histórico		Valor Atualizado	
Ano	Anual	Total	Anual	Total
De 01.04.2008 a 30.07.2023	680	10.427	1.684	25.828
De 01.08.2023 a 30.07.2033	61.280	612.800	147.717	1.517.954
		623.227		**1.543.782**

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, o valor da concessão foi registrado no ativo intangível em contrapartida com os passivos circulante e exigível a longo prazo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência para a licitação da referida concessão. Até a entrada em operação comercial da Usina Hidrelétrica Cana Brava, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo intangível e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31.12.2007	-	-	-	**1.639**	**234.188**	**235.827**
Incorporação de controlada	**1.670**	**244.614**	**246.284**	-	-	-
Transferências	148	(148)	-	450	(450)	-
Encargos gerados	-	1.770	1.770	-	5.390	5.390
Variações monetárias	-	1.217	1.217	-	8.325	8.325
Amortizações	(134)	-	(134)	(405)	-	(405)
Saldo em 31.03.2008	**1.684**	**247.453**	**249.137**	**1.684**	**247.453**	**249.137**

O montante relativo ao passivo circulante está apresentado no balanço no grupo denominado "Outros".

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

Abril a dezembro 2009	1.263
2010	1.684
2011	1.684
2012	1.684
2013	1.684
De 2014 até 2033	239.454
	247.453

19 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras Companhias pertencentes ao Grupo Suez.

Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido e Contribuição Definida. O Plano de Benefício Definido encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

a.1) Plano de Benefício Definido

O Plano de Benefício Definido tem regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e os auxílios.

O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados.

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de Benefício Definido era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, patrocinado pela Companhia e pela ELETROSUL, sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da citada rescisão, face liminares obtidas por entidades sindicais e pela Associação dos Aposentados da ELETROSUL, os participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da ELETROSUL, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, permaneceram no Plano de Benefícios administrado pela ELOS, sob a responsabilidade da Companhia, que paga 57% do valor das despesas administrativas da ELOS (a parcela restante, de 43%, é custeada pelo Plano de Benefícios da ELETROSUL). As despesas são limitadas em 15% das respectivas receitas previdenciais da ELOS vinculadas a essa massa de participantes e o valor de responsabilidade da Companhia, no 1° trimestre de 2008, foi de R$ 338 (R$ 352 no 1° trimestre de 2007).

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia, no dia 15.05.2007, celebrou acordos com a ELOS, ELETROSUL, PREVIG e Associação de Aposentados da ELETROSUL visando o restabelecimento da adesão com a ELOS, permitindo aos participantes optarem em permanecer naquela Fundação ou transferir-se para a PREVIG. Em ambas as opções tendo a Companhia como patrocinadora do Plano. Em janeiro de 2008 ocorreu a efetivação da transferência de 29 participantes que optaram pela migração para a PREVIG.

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG, vinculadas a esse Plano de Benefícios, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. No 1º trimestre de 2008, foi de R$ 449 (R$ 186 no 1º trimestre de 2007).

Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está coberto por obrigações contratadas/reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as Fundações. A composição do passivo nas demonstrações contábeis é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	31.03.2008			31.12.2007
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Obrigações contratadas/reconhecidas				
Contrato de confissão de dívidas passadas	16.286	120.762	137.048	137.898
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições extraordinárias	2.149	2.442	4.591	4.764
Passivo atuarial não contratado	2.212	188.727	190.939	186.121
Passivo atuarial total	**20.647**	**311.931**	**332.578**	**328.783**

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC do IBGE e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. Os valores apresentados no não circulante são os seguintes:

	ELOS	PREVIG	Total
2009 (abr à dez)	11.067	1.384	12.451
2010	15.872	1.978	17.850
2011	14.717	1.955	16.672
2012	11.973	2.000	13.973
2013	12.710	2.119	14.829
2014 em diante	28.897	16.090	44.987
	95.236	**25.526**	**120.762**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação do passivo atuarial está resumida a seguir:

	Plano de Aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total
Passivo em 31.12.2007	**327.764**	**1.019**	**328.783**
Despesas do 1º trimestre de 2008	11.280	58	11.338
Contribuições	(7.465)	-	(7.465)
Benefícios pagos	-	(78)	(78)
Passivo em 31.03.2008	**331.579**	**999**	**332.578**

Os valores a serem reconhecidos no resultado, de abril a dezembro de 2008, relativamente ao plano de Benefícios Definidos e Gratificação de Confidencialidade, são os seguintes:

	Plano de aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total
Custo do serviço corrente	365	41	406
Custo dos juros	92.749	104	92.853
Rendimento esperado dos ativos do plano	(60.348)	-	(60.348)
Amortização de perdas atuariais	1.215	31	1.246
Contribuição dos empregados	(141)	-	(141)
	33.840	**176**	**34.016**

a.2) Plano de Contribuição Definida

Além do plano de Benefício Definido, a PREVIG passou a administrar o plano tipo Contribuição Definida, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05.10.2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

No plano de Contribuição Definida, do qual fazem parte 94% dos empregados da Companhia (889 participantes), o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados. O valor da contribuição da Companhia, no 1º trimestre de 2008, foi de R$ 711 (R$ 627 no 1º trimestre de 2007).

Adicionalmente, a título de incentivo à migração, a Companhia assumiu uma contribuição especial cujo valor, no 1º trimestre de 2008, correspondeu a R$ 1.084 (R$ 1.072 no 1º trimestre de 2007), depositada na conta da PREVIG ao participante com, no mínimo, 10 (dez) anos de vinculação ao plano anterior, calculada com o objetivo de aumentar as provisões matemáticas dos participantes, buscando neutralizar eventual impacto que teria ao optar pela migração.

Em 2008, as despesas administrativas passaram a ser rateadas entre a patrocinadora e os participantes levando-se em consideração a formação da reserva financeira dos participantes. A parcela correspondente ao saldo da reserva na data da migração dos participantes do Plano de Benefícios Definidos para o Plano de Contribuição Definida está sendo integralmente assumida pela patrocinadora. A parcela relativa à reserva constituída a partir daquela data será custeada 50% pela patrocinadora e 50% pelo participante. A contribuição da Companhia no 1º trimestre de 2008 foi de R$ 458, e a no 1º trimestre de 2007 foi de R$ 255. Em 2007, a patrocinadora foi responsável por 75% e os participantes por 25% das despesas administrativas.

b) Gratificação por Confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

20 – PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Encontram-se registrados nesta rubrica, na controladora e no consolidado, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, no valor de R$ 36.535 no exigível a longo prazo, calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE, no valor de R$ 107.456, correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto em Despacho da ANEEL, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais.

21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais, ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital social subscrito e integralizado

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

O capital social da Companhia, em 31 de março de 2008, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31 de março de 2008, é de R$ 4,92 (R$ 4,32 por ação em 31.12.2007).

O quadro societário da Companhia está assim constituído:

	% do Capital	
Acionistas	**31.03.2008**	**31.12.2007**
Suez Energy South America Participações Ltda.	68,71	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00	10,00
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	2,80	2,80
União Federal	1,90	1,90
Outros	16,59	16,59
	100,00	**100,00**

22 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora					
	31.03.2008					31.03.2007
	Custos		Despesas			
	Produção de energia	Serviços Prestados	Despesas com Vendas	Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	22.098	2.283	1.575	9.906	35.862	31.462
Administradores	-	-	-	2.309	2.309	2.531
Material	6.384	40	15	383	6.822	4.471
Serviço de terceiro	10.405	654	264	7.666	18.989	15.579
Combustível p/produção energia	56.773	-	-	-	56.773	7.659
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	17.590	-	-	-	17.590	7.571
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-	-	44.200	-	44.200	41.724
Depreciação e amortização	46.854	-	-	766	47.620	42.872
Seguros	1.711	140	-	40	1.891	1.572
Taxa de fiscalização	-	-	-	1842	1.842	1.694
Contribuições e doações	49	6	-	2.019	2.074	1.186
Outros	860	54	672	6.466	8.052	5.225
	162.724	**3.177**	**46.726**	**31.397**	**244.024**	**163.546**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado					
	31.03.2008					31.03.2007
	Custos		Despesas			
	Produção de energia	Serviços Prestados	Despesas com Vendas	Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	22.179	2.283	1.575	10.048	36.085	31.637
Administradores	-	-	-	2.681	2.681	2.912
Material	6.760	40	15	419	7.234	4.911
Serviço de terceiro	11.856	654	327	9.099	21.936	18.380
Combustível p/produção energia	59.821	-	-	-	59.821	9.520
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	20.416	-	-	-	20.416	10.810
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-	-	51.919	-	51.919	48.923
Depreciação e amortização	55.621	-	-	2.599	58.220	55.909
Seguros	1.909	140	-	40	2.089	1.833
Taxa de fiscalização	-	-	-	2.133	2.133	2.024
Contribuições e doações	80	6	-	2.063	2.149	1.377
Outros	929	54	2.617	6.572	10.172	5.695
	179.571	**3.177**	**56.453**	**35.654**	**274.855**	**193.931**

23 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007	31.03.2008	31.03.2007
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	17.543	9.950	20.726	13.284
Juros sobre valores a receber	3.343	3.688	3.343	3.729
Variação monetária de depósitos judiciais	3.848	3.720	4.277	4.289
Variação monetária de contas a receber	1.508	652	1.508	652
Outras	340	1.313	610	1.404
	26.582	**19.323**	**30.464**	**23.358**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	21.880	19.906	30.083	31.071
Encargos sobre garantias de dívida - STN	(8.033)	(6.864)	(8.033)	(6.864)
Encargos sobre concessão ANEEL	1.770	-	5.390	4.802
Encargos sobre passivo atuarial	10.835	11.052	10.835	11.052
Encargos sobre provisões operacionais, líquidos	1.131	1.298	1.169	1.309
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	12.985	1.612	14.218	2.261
Variação monetária sobre concessão ANEEL	1.217	-	8.325	2.327
Variação monetária outras	4.604	886	4.667	901
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	3.886	(14.371)	3.886	(14.371)
Perdas com operações de *swaps* cambiais	-	9.302	-	9.302
CPMF	324	2.884	518	3.895
Outras	1.883	1.698	2.280	4.159
	52.482	**27.403**	**73.338**	**49.844**
Despesas financeiras, líquidas	**25.900**	**8.080**	**42.874**	**26.486**

24 – RECUPERAÇÃO DE PIS/COFINS

A Companhia reconheceu no primeiro trimestre de 2008, na rubrica "Outras Receitas Operacionais", receita não recorrente de R$ 76.431, relativa à recuperação de PIS/COFINS. Este montante refere-se, substancialmente, aos referidos impostos pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fosseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que, de acordo com a orientação contida em Despacho da ANEEL, passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica, a partir de novembro de 2005.

25 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

a.1) Risco de Mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia e suas controladas, têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado.

a.2) Risco de Crédito

Nos contratos bilaterais de longo prazo firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Nas transações de venda para clientes industriais, os chamados Consumidores Livres, para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais, a Companhia, através de sua área de crédito, procede a uma análise de crédito prévia e estabelece, em conjunto com o Comitê de Crédito, o limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.

Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado na Nota 4, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

b) Valor de mercado

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos, financiamentos e debêntures foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude de estes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos significativamente baixos em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	Controladora			
	31.03.2008		31.12.2007	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos/financiamentos e encargos em moeda estrangeira	298.513	399.164	299.197	322.316
Empréstimos/financiamentos e encargos em moeda nacional	176.918	202.642	117.360	116.564
Debêntures	694.930	569.654	592.440	483.202
	1.170.361	**1.171.460**	**1.008.997**	**922.082**

	Consolidado			
	31.03.2008		31.12.2007	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos/financiamentos e encargos em moeda estrangeira	298.513	399.164	299.197	322.316
Empréstimos/financiamentos e encargos em moeda nacional	772.961	629.162	792.558	721.916
Debêntures	750.192	592.860	721.479	601.958
	1.821.666	**1.621.186**	**1.813.234**	**1.646.190**

26 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	31.03.2008						31.12.2007
	SESA[a]	ITASA	LAGES	TBLC[b]	CESS[c]	Total	Total
Ativo							
Contas a receber	-	1.706	618	45.564	127	**48.015**	**56.051**
Dividendos a receber de controladas	-	3.429	4.929	-	-	**8.358**	**91.006**
Passivo							
Fornecedores	-	10.606	-	1.501	-	**12.107**	**49.712**
Dividendos e juros s/ o capital próprio	365.602	-	-	-	-	**365.602**	**365.602**

	31.03.2008								31.03.2007
	SUEZ[d]	DELTA e EAS[e]	CEM	ITASA	LAGES	TBLC[b]	CESS[c]	Total	Total
Resultado									
Receita operacional									
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	1.060	106.816	-	**107.876**	**56.601**
Outras receitas [*]			425	2.559	414	7	100	**3.505**	**3.454**
Custo de Produção de Energia Elétrica									
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	46.652	29.146	-	-	-	**75.798**	**96.304**
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	-	-	9	-	-	**9**	**6**
Despesas Gerais e Administrativas	33	-	-	-	-	-	-	**33**	-
Resultado de Participações Societárias	-	(256)	10.379	3.952	1.124	15.511	-	**30.710**	**50.574**

[a] Suez Energy South America Participações Ltda

[b] Tractebel Energia Comercializadora

[c] Companhia Energética São Salvador

[d] Suez-Tractebel S.A.

[e] Energia América do Sul Ltda.

[*] Serviços de administração, operação e manutenção.

27 – GARANTIAS A TERCEIROS

Itá Energética S.A. - ITASA

A Companhia e demais acionistas da ITASA são intervenientes nos contratos firmados entre a investida, BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da ITASA, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.03.2008 é de R$ 204.847 (R$ 209.041 em 31.12.2007).

Lages Bioenergética Ltda.

A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre a Lages Bioenergética e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no capital social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31.03.2008 totaliza R$ 30.188 (R$ 31.877 em 31.12.2007).

Companhia Energética São Salvador – CESS

A Companhia é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financiadores, vinculados à construção da UHE São Salvador. A interveniente deu, em caução, a totalidade das ações de emissão da CESS, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.03.2008 é de R$ 416.270 (R$ 407.210 em 31.12.2007).

28 – SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 3.570.974, equivalentes a R$ 6.245.991 em 31.03.2008, e de lucro cessante de curto prazo com valor declarado de US$ 42.458, equivalentes a R$ 74.263 em 31.03.2008 e de lucro cessante de longo prazo com valor declarado de US$ 318.399 equivalentes a R$ 556.912 em 31.03.2008. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 250.000, equivalentes a R$ 437.275 em 31.03.2008, por evento.

A UHE Cana Brava que, após o processo de incorporação, passou a integrar diretamente o patrimônio da Companhia, possuí Apólice de Riscos Operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 278.569, equivalentes a R$ 487.245 em 31.03.2008.

Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 87.455 em 31.03.2008. Estas apólices incluem a UHE Itá, construída e explorada em consórcio com a controlada em conjunto ITASA.

A controlada Lages Bioenergética Ltda. possui seguro de Riscos Operacionais com cobertura de US$ 25.000 equivalentes a R$ 43.728 em 31.03.2008, e possui também, apólice de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000, equivalentes a R$ 87.455 em 31.03.2008.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia Energética São Salvador – CESS, possui apólice de seguros de riscos de engenharia com cobertura de manutenção ampla de 12 meses, com limite máximo de indenização de R$ 701.880 mil. A CESS possui ainda, duas apólices de responsabilidade civil a 1º e 2º riscos com coberturas de R$ 22.200 mil cada.

Além destes seguros estratégicos, a Companhia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivo as suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

29 – CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia e suas controladas possuem compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão

A Companhia mantém Contrato de Conexão com a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Tractebel Energia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

A Companhia celebrou contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, empresas transmissoras e Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, com vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Tractebel Energia ou a extinção das empresas transmissoras e distribuidoras, o que ocorrer primeiro.

c) Contratos Bilaterais de Venda de Energia Elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está quase totalmente contratada até 2008 e com parcela significativa contratada em 2009 e 2010.

d) Compra de Energia Elétrica da Argentina

A Companhia firmou contrato com a CIEN – Companhia de Interconexão Energética, por um prazo de 20 anos, a partir de 21.06.2000, para a compra de 300 MW de potência firme com energia associada, para ser disponibilizada na subestação de Itá, da ELETROSUL. No mês de março de 2005, a ANEEL realizou fiscalização para verificar as condições de garantia de entrega física da UTE Uruguaiana e das Interconexões de Garabi (CIEN), onde foi constatada a indisponibilidade de efetiva geração e transporte de energia elétrica pelos agentes fiscalizados, nos montantes contratados. Em decorrência deste fato, o Ministério de Minas e Energia expediu Portaria, definindo novos valores de garantia física dos respectivos empreendimentos de geração e interconexões.

Em 01.04.2005, foi publicada Resolução Normativa ANEEL estabelecendo os critérios a serem utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na determinação dos limites de disponibilidade de geração e de garantia física de energia para a UTE Uruguaiana e para as Interconexões de Garabi. Com base nos referidos atos normativos, o valor da garantia física originalmente atribuído à CIEN para o atendimento do contrato de 300 MW foi reduzido para, aproximadamente, 72 MW.

Em razão do modo como o contrato está registrado na CCEE, esta redução deixaria a Companhia sujeita às penalidades previstas na legislação setorial, por insuficiência de lastro físico, além da exposição ao mercado de curto prazo da CCEE, o que a levou a firmar contrato para compra da energia elétrica correspondente de outro agente. Por força do ocorrido, a Companhia entende que ficou caracterizado inadimplemento contratual por parte da CIEN, e que multas e ressarcimentos previstos no contrato tornaram-se devidos à Companhia. Assim, baseada em dispositivos contratuais que determinam que os valores constantes das faturas emitidas pela CIEN já devem ser líquidos de todos os montantes por elas devidos à Companhia, a título de multas e ressarcimentos o que não vem sendo feito pela CIEN com relação a nenhuma das faturas por ela emitidas sob o contrato desde a redução de sua garantia física, a Companhia não vem efetuando o pagamento das referidas faturas, desde março de 2005, por serem tais faturas consideradas inábeis.

Em 20.06.2006, a ANEEL, através de Resolução Normativa, reduziu a zero os valores de garantia física de energia elétrica oriunda de importação da CIEN em decorrência da impossibilidade de fornecimento de energia elétrica por parte desta empresa. Esta redução será mantida até que a CIEN comprove a existência de disponibilidade de energia.

Até a data do fechamento do balanço em referência, a situação permanece inalterada.

e) Compra de gás natural

A Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul – MSGÁS, com vigência de cinco anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona - UTWA, localizada em Campo Grande – MS, renováveis por mais cinco anos.

Com o vencimento do prazo do contrato, em 22 de maio de 2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém, a MSGás comunicou que a renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petrobras, vendedora do gás para a MSGás e anuente no contrato.

Ante a ameaça da Petrobras de cortar o suprimento de gás para a Usina, a Companhia ajuizou medida cautelar contra a MSGás e a Petrobras, com pedido de antecipação de tutela, que foi deferida para obrigar a manutenção do fornecimento do gás, nos termos do contrato.

A Companhia também ajuizou ação ordinária visando a renovação do contrato por mais um período, cujo processo está tramitando no Poder Judiciário da Comarca do Mato Grosso do Sul.

Em recente recurso ajuizado perante o Superior Tribunal de Justiça, a Petrobras obteve efeito suspensivo que lhe autorizou, a partir de novembro de 2007, a suspensão do fornecimento de gás para a Usina.

Em conseqüência, a Companhia tem comprado energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE para suprir o lastro de energia vendida de UTWA. Quando conveniente e necessário, a usina tem operado com óleo diesel como combustível, uma vez que a mesma possui essa flexibilidade.

30 – EVENTOS SUBSEQÜENTES

a) Emissão pública de notas promissórias

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22.04.2008, foi aprovada a 3ª emissão de notas promissórias comercias da Companhia, no valor de até R$ 400.000, que terão as seguintes principais características e condições:

Número de Séries:	Série Única
Quantidade de Notas Promissórias:	40 Notas Promissórias
Valor Nominal Unitário:	R$ 10.000.000,00
Data de Emissão:	Data em que ocorrer a primeira subscrição e integralização
Forma:	Serão emitidas fisicamente e ficarão depositadas em instituição habilitada à prestação de serviços de custódia
Prazo e Vencimento:	360 dias contados da data de emissão, e será considerado o 360º dia como a data de vencimento
Local de Negociação e de Pagamento:	Mercado de balcão organizado, junto ao Sistema de Nota Promissória operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.
Remuneração:	Remuneração equivalente à acumulação de 103,50% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* extra grupo, denominada "Taxa DI *Over* Extra Grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis calculada e divulgada diariamente pela CETIP.
Atualização Monetária:	O valor unitário nominal das Notas Promissórias não será atualizado.
Repactuação Programada:	Não haverá.
Garantia:	Não farão jus a nenhum tipo de garantia.

b) Concretização da aquisição de Ponte de Pedra Energética S.A.

A Companhia, através de fato relevante de 29.04.2008, comunicou a conclusão da operação de aquisição da totalidade do capital social da empresa Ponte de Pedra Energética S.A., por sua controlada integral Energia América do Sul Ltda, através do pagamento de R$ 613.229, nos termos do contrato de compra e venda de ações de 13 de dezembro de 2007. O patrimônio líquido da empresa em 31.03.2008 era de R$ 283.034. O fundamento econômico do ágio pago é a expectativa de lucro futuro.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007	31.03.2008	31.03.2007
Atividades operacionais				
Lucro líquido do trimestre	391.512	242.102	391.512	242.102
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	47.620	42.872	58.220	55.909
Resultado de equivalência patrimonial	(32.025)	(52.261)	-	-
Amortização de ágio	1.315	1.687	1.315	1.687
Variação monetária e cambial, líquida	13.656	(7.192)	21.684	(4.313)
Juros líquidos	4.488	4.123	6.298	8.000
Recuperação de PIS/COFINS	(76.431)	-	(76.431)	-
Constituição de provisão operacional, líquida	1.192	220	1.192	264
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.117)	(8.372)	(10.363)	(7.497)
Resultado na baixa de bens do imobilizado	1.064	702	1.064	702
Outros	122	52	122	52
	342.396	**223.933**	**394.613**	**296.906**
Redução (aumento) nos ativos				
Consumidores e concessionárias	(52.048)	11.289	(120.740)	9.395
Recursos vinculados a pagamento de obrigações	-	17.011	-	17.011
Alienações, serviços e gastos reembolsáveis	679	1.793	144	1.764
Tributos e contribuições sociais a recuperar	(459)	(7.512)	(443)	(13.499)
Cauções e depósitos vinculados/judiciais	23.835	16.989	50.898	17.245
Almoxarifado	7.328	577	7.272	648
Despesas antecipadas	1.801	1.144	1.989	1.350
Outros	3.605	2.865	3.317	3.085
	(15.259)	**44.156**	**(57.563)**	**36.999**
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(58.867)	(53.161)	(50.876)	(69.023)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17.082	12.125	28.686	15.714
Tributos e contribuições sociais	(9.901)	73.009	(52.614)	99.404
Obrigações estimadas	6.135	3.150	6.230	3.153
Benefícios pós-emprego	(7.374)	(7.702)	(7.374)	(7.702)
Pesquisa e desenvolvimento	3.960	1.154	4.757	2.112
Devolução do adicional tarifário	-	(3.180)	-	(3.180)
Outros	(1.880)	(3.179)	10.188	(3.506)
	(50.845)	**22.216**	**(61.003)**	**36.972**
Recursos provenientes das atividades operacionais	**276.292**	**290.305**	**276.047**	**370.877**

Continua na próxima página

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Continuação

Atividades de investimento				
Aumento em investimentos	-	(28.793)	-	(28.793)
Dividendos recebidos de controladas	57.544	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(460)	(10)	-	-
Aplicação no intangível	(793)	(895)	(16.934)	(895)
Aplicação no imobilizado e diferido	(8.230)	(4.148)	(45.259)	(4.931)
Recursos provenientes (utilizados nas) das atividades de investimento	**48.061**	**(33.846)**	**(62.193)**	**(34.619)**
Atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(19.454)	(32.257)	(30.415)	(44.421)
Liquidações de operações de *swap*	-	(313)	-	(313)
Disponibilidades recebidas na incorporação de controlada	28.344	-	-	-
Recursos provenientes (utilizados nas) das atividades de financiamento	**8.890**	**(32.570)**	**(30.415)**	**(44.734)**
Total dos efeitos no caixa e equivalentes	**333.243**	**223.889**	**183.439**	**291.524**
Caixa e equivalentes				
Saldo inicial	571.755	193.806	794.091	256.840
Saldo final	904.998	417.695	977.530	548.364
	333.243	**223.889**	**183.439**	**291.524**
Pagamentos efetuados no período				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	4.676	7.729	10.244	15.080
Imposto de renda e contribuição social	180.682	34.445	235.901	57.034
Transações que não envolveram o caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	48	-	1.593	-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Conselheiro

Dirk Beeuwsaert
Conselheiro

Pierre Michel Philippe Chareyre
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Marc Verstraete
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Comercialização e Negócios e Diretor de Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador – CRC RJ 072259-O5/ T

01732-9 TRACTEBEL ENERGIA S.A. 02.474.103/0001-19

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

O comentário do desempenho da Companhia no trimestre está apresentado no Quadro 08.01 – COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
1	Ativo Total	6.897.001	6.598.090
1.01	Ativo Circulante	1.528.830	1.264.351
1.01.01	Disponibilidades	977.530	794.091
1.01.01.01	Numerário Disponível	1.378	25.170
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	976.152	768.921
1.01.02	Créditos	485.028	398.091
1.01.02.01	Clientes	459.239	349.906
1.01.02.01.01	Consumidores,Concess. e Permissionárias	459.239	349.906
1.01.02.02	Créditos Diversos	25.789	48.185
1.01.02.02.01	Tributos e Contrib.Sociais a Compensar	10.730	11.169
1.01.02.02.02	Cauções e Depósitos Vinculados	1.071	19.785
1.01.02.02.03	Outros	13.988	17.231
1.01.03	Estoques	42.821	50.068
1.01.04	Outros	23.451	22.101
1.01.04.01	Despesas Pagas Antecipadamente	2.083	4.067
1.01.04.02	Ativo Fiscal Diferido	15.071	12.160
1.01.04.03	Outros	6.297	5.874
1.02	Ativo Não Circulante	5.368.171	5.333.739
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	482.613	499.546
1.02.01.01	Créditos Diversos	118.578	142.757
1.02.01.01.01	Concessionárias e Permissionárias	1.966	4.548
1.02.01.01.02	Alienação de Bens e Direitos	84.793	81.315
1.02.01.01.03	Tributos e Contrib. Sociais a Compensar	25.094	24.183
1.02.01.01.04	Cauções e Depósitos Vinculados	6.500	32.330
1.02.01.01.05	Outros	225	381
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	364.035	356.789
1.02.01.03.01	Depósitos Judiciais	150.600	150.679
1.02.01.03.02	Ativo Fiscal Diferido	211.466	204.015
1.02.01.03.03	Outros	1.969	2.095
1.02.02	Ativo Permanente	4.885.558	4.834.193
1.02.02.01	Investimentos	90.546	113.407
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	59.734	82.595
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	30.812	30.812
1.02.02.02	Imobilizado	4.602.952	4.612.826
1.02.02.03	Intangível	139.918	75.492
1.02.02.04	Diferido	52.142	32.468

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2008	4 - 31/12/2007
2	Passivo Total	6.897.001	6.598.090
2.01	Passivo Circulante	1.364.686	1.479.796
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	115.243	121.024
2.01.02	Debêntures	72.250	56.560
2.01.03	Fornecedores	271.456	273.911
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	210.308	341.396
2.01.05	Dividendos a Pagar	532.997	532.997
2.01.05.01	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	532.997	532.997
2.01.06	Provisões	50.098	43.409
2.01.06.01	Obrigações Estimadas	38.490	33.073
2.01.06.02	Contingências	11.608	10.336
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	112.334	110.499
2.01.08.01	Benefícios Pós-Emprego	20.647	18.450
2.01.08.02	Obrigações com o Programa de P&D	51.331	46.574
2.01.08.03	Outros	40.356	45.475
2.02	Passivo Não Circulante	2.323.950	2.301.441
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.323.950	2.301.441
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	956.231	970.731
2.02.01.02	Debêntures	677.942	664.919
2.02.01.03	Provisões	76.042	70.834
2.02.01.03.01	Obrigações Estimadas	3.609	2.794
2.02.01.03.02	Contingências	72.433	68.040
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	613.735	594.957
2.02.01.06.01	Tributos e Contribuições Sociais	16.087	12.203
2.02.01.06.02	Concessões a Pagar	247.453	234.188
2.02.01.06.03	Benefícios Pós-Emprego	311.931	310.333
2.02.01.06.04	Passivo Fiscal Diferido	36.535	36.535
2.02.01.06.05	Outros	1.729	1.698
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	3.208.365	2.816.853
2.04.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.04.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	279.392	279.392
2.04.04.01	Legal	249.496	249.496
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	29.896	29.896

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2008	4 -31/12/2007
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	391.512	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.059.138	1.059.138	761.314	761.314
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	790.513	790.513	544.064	544.064
3.01.02	Fornecimento de Energia Elétrica	266.002	266.002	215.254	215.254
3.01.03	Outras Receitas	2.623	2.623	1.996	1.996
3.02	Deduções da Receita Bruta	(107.497)	(107.497)	(85.766)	(85.766)
3.02.01	PIS e COFINS	(76.017)	(76.017)	(45.982)	(45.982)
3.02.02	ICMS	(23.404)	(23.404)	(32.783)	(32.783)
3.02.03	ISS	(96)	(96)	(89)	(89)
3.02.04	Pesquisa e Desenvolvimento	(7.980)	(7.980)	(6.912)	(6.912)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	951.641	951.641	675.548	675.548
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(304.458)	(304.458)	(200.342)	(200.342)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(106.531)	(106.531)	(39.930)	(39.930)
3.04.02	Transações no Âmbito da CCEE	(15.179)	(15.179)	(47.216)	(47.216)
3.04.03	Custo de Produção de Energia Elétrica	(179.571)	(179.571)	(111.193)	(111.193)
3.04.04	Custo dos Serviços Prestados	(3.177)	(3.177)	(2.003)	(2.003)
3.05	Resultado Bruto	647.183	647.183	475.206	475.206
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(58.381)	(58.381)	(108.215)	(108.215)
3.06.01	Com Vendas	(56.453)	(56.453)	(50.501)	(50.501)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(35.654)	(35.654)	(30.234)	(30.234)
3.06.03	Financeiras	(42.874)	(42.874)	(26.486)	(26.486)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	30.464	30.464	23.358	23.358
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(73.338)	(73.338)	(49.844)	(49.844)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	77.915	77.915	693	693
3.06.04.01	Recuperação de PIS/COFINS	76.431	76.431	0	0
3.06.04.02	Reversão de Prov.Operac., líquida	1.484	1.484	693	693

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/03/2008	4 - 01/01/2008 a 31/03/2008	5 - 01/01/2007 a 31/03/2007	6 - 01/01/2007 a 31/03/2007
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(1.315)	(1.315)	(1.687)	(1.687)
3.06.06.01	Amortização de Ágio na Partic. Empresas	(1.315)	(1.315)	(1.687)	(1.687)
3.07	Resultado Operacional	588.802	588.802	366.991	366.991
3.08	Resultado Não Operacional	(1.064)	(1.064)	(702)	(702)
3.08.01	Receitas	511	511	347	347
3.08.02	Despesas	(1.575)	(1.575)	(1.049)	(1.049)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	587.738	587.738	366.289	366.289
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(206.589)	(206.589)	(131.684)	(131.684)
3.10.01	Imposto de Renda	(149.994)	(149.994)	(96.568)	(96.568)
3.10.02	Contribuição Social	(56.595)	(56.595)	(35.116)	(35.116)
3.11	IR Diferido	10.363	10.363	7.497	7.497
3.11.01	Imposto de Renda	7.620	7.620	6.166	6.166
3.11.02	Contribuição Social	2.743	2.743	1.331	1.331
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	391.512	391.512	242.102	242.102
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	652.742.192	652.742.192	652.742.192	652.742.192
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,59980	0,59980	0,37090	0,37090
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

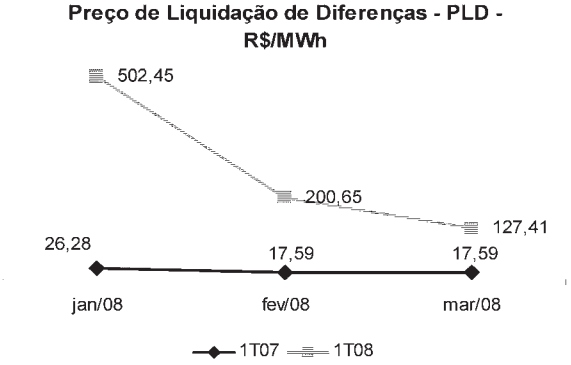
08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Receita Operacional Bruta

Consolidado

A receita operacional bruta no 1T08 foi de R$ 1.059.138, 39,1% superior ante o 1T07, que foi de R$ 761.314, refletindo, principalmente, o aumento do preço médio de venda da energia em 15,5% e o incremento de R$ 201.068 na receita de energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), nos meses de janeiro e fevereiro.

Cabe destacar que a receita auferida na CCEE no trimestre em questão decorreu, basicamente, dos seguintes fatores: (i) maior disponibilidade de energia vendida na CCEE, em função do processo de alocação mensal da energia assegurada anual das usinas hidrelétricas e do elevado Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que resultou em receita de R$ 126.831; (ii) geração nas usinas termelétricas William Arjona (UTWA) e Alegrete (UTAL) conforme determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), para a segurança energética do sistema elétrico brasileiro, proporcionando uma receita de R$ 62.588; e (iii) geração hidrelétrica acima da energia assegurada do sistema, que resultou em receita de energia secundária de R$ 11.649.



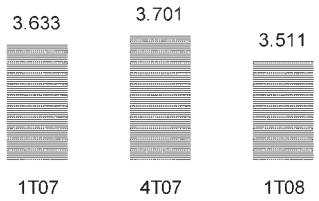
A receita de suprimento de energia, excluindo-se a receita decorrente de transações na CCEE, atingiu R$ 586.392, 8,4% superior à registrada no 1T07, e a receita de fornecimento de energia (atendimento a consumidores livres) foi R$ 266.002, representando um crescimento de 23,6% em relação ao mesmo período de 2007, o que reflete os contínuos esforços da Companhia em ampliar o portfólio de consumidores livres. A despeito desse aumento, verificou-se uma pequena redução na participação desse segmento no total da receita bruta operacional.

As vendas consolidadas no 1T08 totalizaram 7.669 GWh (3.511 MW médios), redução de 3,4% em relação aos 7.848 GWh (3.633 MW médios) vendidos em igual período do ano anterior. Essa queda foi ocasionada, principalmente, pelo menor volume destinado às distribuidoras.

As seguintes informações não foram revisadas pelos auditores independentes: EBITDA e Margem EBITDA; quantidades e preços médios de energia divulgados.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Volume de Vendas - MW médios



Controladora

A receita operacional bruta na controladora no 1T08 alcançou R$ 902.452, 38,3% acima do registrado no 1T07, que foi de R$ 652.513. Excluindo-se a receita na CCEE, de R$ 200.240, o incremento foi de 7,6%. Os referidos aumentos são explicados pelos mesmos comentários anteriormente apresentados.

Deduções da Receita Operacional

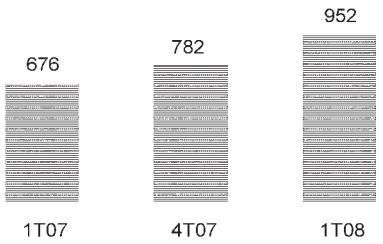
No 1T08, as referidas deduções cresceram 25,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, elevando-se de R$ 85.766 para R$ 107.497. Esse incremento foi inferior à variação da receita bruta em função, principalmente, de não haver incidência de ICMS sobre as vendas na CCEE.

Receita Líquida de Vendas e Serviços

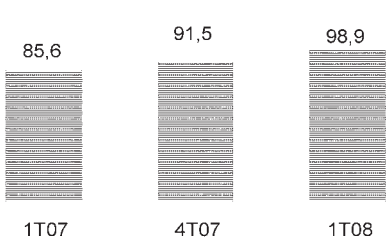
No 1T08, a receita líquida registrou um avanço de 40,9% em comparação com a do mesmo trimestre de 2007, evoluindo de R$ 675.548 para R$ 951.641. O crescimento decorreu dos motivos anteriormente comentados, quais sejam o aumento no preço médio de energia vendida e os efeitos das transações na CCEE.

O preço médio da energia vendida, líquido das deduções sobre a receita bruta, atingiu R$ 98,86/MWh no 1T08, 15,5% superior ao preço relativo ao 1T07, que foi de R$ 85,60/MWh. O aumento se deveu, principalmente, ao considerável incremento no preço médio praticado com as comercializadoras, que, em contratos de curto prazo, guarda forte relação com o PLD.

Receita Operacional Líquida - R$ milhões



Preço Líquido Médio - R$/MWh



As seguintes informações não foram revisadas pelos auditores independentes: EBITDA e Margem EBITDA; quantidades e preços médios de energia divulgados.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Controladora

A receita líquida neste trimestre foi de R$ 817.513, 36,9% superior ao do 1T07, que foi de R$ 596.986, crescimento consistente com a da receita operacional bruta.

Custos de Energia Elétrica e Serviços

Os custos alcançaram R$ 304.458 no 1T08 (R$ 254.638 na controladora), valor superior em 52,0% sobre aquele do 1T07 (8,2% na controladora), que foi de R$ 200.342 (R$ 235.256 na controladora). Estas variações decorreram, principalmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

- **Energia elétrica comprada para revenda:** aumento de R$ 66.601 no 1T08 devido, basicamente, ao fato de os preços de alguns contratos de compra de energia guardarem relação com o PLD. Na controladora houve redução de R$ 20.749 em decorrência de, a partir de março de 2008, não ter ocorrido a compra de energia da CEM devido a sua incorporação.

- **Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** redução de R$ 32.037 no 1T08 (R$ 31.207 na controladora), em função, principalmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) queda de R$ 23.163 no 1T08 (R$ 22.245 na controladora), devido, substancialmente, a uma menor exposição na CCEE, visto que praticamente todas nossas usinas termelétricas geraram plenamente por estarem na ordem de mérito para despacho, ao contrário do que ocorreu no 1T07 onde as usinas geraram apenas a inflexibilidade declarada no sistema; (ii) redução de R$ 18.351 (R$ 18.435 na controladora) nas despesas relacionadas com o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), pelo maior despacho de energia das usinas hidrelétricas requerido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), nesse trimestre; e (iii) aumento de R$ 6.254 (no consolidado e na controladora), em função de a despesa na CCEE no 1T07 ter sido apresentada líquida de uma receita de Encargos de Serviço do Sistema (ESS) neste valor, enquanto que em março de 2008, único mês do 1T08 em que a Companhia incorreu em despesa na CCEE, essa receita foi nula.

- **Combustíveis para produção de energia elétrica:** aumento de R$ 50.301 (R$ 49.114 na controladora), em decorrência, basicamente do consumo de óleo diesel na UTWA e na UTAL em virtude do despacho das usinas pelo ONS com o objetivo de manter a segurança energética do sistema elétrico do país. Este aumento do custo foi compensado pelo aumento na receita na CCEE, conforme anteriormente mencionado.

- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** crescimento de R$ 9.606 (R$ 10.019 na controladora), em decorrência do expressivo aumento no despacho da energia gerada nas usinas hidrelétricas pelo ONS em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior e do reajuste tarifário ocorrido em janeiro de 2008.

As seguintes informações não foram revisadas pelos auditores independentes: EBITDA e Margem EBITDA; quantidades e preços médios de energia divulgados.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Despesas com Vendas

As despesas com vendas compõem-se, substancialmente, dos encargos de uso e conexão na rede elétrica e totalizaram R$ 56.453 no 1T08 (R$ 46.726 na controladora), 11,8% (8,3% na controladora) acima do registrado no mesmo período do ano anterior, que foi de R$ 50.501 (R$ 43.135 na controladora). O incremento ocorreu, em grande parte, em decorrência do aumento dos encargos de uso da rede elétrica e conexão por reajuste tarifário.

Despesas Gerais e Administrativas

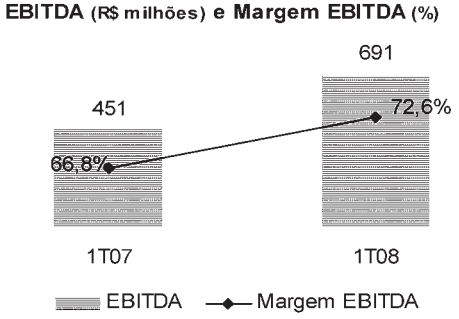
As despesas gerais e administrativas aumentaram em 17,9% (21,5% na controladora), passando de R$ 30.234 no 1T07 (R$ 25.848 na controladora) para R$ 35.654 no 1T08 (R$ 31.397 na controladora), em função, principalmente, do reajuste salarial anual e da provisão para o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) implementado pela Companhia, a partir do 2T07.

Outras Receitas Operacionais – Recuperação de PIS/COFINS

A Companhia reconheceu, no 1T08, receita não recorrente de R$ 76.431, relativa à recuperação de PIS/COFINS recolhidos indevidamente em períodos anteriores. Este montante refere-se, substancialmente, aos referidos impostos pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fosseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que, de acordo com a orientação contida em Despacho da ANEEL, passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica, a partir de novembro de 2005.

EBITDA e Margem EBITDA

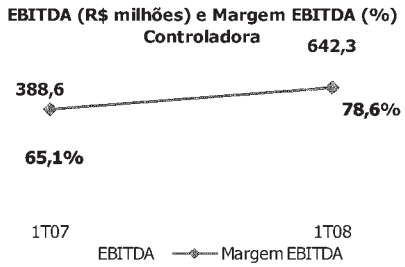
Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o EBITDA no 1T08 alcançou R$ 691.211, 53,2% superior ao apresentado no 1T07, que foi de R$ 451.073. Enquanto a margem EBITDA no 1T07 foi de 66,8%, neste trimestre esta foi de 72,6%.



As seguintes informações não foram revisadas pelos auditores independentes: EBITDA e Margem EBITDA; quantidades e preços médios de energia divulgados.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Na controladora, o EBITDA no 1T08 alcançou R$ 642.312, com aumento de 65,3% em relação ao do 1T07, que foi de R$ 388.617. Enquanto a margem EBITDA no 1T07 foi de 65,1%, no 1T08 esta foi de 78,6%.



Resultado Financeiro

Receitas financeiras: no 1T08, as receitas financeiras aumentaram R$ 7.106 (R$ 7.259 na controladora) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, devido, principalmente, ao aumento na renda de aplicações financeiras, reflexo de um maior volume de recursos disponíveis para aplicação no período.

Despesas financeiras: as despesas financeiras cresceram R$ 23.494 (R$ 25.079 na controladora) em comparação com igual período de 2007, em decorrência dos seguintes fatores: (i) aumento de R$ 8.955 (no consolidado e na controladora) na despesa de variação cambial de empréstimos e financiamentos, líquida do resultado de operação de *hedge* cambial, existente no 1T07, em razão da maior valorização das moedas que compõem a dívida frente ao Real; e (ii) incremento na despesa de variação monetária sobre dívidas, no valor de R$ 17.955 (R$ 12.590 na controladora), devido, principalmente, à emissão de debêntures realizada no 2T07, indexada ao IPCA, e ao aumento do IGP-M neste trimestre, em relação ao 1T07.

Imposto de Renda e Contribuição Social

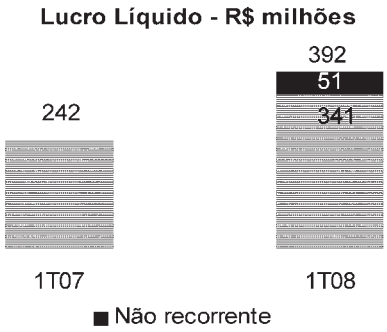
O crescimento de R$ 72.039 no 1T08 (R$ 81.727 na controladora) em relação ao mesmo período de 2007 refere-se, basicamente, ao aumento do resultado antes dos tributos, conforme anteriormente comentado.

As seguintes informações não foram revisadas pelos auditores independentes: EBITDA e Margem EBITDA; quantidades e preços médios de energia divulgados.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Lucro Líquido

No 1T08 o lucro líquido alcançou R$ 391.512, 61,7% superior ao do mesmo período de 2007, que foi de R$ 242.102, reflexo dos efeitos anteriormente mencionados. Cabe destacar que o lucro do 1T08 teve um impacto positivo de R$ 50.444, líquidos de imposto de renda e contribuição social, relativo ao reconhecimento da recuperação de créditos do PIS/COFINS recolhidos a maior em anos anteriores. Desconsiderando-se esse efeito, o lucro do 1T08 passaria para R$ 341.068, 40,9% superior ao do mesmo trimestre de 2007, influenciado, principalmente, pelos efeitos positivos decorrentes das transações realizadas na CCEE.



As seguintes informações não foram revisadas pelos auditores independentes: EBITDA e Margem EBITDA; quantidades e preços médios de energia divulgados.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)	
01	ITÁ ENERGÉTICA S. A. - ITASA	01.355.994/0001-21	ABERTA CONTROLADA	48,75	9,00
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		253.606.840		253.606.840	
02	COMPANHIA ENERGÉTICA SÃO SALVADOR - CESS	04.848.623/0001-70	ABERTA CONTROLADA	99,99	8,38
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		268.943.147		268.943.147	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	01
2 - Nº ORDEM	1
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/024
4 - DATA DO REGISTRO CVM	11/05/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	1ª
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	02/05/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	02/05/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IGP-M mais 9,29% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	Não tem
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	11.066,60
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	154.932
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	14.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	14.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	02
2 - Nº ORDEM	2
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/025
4 - DATA DO REGISTRO CVM	11/05/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	2ª
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	02/05/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	02/05/2010
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	103,90% do CDI
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	Não tem
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	60.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	6.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	6.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	03
2 - Nº ORDEM	3
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2007/013
4 - DATA DO REGISTRO CVM	19/06/2007
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	15/05/2007
9 - DATA DE VENCIMENTO	15/05/2014
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IPCA mais 7% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	Não tem
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.435,45
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	365.241
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	35.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	35.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	04
2 - Nº ORDEM	4
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB-99/029
4 - DATA DO REGISTRO CVM	04/03/1999
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/04/1998
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/04/2013
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SUBORDINADA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	TJLP mais 4% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	Não tem
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	9.586,90
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	74.519
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	7.773
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	7.773
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

15.01 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Projeto realizado por empresa controlada

Usina Hidrelétrica São Salvador

A Tractebel Energia detém o controle acionário da Companhia Energética São Salvador – CESS uma SPC – Sociedade de Propósito Específico, que está construindo a Usina Hidrelétrica São Salvador - UHE São Salvador.

As principais características do empreendimento são as seguintes:

Localização:	Rio Tocantins, na divisa dos Municípios de São Salvador do Tocantins e Paranã, no Estado de Tocantins
Potência nominal instalada:	243,2 MW
Energia assegurada:	148,5 MW médios
Unidades geradoras:	2 unidades de 121,6 MW
Investimentos Previstos:	aproximadamente R$ 850 milhões
Fontes de recursos:	Cerca de 33% próprios e 67% BNDES
Estágio:	Obra iniciada em 2006, com previsão de início da operação comercial no início de 2009

Em outubro de 2006, a CESS comercializou no 3º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, que se iniciará em janeiro de 2011, 148 MW médios com empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada – ACR.

A CESS firmou contratos de financiamentos em 19.03.2007 com o BNDES e Agentes Financeiros (repasse BNDES), no valor total de R$ 570 milhões, dos quais R$ 393 milhões já foram liberados até 31.03.2008.

Pela outorga da concessão onerosa da UHE São Salvador, a CESS pagará à União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o valor original de R$ 555.000, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado. De acordo com o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 017/2002, de 18.07.2007, o início do pagamento dar-se-á a partir da operação comercial da 1ª unidade geradora do UHE São Salvador, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o término da concessão, em abril de 2037.

Ainda conforme o referido aditivo, este valor será atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M até a data do aditivo contratual, em 18.07.2007, e a partir desta data, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Os valores contratuais atualizados, até 31.03.2008, são os seguintes:

Valor anual	33.593
Parcelas mensais (1/12)	2.799
Valor presente da Concessão	293.222

15.01 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

O valor presente da Concessão foi calculado com base na taxa de desconto de 10% a.a., tradicionalmente utilizada no setor elétrico brasileiro, considerando os pagamentos no período de 01.01.2009 a 23.04.2037.

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

1. Posição acionária dos acionistas com mais de 5% do capital social da Companhia em 31.03.2008.

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Nacionalidade
Suez Energy South America Participações Ltda.	448.512.625	68,71	Brasileira
Banco Clássico S.A.	65.268.744	10,00	Brasileira
	513.781.369	**78,71**	

1.1 Distribuição do capital social dos controladores até o nível de pessoa física.

1.1.1 Suez Energy South America Participações Ltda.

Quotista	Quantidade de quotas	% do capital	Nacionalidade
Suez-Tractebel S.A.	668.322.228	99,99	Belga
Telfin S.A.	1	0,01	Belga
	668.322.229	**100,00**	

1.1.1.1 Suez – Tractebel S.A.

Quotista	Quantidade de quotas	% do capital	Nacionalidade
Electrabel S.A.	110.603.522	99,97	Belga
Outros	31.178	0,03	
	110.634.700	**100,00**	

1.1.1.1.1 Electrabel S.A.

Quotista	Quantidade de quotas	% do capital	Nacionalidade
Suez S.A.	53.818.428	98,07	Francesa
Outros	1.059.769	1,93	
	54.878.197	**100,00**	

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

1.1.1.1.1.1 Suez S.A.

Quotista	Quantidade de quotas	% do capital	Nacionalidade
Groupe Bruxelles Lambert - GBL	122.013.876	9,34	Belga
Outros (*)	1.185.029.646	90,66	
	1.307.043.522	**100,00**	

(*) As ações da Suez S.A. são amplamente pulverizadas, sendo que a Companhia não possuí conhecimento de outros acionistas, além do GBL, com mais de 5% das ações totais da Companhia.

1.1.1.1.1.1.1 Groupe Bruxelles Lambert – GBL

Quotista	Quantidade de quotas	% do capital	Nacionalidade
Pargesa Netherlands B.V. (*)	78.420.013	48,60	Holandesa
Outros	82.938.274	51,40	
	161.358.287	**100,00**	

(*) Pargesa Netherlands B.V. detém indiretamente participação inferior a 5% da Companhia.

1.1.2 Banco Clássico S.A.

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Nacionalidade
José João Abdalla Filho	745.685.582	99,99	Brasileira
José Pais Rangel	1.019	0,01	Brasileira
	745.686.601	**100,00**	

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

2. Participação acionária do acionista controlador, administradores e membros do conselho fiscal em 31.03.2008:

	31.03.2008		31.03.2007	
Acionista	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**
Controladora				
Suez Energy South America Partic. Ltda.	448.512.625	68,71	448.512.625	68,71
Conselho de Administração	355.802	0,06	266.802	0,04
Diretoria Executiva	24.929	-	24.929	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-
	448.893.356	**68,77**	**448.804.356**	**68,75**

3. Quantidade de ações em circulação em 31.03.2008

	Quantidade de ações ordinárias	**%**
Total de ações da Companhia	652.742.192	100,00
Total de ações detidas pelo Controlador e Administradores	(448.893.356)	(68,77)
Total de ações em circulação	**203.848.836**	**31,23**

4. Cláusula Compromissória de arbitragem

O Estatuto Social da Companhia está de acordo com as regras e procedimentos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa e, contempla, em seu Art. 39, a seguinte Cláusula Compromissória de arbitragem:

"A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação do Novo Mercado."

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis – SC

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR (individuais e consolidadas) da Tractebel Energia S.A. ("Companhia" ou "controladora") e controladas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado e de fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM nº 469/08.

4. Conforme mencionado na nota explicativa 3, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei n° 11.638 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas mudanças foram adotadas pela Companhia na preparação das Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor e sido aplicada pela Companhia, com base em orientações da CVM e ou nas normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB,* as principais alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores brasileiros. Dessa forma, as informações contábeis apresentadas poderão requerer ajustes quando do processo de normatização da Lei nº 11.638/07.

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2008

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" SC

Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5 "S" SC

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01732-9	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	02.474.103/0001-19

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	9
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	63
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	64
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	65
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	67
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	69
09	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	75
10	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	76
15	01	PROJETOS DE INVESTIMENTO	80
16	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	82
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	85
		ITÁ ENERGÉTICA S. A. - ITASA	
		COMPANHIA ENERGÉTICA SÃO SALVADOR - CESS	/86

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Pres. Wilson, 231
22°, 25° e 26° andares
20030-905 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel.: +55 (21) 3981-0500
Fax: +55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis – SC

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR (individuais e consolidadas) da Tractebel Energia S.A. ("Companhia" ou "controladora") e controladas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado e de fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo a Instrução CVM n° 469/08.

4. Conforme mencionado na nota explicativa 3, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei n° 11.638 com vigência a partir de 1° de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas mudanças foram adotadas pela Companhia na preparação das Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor e sido aplicada pela Companhia, com base em orientações da CVM e ou nas normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, as principais alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores brasileiros. Dessa forma, as informações contábeis apresentadas poderão requerer ajustes quando do processo de normatização da Lei n° 11.638/07.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2008

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" SC

Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5 "S" SC

Anexo V

Declaração da Companhia, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03
e item 7 do Anexo I da Instrução CVM nº 155/91

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Tractebel Energia
SUEZ

DECLARAÇÃO

TRACTEBEL ENERGIA S.A., companhia aberta, com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Antônio Dib Mussi, 366, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.474.103/0001-19 ("Companhia"), neste ato devidamente representada por seus diretores estatutários abaixo indicados, na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de emissora de 40 (quarenta) notas promissórias comerciais da 3ª emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em série única ("Notas Promissórias"), perfazendo o total de até R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ("Oferta"), vem, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações (i) prestadas nos documentos da Oferta por ocasião do registro; e (ii) fornecidas ao mercado durante a distribuição pública das Notas Promissórias.

Florianópolis, 05 de maio de 2008

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

Nome:
José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia
199.412.420-20
1001904232 SSP/RS

Nome:
Marc Verstraete
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo VI

Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03
e item 7 do Anexo I da Instrução CVM nº 155/91

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BB INVESTIMENTOS

DECLARAÇÃO

BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 24.933.830/0001-30, neste ato devidamente representada por seus representantes legais abaixo indicados, na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de instituição intermediária líder da distribuição pública de até 40 (quarenta) notas promissórias comerciais da 3ª emissão da Tractebel Energia S.A., companhia aberta, com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Antônio Dib Mussi, 366, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.474.103/0001-19 ("Companhia"), em série única, com valor nominal unitário de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ("Notas Promissórias"), perfazendo o total de até R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ("Oferta"), nos termos do item 7 do Anexo à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 155, de 7 de agosto de 1991, conforme alterada, e do artigo 56 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que todas as informações fornecidas ao mercado por ocasião do registro e da distribuição pública das Notas Promissórias sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

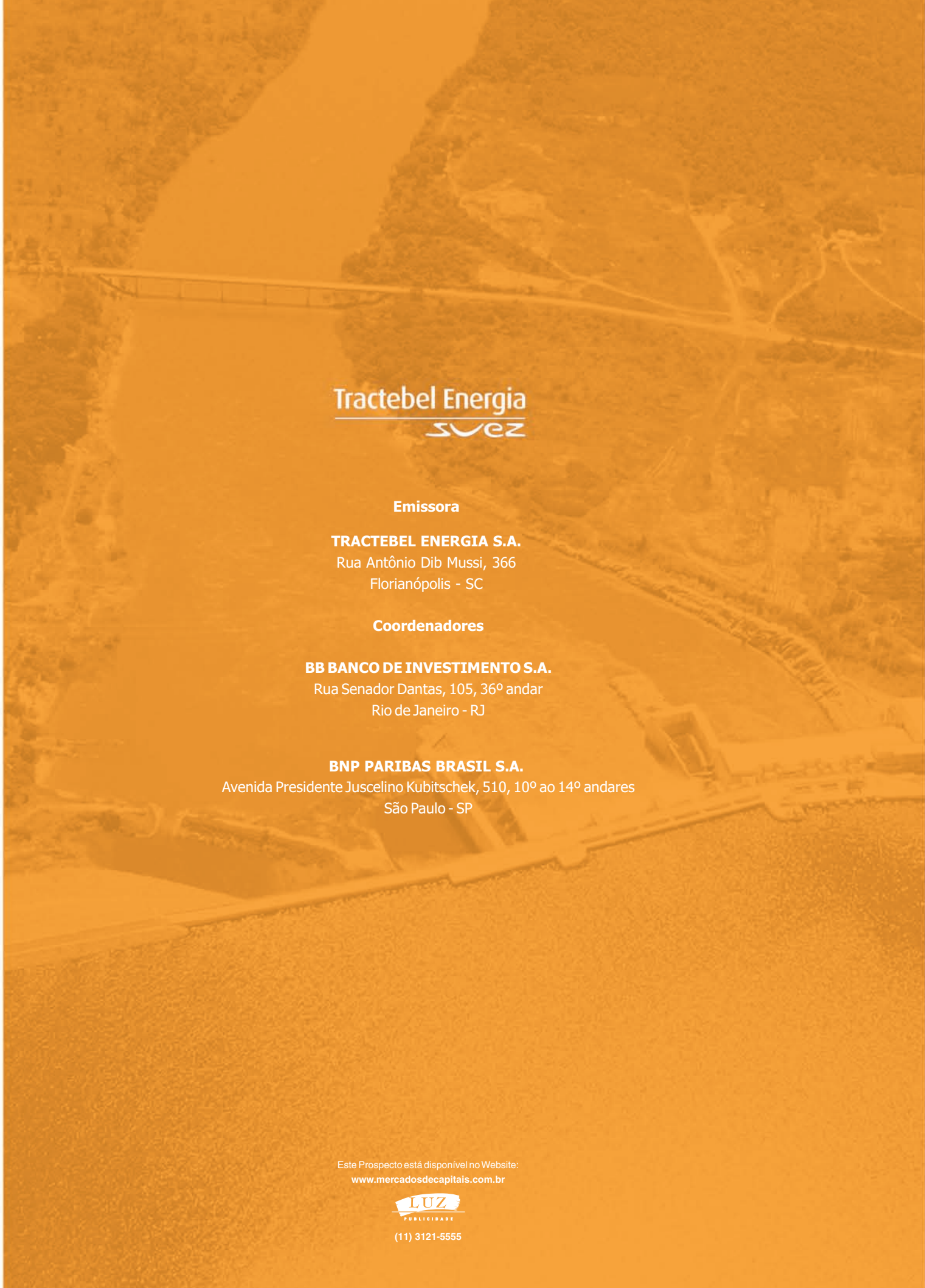
Rio de Janeiro, 05 de maio de 2008

BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

Nome: Francisco Cláudio Duda
Cargo: Diretor de Mercado de Capitais e Investimentos

Nome: Gustavo Sousa
Cargo: Procurador

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Tractebel Energia
SUEZ

Emissora

TRACTEBEL ENERGIA S.A.
Rua Antônio Dib Mussi, 366
Florianópolis - SC

Coordenadores

BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.
Rua Senador Dantas, 105, 36º andar
Rio de Janeiro - RJ

BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 10º ao 14º andares
São Paulo - SP

Este Prospecto está disponível no Website:
www.mercadosdecapitais.com.br

LUZ PUBLICIDADE
(11) 3121-5555